Universidade Federal do Maranhão
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Sociabilidades e Sistemas Simbólicos: Cidade, Religião e Cultura Popular

Júlia Francisca Gomes Simões Moita

As ativistas maranhenses e a redemocratização do Brasil: gênero, sexualidade e contracultura na Ilha de São Luís (1980-2010)

Orientadora: Martina Ahlert

São Luís
2024

Júlia Francisca Gomes Simões Moita

As ativistas maranhenses e a redemocratização do Brasil: gênero, sexualidade e contracultura na Ilha de São Luís (1980-2010)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.
Orientadora: Profa. Dra. Martina Ahlert

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Moita, Júlia Francisca Gomes Simões.
As ativistas maranhenses e a redemocratização do Brasil : gênero, sexualidade e contracultura na Ilha de São Luís 1980-2010 / Júlia Francisca Gomes Simões Moita. - 2024.
255 f.

Orientador(a): Martina Ahlert.
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Contracultura maranhense. 2. Esquerda maranhense e redemocratização. 3. LGBT no Maranhão. 4. Movimento feminista maranhense. 5. Movimento lésbico maranhense. I. Ahlert, Martina. II. Título.

Júlia Francisca Gomes Simões Moita

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.
Orientadora: Profa. Dra. Martina Ahlert

Aprovada por:

_____

Profa. Dra. Martina Ahlert (UFMA – orientadora)

_____

Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi (UFSC)

_____

Profa. Juciana Sampaio (IFMA)

_____

Profa. Dra. Silvia Aguião (UFMA)

_____

Profa. Dra. Camila Sampaio (UFMA)

_____

Profa. Dra. Maynara Costa de Oliveira Silva (UFMA – suplente)

_____

Profa. Dra. Arleth Borges (UFMA – suplente)

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese de doutorado é depender da bondade dos conhecidos. Pessoas que se importaram com a gente de maneira decisiva em algum momento da trajetória.Algumas delas são responsáveis pelo meu crescimento intelectual no período, um crescimento que eu não pensava que fosse conseguir aos 50 anos. São elas:

Martina Ahlert, orientadora incansável e generosa, que me mostrou uma Ciências Sociais que eu não conhecia. Ter encontrado uma orientação tão serena, ética e criativa é o maior presente de um período tão sensacional.

O Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP/UFMA-UEMA) é um grupo de estudo que me fez feliz e querer sempre ler mais. Agradeço também a professora Karina Biondi, professora da UEMA que conheci graças ao grupo. Não tenho palavras para demonstrar minha gratidão.

Os professores do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, que se mostraram intelectuais incríveis e ministraram algumas aulas que foram memoráveis: Elizabeth Beserra Coelho, Horácio Antunes de Sant'ana Jr., José Odval Alcântara Jr., Marcelo Sampaio Carneiro, Paulo Keller e Sandra Nascimento (*in memoriam*).

Os meus colegas de doutorado, cuja companhia, nas aulas, foi muito especial para mim: Sérgio Muniz, Clauberson Carvalho, Gabriela Melo Silva e Julio Itzayán,

As professoras Míriam Grossi e Sílvia Aguião, pelo cuidado na qualificação e pelas dicas valiosas - que, quando seguidas, deixaram o trabalho muito melhor – e pela banca de defesa cuidadosa e acurada. Também agradeço à arguição minuciosa das professoras Juciana Sampaio e Camila Sampaio. Elas foram decisivas para tornar a tarde da defesa inesquecível. As professoras Maynara Costa de Oliveira Silva e Arleth Borges pela leitura do trabalho e proveitosos comentários.

Além do crescimento intelectual, há aqueles cujo apoio operacional é fundamental para que o trabalho aconteça:

A Universidade Federal de Uberlândia, que me deu apoio para esta importante qualificação, e a Universidade Federal do Maranhão, pela estrutura para a realização dos estudos e da pesquisa.

Wilame Costa, secretário do Programa de Pós-Graduação, que manteve uma aluna distraída a par dos prazos e obrigações burocráticas.

Meus colegas do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia, que apoiaram meu afastamento e me ajudaram a concretizá-lo: Camila Maximiano, Carmem Ravagnani, Edileusa da Silva, Flander Calixto, Luzilene Martiniano e Soraia Veloso Cintra. Daniela Ciriaco e Isadora Alves, pela “substituição” e por terem cuidado dos alunxs enquanto eu estive fora.

Gabriela Melo, de novo, que me apresentou as primeiras pessoas com quem realizei entrevistas. Também me apresentaram pessoas ou facilitaram meu contato com elas: Reinaldo Jr, Haline Santiago, Maria Fernanda Bouzada, Adolfo Oliveira, Raíssa, Fernanda Naura.

Minha mãe, Martha, e minha irmã, Lídia, que durante a pandemia “construíram” um espaço em que eu pudesse fazer a tese. Marina Gomes, que me aturou na reta final e manteve um ambiente agradável e bem-humorado enquanto eu quase enlouquecia.

As “Iluministas”, pela melhor interlocução, sempre: Ângela Fatorelli, Camila Lafetá, Camila Pavanelli, Fal Azevedo, Jane Reis e Rachel Penariol. Tudo sempre é mais fácil com vocês.

O suporte emocional também é importante: obrigada Pitoco, David, Ana Lúcia e Branca, por tudo. À Fernanda de Paulo e Patrícia Ramiro pela deliciosa visita.

Em 2022, realizei a pesquisa de campo na cidade de São Luís, pós-pandemia de COVID-19. Ali, os encontros foram magicamente bons e fizeram, daquele ano, um dos melhores da minha vida.

Meu agradecimento mais do que especial àquelxs que estavam ali: Conceição Lima, Gabriela Lages Gonçalves, Abigail Vale, Maynara Costa, Alexandra Tavares, Ciro Campos, Alex Rodrigues, Nicole Pinheiro, Lara Matos, Julyana Ketlen, Ruth Britto, Joria Martinho, Camila Araújo, Renata Queiróz, Stefania Pereira e Julia Abad.

E ao bruxo Lior Zalis, que fez a magia acontecer.

Por fim, agradeço a Thamires Santos Veras que me convidou para ir ao Maranhão. Nunca me arrependerei de ter aceitado o convite.

RESUMO

Nos anos 1970, os movimentos de esquerda, em São Luís, iniciam um tempo de intensas mobilizações contra a Ditadura Militar. Os movimentos feminista, negro e ambiental estão se estabelecendo na cidade, trazendo novas abordagens para lutas históricas do povo maranhense, principalmente na zona rural. É uma cena composta por intelectuais, padres progressistas e ativistas ligados às entidades de cooperação internacional. O primeiro movimento feminista, o Mulheres da Ilha, é fundado em 1980 e trabalha com novos significados políticos, desafiando costumes, construindo canais de participação política e criando uma atmosfera de contracultura na cidade. Tais engrenagens democráticas são importantes para o movimento LGBT+, que se estabelece nos anos 1990. Antes da organização política formal de LGBT+, entretanto, já havia a circulação os sujeitos sexuados pela capital prenunciando a criação do Grupo Lésbico do Estado do Maranhão. Conversei com ativistas e, a partir destas memórias, recrio a atmosfera de São Luís no período considerando a emergência de políticas de gênero e sexualidade na Ilha.

Palavras-chave: Movimento feminista maranhense; Movimento lésbico maranhense; Redemocratização no Maranhão; Contracultura maranhense; LGBT no Maranhão.

ABSTRACT

In the 1970s, the left-wing in São Luís begin a time of intense mobilizations demanding democracy and freedom for the country. The feminist, black and environmental movements are increasingly present in the city and bring new approaches to historical struggles issues in the state. The first feminist movement, Mulheres da Ilha, uses news political meanings, challenging behavior and building ways of popular participation. This democratics mechanisms are important for the LGBT+ movement, which was established in Maranhão, in the late 1990s. Before the formal political organization of LGBT+, however, there was already a circulation of LGBT+ subjects throughout the capital, foreshadowing the creation of the Grupo Lésbico do Estado do Maranhão. I spoke with activists and, based on these memories, I recreate the atmosphere of São Luís in the period considering the emergence of gender and sexuality policies on the Island.

Keywords: Feminist Movement in Maranhão/Brazil; Lesbian Movement in Maranhão/Brazil; LGBT in Maranhão/Brazil; Left-Wing in Maranhão/Brazil.

LISTA DE FIGURAS:

Capítulo 1

Figura 1. As principais praias do litoral norte de São Luís (mapa autoral a partir do Google Earth)
Figura 2. O Centro Histórico de São Luís, no enclave entre os rios, antes do acesso viário à região norte da Ilha. Foto: Empório Casa Real
Figura 3. Ponte do São Francisco, inaugurada em 1970, conecta o Centro Histórico ao norte da Ilha e inicia o processo de balnearização de São Luís. Foto: Alisson Santos
Figura 4. Marcadores: Em amarelo, os pontos que devem se conectar: o Centro Histórico e a praia do Olho d'Água. Em vermelho, a rota pelo interior da Ilha. Em azul, o trajeto depois da inauguração da ponte do São Francisco
Figura 5. Praia do Olho d'Água, circa 1960/70. Foto: Rosila Dino

Capítulo 2

Figura 6. Panfleto distribuído pelo Comitê Oposição pra Valer, com os candidatos Haroldo Saboia (deputado estadual) e José Mario Ribeiro da Costa (senador). Fonte: Arquivo Público do Estado Maranhão (IPEM)/ DOPS/MA4.
Figura 7. Debate promovido pela SMDDH, em 1979, com Lysaneas Maciel, deputado federal pelo estado da Guanabara, cassado pelo Regime Militar. O evento é o fundador da organização. Foto: Arquivo Murilo Santos.
Figura 8. Estudante reivindicando a meia passagem. Fonte: Facebook da SMDH.
Figura 9. Logo do Centro de Cultura Negra do Maranhão. Fonte: Site oficial.
Figura 10. Campanha da ALCOA na época da instalação da empresa em São Luís. Fonte: Ayala, 2007 apud Gomes, 2009
Figura 11. Grupo Mulheres da Ilha na manifestação pelas Diretas Já, no dia 14 de fevereiro de 1984. Foto: O Estado do Maranhão. Fonte: Araújo, 2007
Figura 12. Boletim confeccionado e distribuído pelo Mulheres da Ilhas, em 1985. O grupo promovia ações com as mulheres da periferia e discussões com enfoques feministas. Fonte: Material cedido por uma ex-militante
Figura 13. Capa do livro de Mary Ferreira, sobre o Grupo de Mulheres da Ilha, publicado em 2007. Fonte: Amazon
Figura 14. Logo do Fórum Maranhense de Mulheres. Fonte: Instagram oficial do grupo
Figura 15. Comitê 08 de Março, em manifestação na Praça Deodoro, cerca de 1980. Maria Aragão, de roupa escura, é a primeira da esquerda para a direita. Foto: Mobi
Figura 16. Praça Maria Aragão, na Avenida Beira Mar, ao fundo podemos observar a Ponte do São Francisco. Fonte: O Imparcial
Figura 17. Logo do GMNMA. Fonte: Facebook do Grupo
Figura 18. Angela Davis e Luiza Bairros durante I Jornada Cultural Lélia Gonzales, em 1997, em um dos raros registros do encontro. Foto: Revista Trip

Capítulo 3

Figura 19. Mapa de Zé Doca. Fonte: Wikipedia
Figura 20. Feira de Zé Doca, em 1982. Fonte: IBGE
Figura 21. Cartaz de divulgação da peça Tempo de Espera. Fonte: Acervo Fátima Moraes
Figura 22. Mapa de Carutapera. Fonte: Wikipedia
Figura 23. Basílica Menor de São Sebastião, em Carutapera. A “arquidiocese lindíssima”, construída na década de 1940, recebeu o título de Basílica em 2021. É a única basílica do estado do Maranhão e da região Amazônica. Fonte: Google Street, 2023
Figura 24. Mapa de Coroatá. Fonte: Wikipedia
Figura 25. Estação da Rede Ferroviária Federal S/A, sd, na Praça João Pessoa, em Coroatá. Fonte: IBGE

Capítulo 4

Figura 26. Campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher incentivando a participação feminina no processo constituinte. Fonte: Acervo Digital Fundação Ulysses Guimarães
Figura 27. Cartaz criado pelo cartunista Henfil para o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, grupo de organizações da sociedade civil. Fonte: Museu da República
Figura 28. Feministas entregam a “Carta das Mulheres Maranhenses” na Assembleia Legislativa do Maranhão, a partir de debates e emendas populares realizadas de acordo com as orientações CNDM. O Imparcial, 19 de maio de 1987. Fonte: Ferreira, 2007
Figura 29. A Carta “endereçada” aos Constituintes. As “remetentes” são as mulheres brasileiras, representadas pelos nomes femininos mais comuns encontrados no país. Fonte: Câmara Federal
Figura 30. O Boletim Chana com Chana (n. 11, 1986-87) traz entrevistas com candidatas a diferentes cargos legislativos discutindo as possibilidades de direitos para a população LGBT+ a partir da ANC. Fonte: Um Outro Olhar
Figura 31. Na imagem, os deputados constituintes do Maranhão. José Carlos Sabóia é o último, da esquerda para a direita, de terno claro. Fonte: Jornal O Imparcial, edição comemorativa
Figura 32. Trecho da matéria “Minorias vencem pela pressão na Constituinte” (LUCENA, Eliana. O Estado de São Paulo, 01 de junho de 1987). A falta de interesse dos parlamentares pelas pautas da Subcomissão é mencionada em diversas reportagens da época
Figura 33. Mascarenhas, observado pelo deputado Antônio Mariz (PMDB/PA), palestra na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, no dia 28 de abril de 1987. Fonte: Wikipedia

Capítulo 5

Figura 34. Estrutura de barracas16 na avenida Litorânea no início dos anos 1990. Fonte: Imirante
Figura 35. Barraca Desfrut Praia, local onde funcionou o Bar da Marlene, na segunda fase, em São Marcos. Atualmente abriga este quiosque de comida natural. Foto: Restaurante Guru (https://restaurantguru.com.br/)
Figura 36. Rafael RG e Jefferson Santiago. Boate Pedrita, 2021. Impressão jato de tinta sobre papel algodão. 40x60 cm. Catálogo Casa Chama.
Figura 37. Foto do aniversário de 36 anos da Boate Pedrita, 17/07/2010. Fonte: Blog Pedrita

Capítulo 6

Figura 38. Monumento em homenagem ao Índio Tibira, instalado na praça Marcílio Dias, em frente ao Palácio dos Leões (antes, Forte São Luís), local da execução do indígena tibira, em 1613. Foto de Nicolas Prongué, disponível no Instagram do autor (@n_eugnorp), com uso autorizado por ele
Figura 39: Cartazes de divulgação da peça teatral Tibiras na versão online (2021) produzida pelo coletivo baiano Das Lilith. Fonte: Instagram @daslliliths.ba
Figura 40. Palestrantes em debate no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, em Curitiba, 1995. Acervo do grupo Ipê Rosa, conservada pelo Portal de Acervos Arquivísticos da Universidade Federal de Goiás
Figura 41. Logo do Grupo Gayvota. Foto: Instagram oficial do grupo
Figura 42, Parada do Orgulho pela Diversidade Sexual de São Luís, início do século XXI. Fonte: Arquivo Estadão
Figura 43. Logo da AMATRA. Fonte: Página oficial da AMATRA
Figura 44. Ativistas do grupo LEMA e Gayvota no velório de Sabrina Dummond. Jornal Pequeno. 14/12/2009
Figura 45. Logotipo do LEMA. Fonte: militante do grupo
Figura 46. Ação do grupo Passo Livre, 01/10/2007. Fonte: Blog Diversa
Figura 47. Bandeira do grupo Flor de Bacaba, fundado em 2006, atuante na cidade de Bacabal. Foto da autora
Figura 48. Seminário Nordestino de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas, em São Luís, 2008. Foto: Diverso, Notícias LGBT do Maranhão, 28/10/2008
Figura 49. Programação do I SEMALE, realizado pelo LEMA, através da Secretaria de Estado da Saúde, com apoio da Fundação Sousândrade
Figura 50. VI SEMALE realizado em Paço do Lumiar, set/2014. Fonte: Blog O Estado

LISTA DE SIGLAS:

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
AI-5 - Ato Institucional n. 5
ALCOA - Aluminum Company of America
ALUMAR - Consórcio Alumínio do Maranhão
AMATRA – Associação Maranhense de Travestis e Transexuais
ANC – Assembleia Nacional Constituinte
APEM - Arquivos Públicos do Estado do Maranhão
ASP - Associação de Saúde da Periferia
ARENA – Alianças Renovadora Nacional
ATRAMA - Associação de Travestis e Transexuais do Maranhão
BSH – Brasil sem Homofobia
CBA-MA - Comitê Brasileiro pela Anistia/Maranhão
CCN - Centro de Cultura Negra do Maranhão
CCVM - Centro Cultural Vale Maranhão
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEDLGBT - Conselho Estadual dos Direitos das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CEM - Centro pela Emancipação da Mulher
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COLONE - Companhia de Colonização do Nordeste
DH – Direitos Humanos
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
EBHO - Encontro Brasileiro de Homossexuais
EGHO - Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
FETAEMA - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
GBMR - Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias
GMI – Grupo Mulheres da Ilha
GMISL - Grupo Mulheres da Ilha de São Luís
HSH - Homens que fazem sexo com homens
IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
LEMA - Lésbicas do Estado do Maranhão/ Grupo Lésbico do Estado do Maranhão
MEB – Movimento de Educação de Base
MLF - Mouvement de libération des femmes
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ONGs - Organizações Não-Governamentais
ODCH - Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais no Maranhão
OXFAM - Oxford Committee for Famine Reliefe/Comitê de Oxford para o Alívio da Fome
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista

PGC - Projeto Grande Carajás
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PVN – Projeto Vida de Negro
SECOM - Secretaria de Comunicação Social
SMDH - Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos
SMDDH - Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
SNI – Serviço Nacional de Informações
STF – Supremo Tribunal Federal
SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TDL – Teologia da Libertação
UDN - União Democrática Nacional
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO:

Introdução ……..... 17

Capítulo 1 – Forasteiras, desbundadas e o devir feminista na praia do Olho d'Água..... 29

1.1. Introdução: O encontro incidental..... 29
1.2. Os caminhos para o mar..... 30
1.3. A invasão do Olho d'Água..... 35
1.4. A contracultura chega ao Olho d'Água..... 41
1.5. O sonho de "modernizar o Brasil"..... 47
1.6. Os intelectuais e a Universidade..... 50
1.7. São Luís e a experiência de negritude..... 54
1.8. Os expulsos da terra..... 55

Capítulo 2 - A esquerda maranhense e as Mulheres da Ilha..... 57

2.1. Introdução..... 57
2.2. A organização dos movimentos de esquerda em São Luís no final dos anos1970..... 58
2.2.1. Comitê/Movimento Oposição pra Valer (1978) 58
2.2.2. A Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (1979)..... 62
2.2.3. A Greve da Meia Passagem (1979)..... 64
2.2.4. Centro de Cultura Negra do Maranhão..... 67
2.2.5. O Comitê de Defesa da Ilha (1980-1984)..... 71
2.3. As Mulheres da Ilha..... 74
2.3.1. Feminismo e Ditadura Militar..... 74
2.3.2. A formação do movimento feminista em São Luís..... 75
2.3.3. As ações do MI na periferia de São Luís..... 81
2.3.4. Interseccionalidade..... 85
2.3.5. Porta vozes do feminismo..... 87
2.3.6. O Fórum Maranhense de Mulheres (1986) 90
2.3.7. Grupo de Mulheres/Comitê Oito de Março (1982) 91
2.3.8. Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (1986)..... 95

Capítulo 3 - "Um burro, uma canoa, um caminhão e um ônibus quebrado": as Mulheres da Ilha e as Comunidades Eclesiais de Base..... 100

3.1. Introdução..... 100
3.2 A voz dos que não tem voz..... 102
3.2.1. Vaticano II, Medellín e Puebla..... 102
3.2.2. As Comunidades Eclesiais de Base no Maranhão..... 107
3.2.3. As CEBS e a esquerda maranhense..... 113
3.2.4. As CEBs e a Educação Popular..... 117

3.3. Práticas feministas e Educação Popular no Maranhão..... 118
3.3.1. O Oeste..... 123
3.3.2. O Norte..... 127
3.3.3. O Leste.....

Capítulo 4 - Gênero, sexualidade e novas possibilidades institucionais: atuação feminista maranhense na Assembleia Constituinte..... 130

4.1. Introdução 130
4.2. A Assembleia Nacional Constituinte..... 131
4.2.1. As emendas populares e a participação popular no Maranhão..... 133
4.3. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)..... 136
4.3.1. O CNDM e o Mulheres da Ilha..... 136
4.3.2. O CNDM e as emendas populares feministas no Maranhão..... 136
4.4. O movimento lésbico e o processo constituinte..... 138
4.5. Bicha! Bicha! Bicha!: a inserção das pautas homossexuais na Assembleia Nacional Constituinte..... 145
4.5.1. Os LGBT+ e o pulso da nação..... 152

Capítulo 5: Uma outra política de gênero: lésbicas e entendidas na cena LGBT+ de São Luís..... 154

5.1. Introdução..... 154
5.2. Lazer e resistência lésbica na noite de São Luís..... 155
5.2.1. O Bar da Marlene: do Olho d'Água a São Marcos..... 155
5.2.2. A Boate Pedrita..... 161

Capítulo 6. Tibiras, Gayvotas e Lésbicas do Maranhão..... 170

6.1. Introdução..... 170
6.2. A formação do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis: a redemocratização e o enfrentamento ao HIV/AIDS..... 171
6.2.1. O LEMA entre a expertise e a cooptação..... 175
6.2.2. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e as Conferências Nacionais..... 177
6.3. Os movimentos LGBT+ no Maranhão..... 180
6.3.1. O Grupo Tibira..... 180
6.3.2. Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais no Maranhão (ODCH)..... 186
6.3.3. Grupo Gayvota..... 188
6.3.4. Associação Maranhense de Travestis e Transexuais..... 192
6.3.5. O Fórum Estadual LGBT..... 194
6.4. Grupo Lésbico do Estado do Maranhão (LEMA)..... 195
6.4.1. As conexões do LEMA com outros movimentos maranhenses..... 199
6.4.2. A atuação regional e nacional do LEMA..... 203
6.4.3. Balanço da atuação do LEMA..... 207

Considerações finais..... 210

Referências 212

Anexos..... 240

1. Introdução

Este trabalho começa em Natal/RN, em 2013, enquanto eu escutava o professor Leandro Colling, da Universidade Federal da Bahia, na mesa-redonda “Sempre fomos queer? A construção do campo de estudos dos gêneros e sexualidades no Brasil”. Colling falava sobre pesquisas com grupos LGBT+s durante a Ditadura Militar (1964-1985) e a importância de nós, pesquisadores do campo de gênero, recuperarmos essas memórias, historicamente apagadas.

O papel crucial dos “pesquisadores *queer*”, segundo Colling, é não deixar que esses universos desapareçam. Fiquei especialmente tocada durante a palestra com o que eu considerei uma espécie de “convocação” e passei a buscar um projeto de pesquisa que recuperasse memórias lésbicas em um engajamento total com minha história pessoal. Eu, uma cientista social lésbica, que vinha estudando o feminismo desde o início da minha trajetória acadêmica, nos anos 1990, na Universidade Federal de São Carlos, onde me graduei e consegui o título de mestre.

A minha ideia original era estudar a sociabilidade lésbica nas últimas décadas do século XX, descobrir a maneira que estas mulheres inventaram para se encontrar, conviver e experimentar uma existência transgressora em um período em que as sexualidades divergentes eram reprimidas e colocadas em espaços marginais da sociedade. Eu pensava com frequência no projeto mas nunca o organizava completamente. Até que, em 2018, me senti tomada por questões sociológicas que me pareciam urgentes. A eleição de Jair Bolsonaro (2019-2023) me deixou desnorteada quanto à articulação da sociedade civil brasileira. Eu encarava o processo brasileiro de redemocratização[1], pós Ditadura Militar (1964-1985), como algo em andamento e percebia, também, o pacto da Nova República, iniciada em 1985, como relativamente consolidado.

Durante o período eleitoral, eu não conseguia acreditar que há apenas trinta anos uma sociedade civil robusta invadiu física e politicamente Brasília, promulgando

1 O período conhecido como Redemocratização inicia-se em 1974, com a reabertura iniciada por Geisel (1974-1979) e termina em 1985, oficialmente, com a eleição indireta de Tancredo Neves, que finaliza a Ditadura Militar no país. Alguns autores, entretanto, consideram que o processo de redemocratização está em andamento, com a efetivação dos direitos promulgados na Constituição de 1988 (Nunes, 2020; Pessoa, 2015). Tal entendimento é compartilhado por mim.

uma Constituição (1988) que viria a ser conhecida como Constituição Cidadã e que, em 2018, parecia desarticulada enquanto as conquistas que vinham sendo construídas estavam ameaçadas. “Cadê a sociedade civil?”, eu me perguntava. Às vezes com raiva. Às vezes aos prantos.

Então, decidi ouvir essas histórias. O que as lésbicas estavam fazendo no final do século passado quando a sociedade civil fervilhava para construir um país democrático? A ideia de escutá-las me pareceu interessante porque elas não são “historiografadas” como atrizes políticas relevantes no período. Se a sociedade civil invadiu Brasília à época da Assembleia Constituinte de 1987-88, as mulheres lésbicas não estavam ainda organizadas para participar de tal movimentação. Pareceu-me óbvio que havia coisas a descobrir a respeito da atuação dessas mulheres enquanto coletividade naquele momento.

Minha pesquisa seria escutar essas não-atrizes políticas, nos tempos da redemocratização, e tentar traçar, com as memórias delas, o caminho que fez com que a sociabilidade lésbica dos anos 1980 se tornasse o movimento lésbico dos anos 1990 e 2000. Acreditei, na minha hipótese inicial, que a partir da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), uma janela de oportunidade (Tarrow, 2009) se abriu para novos atores políticos brasileiros e, especificamente, paras as mulheres que eu viria a estudar.

O Maranhão já estava no meu horizonte de interesse. Eu conheci o estado em janeiro de 2018, à época eu namorava uma mulher maranhense, e me encantei por São Luís. Passei a considerar muito interessante trabalhar com as manifestações políticas de uma região afastada dos grandes centros hegemônicos do país. O contato com leituras decolonais, que eu vinha fazendo nos últimos anos colocava a importância de relatar experiências de margem, o que era exatamente o caso, já que a experiência maranhense não constava da literatura consagrada sobre os movimentos LGBT+s brasileiros. Pensei, então, que descobrir como uma parte daquela efervescente sociedade civil se formou, no Maranhão, nos anos 1980, poderia ser o caminho para desvendar por que ela estava tão apática em 2018.

Em uma rápida pesquisa bibliográfica exploratória, encontrei o Grupo Lésbico do Estado do Maranhão (LEMA), pioneiro no estado, e decidi que tentaria tecer as relações entre a sociabilidade lésbica e a formação e institucionalização do grupo. Logo

no início da pesquisa de campo, porém, novas atrizes entraram de maneira decisiva neste trabalho. O primeiro grupo feminista da cidade de São Luís, as Mulheres da Ilha, me foi indicado como fundamental para compreender os anos oitentistas maranhenses.

> *Meu nome é Júlia Moita. Sou pesquisadora da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA e estou estudando a vida das lésbicas e homossexuais em São Luís entre as décadas de oitenta e início do século XXI. Gostaria, se possível, de agendar uma entrevista com você.*

Em novembro de 2020, eu disparei esta mensagem pelo WhatsApp para diversos contatos que me foram enviados por uma colega de doutorado. Eram ativistas lésbicas de meia idade – ou quem pudesse conhecê-las. A primeira resposta que obtive foi de Dorothy , uma lésbica, de aproximadamente 60 anos, negra e ativista de primeira hora: esteve envolvida em todas as ações militantes no período pesquisado. Ela me falou, pela primeira vez, sobre as Mulheres da Ilha. De maneira didática, a militante me informou que:

> *[16:43, 26/11/2020] Dorothy: Os anos 80 foi uma explosão mundial.*
> *Aqui em São Luís os movimentos também surgem*
> *1. Mulheres da Ilha*
> *2. Movimento Negro.*
> *3. Casais Homoafetivos (SB)*
> (Dorothy, 26/11/2020)

Mas ela não foi a única. Mais pessoas me sugeriram "*falar com as Mulheres da Ilha"*. Aos poucos, descobri que o grupo foi criado em 1980 e era um típico representante da Segunda Onda Feminista[2] em São Luís. A sugestão não me causava estranheza. Os movimentos LGBT+ desde os anos 1960 estiveram no campo do feminismo (Grossi, 2000) e as pautas eram e continuam comuns. Ao longo do século XX, as noções de opressão sexual foram distendidas e passaram a transitar por

2 O movimento feminista ocidental costuma ser compreendido a partir de fases distintas, chamadas na literatura de "ondas". Assim, a Primeira Onda feminista aconteceu na virada do século XIX/XX, com foco na reivindicação pelo voto feminino. Este momento é também conhecido como Sufragismo. A Segunda Onda feminista é oriunda dos movimentos contraculturais dos anos 1960. Neste momento, os temas se ampliam e as lutas passam a abarcar a emancipação financeira e intelectual da mulher, a liberação sexual e autonomia em relação ao próprio corpo. O viés intelectual, branco e classe média do feminismo, nesse momento, suscita protestos de ativistas não-brancas e periféricas pavimentando o caminho para a Terceira Onda, que se inicia nos anos 1990, marcada pela interseccionalidade e pelo pós-estruturalismo.

práticas sexuais pouco convencionais, identidades de gênero subversivas, corpos marginais e, principalmente, pela desestabilização da categoria Mulher. O feminismo, principalmente após a influência do pós-estruturalismo estadounidense, é percebido como um horizonte teórico que me pareceu adequado para compreender os mundos em que eu estava prestes a adentrar. Assim, intuitivamente, imaginei que um movimento feminista na Ilha colocaria problematizações que dialogariam e até mesmo influenciariam o aparecimento de outros movimentos relacionados a sexo/gênero. Isto ampliou o caminho que eu percorri neste trabalho, que passou a contemplar o estabelecimento de políticas sexuais e de gênero no estado do Maranhão durante o recorte temporal proposto.

Enquanto realizava as entrevistas, entretanto, o que era muito coerente para mim (estudar o estabelecimento das políticas e sexuais de gênero no estado no período da redemocratização), na verdade, era uma escolha autoral. É autoral porque à medida que as entrevistas foram acontecendo, notei que as personagens com quem entrei em contato, não necessariamente contracenavam na época. As Mulheres da Ilha não encontravam ou conheciam as mulheres lésbicas ludovicenses que posteriormente se organizaram em um movimento social. E as lésbicas em questão também não consideravam o movimento feminista como relevante para a organização do LEMA. Mesmo que, depois, os diferentes grupos tenham se cruzado – em outras militâncias e em trabalhos no poder público - isso não aconteceu durante a década de 1980.

O recorte temporal do projeto inicial, então, me levou para outros lugares, que também não são exóticos para a teoria feminista. As maneiras de fazer política, neste recorte escolhido, variavam bastante e a expressividade das sexualidades dissidentes traziam questões relativas à performance e à potência dos corpos como propulsoras de um agir democrático que acontecia fora dos espaços institucionais. Tais possibilidades são muito importantes para a teorização de uma política feminista, que prevê a emancipação através da resistência em microcosmos da vida privada.

Durante o doutorado, participando do Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP UFMA/UEMA), este entendimento ganhou novas formas. Além de compreender a política como uma expressão dos atos e dos corpos, passei a vê-la também como um jogo de interesses cotidianos, como parte da vida vivida diariamente

por pessoas e grupos. Eu conhecia essas formulações, discutidas desde o fim do século XX nas Ciências Sociais brasileiras, mas nunca as tinha incorporado.

Assim, optei por iniciar a caracterização dos grupos estudados pela maneira "afrontosa" com que eles se colocavam na Ilha a fim de perceber como as subjetividades dessas mulheres foi acontecendo em lugares pouco convencionais, o que me levou a buscar uma cartografia destes lugares a partir da perspectiva *queer* (Preciado, 2017), o que significa não apenas tê-los como locais de memórias de uma transgressão mas como locais que estiveram ativados para a transformação política. Entrei em contato com as possíveis interlocutoras em 2021, durante a pandemia de COVID-19, e, depois, mesmo com o fim das restrições, muitas pessoas preferiram falar comigo via online. Algumas por comodidade ou precaução, outras porque não residem mais em São Luís.

Conforme fui obtendo as respostas das pessoas que contactava, percebi que eram duas redes com perfis muito diferentes. As Mulheres da Ilha e outras ativistas ligadas à militância em São Luís, nos anos 1980, tinham entre 60 e 80 anos e atuaram a partir de uma perspectiva de combate direto ao autoritarismo do Regime Militar. As mulheres lésbicas estavam na faixa dos 50 anos, mais próximas à minha idade, portanto, e iniciaram a militância em um contexto pós-Ditadura. As Mulheres da Ilha são membros da classe média intelectualizada e já tinham elevado grau de instrução há 40 anos. Há mulheres de classe média entre as lésbicas entrevistadas, mas as militantes do LEMA são da classe trabalhadora. Entre as Mulheres da Ilha, há muitas "forasteiras", que vieram de vários estados brasileiros; as militantes do LEMA são todas maranhenses. As redes conectam-se em meados dos anos 1990 quando a Ilha já possuía uma robusta teia de conselhos e fóruns que congregava os diferentes movimentos sociais.

Em ambos os casos, as entrevistadas eram "informantes exigentes", para usar uma expressão de Paul Thompson (1992). Isto significa que as mulheres com quem conversei eram "especialistas" no tema que eu estava propondo e que exigiam de mim um conhecimento prévio. Elas tinham vivido o período, feito aquela história e, também, tinham feito reflexões poderosas a respeito, o que é uma característica da militância

política. Assim, muitos episódios relatados contêm também uma análise dos significados dele.

Ainda guiada por Thompson (1992), iniciei as entrevistas de maneira genérica, confiando que "nossa própria ignorância pode se tornar útil" (p. 255), à medida em que as explicações eram mais didáticas e generosas. As interlocutoras mostraram-se interessadas em me contar a história e, na condição de "exigentes", confiantes de que os relatos eram importantes. As redes abriram-se de maneira espontânea. Toda entrevista me levou a novos contatos e eventos considerados pelas interlocutoras como fundamentais para a compreensão da cena que eu estava pesquisando. Conforme terminava as conversas, fazia anotações a respeito das condições da entrevista e dos fatos mencionados - e procurava checá-los. A checagem me deixou cada vez mais informada sobre o período. Manifestações, encontros nacionais, locais frequentados, pessoas envolvidas. Aos poucos eu conhecia melhor aquele universo e as entrevistas tornaram-se mais acuradas. Procurei, entretanto, manter as perguntas iniciais, "livres", mais ou menos as mesmas, embora o trabalho fosse se desenhando para mim.

Entrei em contato com mais de 50 pessoas e realizei 24 entrevistas – 12 presenciais e 11 online. Duas pessoas que eu entrevistei online conheci pessoalmente posteriormente. Uma das entrevistas, realizada em um bar lésbico da capital, foi feita com duas mulheres ao mesmo tempo. Duas pessoas me procuraram para um outro contato. Uma delas porque teve que interromper a conversa e depois me procurou para retomá-la e a outra porque encontrou um material impresso que poderia me interessar. Além de me fornecerem contatos que julgaram importantes serem ouvidos para o meu tema de pesquisa, algumas mulheres intercederam junto a outras que haviam se recusado a falar ou ignorado minha interação inicial. Logo, receber minha mensagem deixou de ser uma surpresa para as ativistas, o que foi um sinal de que elas conversavam entre si. Mantive diálogo com várias delas depois da entrevista, através de envios de fotos, contatos ou alguma complementação dos casos relatados. Por se tratar de interlocutoras informadas não tive problema com os termos da pesquisa. Todas conheciam as condições de me fornecer os relatos e sabiam que eles seriam utilizados em um trabalho acadêmico. Tampouco houve qualquer resistência em relação à gravação da entrevista. Várias sugestões de leitura me foram dadas pelas ativistas,

procurei segui-las. Apresento abaixo um quadro síntese com informações das pessoas entrevistadas.

Sujeita da pesquisa	**Idade**	**Local de origem**	**Raça**	**Profissão**	**Atuação**	**Data da entrevista**	**Meio de contato**
1. Dorothy	c. 60 anos	Maranhão	Negra	Assistente Social	Militante do Mãe Andresa; organizadora de eventos LGBT+	26/11/2020	Whatsapp
2. Michele	25 anos	Maranhão	Branca	Assistente Social	Organizadora de eventos LGBT+	12/07/2021	Google Meet
3. Rosely	50 anos	Maranhão	Branca	Servidora pública	Fundadora do LEMA, organizadora de eventos LGBT+	15/07/2021	Google Meet
4. Ribamar	80 anos	Maranhão	Branca	Artista	Ativista pela redemocratização e Direitos Humanos	23/08/2021 e 27/07/2022	Whatsapp
5. Fantine	51 anos	Maranhão	Parda	Servidora pública	Militante do LEMA e do Movimento Passo Livre	04/05/2022	Pessoalmente
6. Simone	c. 60 anos	Espanha	Branca	Professora universitária	Fundadora do Grupo Mulheres da Ilha, ativista pela redemocratização e Direitos Humanos	17/05/2022 e 25/05/2022	Pessoalmente
7. Lya	c. 60 anos	Rio Grande do Sul	Branca	Professora universitária	Fundadora do Grupo Mulheres da Ilha, ativista da OXFAM	29/05/2022	Google Meet
8. José Carlos Saboia	77 anos	Ceará	Branca	Político e professor universitário	Deputado, ativista pela redemocratização e Direitos Humanos	01/06/2022	Google Meet
9. Marie	c. 60 anos	Ceará	Branca	Professora universitária	Ativista pela redemocratização e Direitos Humanos	08/06/2022	Google Meet
10. Ruth	81 anos	Maranhão	Branca	Integrante do Sistema de Justiça e	Deputada, ativista pela redemocratização	09/06/2022	Google Meet

				política	e Direitos Humanos		
11. Salomé	70 anos	Rio de Janeiro	Branca	Psicóloga	Fundadora do Mulheres da Ilha, agente do Cáritas, ativista pela redemocratização e Direitos Humanos	11/06/2022	Google Meet
12. Tomás		Maranhão	Branca		Ativista e professor universitário	11/06/2022	Google Meet
13. Anita[3]	----	----------	----------	----------	----------	----------	----------
14. Laura	39 anos	Maranhão	Branca	Servidora pública	Organizadora de festas lésbicas	04/08/2022	Pessoalmente
15. Carmem	c. 50 anos	Maranhão	Branca	Jornalista	Organizadora de festas lésbicas	06/08/2022	Pessoalmente
16. Leca	53 anos	Maranhão	Branca	Agente de segurança pública	Participava da rede de sociabilidade lésbica na virada do século XXI	07/08/2022	Pessoalmente
17. Glória	c. 60 anos	Maranhão	Branca	Professora universitária	Militante do Grupo Mulheres da Ilha	08/08/2022	Pessoalmente
18. Emilinha	c. 60 anos	Maranhão	Negra	Professora	Sindicalista e militante do Grupo Flor de Bacaba	18/08/2022	Pessoalmente
19. Graça	61 anos	Maranhão	Branca	Empresária; servidora pública	Dona de bar lésbico	25/08/2022	Pessoalmente
20. Betânia	65 anos	Maranhão	Branca	Servidora pública	Sindicalista, produtora cultural	26/08/2022	Pessoalmente
21. Andrea	50 anos	Maranhão	-------	Empresária	Fundadora do LEMA	01/09/2022	Pessoalmente
22. Kátia	c. 50 anos	Maranhão	Branca	Jornalista	Participava da rede de sociabilidade lésbica na virada do século XXI	01/09/2022	Pessoalmente
23. Vilma	c. 60 anos	Maranhão	Branca	Empresária	Dona de bar lésbico	22/09/2022	Pessoalmente
24.	59	São Paulo	Negra	Artista	Ativista do Mãe	12/10/2023	Google Meet

3 Não constam os dados de Anita por solicitação da própria interlocutora.

Elaine	anos				Andresa		

A escolha pelas entrevistas livres vem da opção pela História Oral como método de pesquisa de campo. Acredito que os relatos livres produzem o inesperado, que era o que desejava ouvir. Não se tratava, para mim, de apenas situar as mulheres dentro de uma história que já foi contada na versão masculina ou elencar as ações que as tornaram atrizes políticas em determinada época, mas conseguir o registro subjetivo do momento para escrever algo à altura do que eu considero uma sublime transgressão. Não se trata de reviver mas de refazer e reconstruir o passado.

> A experiência da releitura é apenas um exemplo, entre muitos, da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual; impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador. Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. (Bosi, 2016, p. 21)

Nesse sentido, as entrevistadas foram bastante reflexivas. Minhas interlocutoras pareciam informadas, também, dos desdobramentos históricos do ativismo feminista e apontaram várias insuficiências das ações passadas enquanto as relatavam. As lembranças, nos lembra Halbwachs (1990), se adaptam ao conjunto de percepções atuais, fazendo com que o passado esteja sempre sendo reconstruído à medida em que seja acionado. As vivências reativadas consideraram o cenário atual. Além das insuficiências, importância histórica do que foi feito em São Luís na virada do século XX para o século XXI é percebida por todas. Por diversas vezes fui alertada "isso foi muito importante".

Ainda seguindo Halbwachs (2019), tentei manter ciência de que as lembranças reais podem ser compostas de lembranças fictícias e, assim, procurei outras fontes que corroborassem aquilo que me foi relatado. Além disso, tentei construir um texto em que o pano de fundo histórico sustente a cena que me foi contada e forneça uma atmosfera do período.

Se as memórias são ancoradas na força do grupo (Halbwachs, 2019), os relatos foram se tornando mais detalhados conforme as entrevistas iam avançando. Assim, soube da existência do Bar da Marlene na primeira entrevista, por exemplo, e, posteriormente, quando perguntava especificamente sobre o local, as lembranças vinham com mais força e camadas. O mesmo aconteceu com Olho D'Água, praia em que viveram algumas Mulheres da Ilha. Quando soube que ali havia sido um local alternativo na Ilha, algumas entrevistas já haviam sido realizadas, as sujeitas posteriores, entretanto, me contaram mais sobre o bairro.

Inicio o Capítulo 1 apresentando as protagonistas desta tese a partir desta perspectiva. Mulheres transgressoras dos costumes circulando pela praia do Olho d'Água – algumas, com devir feminista, estão dentro de um quadro mundialmente conhecido como contracultura e emergência da Nova Esquerda; outras, alheias às movimentações internacionais, vivem a lesbianidade nas noites da orla. No caso, as feministas eram de diversos lugares do país, o que suscita a discussão a respeito da circulação de intelectuais pelas regiões "remotas" do Brasil e como ela foi construída no imaginário nacional. Discuto, então, as motivações e ideologias que levavam as pessoas a escolherem São Luís do Maranhão.

No Capítulo 2, mostro como a esquerda ludovicense se organizou para enfrentar o autoritarismo da Ditadura Militar e, então, como as Mulheres da Ilha se transformaram em movimento social pioneiro e inspirador. Procuro me ater aos movimentos sociais mais lembrados pelas mulheres com quem conversei e, então, também apresento o movimento feminista negro Grupo Mãe Andresa e o comunista Comitê Oito de Março.

No Capítulo 3, apresento um aspecto que me parece crucial para a esquerda maranhense: as relações estabelecidas entre a intelectualidade local e a Igreja Católica. No Maranhão, não era possível apenas celebrar a redemocratização e dar vazão às expressões das subjetividades contraculturais. A transgressão individual na Ilha encontrava a imensa pobreza rural do estado, naquilo que Gayatri Spivak (2014) chamou de um outro tão precário que não conseguimos nomear, aqueles que estão fora até mesmo da exploração internacional e que precisam de outros olhares além dos estabelecidos pela filosofia política ocidental. Assim, o contato das Mulheres da Ilha com o interior maranhense e a zona rural de São Luís, através de uma aliança franca

com os padres ligados à Teologia da Libertação, mostra especificidades da ação coletiva feminista no estado.

No Capítulo 4, apresento algumas movimentações destas mulheres à época da Constituinte. Acredito que os relatos compõem uma transição interessante para o estabelecimento dos movimentos LGBTs+ na Ilha, já que considero que eles se utilizam da “arquitetura” democrática desenhada em 1988.

No Capítulo 5, observo maneiras alternativas de viver São Luís, mas através das lentes lésbicas. Como as entrevistadas não estavam organizadas em movimentos sociais formalizados, apresento-as através dos lugares que elas frequentavam e da maneira como lidavam com a própria existência marginal na cidade. É o capítulo mais *queer* da tese e onde alguns lugares considerados fundamentais para a compreensão da transgressão ludovicense são revisitados: o bar da Marlene, a Boate Pedrita, entre outros.

No último capítulo (Capítulo 6), traço uma história possível da organização política das lésbicas maranhenses e o texto fica mais próximo século XXI. Para chegar até aqui, acredito ser necessário contar a história do movimento homossexual local. Inicio contando a história do Grupo Tibiras, depois do Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais no Maranhão, do Gayvotas para, então, situar o LEMA. A linha entre o que conecta os quatro grupos foi apontada pelas mulheres entrevistadas e adotada por mim.

Nesse trabalho, opto, a maioria das vezes, por usar a sigla LGBT+. Não me coloco de maneira antagônica ao uso das siglas propostas pelo ativismo LGBTQIAPN+ mas acredito que a extensão das letras revela a fragilidade da ampliação, uma vez que novas ausências são notadas a cada atualização (Preciado, 2011). Outro ponto que é importante ressaltar: o trabalho conta a vida e o ativismo de mulheres nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000. Na pesquisa de campo, as sexualidades dissidentes citadas são a homossexualidade, a lesbianidade, a transexualidade e a travestilidade e são estes grupos que compõem a cena do período. Acredito que as novas sexualidades são importantes - mostram que o modelo binário está esgotado - e que pensar sobre as subjetivações a partir de sexo e gênero é uma tendência irreversível e libertadora. Entretanto, quando comecei a escrever o texto, senti que havia algo de anacrônico em

fazer uso da sigla atualizada. Nos relatos, as abreviações utilizadas são GLS e LGBT - a primeira caiu em desuso mas apareceu em campo de maneira significativa.

Capítulo 1 – Forasteiras e desbundadas na praia do Olho d'Água

1.1. Introdução: O encontro incidental

A história contada nesta tese começa em uma praia da cidade de São Luís do Maranhão. Nesta praia, durante as entrevistas que realizei, consegui ver um pouco da revolução que o feminismo promove quando chega. A Praia do Olho d'Água, a partir do final dos anos 1970, foi o lugar que as Mulheres da Ilha escolheram para viver. E, também, foi um lugar importante para a sociabilidade das lésbicas ludovicenses, desde os anos 1980.

Escolho começar por esta praia porque, durante as entrevistas, ela foi citada pelos dois grupos de mulheres como um local em que era possível existir de maneira mais livre. As feministas iniciaram ali uma "contracultura" maranhense e adotaram uma atitude muito mais transgressora do que era permitido pelo Brasil comandado por um governo autoritário. As lésbicas, por sua vez, podiam "trocar seus afetos livremente", sem se sentirem cerceadas pelos olhares da conservadora sociedade ludovicense (a vivência das lésbicas no Olho d'Água apenas tangencia este Capítulo. Elas serão apresentadas no Capítulo 4).

A praia, entretanto, não era um lugar óbvio de se frequentar em São Luís. O litoral ludovicense é uma incorporação recente ao cotidiano do cidadão e acessá-lo significava refugiar-se. Inicio o Capítulo contando, então, a história deste acesso procurando evidenciar os elementos que apontam as disputas sociais envolvidas na ocupação daquele espaço. Um espaço que se torna, em certa medida, lugar para a construção de novas subjetividades dentro do campo político progressista. Gênero, como categoria de luta social vinha se consolidando no cenário mundial, com os movimentos contraculturais na Europa e nos Estados Unidos, e, em São Luís, as mulheres engajadas em organizações de esquerda apresentam um devir feminista mesmo antes de se organizarem em movimento social. A busca por mais liberdade individual, para ultrapassar os limites impostos por uma ordem conservadora e patriarcal, marca a trajetória das militantes em diferentes atuações que descrevo ao longo deste trabalho.

Depois, tento entender quem são as mulheres feministas que vivem ali. Parto de um dado que me interessou: a maioria delas era “de fora” de São Luís. Saber quem elas eram, então, passa por entender por que estão ali. O “romantismo revolucionário” que as levou ao Maranhão é trabalhado a partir de uma mentalidade construída pelo Estado brasileiro e encampada pelas associações de esquerda: o sonho de modernização do interior do país. Além disso, a Ditadura Militar buscava apoio das camadas médias brasileiras e, para isso, tentou seduzi-la com a expansão o sistema universitário federal. Os ideais de integração nacional, trouxeram – ou facilitaram a vinda - para São Luís, de profissionais liberais atuando em projetos de colonização dirigida, ativistas de ONGs internacionais e padres da Teologia da Libertação. As reformas universitárias conduziram, para a capital, professores, pesquisados e, também, intelectuais exilados, após a anistia, em 1979.

1.2. Os caminhos para a praia

> *Eu era aquela carioca né? Que não entendia por que que os maranhenses não iam na praia* [risos]*. Nunca tinha ninguém! Então, eu ia muito na praia. Eu li o Freud na praia, eu tirava xerox da obra pra não estragar, porque aí venta muito. Você tá no Maranhão? Aí venta muito!* (Salomé, 11-06-2022).



Figura 1. As principais praias do litoral norte de São Luís (mapa feito por mim no Google Earth)

O litoral norte de São Luís é composto por cinco praias principais: mais próxima ao Centro Histórico está a Ponta d'Areia acessada por canoas até a inauguração da ponte do São Francisco (1970) que aproximou definitivamente os dois bairros. A Península é o ponto mais extremo da Ponta d'Areia. Depois dela, iniciando a avenida Litorânea, está a praia de São Marcos, seguida pelo Calhau e, então, pelo Olho d'Água. Um pouco mais distante, está a praia do Araçagy. A praia do Caolho é como é chamada a faixa de areia entre Calhau e Olho d'Água não está entre as maiores praias e a marcação no mapa se deve à importância dessa área para as entrevistadas – na praia do Caolho funcionaram três bares importantes para a cena do período. O bar do Seu Pedro, frequentado pelas Mulheres da Ilha e pela esquerda festiva. E os bares Copo Gelado e Marlene, citados pelas lésbicas com quem conversei (ver Capítulo 5).



Figura 1.O Centro Histórico de São Luís, no enclave entre os rios, antes do acesso viário à região norte da Ilha. Na imagem é possível perceber o Centro Histórico plenamente urbanizado enquanto o litoral norte permanece intocado. Foto: Empório Casa Real.

Apesar da cidade de São Luís estar situada na Ilha de Upaon Açu[4] (ou Ilha do Maranhão), a ideia de uma capital balneária é uma incorporação recente ao imaginário

4 A Ilha é composta de mais três cidades: Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

dos ilhéus. Isto acontece porque São Luís foi iniciada[5] em um estuário, entre os rios Anil e Bacanga (IBGE, 2010). Nesta região, as primeiras construções foram estabelecidas no século XVII, no local que se tornou o Centro Histórico da cidade. A peculiaridade geográfica (encrustamento à beira mar, mas entre dois rios) foi determinante para definir o processo de urbanização ludovicense, já que para povoar o litoral da Ilha seria necessário construir pontes de acesso a ele, o que foi feito de maneira efetiva apenas a partir da década de 1970. Burnett (2008) divide a expansão de São Luís em dois períodos. Primeiro, uma urbanização tradicional, que tendeu a interiorizar a ocupação da ilha. Depois, no final do século XX, uma urbanização modernista, focada no litoral da cidade. Assim, a cidade cresceu "para dentro".

Havia duas maneiras de se chegar à praia. Pela Ponta d'Areia, praia mais próxima do Centro Histórico, através de canoas que faziam a travessia. Ou atravessando a cidade pelo centro, por Monte Castelo, transpondo rios menores para, então, chegar ao Olho d'Água. "Naquele tempo, o curso d'água representava um obstáculo que precisava ser diariamente superado para alcançar a cidade de então" (Cruz, 2016, p. 79). Quem primeiro me falou sobre a "distância" do centro para o litoral foi Graça, funcionária pública aposentada e pioneira em estabelecimentos comerciais *gay friendly* na orla de São Luís. Graça se lembra das dificuldades do pai para ir até a Ponta d'Areia, antes da inauguração da ponte. E também do único caminho para o Olho d'Água, antes da expansão urbana para o litoral norte de São Luís.

> *… para ir para a Ponta da Areia tinha que atravessar de canoa, pegava ali na Beira Mar, ali onde tem o... não tem o antigo Cassino? Por ali, ali ficava as canoinhas, aquelas canoinhas petitiquinhas, que eu não sei como é que chama". Não tinha ponte, não tinha como atravessar para ir para a praia, tinha que ser por ali. Ou então quando você ia pro Olho d'Água, a única ponte que tinha era Caratatiua. Sabe onde é a Caratatiua? Não tem ali o Shopping da Ilha? Só tinha aquela pontezinha que ia pro Olho d'Água, pra essa parte aqui[6]. Ou então você ia pelo Anil, pelo Cruzeiro do Anil, pegava o Turu pra ir pro Olho d'Água, ali por aquela estrada. Sabe onde é o Turu, não sabe? Já está há anos por aqui, sabe* [risos] (Graça, 25-08-2022).

5 A cidade de São Luís do Maranhão foi fundada no dia 08 de setembro de 1612, pela esquadra francesa comandada por Daniel de La Touche como parte de um projeto do rei Luís XIII de estabelecer a França Equinocial nos trópicos, o que deveria ser feito a partir do que hoje conhecemos como estado do Maranhão.

6 Estávamos em café no Golden Shopping, na praia do Calhau.

As canoinhas, citadas como meio de transporte nos trechos acima, apareceram em outro momento da minha pesquisa de campo, durante uma entrevista, em que conversávamos sobre as diferentes maneiras de se referir à homossexualidade no Maranhão, ao longo do século XX. Em um momento descontraído, soube que "canoinhas" era um termo comum nos anos 1950 para se referir a homossexuais masculinos. "*Ele era até canoinha e tal*". Meu interlocutor – um conhecido artista maranhense - não soube me dizer o porquê do termo. Contou que era comum que as canoas fossem rebocadas por barcos pesqueiros durante a travessia. E especulou

> *Sempre eles rebocavam uma canoinha, então, esse negócio de estar atrás - não sei se era isso – ou... canoinha quando vai remar pode uma pessoa só remar e governar, né?* (Ribamar, 27-07-2022).

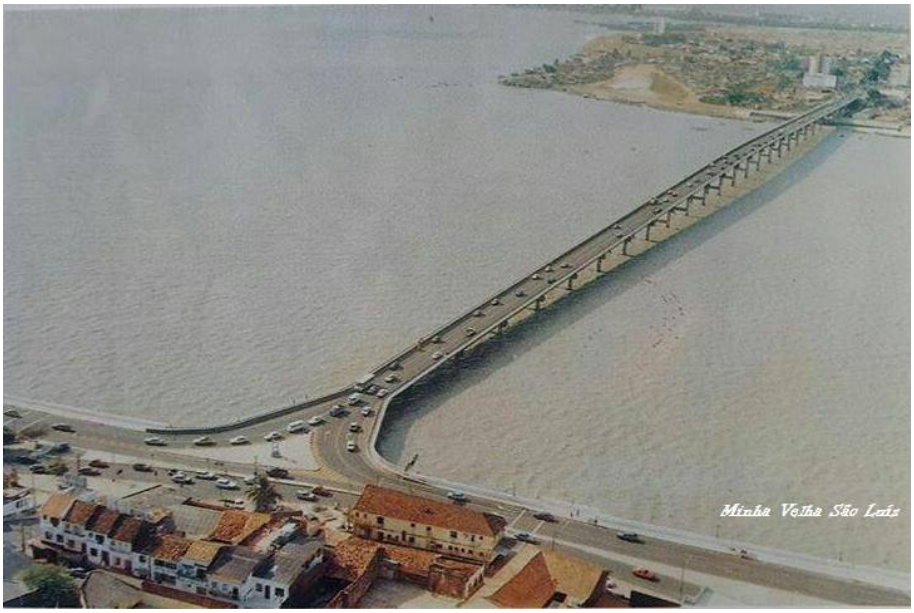


Figura 2. Ponte do São Francisco, inaugurada em 1970, conecta o Centro Histórico ao norte da Ilha e inicia o processo de balnearização de São Luís. Foto: Alisson Santos[7].

As canoinhas se tornaram obsoletas na década de 1960, quando duas pontes foram construídas sobre o rio Anil e se fizeram fundamentais para aumentar o acesso à orla norte. A ponte Caratatiua (1968), que agilizou o acesso ao Olho D'Água via interior da Ilha; e a ponte do São Francisco (1970), oficialmente chamada de Ponte José

7 Disponível em: https://www.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis/

Sarney, ligou o Centro Histórico à Ponta da Areia e, posteriormente, ao Calhau (Cruz, 2016; Masullo 2016).

A integração com o Centro Histórico, planejada desde a década de 1950[8], se concretizou neste momento, mas para o projeto de urbanização focada no litoral foi só o começo. Era preciso construir uma avenida na orla, que ligasse as principais praias, o que se materializou com a inauguração da Avenida Litorânea, no dia 31 de dezembro de 1993, com 5,5 km de extensão, no governo de Edson Lobão[9].

A construção da Litorânea foi um projeto iniciado nos anos 1980 e passou por diversas etapas. Em 1990, houve a inauguração da avenida dos Holandeses, que integrou a região através do transporte coletivo. Daí, a construção da Litorânea passou por três fases. Primeiro, urbanização das praias do Caolho, Calhau e São Marcos. Em seguida, foram incorporados à obra a Ponta da Areia e o bairro São Francisco. Depois, houve a integração da região da Lagoa da Jansen, através da criação de acesso às pontes São Francisco e Bandeira Tribuzzi (Masullo, 2016).

Como já dito, até a construção da avenida Litorânea, os habitantes da cidade não a percebiam como tal, ir à orla não estava associado ao lazer ou à sociabilidade, mas, sim, ao "trabalho da pesca e ao descarte de dejetos" (Cruz, 2016, p. 81). A incorporação da orla do norte foi fundamental para alterar essa percepção. De acordo com Cruz (2016), a população passa a experimentar "formas praianas de sociabilidade, como não se havia visto antes na história de São Luís" (p. 103). Hoje, Cruz (2016) considera São Luís uma metrópole litorânea. As pessoas me contam que a Avenida Litorânea “bombou” assim que foi inaugurada. Engarrafamentos eram comuns por ali. Ela tornou-se fundamental para urbanização e desenvolvimento da região costeira da ilha, principalmente em relação a serviços de esporte e lazer (Barbosa, 2016). Como me disse uma interlocutora “*Aí virou febre né?*”.

---

8 O principal documento do período é Plano de Expansão da Cidade de São Luís, de 1958, elaborado pelo engenheiro Ruy Mesquita (Mesquita, 1958; Marques, 2021).

9 Em 2012, com recursos municipais, mais 1,2 km em direção ao Olho d'Água foram entregues pelo prefeito João Castelo (2009-2013). Em 2021, o governador Flávio Dino (2015-2022) entrega mais 1,2 km e a avenida chega, enfim, ao Olho d’Água.

1.3. A invasão do Olho d'Água

> *Muitos ali foi invasão, entendeu? Ali não foi comprado. Muita gente foi... invadiu* (Graça, 25-08-2022).



Figura 4. Marcadores: Em amarelo, os pontos que devem se conectar: o Centro Histórico e a praia do Olho d'Água. Em vermelho, uma rota pelo interior da Ilha. Em azul, o trajeto depois da inauguração da ponte do São Francisco. O traçado azul pinta a avenida Litorânea até dezembro de 2020. Em verde, o trecho inaugurado durante a pandemia.

Com as dificuldades de acesso ao litoral, até meados do século XX, a praia mais frequentada da cidade era o Olho d'Água e alguns empreendimentos foram "fundados" por famílias abastadas, visando tornar o local uma opção de veraneio das classes média e alta. De acordo com os jornais na época, o governo estadual foi coagido a construir acesso e infraestrutura para a área (Burnett, 2008), a ponte Caratatiua pode ser colocada dentro deste pacote de obras.

Os locais de moradia logo foram se estabelecendo no Olho d'Água e as pessoas residiam, preferencialmente, de frente à praia, próximas à foz do rio Pimenta. Depois, começou a se formar, nos anos 1970, a comunidade conhecida como Prainha,

ameaçada de remoção com a primeira expansão da avenida Litorânea naquele sentido e em luta pela permanência até os dias de hoje (Galeno, 2014; Panet, 2015). A comunidade é formada por migrantes do interior do estado e se estabeleceu ali pela disponibilidade de lotes na época em que chegaram à cidade. Viveram sem ser incomodados até a construção da avenida Litorânea.

De acordo com Panet (2015), a Prainha conta com mais de cem pessoas vivendo sob ameaça de serem desalojadas. A autora explica que a comunidade vive ali há quarenta anos e, desde a urbanização da orla, o poder público tem se utilizado da retórica da preservação ambiental para tentar a remoção via judicial.

> A localização socialmente privilegiada em que se encontravam (de frente para o mar), face a condição de pobreza e miséria, além da condição de 'ocupantes' sem título de propriedade, os fizeram não habilitados a estarem ali. A questão ultrapassou visivelmente o interesse de salvaguarda ambiental e cedeu aos interesses especulativos do capital imobiliário (Panet, 2015).

A palavra invasão sempre rondou o Olho d'Água. As camadas médias e alta a fizeram com o apoio do poder público; a população de baixa renda ainda luta para permanecer ali. Os autores Lima Filho (1992), Martins *et all* (2002) e Ribeiro Junior (2001) chamam o processo de "ocupação espontânea" da região, que se intensificou nos anos 1980 e 1990, com o crescente interesse dos moradores do centro em adquirir lotes na praia (Lima Filho, 1992). O processo ocorreu, principalmente, devido à migração de moradores da zona rural da Ilha para o bairro São Francisco - dando origem ao bairro popular que hoje conhecemos como Ilhinha -, o que fez com que a população mais abastada, que utilizava o local para lazer, fosse em busca de lugares mais afastados (Ribeiro, 1996; Ribeiro Junior, 2001).

Nos anos 1980, então, o Olho d'Água tinha uma configuração bastante estratificada. De acordo com Ribeiro (1996) e Martins (2002), havia uma região bastante popular - o Curubal - frequentada pelas pessoas que residiam nos bairros que foram surgindo via interiorização da Ilha, também, de maneira espontânea. Depois, havia os moradores dos conjuntos habitacionais construídos na região, cuja praia era conhecida como Cuca Legal. E, enfim, o Cudosal, onde os usuários mais ricos, provenientes de áreas nobres da capital, haviam adquirido (ou ocupado) um lote para

veraneio. Depois da inauguração da Avenida Litorânea, esse público se espalhou entre Calhau e São Marcos e, alguns, foram para o Araçagy.

As três denominações (Curubal, Cuca Legal e Cudosal) não aparecem nas entrevistas realizadas. Mas a estratificação sim. A praia do Olho d'Água era dividida por alguns frequentadores em espaços conhecidos como Café, Café com Leite e Leite. Na região praiana do Café, ficavam os frequentadores mais pobres, que acessavam o lugar via ônibus, com acesso via interior da ilha. O Café com Leite, eram os "mais ou menos", segundo minha informante, quase que um grupo de transição para o Leite, onde estavam os frequentadores mais ricos e que possuíam locomoção para frequentar uma praia mais distante.

> *Graça - Porque antigamente a praia mais frequentada era o Olho d'Água. Tanto é que o Olho d'Água tinha divisão. Café, café com leite e leite (risada)*
> *Eu - Por causa da cor da pele?*
> *Graça - Não, pela posição das pessoas. Café ia logo na entrada, os farofeiros que vinham, né? O café com leite é o mais ou menos. E o leite vai se* (faz um gesto com as mãos, indicando que ela não tem nada a ver com essa divisão) (Graça, 25-08-2022)

Perguntei para minha entrevistada sobre o racismo presente na classificação, mas ela rechaçou a hipótese. Disse que a divisão acontecia por classe social e não era exclusiva do Olho d'Água.

> *Acho que não. Acho que é mais poder aquisitivo. Por que quem tinha carro podia ir lá pra frente né? Tanto que a Ponta d'Areia, hoje, agora que está começando a ser frequentada assim, mas não pra banho. Por causa da Península[10]. Que tem um poder aquisitivo melhor. Os ricos. Então, você vai na Ponta d'Areia e você vê as pessoas que frequentam. E as pessoas que frequentam a Litorânea, é totalmente diferente. (Ponta d'Areia) é mais povão. Então é mais ou menos isso. No Olho d'Água, logo no começo. Porque o pessoal assim, sem poder aquisitivo, vinha de ônibus, ônibus lotadão, né? Aí descia ali e ficava, todo mundo com a sua sacolinha de farofa e tal e tal. Aí depois que foram construir as barraquinhas. Aí parava logo no início ali os farofeiros, né? Aí ficava ali e descia o povão do ônibus. Aí mais pra lá ficavam os mais ou menos. Aí mais pra lá os que tinha carro, aí já dava para armar sua barraquinha fazer as coisas. Aí depois foi construindo as barracas mesmo. Aí mais pra frente indo para Araçagy tinha um lugar, uma grilagem. Fizeram... como era o nome de lá? Era uma invasão, só casas boas, ricas. Aí o pessoal ia*

10 A Península da Ponta d'Areia tornou-se, no século XXI, o trecho da orla mais valorizado de São Luís e o metro quadrado mais caro da cidade. A região possui serviços e empreendimentos imobiliários sofisticados e é conhecida apenas como Península (ver Figura 1).

> *tudo para ali. Não sei o que aconteceu que derrubaram tudinho* (Graça, 25-08-2022).

A certeza de Graça em relação à segregação da praia não é uma opinião pessoal, pelo contrário, está em consonância com o pensamento intelectual hegemônico brasileiro do período. A divisão racial do espaço, para utilizar uma categoria criada por Lélia Gonzalez (1982), é construída para que a população perceba a divisão como "natural" e não como uma estrutura racista da sociedade.

O “lugar natural” e subalterno que o negro deve ocupar nos espaços públicos (e privados) dá título ao clássico livro Lugar de Negro (1982)[11], publicado por Lélia Gonzalez e pelo sociólogo argentino Carlos Hasenbalg. Na obra, os autores traçam um panorama da intersecção entre classe e raça nos estudos raciais brasileiros e discutem como a perspectiva assimilacionista foi incorporada pela população, pela academia e, até mesmo, pelo movimento negro.

Carlos Hasenbalg (1982) mapeou a perspectiva assimilacionista da produção acadêmica brasileira sobre as relações raça e classe partindo de Gilberto Freyre, na década de 1930. Ele destaca que o pensamento freyriano nega o fator raça como gerador de desigualdade ao enfatizar a mistura racial, o que permite a criação do mito da democracia racial no país. Durante as décadas de 1940 e 1950, à esta visão, soma-se à influência das pesquisas conduzidas pelo antropólogo norte-americano Charles Wagley e a *intelligentsia* brasileira conclui que, como no país não havia segregação legal entre as raças - o que acontecia nos Estados Unidos -, a desigualdade seria superada "naturalmente". Apontavam para classe social como o fator preponderante para a discriminação, sendo a raça irrelevante para a desigualdade. Assim, para este pensamento "a forte consciência das diferenças de cor não está relacionada à discriminação" (Hasenbalg, 1982, p. 85). Por fim, entre as décadas de 1950 e 1960, uma terceira linha de pesquisa torna-se influente no país. Conduzida por Florestan Fernandes, na Universidade de São Paulo (USP), as análises passam a considerar a desintegração do sistema escravista de castas como responsável pela sociedade de classes que emerge no país. Hasenbalg pondera que a visão uspiana

11 O livro é composto de três partes. A primeira "O movimento negro na última década” é escrita por Lélia Gonzalez. As duas últimas "Raça, classe e mobilidade" e "O negro e a publicidade", por Carlos Hasenbalg. No texto desta tese obedeço a separação feita no livro para as citações diretas.

> (...) está relacionada basicamente à região sul do país, onde a grande maioria da população negra tinha saído da condição servil nos anos finais do sistema escravista. O mesmo não poderia ser extrapolado para o resto do país, particularmente Nordeste e Minas Gerais, onde a transição entre condição de escravo e homem livre foi mais gradual e a maioria da população negra já era livre antes da abolição, apesar de ter ficado imobilizada, antes e depois da abolição, por um sistema semi-servil de trabalho (1982. p. 86).

Gonzalez e Hasenbalg (1982) apontam que, embora as análises de Florestan sejam fundamentais para a compreensão do período pós-abolição no Brasil, elas pecam por considerar que a democracia burguesa e o aparato burocrático-legal da sociedade de classes seriam suficiente para apagar as desigualdades, que o sociólogo paulista considera resquícios da escravidão, apresentando assim "um diagnóstico otimista sobre a integração do negro à sociedade de classes" (Hasenbalg, 1982, p. 87). Gonzalez acrescenta que "a mão de obra mais barata possível" (p. 16) para o capitalismo é o trabalhador negro. As três abordagens ignoram, de acordo com Gonzalez e Hasenbalg (1982) que as discriminações raciais, pós-abolição, adquirem novos significados e que as práticas racistas se revelam benéficas para os brancos, tanto material como simbolicamente, e a raça continua estruturando a hierarquia social brasileira na sociedade industrial.

No Olho d'Água, a hierarquia era visível à minha interlocutora, mas ela tem dificuldade em relacioná-la à questão racial. Há um outro aspecto levantado pelos autores que aparece na praia: a desigualdade geográfica entre negros e brancos. A fabricação de uma imagem negativa associada à população que frequentava o trecho mais acessível da orla aponta para a construção de um local apropriado para que os negros fizessem a "farofada". A definição e imposição de "lugares apropriados" (Hasenbalg, 1982) ou "lugar natural" (Gonzalez, 1982) é uma prática racista recorrente do grupo racial dominante. Gonzalez explica que para a mentalidade racista da sociedade brasileira o "lugar natural" do negro são invasões, favelas e cortiço. A divisão racial do espaço não comporta negros compartilhando espaços de lazer com brancos.

Betânia tem uma lembrança mais democrática do Olho d'Água. Ela não considera que o local era elitista, pelo menos até o início dos anos 1980, e recorda que era onde as camadas médias da cidade passavam as férias. “Nascida e criada” no

Centro Histórico, filha de funcionários públicos, durante a infância, Betânia - 66 anos - frequentava ali com os vizinhos:

> *Nessa época, o Olho d'Água não era esse bairro rico. Tinham casas comunitárias, uns sítios assim lá. Algumas famílias que mudaram para lá, que vieram de outros estados e tal. Hippies. Mas aqui, por exemplo, eu tinha uma vizinha que tinha casa lá no Olho d'Água, a gente passava... eu passava os fins de semana das minhas férias lá com eles, lá no Olho d'Água. Uma casa simples, perto da praia. Depois da casa tinha um caminhozinho assim e ia dar na praia, bem pertinho da praia. Não era assim essa especulação imobiliária louca como depois virou e aí aquelas mansões, Calhau. Não tinha isso. Casas simples* (Betânia, 26-08-2022).

Era comum fazer caminhadas a partindo dali até a Ponta da Areia, pela praia, e assistir ao pôr do sol ali. Sempre com atenção à maré, definidora dos horários de ida e volta nesses passeios pela orla. "*Porque a maré aqui, ela enche e vaza muito. Mas isso não impedia, não, de frequentar as praias*". Já era bastante movimentado porque, embora não existisse a avenida dos Holandeses, havia linhas de ônibus que contemplavam a região, partindo do centro da Ilha.

> *Menina, eu andei muito do Olho d'Água pra Ponta da Areia, por ali, por aquele litoral. Eu amava. Eu ia pro Olho d'Água, do Olho d'Água eu descia andando pela praia. Aí chegava na Ponta da Areia pra voltar pra casa já com pôr do sol – que eu adorava ver o pôr do sol na Ponta da Areia.* (Betânia, 26-08-2022)

A vivência das camadas médias naquela praia ganha um componente "forasteiro" a partir do final da década de 1970. O Olho d'Água é o local escolhido por intelectuais e artistas para ter uma experiência de vida comunitária e alternativa em São Luís. Ali, estabeleceram-se ativistas e profissionais vindos do Sul, Sudeste e de outros estados do Nordeste para trabalhar no Maranhão, em projetos de colonização dirigida ou como professores universitários. Algumas Mulheres da Ilha estavam nesta condição. Como elas foram parar ali é o que pretendo contar no próximo tópico.

1.4. A contracultura chega ao Olho d'Água

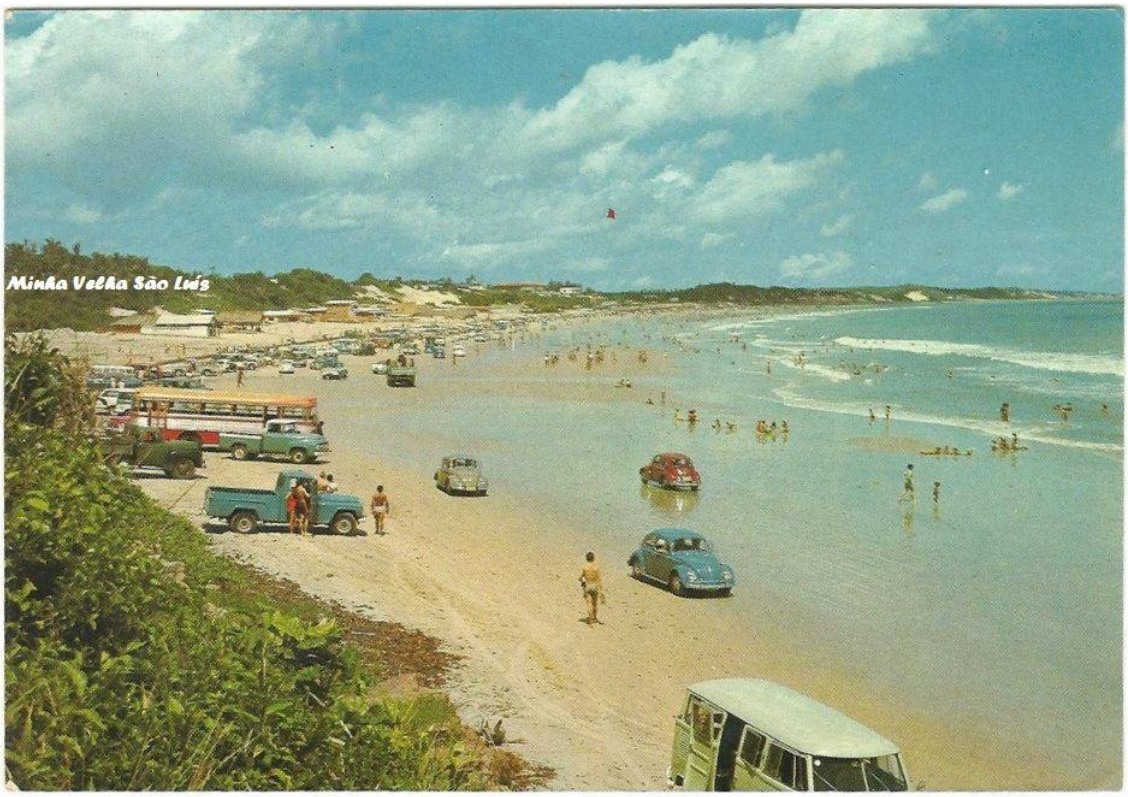


Figura 5. Praia do Olho d'Água, 1960/70. Foto: Rosila Dino[12].

O Grupo Mulheres da Ilha foi criado em 1980, mas algumas das mulheres que o fundaram começaram a chegar em São Luís um pouco antes, no final da década de 1970. A informação de que elas vieram "de fora", me foi confidenciada por Anita.

> (…) *As mulheres de fora, que eram todas de fora, não é? Que compunham esse grupo, elas tinham tipo assim... Era um grupo que morava... todo mundo morava lá no Olho d'Água, todo mundo adotou um modo de vida assim característico das pessoas de fora, das mulheres que tinham chegado, né? De fora.* (Anita, 27-07-2022)

"*O modo de vida assim característico*" me parece estar relacionado à liberdade de comportamento reivindicada por manifestações que tinham sacudido o mundo ocidental há quase uma década, em Maio de 68[13]. Os estudantes na Europa e nos Estados Unidos haviam estabelecidos novas formas de viver a revolução socialista e

12 Disponível em: https://www.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis.

causado um “racha” nas organizações de esquerda. A cisão deveu-se, principalmente quanto à inclusão de novas categorias para a disputa das lutas sociais: o negro, a mulher, o homossexual, o marginalizado e o colonizado passaram a ter a mesma centralidade do operário nas manifestações e, também, na teoria social. Este posicionamento desagrada os marxistas mais ortodoxos, que consideram que o excesso de categorias divide a classe trabalhadora e retarda a Revolução. Os manifestantes de Maio de 68, e suas reivindicações, passam a ser conhecidos como Nova Esquerda nas Ciências Sociais.

A construção de uma vida comunitária é um dos principais ideais que emergem com a Nova Esquerda e passa a fazer parte do projeto político de intelectuais e artistas. De acordo com Oliveira (2016), as comunidades eram “ilhas de calor humano criadas pelos desbundados para sobreviver à censura da existência” (p. 5609). O estilo de vida alternativo, buscar a si mesmo, viver o amor de maneira livre e compartilhar o cotidiano encontra eco em parte de militância mas, também, resistência entre alguns “companheiros”.

As pessoas com quem eu conversei se lembram do Olho d’Água de algumas maneiras, mas todas ressaltam o aspecto contracultural daquela faixa de areia. Ele é lembrado como um lugar distante na cidade onde existia um estilo de vida alternativo em São Luís. Ali, era possível passar os dias lendo na areia, fazendo *cooper* na beira do mar e participando de reuniões feministas em meio ao barulho do vento, das ondas do mar e da moleza do rio.

> *Até hoje é maravilhoso. Bucólico... Eu morava num lugar que tinha 14 pés de coqueiro... era o paraíso, para mim, que fui para o Maranhão, era o paraíso. Tinha 14 pés de coqueiro, 5 mangueiras, o Rio Pimenta passava atrás, eu*

13 A Contracultura foi um movimento que aconteceu no Ocidente nos anos 1960-70. Capitaneado pelo movimento estudantil, colocou novas questões para a esquerda mundial e reconfigurou o campo de luta política. A popularização da psicanálise e da filosofia existencialista trouxeram à tona a importância da construção da subjetividade para a mudança social e a expansão da consciência tornou-se uma bandeira de reivindicação. O movimento considerava que as artes e o uso de psicoativos, por exemplo, eram fundamentais para a construção de um mundo fora da ordem burguesa. Assim, às manifestações de rua contra a Guerra do Vietnã, somaram-se os festivais de rock, que celebravam o amor livre e a vida comunitária. Os movimentos feministas, negros, ambientais e homossexuais participaram ativamente destas manifestações, estabelecendo novas identidades coletivas - baseadas em raça, gênero e marginalidade (Kruger, 2010, Hobsbawm, 2002). O apogeu do movimento aconteceu na França, em Maio de 68, quando uma série de greves estudantis culminou em uma greve geral, com paralisações nunca vistas pelo governo francês. Nas ruas, slogans como "é proibido proibir", pediam por mais liberdade individual. Assim, a expressão Maio de 68 é, muitas vezes, usada como metonímia de contracultura.

> *achava que era o paraíso (…) Nesse tempo do Olho d'Água a gente tinha uma comunidade que era do [*conhecido artista local*], uma turma, não é?* (Salomé, 11/06/2022)

A concepção de construir espaços alternativos de sociabilidade estava sintonizada com os ideais da Nova Esquerda e descobri-los era quase um desafio. Carmem Rial, em “Mar-de-dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição” (1988), conta como o bairro florianopolitano foi "invadido" pela cidade. Antes isolado, passa a ser cada vez mais frequentado a partir do final dos anos 1970, o que acarreta uma transformação profunda da vida dos nativos do lugar.

No texto, a autora (Rial, 1988) afirma que a Lagoa não era percebida como parte de Florianópolis, mas sim um outro lugar. Embora o enfoque do trabalho seja as comunidades afetadas, noto semelhança com o processo no Olho D'Água. Ali também não era São Luís, em sentido estrito, o litoral era um lugar para onde se ia e não onde a “vida real” estava. Mesmo após a construção da avenida Litorânea, na memória das minhas interlocutoras, o Olho d'Água permanece esse outro lugar. A ideia idílica aparece nos relatos como integração total com o estilo de vida comunitário e sustentável almejado. E há a memória de lugares “secretos”, disponíveis para aqueles que se aventuravam na então difícil orla da cidade. Além dos *hippies* do Olho d'Água, a beira mar era habitada por pescadores

> *Nas praias, tinham pescadores, tinham palhoças de pescadores na praia. Eu conheci um senhor. Dois senhores. Um do lado do outro. Eu não sei se eles moravam lá permanentemente, mas a casa deles, o tijupá deles de palha. Tudo de palha. Parede de palha. E eles eram pescadores. Cansei de passar chuva embaixo lá da casa deles, era cheio de pontas de cigarro, de fundo preto, de rolo, assim nas palhas, entre as palhas, que eles botavam depois de fumar. Tinha o barzinho do seu Pedro, que era um brincante do boi de Pindaré, não tinha nem luz elétrica lá. O que seu Pedro vendia era peixe pedra frito com farinha e fazia uma caipirinha com limão e cachaça pra gente tomar. Lá no bar dele, a gente ia tocar violão. Chamava Balalaika. Era ali onde hoje é Caolho. É entre o Calhau e o Olho D’Água. O barzinho dele chamava Balalaika. Nós botamos o nome de Balalaika. E a gente ia pra lá. Passava o dia lá. Tinha só o dele. E tinha a casa dos pescadores. “Vamo lá no seu Pedro, bora, Balalaika”. Aí depois começaram a fazer torneio de futebol. E aí pronto. Aí violão. Começaram a ir de noite. Vai lá olhar a lua e não sei que. Só pra quem gostava. Aí ele me mostrava todo orgulhoso a roupa dele de caboclo de pena do boi de Pindaré. Muito legal ele. Acho que já morreu.* (Betânia, 26-08-2022)

O apelido destinado ao bar do Seu Pedro parece ter relação inequívoca com a admiração da esquerda brasileira pelo regime socialista que vigorava na União Soviética, cujos métodos a inspiravam a buscar a revolução brasileira. Ideais estes que foram invadidos pelas transgressões estéticas que exigiam outras performances esquerdistas

> *Eu era a cara de uma hippie. Eu tinha um cabelo enorme, meu cabelo não penteava nunca, eu não penteava, se eu penteava ficava tudo liso. Então eu deixava o cabelo todo assanhado. Aí eu comecei a usar saia, até pelo estilo, usava saia comprida, não mostrava a perna. E todo mundo tinha os cabelos embaixo do braço, por causa dos pêlos* [risos]. *Todo mundo tinha os cabelos peludos e o povo ficava assim escandalizado, né? As pernas peludas (gargalhada)... eu nunca me esqueço quando veio dar uma palestra aqui, uma professora de São Paulo, dessas dondocas, aí ela ficou olhando assim horrorizada. Meu Deus do céu, que nojo. Eu nunca me esqueço da reação que causava nas pessoas, entendeu? Então nós fazíamos esse estilo e éramos chamadas de radicais. Radicais pelo estilo e pelo discurso. e o nosso discurso era um discurso realmente político.* (Gloria, 08-08-2022)

Neste ponto de cisão, onde a esquerda “séria” e revolucionária de inspiração soviética e cubana se choca com esta outra esquerda, que emerge como transgressora de costumes, podemos encontrar a revolução trazida pelo movimento feminista. A socióloga Anette Goldberg (1987, 1989) propõe compreender esse movimento partir da ideia de esquerda festiva e desbunde.

A autora (1989) pontua que o movimento feminista que aparece na década de 1980 no país carrega muito das tendências provenientes da década de 1970. Assim, haveria duas maneiras de viver o feminismo (que depois se desdobram em outras), a primeira delas é o feminismo de transgressão individualista, com raízes mais liberais, que resultou na figura da mulher emancipada e “liberada”, cujo comportamento era, muitas vezes, lido como escandaloso. O segundo tipo, a autora chama de transgressão holística, e estaria "vinculado à ideia de 'missão' a cumprir com outrem, por outrem, para a sociedade" (Goldberg, 1989, p. 21). Ela sustenta que esse tipo de feminismo somou o ideário esquerdista com os valores *hippies* de maio de 1968 e levou os adeptos brasileiros a assumirem duas formas de resistência: a luta armada e o desbunde.

Os adeptos da luta armada, quando houve a reabertura, associaram-se ao movimento operário e às lutas camponesas. Os desbundados adotaram uma postura anárquica e expressiva, principalmente através de movimentos culturais – e ficaram conhecidos, também, pelo epiteto de esquerda festiva. A história do feminismo, segundo Goldberg (1989), é a história dessa bifurcação. Há uma contradição perene nas esquerdas já que os ideários a serem seguidos são rígidos e não coadunam para uma libertação individual *tout court*

> Sabe-se hoje que esse processo, representado como liberador... costumava desembocar numa nova situação opressora (...) A filiação a um grupo de esquerda, implicava, para ambos os sexos, na adoção de um conjunto de normas simbólicas que regiam a expressão oral e escrita, a maneira de trajar, a escolha do mobiliário das casas, impunham certas leituras, referências teóricas e até mesmo critérios de avaliação estéticos e morais (Goldberg, 1989, p. 23).

Um dos códigos exigidos pela esquerda brasileira era o de trabalhar as bases do interior do Brasil e prepará-las para a revolução socialista. Intelectuais e profissionais liberais se dirigiam ao Maranhão com planos de conhecer o "Brasil Profundo"[14] e ocupá-lo om os sonhos da revolução. Salomé fez parte do sonho de maneira desconfiada. Carioca, branca e graduada, veio ao Maranhão nos anos 1970 em uma espécie de "projeto de vida" com o marido e, com ele, conviveu em regiões remotas do estado, através da Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE). Depois, nos anos 1980, ela continuou viajando pelo interior, com projetos da Cáritas (da Igreja Católica), junto com outras Mulheres da Ilha. A decisão de atuar no Maranhão, entretanto, era parte do *ethos* do período:

> *Mas a minha geração toda pensava em fazer isso né?* (...) *tinha um grupo de amigos antigos que tinham ido para Salvador, tinha uma turma que tinha ido pra*

14 Categoria central da teoria literária, "Brasil Profundo" traz a ideia do regionalismo como decifrador de uma suposta identidade nacional onde "a brasilidade se forjou protegida da degradação e estrangeirismo do litoral" (Oliveira, 2002, p. 525). A expressão carrega uma ambiguidade interessante, já que "profundo" pode nos levar tanto a um lugar muito distante e muito difícil quanto a um lugar onde estariam nossas verdadeiras raízes. O encontro com o homem não contaminado pelo capitalismo e que tem a natureza como aliada (Queiroz, 2019) é parte integrante do "romantismo revolucionário" da esquerda brasileira e do projeto utópico e generoso empreendido por ela. "Brasil Profundo" nunca se firmou como uma categoria sociológica, já que estabelece o Outro autoritariamente a partir dos grandes centros urbanos. Com as discussões decoloniais, entretanto, a categoria tem sido resgatada para discutir apagamentos epistêmicos que aconteceram em algumas regiões brasileiras (ver Veiga Jr., Accorssi e Silveira, 2020).

> *Paraíba* (...) *então, muita gente foi para lá, muita gente foi sempre para Salvador e nós com essa história do Maranhão* (…) *Então, a gente foi meio de carona, tinha uma mistura meio hippie, né? Do mochileiro com a esquerda, né? E algumas acusações, não é? Esquerda festiva, né? A esquerda festiva era... não era um bom título. Mas a esquerda festiva... Eu sempre fiz parte dela porque eu sempre gostei de dançar e eu gostava da Clarice Lispector - não podia gostar da Clarice Lispector!* [risos] *. Porque a Clarice Lispector tratava de questões subjetivas. Agora imagina se isso é verdade? Ela só não era explícita mas nos personagens dela toda estrutura social econômica estava dada, né? Isso...o clima era mais ou menos esse no Rio de Janeiro e de alguma forma num certo nicho que a gente encontrou no Maranhão* (Salomé, 11/06/2022).

A discussão que dominava a esquerda marxista dizia respeito às possibilidades de revolução em um país continental, em que cada região estaria em um estágio diferente de progresso – operários ao sul, camponeses ao norte. O sonho de integração, entretanto, não era restrito aos militantes revolucionários, mas era compartilhado por diversos estratos sociais. Pela Igreja Católica, que através da Teologia da Libertação - e as consequentes Caritas e Comunidades Eclesiais de Base - acreditava na conscientização dos fiéis, que se ergueriam da terra para construir um mundo de justiça social. E, obviamente, pelo governo militar, que sob o lema “integrar para não entregar” promovia projetos de colonização dirigida no norte do país, provavelmente por não se conformarem de não controlar uma parte da nação. Tais ideias, amplamente difundidas, hoje assustariam o calouro de estudos decoloniais, já que os modelos de colonização via Estado mostraram-se violentos e pouco eficientes.

“Ir para o Maranhão” era constitutivo de ser esquerda sul/sudestina no final do século XX. O rito de passagem derradeiro da militância engajada, com ânsia de desbravar os rincões. Havia um sonho modernizante marxista, de integrar o Brasil e transformar os trabalhadores rurais em sujeitos revolucionários e “*essa história de Maranhão*” era uma parte importante do projeto que foi desenhado para o país a partir da perspectiva desenvolvimentista. Ao longo da tese, espero que fique evidente para a leitora e o leitor como ficou para mim, que as feministas desconfiavam deste modelo modernizante mesmo que estivessem envolvidas na militância mais ortodoxa.

1.5. O sonho de “modernizar” o Brasil

A origem do pensamento integrador e desenvolvimentista, no Brasil, está na instalação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no Chile, na década de 1940. Nas reuniões do grupo de economistas da região foram gestadas teorias para explicar o subdesenvolvimento do continente e, mais do que isso, o chileno Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado - dois dos principais integrantes da CEPAL - desenvolveram uma estrutura conceitual para pensar as desigualdades da América Latina em relação ao mundo ocidental (Colistete, 2001). O núcleo do pensamento estrutural cepalino frisa a desvantagem dos países agroexportadores diante dos países industrializados, sendo a industrialização latino-americana primordial para que ela supere a condição periférica. Para Suhett (2017), a CEPAL é o "grande marco da formação do pensamento crítico e descolonizado latino-americano" (p. 49).

Em 1959, a convite do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), Furtado idealiza e funda a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – que depois se desdobraria em COLONE, o projeto que levou Salomé ao Maranhão. A missão da SUDENE era minorar o desnível entre a renda do Nordeste e do resto do país e evitar antagonismos regionais e uma das diretrizes principais da Superintendência dizia respeito justamente ao Maranhão: “d) deslocamento da fronteira agrícola, visando incorporar à economia da região as terras úmidas da hinterlândia maranhense, em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização na faixa semi-árida” (GTDN, 1959).

O estado era fundamental para o modelo de Celso Furtado porque, uma vez que não sofria com as secas que atingiam a região Nordeste, ajudaria a absorver os migrantes de tais períodos. "Em nosso esquema, o Maranhão é uma peça fundamental, porque absorve gente e produz mais alimentos" (Furtado, 1959). O educador Luís Carlos Siqueira Manhães (1987) atuou na COLONE e escreveu uma dissertação sobre a experiência que teve com a Companhia no Alto Turi. Ele explica que a solução de Furtado não enfrentava os principais problemas regionais, a saber, a questão da concentração fundiária e a substituição do morador pelo trabalhador explorado pelo sistema capitalista. "Nesse sentido, a colonização do Maranhão seria reconhecida como

uma solução satisfatória que não atingiria frontalmente a classe dominante nordestina" (Manhães, 1987, p. 14).

O pensamento cepalino não pode ser classificado de marxista, embora tenha diferentes expressões – já que a Comissão contava com economista de diversas vertentes – mas o pensamento marxista brasileiro é fortemente marcado, também, pela ideia de integração. O estruturalismo da CEPAL dizia respeito às condições macroeconômicas da desigualdade entre as regiões e a crítica a ele, pela esquerda, é voltada às estruturas de classes e à exploração do trabalho.

Quando Caio Prado Jr. lançou A Revolução Brasileira, em 1966, e definiu as populações rurais como trabalhadores assalariados, afastando a noção de campesinato da obra, o autor influenciou uma geração de militantes brasileiros a se empenhar pela modernização do campo. Para ele, era preciso um novo modelo de compreensão do país, que se opusesse ao projeto burguês em andamento pós golpe de 1964. José Carlos Reis (1999), ao fazer um balanço da obra de Prado Jr., destaca a originalidade da abordagem sobre vida rural brasileira à época:

> Não se pode construir uma nação moderna sobre uma classe de trabalhadores em condições de vida miseráveis. Os trabalhadores rurais não lutam pela terra: eles querem melhores salários e melhores condições de vida. O Brasil não deverá ser um país de camponeses, com baixa produtividade. A reforma agrária seria, neste sentido, um retrocesso. O Brasil deverá continuar com a grande exploração sem seus vícios: baixos padrões tecnológicos, condições miseráveis de vida dos trabalhadores. Esta conquista os transformará em trabalhadores especializados, altamente produtivos, consumidores e integrados social e politicamente. A produção se voltará para o mercado interno. Haverá no Brasil um sistema econômico integrado nacionalmente, onde será quebrado o círculo vicioso da dependência. (Reis, 1999, p. 11)

Assim, um campo com mais capitalismo envolveria ações estatais específicas – como os projetos de colonização dirigida, aumento da produtividade via tecnologia e integração do trabalhador através de sindicalização para melhorar salários e condições de vida. Para Prado Jr. (2014), a politização do homem do campo "significará também a iniciação e crescente participação da massa trabalhadora rural na vida política brasileira de que sempre ela esteve ausente. E isso será da maior importância e significação revolucionária" (p. 172).

No posfácio escrito para a edição comemorativa lançada em 2014, pela Companhia das Letras, o historiador Lincoln Secco lembra que Caio Prado Jr. considerava essencial viajar pelo país e conhecer os problemas concretos da população afim de que o socialismo não fosse apenas um discurso grandiloquente e utópico.

Quando conversamos, Salomé estava às vésperas de se tornar septuagenária e se lembrou com deboche das ideias de construção de uma classe revolucionária a partir dos camponeses do interior do Brasil. Nos trabalhos que realizou no interior do Maranhão, o discurso estava presente na ação dos ativistas e, também, em moradores das localidades afastadas da capital:

> *As pessoas eram muito politizadas. Algumas eram aquela ala, que eu considero chata até hoje, da esquerda radical que ficava brigando que os camponeses deveriam ser exterminados para a classe revolucionária... Eu ficava irritadíssima!!!* [risos] *Para que os operários... Mas que operários? onde estão os operários?* [gargalhada] *Chega e não tem nenhum operário! Então, eles pregavam.... esses aí era uma confusão só, porque era muito misturado, né? Como assim exterminados? Ah, sim, transformados em operários. Mas como transformar um camponês que só usava o facão, não tinha nem arado, em operário?* (Salomé, 11/06/2022)

A prática vislumbrada por Celso Furtado logo encontrou a contracultura quando começou a ser executada no Nordeste brasileiro. No Capítulo 3, conto como algumas ações foram realizadas, sob influência do feminismo, da Teologia da Libertação e da Educação Popular. Sob as ações autoritárias do Regime Militar, existiam militantes aguerridos e criativos, preconizando soluções descolonizadoras para o campesinato maranhense.

Salomé faz a primeira viagem ao interior em 1977, para Zé Doca, no oeste do estado. A abertura estava ainda no início e a atuação era vigiada de perto pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Pesquisando nos Arquivos Públicos do Estado do Maranhão (APEM), é possível encontrar 117 registros de “subversão” na cidade, envolvendo reunião dos trabalhadores rurais, manifestações contra violência policial e visita de políticos de oposição à cidade. A atuação dos profissionais era vigiada pelo governo e controlada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI). Salomé

conta que eles foram demitidos da COLONE por subversão e, depois, o marido conseguiu um emprego na UFMA.

> *Aí eu me torno mãe e o* [marido] *é convidado pra dar aula de Antropologia na Universidade. Mas o SNI descobre ele, que ele estava dando aula e ele é impedido de continuar a dar aula. Aí, então, começa uma outra história.* (Salomé, 11/06/2022)

A Universidade era um outro caminho para se chegar ao Maranhão. De acordo com o jornalista Félix Lima (2017), a UFMA era um importante centro irradiador das ações esquerdistas no período, e aglutinava professores que militaram nas décadas de 1960/70 e alunos, que militavam exigindo mais liberdade e democracia nos espaços acadêmicos. Assim, considero que a esquerda festiva e a esquerda revolucionária, nos anos 1980, em São Luís, coincidiam. Eram os mesmos militantes que ora estavam abertos às experimentações subjetivas da Nova Esquerda, ora estavam viajando pelo interior do estado levando a esperança de transformações sociais profundas. Uns estavam no Maranhão pelo sonho modernizante, outros para buscar experiências alternativas de conexão com um Brasil percebido como intocado. Outros ainda, queriam as duas coisas.

1.6. Os intelectuais e a Universidade

Lima (2017) tem razão quando aponta para a UFMA como um importante *locus* das ideias da Nova Esquerda em São Luís. É na Universidade que começa um importante processo de circulação intelectual. O processo tem início na década de 1970 e os efeitos vanguardistas podem ser mais bem observados após a Lei da Anistia, em 1979, com a volta ao país de inúmeros acadêmicos que haviam se qualificado no exterior.

O Parecer Sucupira, publicado em 1965, foi elaborado por iniciativa do Conselho de Ensino Superior[15] do então Ministério da Educação e Cultura e é considerado decisivo para os rumos da pós-graduação brasileira. O relatório fez várias sugestões de

15 A Comissão era composta por Almeida Júnior, Presidente; Newton Sucupira, relator, e Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valnir Chagas e Rubens Maciel (Coelho e Hayashi, 2011).

como a pós-graduação deveria ser estruturada e, entre as diversas recomendações, alerta para a necessidade de qualificação do corpo docente das universidades:

> Uma das grandes falhas de nosso ensino superior está precisamente em que o sistema não dispõe de mecanismos capazes de assegurar a produção de quadros docentes qualificados. Daí, a crescente expansão desse ramo de ensino, nessas últimas décadas, se ter feito com professores improvisados e consequentemente rebaixamento de seus padrões. Por isso mesmo o programa de ampliação das matrículas dos cursos superiores supõe uma política objetiva e eficaz de treinamento adequado do professor universitário. E o instrumento normal desse treinamento são os cursos de pós-graduação. (Almeida et all, 1965)

A Reforma Universitária de 1968[16], é o resultado concreto do relatório. Ela estabeleceu o tripé que sustenta o ensino público superior até os dias atuais: ensino, pesquisa e extensão. Sendo o “instrumento normal” para treinamento do pesquisador a pós-graduação, a reforma exigia a expansão desta estrutura para as universidades distantes dos grandes centros.

Outro aspecto interessante para a circulação de pesquisadores é o estabelecimento de departamentos por área dentro das universidades. Isso fez com que a autonomia para a contratação de docentes possibilitasse a migração acadêmica entre as diferentes regiões e, onze anos depois, com a Lei da Anistia, abriu oportunidades para os intelectuais que haviam feito mestrado e doutorado no exterior, durante o exílio. De acordo com Martins e Neves (2014), a reforma "institucionalizou a pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e incrementou uma política de formação de recursos humanos com vistas à criação do potencial científico tecnológico nacional" (p. 97). A ênfase na pós-graduação foi sendo implementada lentamente nas universidades fora das regiões sulistas e sudestinas, uma vez que o corpo docente de tais instituições precisava se qualificar para sua implementação.

Em entrevista para o Laboratório de História Oral e da Imagem da Universidade Federal de Pernambuco, em 2015, o antropólogo e professor titular da UFMA, Carlos

16 Os estudiosos da área enfatizam criticamente que a Reforma Universitária de 1968 foi responsável pela expansão do ensino privado no país. Antes composto por instituições ligadas a estruturas religiosas, com a Reforma, toda empresa educacional foi enquadrada como "sem fim lucrativo", o que permitia a renúncia fiscal (Martins, 2009). De acordo com Neves (2012), a partir daí há uma expansão tanto sistema público quanto do sistema privado, que cresceram sem "qualquer envolvimento um com o outro" (p. 6). Tal efeito da Reforma, embora tenha tido impacto preocupante sobre o ensino brasileiro, não é relevante para este trabalho.

Benedito Rodrigues conta como foi o processo de se estabelecer no Maranhão, em 1981, a partir das mudanças que estavam em curso nas universidades federais brasileiras. A entrevista foi concedida em São Luís.

> Aí o que aconteceu, depois de algum tempo, que tinha um professor daqui que foi fazer mestrado na UNICAMP e nessa época, os professores que saíam pra pós-graduação nas universidades federais tinham direito a substituto pelo período que eles permanecessem fora e eu tinha três colegas que tinham estudado comigo na UNICAMP que tinham vindo pra cá nessa condição, que era uma categoria de colaborador, não era substituto. E me avisaram "olha, vai ter um concurso aqui, se você quiser vir você tem chance, tem três vagas", aí acabei me inscrevendo, vi que tinham 5 candidatos. Então, foi nessa condição que eu vim, fiz a prova, faltava acho que uma semana, foi em fevereiro, faltava... era próximo ao carnaval. Então, eu cheguei aqui nesse período, era 1981, já tinha terminado os créditos do mestrado, tinha terminado bolsa, tava sem trabalho, recém-casado, o meu filho tinha um ano e meio, precisando trabalhar (...) Então, eu falei "eu vou tentar, né?", (...) minha esposa na época já tinha se formado em Psicologia (...). Aí eu vim pra cá, fiz a prova. Quando eu cheguei em São Luís, a cidade tava assim uma efervescência, de ritmo, de dança, próximo do carnaval, de coisas que eu nunca tinha visto, não imaginava, Tambor de Criola, Casinha da Roça, blocos tradicionais, uma infinidade de cores, de ritmos. Eu falei "bom, esse é o meu lugar, esse é o meu lugar" e acabei ficando pra fazer a prova, esperei o resultado, fui aprovado (…) Bom, era pra ficar oito meses (…) Ocorre que nessa época tinha vários professores nessa categoria de colaborador nas universidades federais, no Brasil todo, e alguns já com doutorado inclusive. Então, houve um movimento muito grande entre as universidades federais pra que fossem efetivados e aí eu acabei sendo efetivado em 86, na universidade.

Assim, o governo militar agradou as camadas médias da população, com mais vagas de acesso e acalmou os estudantes, concedendo-lhes uma reivindicação histórica, já que a profissionalização das universidades era uma luta do alunado. A circulação de intelectuais e cientistas pelo país formou uma poderosa rede de trocas acadêmicas e articulação política.

Duas professoras fundadoras do Mulheres da Ilha também chegaram a São Luís nestas condições. Ângela Araújo, atua no Departamento de Ciências Sociais da UFMA entre 1980 e 1982, como professora colaboradora, na área de Sociologia, e depois volta à UNICAMP. Lucila Scavone chegou em 1980, do exílio na França, para lecionar no mesmo Departamento. Todas as minhas interlocutoras frisaram a importância de Scavone para formação do Mulheres da Ilha e para estudos pioneiros com as mulheres

maranhenses - o que será tratado no próximo capítulo. Infelizmente, não foi possível entrevistá-las[17] para este trabalho.

A volta dos exilados, em locais de produção de conhecimento, transforma a esquerda brasileira. A Academia e as novas pautas tornam-se, também, um novo campo de saber

> As "minorias". Para a direita era coisa de viado, sapatão e maconheiro. Para grande parte da esquerda, era uma luta secundária, algo a se pensar depois da revolução. Com a volta dos exilados, a partir de julho de 1979, essas questões ganham novas cores com idéias e vivências trazidas, principalmente, da Europa. (Junqueira, 2009, p. 82)

Em São Luís, a volta dos intelectuais exilados causou comoção na classe média letrada da cidade – e preocupação para o autoritário poder público. Ruth me conta do policiamento ostensivo nas ruas quando da volta de um importante intelectual da Ilha. Integrante do sistema de justiça maranhense e uma apaixonada defensora dos direitos humanos - notadamente aqueles que afetam a população carcerária – ela se lembra quando o jornalista Neiva Moreira[18] voltou do exílio:

> *O retorno dos anistiados foi um momento muito rico, muito forte em atingir a sensibilidade. O retorno de Neiva Moreira aqui para São Luís foi um momento mesmo muito rico. Eu ainda me lembro que eu fui ao aeroporto para chegada. eu além de ser da mesma região, do Rio Parnaíba, grande Grajaú, onde ele viveu desde criança - ele só não nasceu lá nasceu em Nova Iorque, um pouco acima no rio - e eu fui... não podia deixar... e eu fui, ele foi o meu primeiro patrão, no jornalismo, meu primeiro patrão no Jornal do Povo, que era uma trincheira mesmo de luta permanente (...) E aí a chegada dele... E eu fui observando que tinham muitos soldados nas esquinas e eu resolvi, querendo tomar gosto, puxar conversa, perguntei a um deles. O que era que estava acontecendo. E ele me respondeu também muito seriamente. Uma convicção profunda daquilo que era a ótica dele. "é um Neiva Moreira que vai chegar". Então a cidade precisava... deu pra entender? Um Neiva Moreira.... Ele não tinha nem a visão geral do que que era Neiva Moreira, por que que ele ia chegar e por que que ele não estava aqui, porque que ele estava fora. Não sabia nada. Aí eu me lembrei que o Vandré sempre teve razão, na música "e viver pela pátria e morrer sem razão". Não sabia por que estava morrendo. Não sabia por que estava ali. Era um Neiva Moreira que ia chegar e não o que era*

17 As informações estão disponíveis no site da Sociedade Brasileira de Sociologia.

18 Neiva Moreira foi um jornalista e político maranhense cassado e preso em 1964 e exilado em diversos países da América Latina (Bolívia, Peru, México). Nascido em Nova Iorque, cidade maranhense à beira do rio Parnaíba, foi criado entre o Maranhão e o Piauí. Foi deputado estadual e federal nos anos 1950 (pelo PSP) e voltou a ser eleito para a Câmara Federal em 1996 permanecendo até 2008 (pelo PDT). Morreu em São Luís em 2012. Fonte: Academia Maranhense de Letras.

> *para ele fazer. Mas a presença dele tinha uma resposta do estado àquela chegada ou seria a proteção de um homem que ele não sabia quem era e que tinha outros desejos e interesses...* (Ruth, 09-06-2022).

Os significados de ter líderes e pensadores de volta foi compartilhada em todo o país. E a volta destas destacadas figuras intelectuais, formadores de opinião importantes para a resistência trouxe um outro componente. Os exilados experimentaram a emergência da Nova Esquerda dentro do furacão. Traziam com eles leituras e militâncias novas, que turbinaram a esquerda festiva brasileira.

Quem chegava era bem-vindo em São Luís. A intelectualidade local os recebia de maneira receptiva. A ideia de acolher o estranho é condizente com um ambiente antitotalitário. As ditaduras primam por fechar a sociedade, demonizar o estrangeiro e promover um estilo de vida provinciano, a partir de uma ideia de nacionalismo tacanho. “Nesse tipo de patriotismo, a primeira vítima são os outros interiores da nação, da região, da localidade – sempre as mulheres, os negros, os povos originários, os dissidentes” (Segato, 2005 p. 17). Na contracultura tardia ludovicense (Lima, 2017), as influências externas eram exaltadas. Assim, receber os de fora era quase que como uma reação à Ditadura Militar.

1.7. São Luís e a experiência de negritude

Uma outra de experiência forasteira em São Luís acontece com a chegada de artistas e intelectuais negros à cidade. Por meio da UFMA, como já visto e, também, através da experiência de negritude que a cidade proporcionava. Encontraram na Ilha, o movimento negro se estabelecendo e as manifestações afroculturais diversas. O ponto de ação deste grupo não é a praia, mas o Centro Histórico. *“A gente fala que teve uma leva de estrangeiro* [risos]*... Veio uma leva de pessoas”.* Quem me conta é Elaine, artista feminista e sudestina, que foi ao Maranhão passear e acabou se estabelecendo por lá. Quando ela chega na cidade de São Luís, a Ditadura Militar já havia se encerrado e ela encontra a Ilha pulsando com as conquistas democráticas. Ela se lembra do primeiro contato com a cidade e como se encantou por ela:

> *Eu cheguei em 87, mudei pra cá em 87. Eu tinha formado, tava formada, a gente veio pra cá a princípio a passeio, pra ver um amigo, que é da tribo de Jah, o Fauzi[19], que morava aqui. Aí a gente ficou louco por São Luís, achou que era o lugar. Na época a gente tinha um filho pequeno e a gente veio com ele. Veio passeando primeiro e aí quando a gente tava... a gente falou "não, acho que a gente vai sair daquele lugar cinza pra fazer uma outra coisa". E o que encantou muito a gente foi a questão da cidade ser uma cidade negra, livre da correria, com perspectiva de tirar alguém que era da periferia, da periferia de Campinas, que a gente sabia como ia ser complicado. E proporcionar pra ele uma outra coisa, uma outra vida. Era essa a nossa proposta, era vir pra um lugar, entendeu? Que era um pouco Nordeste, entendeu? Que era aquilo, né? Em termos de cultura popular, em termos de negritude. E poder criar bem uma criança. Criar bem na dinâmica do que a gente achava que é criar bem. Correndo em quintal, indo à praia todo dia...* (Elaine, 12-10-2023)

Kabengele Munanga (2012) explica que a ideia de negritude aparece no início do século XX como um enfrentamento do negro em relação às próprias aspirações de mundo. O autor afirma que o conceito é construído a partir da negação da supremacia branca colonizadora de uma perspectiva coletiva, que notabilizaria todo o conjunto de valores das civilizações africanas e exigiria um posicionamento consciente e reivindicatório do negro diaspórico. A busca por uma identidade africana passa a ser central dentro dos movimentos negros e a recuperação da história ancestral é parte importante desta ação política. Munanga (2012) acredita que há problemas com o conceito, mas reconhece que as pessoas negras politizadas utilizam a noção de maneira engajada. "A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas" (Munanga, 2012, p. 15).

1.8. Os expulsos da terra

No Censo de 1980, São Luís aparece com quase 450 mil habitantes. Não eram números absolutamente impressionantes, mas o crescimento da cidade na década estava acima da média nacional.

19 Paulista, Fauzi Beydoun é um dos fundadores do grupo maranhense Tribo de Jah (1986), considerado referência do reggae brasileiro.

Censo	Total	Aumento
1970	265486	
1980	449432	55%
1990	696371	25%
2000	870028	16%
2010	1014837	2%
2023	1037775[20]	

Número de habitantes da cidade de São Luís. Fonte: IBGE (sistematização da autora)

É que estavam chegando, também, outros maranhenses, vindos do interior, expulsos da zona rural, pela “Lei Sarney de Terras”[21]. E que ocuparam a orla e a periferia da Ilha. E estavam chegando empresas transnacionais, para invadir as “terras livres” (Manhães, 1987) do estado, como a ALCOA, que além de afetar o equilíbrio ambiental maranhense, atacava os migrantes recém-chegados nos arredores da cidade. Encontraram uma Ilha efervescendo. São Luís, na década de 1980, estava lutando e vivendo pela redemocratização. Os movimentos sociais iam se formando, as comunidades rurais na região metropolitana se estruturavam em clubes de mães, associações de bairro e lutas por moradia. Palafitados no Centro, propunham uma nova maneira de habitar a cidade. Era um tempo de gente na rua, de manifestações políticas, de organização de movimentos sociais. Uma sociedade civil que tentava resistir ao autoritarismo e à invasão do capitalismo predatório.

20 De acordo com o último Censo do IBGE (2022), o Maranhão possui 82,1% de pessoas negras - sendo 10,9% de pretos e 71,2% de pardos. O estado tem 17% de brancos. São Luís é a segunda capital mais negra do país (71%) atrás apenas de Salvador/BA (80%).

21 A "Lei Sarney de Terras" foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Maranhão em 1969. A Lei permitiu que o governo colocasse à venda as terras devolutas do estado, que eram ocupadas por povos tradicionais e camponeses. O avanço capitalista em direção ao interior do estado foi, e ainda é, violento e causou inúmeros massacres campesinos (Amaral Neto, 2022). De acordo com Andrade e Santos (2019), a lei era ”o amparo legal à grilagem das terras públicas”.

Capítulo 2 – A esquerda maranhense e as Mulheres da Ilha

> *São Luís é sempre conhecida como Ilha Rebelde*[22] *porque São Luís nunca se curvou.* (Betânia, 26-08-2022)

2.1. Introdução

Após um período de hibernação, após o Golpe de 1964, a esquerda maranhense iniciou um processo de reestruturação significativo no final dos anos 1970. Pereira (2014), ao analisar documentos do DOPS/MA, relata que mesmo os militares consideravam que os "esquerdistas se encontravam aparentemente inativos até os fins de 1977"[23] (DOPS/MA, 1979 *apud* Pereira, 2014, p.3). Um despertar político significativo acontece em 1978, quando diferentes agentes do campo progressista se articulam para eleger um deputado estadual comprometido com a democracia e a justiça social. O movimento, batizado de Oposição pra Valer é a vanguarda que anima o surgimento de diversas organizações importantes na Ilha.

A política em São Luís[24], no período, é marcada por manifestações políticas pela redemocratização do país. Sem um sindicalismo urbano expressivo, havia diversas manifestações realizadas por movimentos sociais específicos e expressivos (Borges, 1998). Neste Capítulo, inicio apresentando quatro deles: Movimento Oposição pra Valer (1978), Greve pela Meia Passagem (1979), a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (1979) e o Comitê de Defesa da Ilha (1980). Os movimentos foram escolhidos porque houve neles maior ou menor participação das ativistas que, posteriormente, organizaram-se no Mulheres da Ilha (1980), cuja formação analiso a seguir. Termino expondo outros movimentos feministas maranhenses “dissidentes” do movimento pioneiro, Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (1986) e o Comitê Oito de Março (1989).

---

22 Um dos epítetos de São Luís, por conta da Greve de 51, quando a população fechou os portos da cidade protestando contra fraudes eleitorais e da Greve da Meia Passagem, em 1978. Ilha do Amor, Jamaica Brasileira e Atenas Brasileira são outros epítetos famosos.

23 DOPS/MA, informe nº 0029 /ASI/FUMA de 20 de fevereiro de 1979 (ver Pereira, 2014)

24 No interior, a marca é de muitos conflitos fundiários violentos (Borges, 1998). Ver capítulo 3.

2.2. A organização dos movimentos de esquerda em São Luís no final dos anos 1970

2.2.1. Comitê/Movimento Oposição pra Valer (1978)



Figura 6. Panfleto distribuído pelo Comitê Oposição pra Valer, com os candidatos Haroldo Saboia (deputado estadual) e José Mario Ribeiro da Costa (senador)[25]. Fonte: Arquivo Público do Estado Maranhão (IPEM)/ DOPS/MA[26].

O Movimento Oposição pra Valer, de 1978, foi lembrado com detalhes em várias entrevistas que realizei. O MDB, partido de oposição à Ditadura Militar, não tinha muito sucesso nas urnas maranhenses e o objetivo principal era eleger parlamentares

25 O eleito foi José Sarney (ARENA), com 409633 (64% do total de votos). José Maria obteve 161872 (25% do total) (TSE).
26 Disponível em: http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php.

comprometidos com pautas progressistas. Nomes importantes da política do estado compuseram o movimento, como Jackson Lago, umas das mais importantes lideranças da esquerda local em todos os tempos, e Maria Aragão, principal símbolo da luta contra a Ditadura Militar na Ilha, que havia acabado de deixar a prisão.

> *Sim, porque todas as pessoas que eram de esquerda... a gente precisava ter um candidato. E aí, naquela época, todo mundo se reuniu e então o candidato que a gente achou que tinha mais chance de se eleger foi Haroldo Saboia. Então foi assim que nasceu a candidatura dele.* (Marie, 08-06-2022)

O Maranhão, durante a década de 1970, era dominado por dois grupos da ARENA, partido de sustentação ao regime autoritário. Embora fossem adversários entre si, os aliados de José Sarney e Vitorino Freire – os dois líderes da ARENA - deixavam pouco espaço para outros grupos políticos no estado. Assim, o Oposição pra Valer propunha ser uma alternativa em relação à disputa hegemônica mas, também tinha o objetivo de congregar o grupo dos medebistas "autênticos"[27] (Borges, 1998) e organizou uma chapa em torno das candidaturas de Haroldo Saboia, para deputado estadual, e Freitas Diniz, para deputado federal. Embora houvesse dois candidatos, as pessoas que eu entrevistei referem-se a Saboia como liderança principal do movimento. "Nem Maranhão velho nem Maranhão novo, Maranhão do povo"[28], o lema da campanha fazia referência à tradicional rivalidade

> *O Haroldo Saboia, ele era do PM...naquele tempo só tinha PMDB e ARENA e não tinha nem eleição, eleições. então as pessoas.... então foi um momento maravilhoso aí, em São Luís, bem diferente de hoje. Década de 80, eram políticos, artistas, poetas, antropólogos, educadores populares, é todos se reuniam, era a boemia, no centro da cidade era cheio de bares sabe? era uma boêmia danada, não é? Cheia de bares ...* (Salomé, 11-06-2022)

---

27 Por MDB "autêntico", entende-se aqueles políticos comprometidos com a luta pela democracia e a participação popular. A denominação era comum na época porque o MDB havia sofrido um inchaço após as eleições de 1974, em que o partido obteve número de votos expressivos. Assim, os “autênticos” eram aqueles que estavam no partido desde o AI-2.

28 O senador Vitorino Freire (PSD) teve domínio da política maranhense entre 1946 e 1964. Em 1965, José Sarney (UDN) é eleito governador, com o slogan “Maranhão Novo”. Eleito com amplo apoio popular, Sarney inaugura uma nova era de hegemonia no estado. De acordo com alguns autores, a eleição de 1965, para o eleitor, contrapôs o conservadorismo e o modernizante (Guilhon, 2007). A mudança agradou o governo militar, que estava disposto a substituir as velhas oligarquias brasileiras (Caldeira, 1978; Guilhon, 2007). Com o AI-2, em 1965, ambos foram para a ARENA.

A construção da candidatura de Haroldo Saboia pela dispersiva esquerda ludovicense é considerada um marco para a organização dos movimentos na Ilha no momento em que se iniciava a distensão do Regime Militar. As atividades, que se iniciaram em formato de comitê, logo adquiriram um caráter de movimento social:

> *Então, foi muito forte. Políticos, como Haroldo Saboia, que nós elegemos pelo MDB, na época. Oposição pra Valer à Ditadura. E junto com os estudantes, antropólogos, sociólogos, cientistas sociais em geral, professores, artistas, tem o Laborarte também, que eu passei pelo Laborarte. Esse foi o movimento de resistência. Foi criado o Comitê de Anistia, que eu participei da criação. Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, eu participei da fundação. E eu participava muito no movimento estudantil e no movimento ligado à Igreja.* (Betânia, 26-08-2022)

As relações com o LABORARTE – um grupo de artistas independentes que fundou um espaço com atividades culturais em 1972[29] - são fundamentais para engajar a cultura popular na campanha. O comitê foi instalado também no Centro Histórico e as ações artísticas ajudaram a tornar a campanha inesquecível;

> *Então ali era um ponto alegre, de entusiasmo, enfeitado, se fazia encontros, pequenos comícios nas janelas daqueles prédios.* (Ruth, 09-06-2022)

> [A esquerda maranhense] *floresceu no ambiente que era político e cultural tudo misturado. Não se separavam… E a candidatura do Haroldo foi um movimento cultural assim... fantástico.* (Tomás, 11-06-2022)

A participação individual de pessoas de esquerda, ligadas à candidatura, foi fundamental durante a campanha, que foi realizada de maneira criativa e com a participação voluntária dos grupos citados. Para as entrevistadas, foi um momento de participação efetiva da população nas eleições, o despertar engajado da cidade.

> *Ah, por exemplo, poucas pessoas tinham carro naquela época e nós tínhamos um carro. Aí pronto, nós íamos para a zona rural, acabamos com o nosso carro com a eleição do Haroldo* [risada]. *Por que tinha que ir né? Pra zona rural,*

29 O LABORARTE está situado em um casarão colonial no Centro Histórico e é conhecido por produzir uma arte engajada e popular. O dramaturgo Tácito Borralho, um dos seus idealizadores, era seminarista em Recife, ligado a Dom Helder Câmara, o que o colocou na mira do DOPS. Ele, maranhense de nascimento, volta a São Luís em 1971 e logo dá início ao grupo. Para alguns autores, a comunidade laica-religiosa é "a verdadeira célula-mater do LABORARTE" (Gonçalves, 2016).

> *entrava dentro da água, foi um negócio assim incrível né? E assim foi. Mas foi um momento muito bonito.* (Marie, 08-06-2022)

Saboia foi o deputado oposicionista mais votado (12171 votos) na ocasião. A ARENA conseguiu 31 cadeiras na Assembleia e o MDB logrou 5. Freitas Diniz[30] também foi eleito para a Câmara Federal (25014 votos) e abocanhou a última vaga. A ARENA elegeu 10 deputados e o MDB apenas 2, o outro foi Epitácio Cafeteira (que não era considerado um dos "autênticos")[31].

> *Nós tínhamos esse acesso na universidade e nas comunidades. Formamos um grupo bem grande de apoio a Haroldo Saboia, fizemos um teatrinho, que uns filmezinhos, desenhozinhos... E a gente levava isso pras periferias e o Haroldo foi mais votado que o filho de Sarney. Se não me engano, se não me engano[32]. Que eram filhos de dois caras das oligarquias. Um era do Alexandre Costa e outro era do Sarney, o Sarney Filho. Aí Haroldo arrebentou a boca do balão!* (Betânia, 26-08-2022)

Quando movimento se desfez, pós-eleição, houve uma tentativa de organizar outros movimentos, para manter a energia oposicionista ativa. De acordo com Salomé, o Mulheres da Ilha também foi inspirado ali, já que muitas mulheres haviam participado ativamente do Comitê:

> *A candidatura do Haroldo foi um barato e aí essas mulheres começaram... vieram com a ideia de fundar um grupo feminista chamado Mulheres da Ilha.* (Salomé, 11-06-2022)

Alguns dos integrantes fundaram, em seguida (1979), a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH). A instituição é, até os dias atuais, uma das mais importantes da cidade e, de maneira generosa, apoiou diversos grupos que se estabeleceram na década seguinte. Pensando a atuação da SMDDH, é possível falar

30 Domingos de Freitas Diniz Neto (Araioses, 1933 — São Luís, 2021) foi um deputado maranhense que exerceu três mandatos de deputado federal pelo Maranhão, todos pelo MDB. Com a fundação do PT, filia-se ao partido, disputa as eleições de 1982, mas não é eleito. No obituário do político publicado pelo Portal Guarás, o jornalista Luis Pedro afirma que "Freitas Diniz chegou à Câmara Federal em 1967, compondo a bancada do MDB. Reeleito em 1970, foi um dos fundadores do bloco dos Autênticos, composto por deputados que chegaram à Casa legislativa naquele ano, como Alencar Furtado (PR), Marcos Freire e Fernando Lyra (PE), Lysâneas Maciel (RJ) e Chico Pinto (BA). Os Autênticos injetaram energia na combalida oposição consentida e ajudaram a transformar o MDB numa autêntica oposição".

31 O resultado da eleição de 1978 pode ser conferido no site do TSE (https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-1978).

32 Na verdade, Sarney Filho (ARENA) obteve 25.253 e Alexandre Costa Júnior (ARENA) 20.809 votos.

em uma transversalidade dos movimentos ludovicenses, já que os integrantes dele militavam em outras organizações e estavam envolvidos em diversas pautas – e vice-versa.

2.2.2. A Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (1979)



Figura 7. Debate promovido pela SMDDH, em 1979, com Lysaneas Maciel, deputado federal pelo estado da Guanabara, cassado pelo Regime Militar. O evento é o fundador da organização. Foto: Arquivo Murilo Santos[33].

A primeira frase de Betânia, quando nos conhecemos, envolveu a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. Eu perguntei a ela quais eram as memórias que ela tinha do período que eu estava estudando. Ela vaticinou:

> *Resistência cultural, movimentos sociais fortes, a fundação da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, que ainda hoje é uma resistência grande. Foi muito rico esse período. E, hoje, isso tudo dá sustentação pra continuidade da luta.* (Betânia, 26-08-2022)

Alguns autores indicam que, após as eleições, alguns conflitos internos fizeram com que houvesse uma cisão no grupo e formação da SMDDH, em 1979 (Araújo, 2016,

33 Disponível em: https://www.instagram.com/murilo_santos.documentarista/

Pereira, 2015a; Dias, 2011). A Sociedade teve início com uma atuação voltada para a mobilização das populações periféricas e rurais a fim de denunciar violações de direitos humanos e atuar com as diretrizes de base da Igreja Católica.

> *E vamos chegar nos movimentos do final dos anos 70 e pegaram um pouco São Luís. Um grande momento foi - e a gente tem sempre que reverenciar sempre - A Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, que inicialmente era de defesa dos direitos*[34] *que era uma coisa que tinha um sabor realmente de uma resposta: respeitar o direito da pessoa humana. Os direitos humanos. Como eram criticadas as pessoas que se dedicavam a essa causa... Eu não digo a um caso mas à causa que tem uma amplitude uma dimensão bem maior. Essa questão dos cárceres... tortura... presos mortos em cárceres.* (Ruth, 09-06-2022)

Marie me conta da fundação da entidade, realizada na casa dela, com a presença dos antigos cabos eleitorais de Haroldo Saboia:

> *Nós fazíamos parte dessa, de toda essa movimentação, né? Porque (meu marido) teve também uma atuação muito grande. na nossa casa que foi criada a Comissão de Direitos Humanos (sic). Com pão, com queijo, com cerveja, com vinho, naturalmente. E assim foi criada a Comissão de Direitos Humanos (sic), na nossa casa. Nessa época a gente morava na rua do Jenipapo. Morava numa casa que a gente foi muito feliz lá.* (Marie, 08-06-2022)

A SMDDH torna-se uma instituição abalizadora das mais diversas manifestações sociais e permite que outros movimentos tenham um espaço físico e um aparato jurídico-institucional para iniciarem as atividades. Vários movimentos estudados por mim, em algum momento, fizeram reuniões na sede da SMDDH ou contaram com apoio da entidade para a realização de ações e eventos. A atuação junto à Cáritas também é considerada muito profícua, as duas organizações produziram cartilhas e compartilharam projetos na periferia de São Luís (Marmanillo, 2015a). Ao longo deste trabalho, SMDH será citada diversas vezes na atuação conjunta com outros movimentos sociais importantes da Ilha. Além disso, a instituição possui um acervo[35] organizado de fotos e documentos de diversas manifestações políticas ocorridas em São Luís, disponíveis tanto no site oficial como nas redes sociais da entidade.

34Ruth está se referindo à mudança de nome da instituição que, a partir de 1998, passa a se chamar Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, a entidade entende que além da defesa, trabalha, também, pela promoção dos Direitos Humanos.

35 Disponível no site oficial: https://smdh.org.br/

2.2.3. A Greve da Meia Passagem (1979)



Figura 8. Estudante reivindicando a meia passagem. Fonte: Facebook da SMDH[36].

A Greve pela Meia Passagem "representa um marco significativo na vida político-cultural dos setores de esquerda, principalmente dos estudantes, em São Luís" (Borges, 1998, p. 54). Nas entrevistas que realizei, o assunto veio à tona várias vezes, de maneira espontânea, ainda que tenha acontecido antes do recorte que impus a este trabalho, já que os eventos se realizaram em setembro de 1979.

> A Geração de 1979 conviveu com uma São Luís em franca metamorfose urbana. Impulsionada por um intenso êxodo rural, a cidade saltara de uma população de 158.292 habitantes, em 1960, para um total de 426.197 indivíduos, em 1979. E a grande parte é formada pela população estudantil, algo em torno de 32 a 35 mil alunos de 2º grau, ou cerca de 8% da população. No mesmo ano, o ensino superior, em São Luís, agregava um total de 9.776 alunos matriculados (2,3% da população), sendo 6.615 na Fundação Universidade do Maranhão (FUMA), 2.518 na Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESMA), estadual, e 643 na municipal, estudando em 39 cursos – 27 na federal, 09 na estadual e 03 na municipal. É este o contingente que vai sacudir São Luís, em setembro de 1979, na maior mobilização popular de toda a história da cidade. (Matias, 2004, p. 25)

36 Disponível em: https://www.facebook.com/smdh.vida/

À greve dos estudantes, somaram-se o apoio de setores da Igreja, da associação de professores, da OAB entre outras entidades da sociedade civil.

> *Como tinha a Associação de Professores, por outro lado tinha os estudantes bem fortes. Então a gente combinava coisas, às vezes tinha reunião em conjunto. A greve que teve pela meia passagem saiu de lá* [UFMA]. *Ali na igreja do bumba meu boi, tem uma ladeira e aí lá em cima da ladeira estavam os guardas [*risos*] e a gente escutando "a minha irmã tá aí no meio, mas se precisar eu vou bater". Eles ficavam ali para não deixar passar para o Centro* [Histórico]. (Simone, 17-05-2022)

A meia passagem era uma reivindicação antiga dos estudantes da cidade. Ancorados em uma Lei Municipal de 1950, que garantia o direito, secundaristas e universitários questionavam os motivos dela não ser aplicada. Mas nunca através de manifestações mais acaloradas. Em 1979, entretanto, durante a gestão do prefeito biônico Mauro Fecury (1979-1986) houve três aumentos consecutivos da tarifa, o que deu início à mobilização. O estopim para a revolta foi a repressão policial, liderada pelo governador biônico João Castelo (1979-1982). A violência das forças de segurança para conter os estudantes levou a população às ruas para apoiá-los.

"Meia passagem ou meia cidade", o lema que embalava o movimento mostrou-se literal. Entre os dias 17 e 18 de setembro, estabelecimentos comerciais do Centro Histórico foram depredados e obrigados a fechar as portas. As manifestações cresciam a cada passeata e chegaram ao impressionante número de 15 mil pessoas na Praça Deodoro (Borges, 1998). A greve pela meia passagem canalizou a insatisfação com a ditadura militar, movimentos similares ocorriam no país inteiro.

> *Mas era assim. Polícia levava a gente presa de barzinho. Baixava nas reuniões. Intimidava, prendia, batia, jogava gás lacrimogêneo. Muita repressão. Movimento pela Meia Passagem. Que é uma lei de 1950 e pouco, que nós queríamos que ela entrasse em vigência em 1979. Nós queríamos que entrasse em vigência meia passagem estudantil e desembocou numa guerra. Aquilo lá desembocou numa guerra porque foram massacrados os estudantes na rua e acabaram com a cidade. Aí se revoltaram e quebraram meia cidade. "Meia passagem ou meia cidade". Palavra de ordem, foram eles que inventaram lá. Porque a nossa era "Meia passagem, já". Depois que a política caiu de pau. Bando de secundarista, criança, adolescente pais, operários de filhos, comerciários de filhos, estudantes também, que iam beneficiar todos esses segmentos, que tavam na rua e foram massacrados pela polícia, quebraram metade da cidade. Saíram quebrando a cidade. Era polícia de um lado. Porrada de um lado, porrada de outro. Jogaram um camburão na lama lá da Beira-Mar,*

> *empurraram ele pela maré abaixo. E era de cá e de lá porrada. Três dias de guerra, nós ficamos escondidos lá na casa do bispo ali, que era ali do lado da faculdade de Odontologia, ali no Palácio das Lágrimas, o arcebispo de São Luís. Não sei se era Dom Mota[37]. Nós ficamos. Ele disse "não, vocês não vão sair daqui", eu falei "a gente precisa dar notícia em casa, porque com essa guerra aqui fora tão pensando que já mataram a gente"* [risos]. *Aí a gente saía escondido, voltava, não ia pra casa que era pra não atrair a polícia. E aí ficamos lá e resolveram a questão. Mas foram três dias de enfrentamento.* (Betânia, 26-08-2022)

Borges (1998) explica que muitos estudantes que organizaram a greve militavam, também, em movimentos progressistas da Igreja, como o Movimento Contra a Carestia. Uma das principais chapas que disputavam o Diretório Central dos Estudantes (DCE) no período, o grupo Unidade, era formado por estudantes ligados ao catolicismo. "Até 1979, o setor ideológico com maior força sobre o Movimento Estudantil da UFMA era a Igreja Católica" (Borges, 1998, p. 51).

O Movimento da Meia Passagem foi importante para que o movimento estudantil se organizasse de maneira mais autônoma, e se tornasse um ator político relevante, o que fato aconteceu. O sucesso da mobilização inspirou os militantes. De acordo com Márcio Jerry[38], aluno da UFMA à época, "o movimento estudantil, depois da Greve de 1979, virou uma referência para a sociedade. Tinha uma percepção de vanguarda. O que se fazia na Universidade, repercutia lá fora. As pessoas queriam saber o que os estudantes estavam pensando sobre determinado assunto" (Jerry em Lima, 2017). A UFMA, tornou-se, nos anos 1980, "a porta-voz da descompressão política da época" (Lima, 2017, p. 182).

Em entrevista concedida ao Le Monde Diplomatique, o ex-governador e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, atribui à Greve da Meia Passagem sua entrada na política: “Eu tinha onze anos e assisti tudo da minha janela, vi passeatas, policiais batendo em estudantes, bombas de gás lacrimogêneo. A greve ‘abriu minha cabeça'" (Dino em Marino, 2018).

---

37 Dom João José da Mota e Albuquerque (Recife, 1913 - São Luís, 1987), arcebispo de São Luís de 1964 a 1984.

38 Márcio Jerry é um político maranhense, filiado ao PCdoB. Eleito deputado federal em 2018, reeleito em 2022.

2.2.4. Centro de Cultura Negra do Maranhão



Figura 9. Logo do Centro de Cultura Negra do Maranhão. Fonte: Site oficial[39].

O Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) é fundado em 1979 por profissionais liberais, pesquisadores e universitários, pela primeira vez preocupados politicamente com a questão racial em São Luís (Leite, 1987). É considerado, pelas minhas interlocutoras, como uma empreitada ousada na época:

> *Começaram a fundar, no final dos anos 70, o Centro de Cultura Negra, com a professora Mundinha Araújo e outros. Ela tem 80 e poucos anos, mora em São Luís. E eles fundaram o Centro de Cultura Negra, pode ver lá a fundação do Centro de Cultura Negra. O Magno[40], que morreu. Já nessa época eles estavam criando um movimento negro, lá em São Luís. São Luís era vanguarda.* (Betânia, 26-08-2022)

No início, as atividades do Centro foram voltadas à educação. Leite (1987) afirma que o objetivo era buscar uma "opção pedagógica" para combater o racismo, o que foi feito através de palestras e debates nas escolas da cidade[41]. A partir de 1984, o Centro já tem a questão cultural totalmente incorporada com atividades intensas como oficinas de dança (com o Grupo de Dança Abanjá), noite do som afro-maranhense, circulação de jornal próprio e a sistematização de eventos, em uma agenda anual. A entidade manteve-se apartidária desde a criação (Leite, 1987).

---

39 Disponível em: https://ccnma.org.br/
40 Magno Cruz (1951-2010) foi um engenheiro civil e ativista maranhense. um dos fundadores do CCN do Maranhão também atuou na SMDH. (Fonte: Obituário do Jornal Folha de São Paulo: MAGNO JOSÉ CRUZ (1951 - 2010) - Militante do movimento negro, 10/08/2010. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1008201022.htm. Acesso em: 15/03/20240
41 Os resultados das primeiras ações do Centro foram publicados em Souza (1983).

O Bloco Afro Akomabu é fundado naquele mesmo ano. É o primeiro grupo afro do Maranhão, o nome, em iorubá, significa "não deixar a cultura morrer" (Leite, 1987). O Bloco tem como uma das suas preocupações valorizar a cultura afromaranhense, além disso, é comprometido com a denúncia da situação do povo preto do estado, envolvendo-se diretamente com a luta quilombola (Pagliosa, Regis e Souza, 2016). O Akomabu foi um sucesso imediato em São Luís.

> *Na época, havia uma grande profusão do movimento negro aqui, no Maranhão, pra você ter uma ideia, na década de 80, o bloco Bloco Afro Akomabu levava 5 mil pessoas para a rua, num bloco afro. Então, existia uma efervescência!* (Elaine, 12-10-2023)

A arte engajada sempre esteve presente na história do CCN/MA. De acordo com Elaine, isto não era tão comum, e uma parte dentro do movimento negro nacional relutava em ser festiva.

> *Até a cultura negra ser levada a sério demorou um tempo também dentro do Movimento. Até sair do "chama pra vir cantar e pra vir dançar porque vai ser bom para aglutinar pessoas", até sair dessa coisa secundária teve muito chão, teve muita pauta. Até entenderem que existia um papel social da cultura e ele era muito importante porque ele tinha uma intenção política e essa intenção política, ela tinha que aparecer. Então, é nessa história que são forjados os grupos do Movimento Negro para teatro, pra dança, os grandes blocos afro aparecem de maneira mais contundente na vida da cidade. Muito no sentido de trabalhar a fragmentação da imagem, trabalhar a ideia da imagem, né? Então, Negro é Lindo é uma frase que se ouviu durante muito tempo pra se tentar o que? Para se tentar projetar uma estética negra, uma visão de autoestima mais ligada às possibilidades de expressão e a situação de pertencimento que a gente tinha que ter dentro da identidade nacional. Então, politicamente é muito importante que você trabalhe com a cultura engajada. Eu tenho que saber que é o meu pé preto que está no palco.* (Elaine, 12-10-2023)

A visão de Elaine sobre o papel importante da arte para o engajamento político é compartilhada por outras feministas que eu entrevistei. Há vários relatos do uso da arte para transformação social. Mesmo dentro de organizações enrijecidas pela institucionalidade, como os partidos políticos, por exemplo, a capacidade de engajamento proporcionada pelo lúdico e pelo artístico não parecem ser desprezadas e foram mobilizadas em diversos momentos nas histórias contadas pelas minhas

interlocutoras. Em geral, a cena progressista ludovicense, a partir de 1978, estava impregnada de criatividade.

O CCN/MA serve de referência para os grupos que se formaram depois que ele começou a funcionar. Mundinha Araújo, uma das fundadoras do CCN é considerada uma inspiração para as militantes do Mãe Andresa e, também, para as Mulheres da Ilha. Salomé se lembra da visita que fez à casa de Mundinha, ainda nos anos 1970:

> *E era uma casa ma-ra-vi-lho-sa perto na rua da Misericórdia e era uma família de negros artistas e politizados. Aí eu começo a ser, vamos dizer assim, eu já estava... a minha cabeça, tudo virado e aí eu começo a conhecer a culinária maranhense. Aí eles me dão um suco de seriguela. Nossa, que suco é esse? E aí começam a chegar o cuxá que aí já era esse outro lado, né? Aí de repente a Mundinha vai pro piano e toca Cavala Canga, do Sérgio Habibe[42]. E eu já fico... "que diacho de Cavala Canga é essa?". Depois eu ia chegar bem próximo dela, não é? Por que eu fui trabalhar depois no interior do Maranhão né?* (Salomé, 11-06-2022)

Salomé está se referindo ao projeto “Comunidades Negras no Meio Rural Maranhense” (1983), coordenado por Mundinha Araújo, voltado às comunidades rurais do estado. O CCN/MA torna-se cada vez mais atuante em relação à luta por terras quilombolas e, em 1988[43], tem início o Projeto Vida de Negro, em parceria com a SMDH. A partir deste momento, o Centro passa a ser um dos mais importantes agentes na identificação de terras quilombolas no Brasil. São centenas de locais visitados e, através de levantamentos socioeconômicos e pesquisa em cartórios, se busca identificar possíveis grilagens (Andrade e Treccani, 2000) para restituição da posse da terra para as comunidades[44].

---

42 Sérgio Habibe (1949) é um premiado cantor e compositor ludovicense, compôs a música Cavala Canga em 1974. A canção foi gravada por diversos artistas maranhenses. É um dos fundadores do LABORARTE.

43 A partir de 1988, o reconhecimento de comunidades quilombolas foi garantido pela Constituição Federal.: “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Constituição Federal, 1988). Há uma controvérsia no Artigo, quanto à palavra “remanescente”. Ciente da importância do debate, a Associação Brasileira de Antropologia assim define quilombo "contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar" (ABA, 1994).

44 Em 2019, havia 686 comunidades quilombolas reconhecidas no Maranhão; no Brasil são cerca de 3 mil (Motta, Porto e Souza, 2019).

> São realizados acompanhamentos sociojurídicos pelo de ações de formação político pedagógico, interlocução direta e periódica com órgãos fundiários, bem como incidência política em órgãos públicos responsáveis pela promoção das demais políticas públicas em áreas quilombolas. Essa atuação também envolve a interlocução com instituições estatais responsáveis legalmente pelo acionamento dos órgãos do executivo para a promoção desses direitos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública. O acompanhamento baseia-se fundamentalmente em apoio a processos organizativos, mobilizações coletivas e participação em audiências judiciais ou órgãos fundiários, quando instaurados [45]. (Centro, s/d)

A importância do PVN para conquistas de direitos da população negra e campesina do Maranhão é destacada por Elaine e aponta para um caminho dos movimentos sociais maranhenses no período, que será tratado no próximo capítulo. Os coletivos saem de São Luís e vão em direção ao interior do estado.

> *O Movimento Negro, no Maranhão, tem muita ligação com o rural. O que é maravilhoso, ele garimpou pra ter essa entrada, trabalhou com Direitos Humanos por muito tempo, ele vai fazer documentações importantes. Tem um projeto chamado PVN. Projeto Vida de Negro, né? Vai ajudar a desenhar, quem dá o tom é o Movimento Negro. Os pesquisadores são do Movimento Negro. Tem um militante, já falecido, chamado Ivan Costa[46], ele é responsável pelo registro de mais de 460 comunidades negras rurais, do Maranhão. A partir dele foram feitos vários levantamentos para quilombos. O Centro de Cultura Negra tem um papel importante pra caramba nisso. Nessa coisa de ir aos lugares, de visitas os lugares, de conhecer os quilombos, de fazer incursões aos quilombos, ver o que precisa* (...) *Durante muito tempo a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, acho que até hoje, teve pauta conjunta de legalização* ([de terras]*, onde o Movimento Negro acompanha, muitos militantes foram ameaçados por isso. Não fica mesmo só panorama urbano não. A dinâmica rural ela é muito... Ainda mais num estado como o Maranhão! Desse tamanho. Se você for pensar a Ilha só, você não está pensando muito coisa. Você tá pensando muito pouco.* (Elaine, 12-10-2023)

O CCN/MA é, nos dias atuais, uma instituição que abarca uma série de atividades diferentes e de grupos que se relacionam com as mais variadas dimensões da luta antirracista. Na mesma época, a luta ambiental também estava chegando em São Luís e uma das preocupações do novo movimento era a expulsão da população local para a implementação de uma empresa multinacional.

---

45 O CCN atua com apoio das seguintes instituições: Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Miserior - obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha - e Fundação Ford.
46 Ivan Rodrigues Costa (1962-2011), pesquisador e ativista, fazia parte do CCN.

2.2.5. O Comitê de Defesa da Ilha (1980-1984)



Figura 10. Campanha da ALCOA na época da instalação da empresa em São Luís.
Fonte: Ayala, 2007 *apud* Gomes, 2009.

O Comitê de Defesa da Ilha de São Luís (1980-1984) é criado por políticos, jornalistas, intelectuais e advogados ludovicenses preocupados com a instalação de uma indústria de alumínio altamente poluidora: a Aluminum Company of America (ALCOA). A ALCOA é a principal acionista do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), nome oficial do projeto - que além da ALCOA, conta com a canadense Alcan e a anglo-australiana BHP Billiton. Indignados com a falta de transparência do processo, que não passou por instância alguma de discussão nos espaços representativos da cidade, setores da sociedade civil resolvem se organizar para cobrar providências do poder público.

> *Um momento de grande luta, aqui em São Luís, quando da implantação da ALCOA. Foi um momento também de luta muito grande aqui. Porque aí foi*

> *criado o Comitê em Defesa da Ilha de São Luís. E todos nós fizemos parte, toda a esquerda da época fez parte. Do Comitê em Defesa da Ilha de São Luís.* (Marie, 08-06-2022)

A instalação da ALCOA na capital maranhense é parte dos Grandes Projetos da Ditadura Militar, no caso o Programa Grande Carajás[47] (PGC). O PGC visava a integração da Amazônia Oriental, região de que faz parte o Maranhão. O projeto contava com o apoio do presidente João Figueiredo (1979-1985) e do ministro do Planejamento Delfim Netto (1979-1985) e, por extensão, o governador biônico João Castelo (1979-1982) era o maior fiador do empreendimento no estado. Na ocasião, ele encomendou um estudo sobre os impactos da instalação, o resultado apontava efeitos negativos sobre os mananciais da Ilha o que fez com que o dirigente engavetasse o relatório - que só veio a público graças à ação do Comitê e do Jornal Pequeno (Araújo, 2017).

A composição do Comitê permitiu que a organização acessasse espaços de poder político institucional já que alguns deputados integravam o grupo, como o próprio Haroldo Saboia. Assim, eram comuns discursos contra a ALCOA na Assembleia e na Câmara. O líder do movimento era o poeta e jornalista José Nascimento Moraes Filho, que chegou integrar a Secretaria de Comunicação Social do governo do estado, mas rompe "em razão da instalação de uma unidade industrial da Alcoa, no interior da Ilha, às margens da BR-135, única via de acesso à capital do Maranhão" (Lago, 2009).

No estudo que fez analisando a cobertura do progressista Jornal Pequeno sobre a instalação da ALCOA em São Luís, a historiadora Raquel Araújo (2017) argumenta que o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís não era um órgão ingênuo, pelo contrário, composto de intelectuais, camponeses, estudantes, advogados e políticos, estabeleceu importantes articulações entre diversos grupos da sociedade civil maranhense e conseguiu ocupar os espaços públicos com reivindicações, então, muito lúcidas a respeito dos impactos do empreendimento. O Comitê preocupava-se com a questão da moradia, do custo dos alimentos, além das questões ambientais propriamente ditas. Se tais conexões são óbvias no século XXI, à época mostrava uma compreensão vanguardista da questão ecológica.

47 O Consórcio ALUMAR não fazia parte do projeto inicial do Programa Grande Carajás mas passa a integrá-lo em 1982 (Sant'ana, 2016)

> *Nós não impedimos que ALCOA se implantasse, né? Na ilha, em São Luís, mas eles tiveram que tomar uma série de cuidados. Tudo era derivado da nossa luta. A nossa luta foi muito importante. A nossa luta foi muito importante. Tanto isso, por exemplo, lá na zona rural, né? Na zona rural aqui de São Luís é um lugar que tem muito câncer, né? E porque tanto o câncer porque vem o pó, esse pó de metal tem vários metais pesados que contaminam aquela área. Claro que a gente não evitou tudo, né? Mas poderia ter sido muito pior se nós não tivéssemos aquela nossa luta.* (Marie, 08-06-2022)

Os impactos sociais também eram motivo de consternação pelo Comitê. Milhares de famílias foram expulsas dos seus territórios, que foram ocupados pela ALCOA[48], sendo os mais afetados, os pescadores (Araújo, 2017). A migração destas pessoas para cidade de São Luís causou uma explosão demográfica na capital. A questão da moradia irregular irrompe em São Luís, bairros inteiros são formados sem qualquer infraestrutura ou autorização municipal, e o Comitê assessora juridicamente as ocupações.

Araújo (2017) nos informa de que a ALCOA investiu pesado para conquistar a opinião pública ludovicense. Para tanto, colaborou financeiramente com algumas instituições tradicionais e amadas da cidade como a escola de samba Flor de Samba, o time de futebol Sampaio Corrêa, o clube Jaguarema e a própria UFMA. O que causou revolta no movimento estudantil da Universidade. Nos jornais do Sul e Sudeste, a campanha apelava “Maranhense, volte para casa. O Maranhão tem praia, camarão e agora também emprego!” (Costa, 2006). Algumas ativistas riem quando se lembram da disparidade de forças na época:

> *A ALCOA chegando e a gente furou o pneu do ônibus da ALCOA!, Imagina... Que coisa mais romântica* [risadas]. *Mais romântico do que isso... é como Fernando Gabeira fala quando jogaram uma pedra na Sears e de noite nos bares "jogamos uma pedra na Sears". Tudo muito romântico né?* (Salomé, 11-06-2022)

Apesar de não impedir a instalação da empresa, a formação do Comitê também foi crucial para o fortalecimento da sociedade civil maranhense na década de 1980.

48 O governo do Maranhão se comprometeu a ceder 3500 ha à empresa - máximo permitido pela Constituição de 1969. Porém, a empresa conseguiu mais de 10 mil ha em São Luís. De acordo com Araújo (2017), a gestão de João Castelo foi acusada de funcionar como um órgão da multinacional.

"apesar de não ter conseguido frustrar a construção da indústria de alumínio, propiciou o acúmulo de experiências nesse tipo de mobilização" (Sant'ana, 2016, p. 284).

> *Mas foi um momento muito forte aqui, das esquerdas. Porque imagina. A gente lutar contra uma multinacional! E nós sabíamos... E aí a gente teve que lutar muito contra essa implantação da ALCOA aqui, não é? Foi um momento muito forte. Nossa, a gente lutou muito. Eu me lembro de alguns momentos lindos. Lá na praça Gonçalves Dias, por exemplo, a gente fez uma reunião lá, com os nossos filhos, com os filhos de todo mundo que era da esquerda, na época e aí os meninos faziam desenhos "Fora ALCOA", não sei que, foi um momento lindo, lindo. Infelizmente a gente não tem nenhuma foto. Uma pena mesmo. Mas foi um momento muito forte muito lindo, a gente teve uma luta muito grande... A gente teve uma luta muito grande contra a questão da ALCOA e aí a gente se reuniu de novo, né?* (Marie, 08-06-2022)

O Comitê foi o primeiro movimento ambiental organizado na cidade e indicou uma forma de resistir à invasão capitalista a partir da construção e execução de um aparato burocrático legal. As mulheres que eu entrevistei fizeram parte disto. Elas estavam no Centro Histórico na Greve da Meia Passagem, participaram das reuniões da SMDH e fizeram campanha para Haroldo Saboia no Comitê Oposição pra valer. Então, resolveram se organizar coletivamente e começar a história do movimento feminista em São Luís.

2.3. As Mulheres da Ilha (1980)

2.3.1. Feminismo e Ditadura Militar

Além das questões teóricas que envolvem a disputa entre as feministas e a crítica social marxista, no Brasil, a Segunda Onda Feminista é marcada por peculiaridades regionais, a mais importante, a luta contra a Ditadura Militar. De acordo com Alvarez et *all* (1992), é possível falar em um feminismo latino-americano à medida em que o continente foi marcado pela experiência de governos autoritários na década de 1970. Assim, as mulheres da região estavam envolvidas na resistência à repressão e na luta pela garantia de direitos humanos.

A luta contra a Ditadura Militar fez com que os movimentos feministas tivessem uma relação muito próxima aos movimentos de esquerda em geral, caracterizando, para as militantes, uma condição de "dupla militância" e um esforço paralelo para

estabilizar o feminismo como campo de disputa política, já que as organizações progressistas tinham um viés marxista e tendiam a considerar que a opressão das mulheres desapareceria com o fim do sistema capitalista, dando pouco destaque a políticas específicas de gênero.

2.3.2. A formação do movimento feminista em São Luís



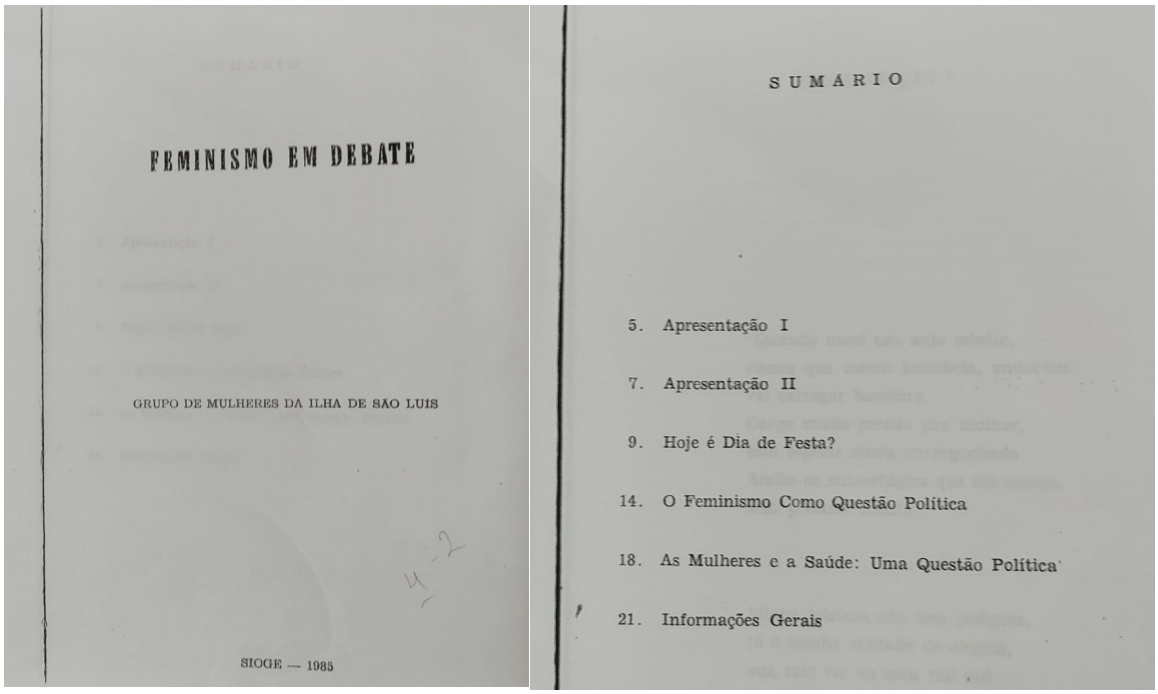
Figura 11. Grupo Mulheres da Ilha na manifestação pelas Diretas Já, no dia 14 de fevereiro de 1984. Foto: O Estado do Maranhão. Fonte: Araújo, 2007.

Quando em julho de 1980, a antropóloga Mariza Corrêa (1945-2016), professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) aportou em São Luís para ministrar um curso feminista[49] - intitulado "Mulher na Sociedade Brasileira" - encontrou um ambiente propício para que estas ideias fervilhassem na Ilha. Já vinha acontecendo. As mulheres progressistas maranhenses (e as “forasteiras” que se encontravam ali) estavam participando dos movimentos por abertura e redemocratização. E, embora, o

49 Na homenagem que escreveu à Mariza Correa, quando do falecimento dela, Peter Fry se lembra que a censura imposta para tratar de temas da política nacional fez com que o Departamento de Antropologia da UNICAMP, nos anos 1970 e 1980, se voltasse às questões chamadas pelos militares de "moral e bons costumes", o que canalizou o esforço político daquela geração de pesquisadores e marcou os Estudos de Gênero no Brasil -ver Fry (2018).

curso de Corrêa seja visto como um dos marcos do feminismo ludovicense, as intelectuais que dele participaram já estavam militando na esquerda local.

As professoras e estudantes que estiveram no evento continuaram a se encontrar e, no dia 14 de novembro do mesmo ano, realizaram o primeiro ato público assinado pelo Grupo de Mulheres da Ilha, uma discussão sobre violência no Colégio Marista, então localizado no Centro Histórico da capital. O evento foi um sucesso: contou com mais de 300 participantes e repercutiu nos mais importantes jornais da época.


FEMINISMO EM DEBATE

GRUPO DE MULHERES DA ILHA DE SÃO LUIS

SIOGE — 1985

SUMÁRIO

5. Apresentação I

7. Apresentação II

9. Hoje é Dia de Festa?

14. O Feminismo Como Questão Política

18. As Mulheres e a Saúde: Uma Questão Política

21. Informações Gerais

Figura 12. Boletim confeccionado e distribuído pelo Mulheres da Ilhas, em 1985. O grupo promovia ações com as mulheres da periferia e discussões com enfoques feministas. Fonte: material cedido por uma ex-militante (na íntegra, Anexo 1).

O caráter classe média e intelectual está na base da criação do grupo, já que o movimento feminista ludovicense sofre esta intensa influência externa dos movimentos feministas do mundo ocidental através do intercâmbio acadêmico entre universidades e, no caso de Scavone, da volta do exílio, em Paris.

> *Então, o grupo era na verdade um grupo de intelectuais, era originalmente... teve a inspiração... veio especialmente da Lucila Scavone que estava vindo da França, de ter vivenciado na França, a organização que as mulheres estavam começando, não é? E olhe só! Não foi só de São Luís, foi vários outros pontos, várias outras universidades do Brasil que tiveram intelectuais voltando do exílio, não é? Estavam lá exiladas por conta, por conta da Ditadura que se vivia no Brasil, por conta da repressão, muita gente que pôde, saiu. E essas mulheres voltaram e voltaram para as universidades.* (Lya, 29-05-2022)

> *Essa experiência era trazida pela Lucila Scavone que vinha da França. Ela morou muito tempo na França e ela participou dos movimentos feministas na França e depois em São Paulo.* (Gloria, 08-08-2022)

Lucila Scavone havia acabado de chegar ao Maranhão. Ela foi para a França em 1974, cursar pós-graduação em Ciências Sociais, onde permaneceu até a Anistia. Em Paris, fez parte do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, ou simplesmente O Círculo (Costa et all, 1980). O Círculo é parte de várias iniciativas de organização das mulheres que viviam no exterior durante a Ditadura Militar. Em 1972, Danda Prado funda o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, influenciado pelo Mouvement de Libération des Femmes (MLF), o mais influente grupo francês. O MLF distinguia-se por tratar das especificidades da opressão das mulheres mesmo sob perspectiva socialista, o que levou o Grupo a adotar pautas voltadas à sexualidade e autonomia, o que causou resistência dentro nos homens exilados dos grupos de esquerda brasileiros. Mesmo entre as mulheres, a aceitação não foi imediata. As ativistas socialistas se incomodavam com o tom “sessão de terapia” das reuniões (Abreu, 2014) e, de modo geral, com a centralidade dada à lesbianidade.

> É necessário enfatizar também que a percepção desses aspectos relacionados à reprodução do machismo nas organizações de esquerda se deu, para muitas militantes brasileiras, somente no contexto do exílio, a partir da proximidade com o movimento feminista europeu, notadamente o francês. Este contato proporcionará, para muitas, elementos que propiciariam uma releitura da militância no Brasil e a percepção dos aspectos aqui referidos (Abreu, 2014, p. 64-65).

Há, então, uma movimentação das mulheres para articular um novo grupo, o Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias (GBMR) critica a organização de Danda Prado, por considerá-la sexista e, também, grupos ligados ao PCB, como o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, que funcionava no Chile e havia acabado de chegar à

França (Abreu, 2014). O problema do Comitê, que adotava um formato de grupo de estudos, era ficar preso à abordagem marxista da questão da mulher. Assim, a única leitura feita pelo grupo era o clássico livro de Friedrich Engels, “A origem da família, da propriedade e do Estado” (1884).

A primeira crítica feminista à obra de Engels já constava de O Segundo Sexo, publicado em 1949. Simone de Beauvoir, colaboradora e entusiasta do MLF, apresentou a visão do materialismo histórico no notável livro e a rechaçou, com base da filosofia existencialista[50]. O feminismo trazia novos enfoques para a discussão da diferença entre os sexos e a visão ortodoxa do Comitê do PCB parecia intransponível e uma organização mais aberta a outras abordagens se fazia necessária.

O Círculo foi, então, criado para ampliar este olhar sobre a questão mantendo o compromisso com a revolução. Uma organização comprometida com a lutas socialista mas que incorporava leituras e práticas feministas e próximo da tendência “luta de classes” do MLF (Abreu, 2014). Uma primeira assembleia é convocada e o grupo passa a funcionar oficialmente em 1976.

Antenado às discussões europeias mais contemporâneas, O Círculo nunca perdeu de vista a dura situação brasileira e entre as principais metas estavam “difundir a informação sobre a situação e a luta das mulheres no Brasil, (…) campanhas pela libertação das prisioneiras políticas, solidariedade e contato com grupos de mulheres latino-americanas em Paris, participação em iniciativas do movimento feminista francês (Costa et all, 1980, p. 403). Em São Luís, as práticas do Círculo foram adotadas para as reuniões, que aconteciam de maneira informal, reflexiva e através de autogestão.

---

50 Na visão engeliana, as mulheres perderam a "guerra dos sexos" com o aparecimento das ferramentas de metal a invenção da agricultura, já que o trabalho feminino - a coleta - perdeu relevância. O trabalho extensivo da agricultura era praticado por homens que, para realizá-lo, escravizaram outros homens. As terras cultivadas tornaram-se propriedade privada e o homem tornou-se, também, proprietário da mulher. Engels explica que o posto da mulher no lar continuou intacto mas completamente supérfluo e a libertação só virá quando toda a mão de obra feminina se converter em força de trabalho. Esta visão liga o destino da mulher ao socialismo e é amplamente adotada pelos grupos de esquerda do Brasil e do mundo. Beauvoir rechaça a visão de Engels a partir de uma crítica existencialista. Para a autora só é possível entender a submissão da mulher como consequência da propriedade privada se tivermos em mente a condição original do existente, ou seja, a tendência do indivíduo para a singularidade. A possibilidade de domínio homem que aparece com o surgimento da ferramenta só faz emergir uma pretensão que se manteve submersa e interiorizada enquanto ele não pôde satisfazê-la objetivamente. Enquanto pensava a si mesmo como membro de uma coletividade, as fontes originais de alienação (clã, totem) impediam a construção do Outro, lugar que será ocupado pela Mulher quando o homem enriquece com a agricultura e se singulariza.

> *Então, assim, foi os primeiros momentos do grupo, não é? A gente reunia regularmente toda semana. Geralmente sexta-feira ou segunda. Já não lembro direito. A gente tinha uma mensalidade que a gente contribuía para o grupo, uma taxinha, até hoje eu tenho uns cadernos guardados com essas taxinhas.* (Gloria, 08-08-2022)

Os encontros eram semanais e, depois, quinzenais, geralmente na casa das militantes, ou na sede da SMDDH. O número de militantes era cerca 15, a entrada acontecia através de convite. Como estavam vinculadas a instituições respeitadas, as Mulheres da Ilha tinham acesso a instâncias influentes na cidade por conta do capital social advindo das atividades profissionais das participantes.

> *A gente não tinha formalidade né? Os nossos, nós, na verdade, a gente se encontrava na casa de uma, na casa de outra né? mas a gente tinha... isso também uma coisa que precisa ser considerada. a gente tinha, por conta da vida acadêmica, por conta da universidade, a gente tinha relações em diferentes áreas e na área da saúde também. Nos programas que que eram os programas apoiados pelo UNICEF, a gente tinha relações com as pessoas, a gente convivia, a gente conversava, a gente participava de reuniões.* (Lya, 29-05-2022)

Uma outra preocupação presente nas primeiras nas primeiras reuniões era afastar as filiações partidárias das militantes do Grupo. A “dupla militância” era comum na época, e muitas mulheres estavam envolvidas com a construção de partidos de esquerda em São Luís, mas o compromisso com o especificamente feminino fez com que estas questões não afetassem Mulheres da Ilha.

> *Porque as mulheres tinham seu partido. Mas assim, a ideia era um grupo independente de partido inclusive, tinha gente de direita… a irmã do* [sussurra] *Sarney. Mas a gente se dava bem porque não entrava na questão política, não podia entrar nisso. Política partidária. Porque política aí sim. Pelo que entendo, pelo menos eu sempre entendi através de Foucault e tal, é uma relação de poder. Há uma relação de poder e essa relação você tem a dominação mas tem também a resistência. Então, eu entendo o feminismo como resistência. Ainda entendo* (Simone, 25-05-2022).

Outra característica da gênese do movimento são as questões locais, focadas nas mulheres maranhenses. Para isto, o Grupo se utilizava do método de grupos de

reflexão. No célebre manifesto "O Pessoal é Político" (1969), Carol Hanisch descreve a maneira simples como os grupos atuavam.

> Em um grupo pequeno, é possível para nós nos revezarmos e trazermos perguntas para a reunião (como, O que você prefere/ria, um bebê, menina ou menino, ou nenhuma criança, e por quê? O que acontece com o seu relacionamento se o seu companheiro ganha mais dinheiro do que você? E se ele ganha menos?). Então passamos pela sala respondendo às questões a partir de nossas experiências pessoais. Dessa forma, todo mundo fala. No final da reunião, tentamos resumir e generalizar o que foi dito e a partir daí fazer as conexões (Hanisch, 1969, np).

De acordo com ela, os encontros se pareciam com uma terapia política e atingiam, principalmente, as "mulheres apolíticas", ou seja, aquelas que não se identificavam com o movimento feminista. Para Hanisch (1969), é fundamental escutar aqueles que não se identificam com as lutas, porque, provavelmente "quando mulheres de fora do movimento discordam de nós, nós presumimos que é porque elas são apolíticas, não porque pode ter algo de errado com o nosso pensamento" (np), o que afastaria ainda mais essa parcela do feminismo.

No Brasil, os grupos de conscientização estão presentes nas principais organizações feministas e "estão intimamente ligados ao processo de reabertura política no Brasil nos anos 1980" (Dias *et all*, 2021). Para Mulheres da Ilha, esta abordagem era vista como primordial e a preocupação constava dos documentos do Grupo desde que ele foi criado:

> *Mas os temas... geralmente a gente trazia a questão nossa, né? Questão nossa, trazia as nossas questões, cá pra roda... é aquilo que o feminismo se constituiu desde o início como grupos de reflexão* (Gloria, 08-08-2022)

Também nas ações realizadas na zona rural da cidade as práticas reflexivas estavam presentes na ação das Mulheres das Ilhas com as moradoras. Lya, ligada a uma ONG internacional – a OXFAM -, se lembra de como a organização contatava a rede e realizava as ações:

> *A gente tinha que fazer uma aproximação e, às vezes, não, não dava muito certo; às vezes dava muito certo, né? A gente fazia o primeiro contato com a associação, a gente dizia o que estava se propondo a fazer. Aí reunia as*

> *mulheres e a gente fazia coisas incríveis. Eu quero te dizer que eu nem acredito. A gente dava aula sobre o corpo da mulher, com desenhinho, numa época que não tinha internet, não tinha, não tinha nenhum acesso de um audiovisual mais...* [risos] *um audiovisual mais interessante, a gente desenhava e era absolutamente informal e a gente sentava no chão com elas e ouvia as histórias...* (Lya, 29-05-2022)

O pressuposto dos grupos de conscientização era confrontar o saber científico masculino a respeito das mulheres através do compartilhamento de histórias de vida que ressignificavam as experiências das femininas colocando-as em uma perspectiva política e coletiva (Sardenbergh, 2011).

A trajetória do Grupo Mulheres da Ilha é contada na obra “As Caetanas vão à luta”[51], de Mary Ferreira, publicado em 2007. Ferreira é uma ex-militante e no livro reúne uma extensa lista de ações realizadas e documentos importantes da história do coletivo[52] e foi fundamental para a feitura desta tese.

2.3.3. As ações do MI na periferia de São Luís

No Estatuto de fundação, o Mulheres da Ilha se denomina utilizando a sigla GMISL - Grupo Mulheres da Ilha de São Luís -, em outros documentos oficiais aparece como GMI - Grupo Mulheres da Ilha. Nas entrevistas, entretanto nenhuma sigla foi mencionada. As entrevistadas se referem às "Mulheres da Ilha" simplesmente. Também em documentos oficiais (Ferreira, 2007), há entre os objetivos: pesquisas e divulgação de dados sobre a condição da mulher. E chama a atenção a ênfase à comunidade e à periferia, através de assessoria técnica, informação e criação de material educativo

---

51 Na orelha de Mary Ferreira (2007), Beatriz Fontana, pesquisadora e ex-integrante do Grupo, explica a origem do termo "caetanas". "Um certo deputado do PRN (então partido de Collor) e apresentador de programa de televisão, em São Luís do Maranhão, referiu-se às mulheres que organizaram uma passeata em apoio à candidatura de Lula à presidência da República como 'um bando de caetanas desocupadas que não valem um cibazol'. Caetana, na acepção popular, é prostituta, e cibazol, um medicamento que não produz qualquer efeito aparente".

52 No livro, Ferreira (2007) lista as participantes do grupo, que seriam “Mary Ferreira, Vitória Borges, Lucila Scavone, Elizabeth Bezerra Coelho, Beth Bittencourt, Kasue, Sílvia Cristina (Black), Angela Araújo, Lúcia Sabóia, Beatriz Fontana, Maria Lúcia Cavalcante Abreu, Helena Brandão, Paula Balthazar, Alzira de Oliveira, Ieda Batista, Magda Gonçalves, Celecina Sales, Jersenilde Santos, Karênina Fonseca, Alba Moraes, Ligia e Katiúscia Pinheiro” (p. 90).

para grupos comunitários de mulheres. O objetivo de firmar convênios com outros movimentos feministas também aparece de forma enfática.

> *Claro, a gente discutia tudo tudo, entende? Todas as coisas que tu possa imaginar desde... por exemplo, uma questão assim que era crucial era a questão como lidar com as diferenças de classe sem ser paternalista, sem ser assistencialista, como lidar com isso sem se pôr uma posição de quem sabe que se dirige para quem provavelmente... Então, isso era problemático* (Lya, 29-05-2022).

Durante as entrevistas com as participantes, pude notar, em todas elas, uma preocupação com o suposto elitismo do movimento feminista do período. Não é uma preocupação isolada. Ao relatar a experiência paulista, Maria Lygia Quartim de Moraes (1990) afirma que as editoras da revista feminista Nós Mulheres[53] falavam para uma entidade abstrata, A Operária, que não lia a revista. As Mulheres da Ilha também buscaram falar para as mulheres menos favorecidas do Maranhão. Nas entrevistas, foram citadas as camponesas e as mulheres da periferia da Ilha[54]. E, subjacente, há uma preocupação em ser aquelas que levavam o conhecimento e a luz para os rincões. Quando falam sobre isso, às vezes riem de si mesmas, outras se antecipam às possíveis críticas contemporâneas:

> *Esse grupo Mulheres da Ilha... que era acusado que eram mulheres burguesas, aquelas coisas, não é? É. E que dava maravilhosas festas! Mas não dava só maravilhosas festas. A gente fazia trabalho com as mulheres da Vila Embratel[55], a gente fazia trabalho com mulheres da periferia.* (Salomé 11-06-2022)

O projeto "Saúde das mulheres na Ilha de São Luís: maternidade, contracepção e aborto" (1982-83), foi o primeiro realizado pelo Grupo na periferia de São Luís[56].

53 O Nós Mulheres foi um jornal feminista pioneiro criado pela Associação de Mulheres e que circulou em São Paulo entre 1976-1978. É considerado uma das publicações mais importantes para o fortalecimento do feminismo brasileiro. As editoras seguiam o perfil já exposto de militantes da Segunda Onda - mulheres intelectuais de classe média, a maioria exilada e com conexões com outros movimentos de esquerda (ver Moraes, 1990).

54 A atuação do Grupo no interior do estado e na periferia da Ilha será tratada no capítulo 03.

55 O bairro Vila Embratel foi formado em São Luís no final dos anos 1970 por conta da desapropriação de áreas do bairro Sá Viana, onde se localiza a UFMA. Para a expansão da Universidade, moradores foram remanejados e este novo bairro aconteceu, marcado pela falta de estrutura e precariedade, características da forma como ele foi engendrado (Miranda, 2017).

56 Financiado pela Fundação Carlos Chagas e com apoio da UFMA, em três bairros, São Bernardo, Vila Padre Xavier e Vila Sarney; e em duas comunidades, Raposa e Quebra Pote. Os resultados foram publicados em Scavone (1985).

Scavone (1985) conta que se utilizou dos Clubes de Mãe, que já estavam estruturados. O trabalho examina as estratégias populares para evitar a gravidez, realizar abortos e parir, em um local carente da presença do Estado. A autora afirma que a pesquisa foi realizada em "áreas de ocupação" (p.38). Como já mencionei anteriormente, a questão das 'invasões' na capital, e em todo o estado, é crucial para compreensão da urbanização da cidade e as ativistas priorizavam os bairros que lutavam pela legalização da moradia.

Por conta de ações de pesquisadoras vinculadas à UFMA, o grupo trabalhava em projetos em andamento na Universidade, principalmente ligados aos temas de saúde e violência. As questões ligadas ao corpo feminino traziam desafios para a militância feminista. Como abordar o tema em comunidades conservadoras?

> *Íamos lá, conversar com elas e colocar mais essas questões da luta, problemas também da reprodução e tudo mais, colocava também o aborto, essas coisas pessoais. Na verdade, elas falavam bem claramente!* (Simone, 25-05-2022)

A reação das mulheres periféricas da capital surpreendeu as Mulheres da Ilha diversas vezes. Elas aderiam às rodas de conversa e denunciavam situações de violência e opressão de maneira bastante lúcida. A parceria com UFMA trouxe algumas outras organizações para o estado, o Coletivo de Mulheres Trabalhadora Rurais é um exemplo. Ele se fortalece a partir de um projeto do Mulheres da Ilha.

> *Aí começamos a trabalhar com a organização das trabalhadoras rurais[57], que já tinha uma organização nascendo e a gente resolveu fortalecer essa organização, depois essa organização se transformou num Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais* [1993] *que era um coletivo que estava além dos sindicatos e além da Federação dos Trabalhadores[58] que abrange organização dos trabalhadores rurais e dentro dessa Federação tem os núcleos de mulheres que nós, Mulheres da Ilha assessoramos. Assessoramos de graça, o tempo todo. Tudo através de um projeto da Ieda* [inaudível] *que nos aproximava desses grupos. E aí nós abrimos frente com as mulheres rurais no fortalecimento das ações delas. Então esse projeto da fundação permitia que a*

57 Projeto Mulher Rural e Luta pela Terra, coordenado pela professora Ieda Batista, (1941- 2008), com a colaboração da CPT.

58 A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA) é uma organização fundada em 1972 e que reúne os principais sindicatos e coletivos rurais do estado. Em 2018, contava com 215 entidades. Fonte: Site oficial: http://fetaema.org/sobre-nos.

> *gente fizesse viagem formação capacitação, trazia* [inaudível] *em São Luís para fazer capacitação. Facilitou isso, né? Nós ficamos com esse projeto durante 2, 4 anos. Aí nesse ínterim entrou mais uma militante, que era agrônoma, e contribuiu com esse projeto das mulheres rurais.* (Gloria, 08-08-2022)

A atuação das Mulheres da Ilha com as comunidades maranhenses não aconteceu somente via Universidade. Igreja, ONGs, instituições de pesquisa nacionais e internacionais, envolvidas em projetos na região e mesmo o Ministério Público atuava em pareceria com o movimento, que passou a ser acionado quando problemas de violência contra a mulher eram denunciados.

> [A promotora] *Veio dizer para mim que ela estava recebendo umas mulheres espancadas, machucadas, violência doméstica - essa palavra, é claro que não existia - e que ela não sabia o que fazer com isso. Aí nesse tempo já estava surgindo no país o SOS Violência, vários grupos trabalhavam com violência. A gente montou um grupo* (…) *e aí a gente começou, a gente começou a escutar essas mulheres…* (Salomé, 11-06-2022)

Paralelamente aos grupos de conscientização, as Mulheres da Ilha lutaram institucionalmente para trazer as recém-criadas Delegacias da Mulher para o Maranhão, o que se concretizou em 1987, com a instalação de uma unidade no Centro Histórico da capital.

> *Tanto é que as Delegacias da Mulher foram uma vitória nossa. Eu lembro* [risos] *da gente indo inaugurar delegacia da mulher ali em São Luís ... Um evento! a gente se sentiu assim super contemplada nas lutas que a gente vinha tendo né?* (Lya, 29-05-2022).

A Delegacia de São Luís é uma das primeiras do Brasil, as conquistas institucionais do movimento envolviam diversos agentes. Gloria se lembra dos primeiros projetos financiados por ONGs internacionais, voltados à saúde da mulher, que se tornou um dos temas principais do grupo – junto com a violência.

> *Aí a gente conseguiu financiar 2 projetos o primeiro projeto foi com parteira*[59]*. Com parteira e fizemos umas cartilhas, uns 2 vídeos, foi um trabalho*

59 Projeto de Produção de Material Educativo sobre Saúde das Mulheres, 1988-89, com recursos do GTZ/Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, na região do Itaqui-Bacanga, em conjunto com a Associação de Pateiras Leigas (Ferreira, 2007).

> *interessante e tinha alguma escoação com o sindicato, a associação dos médicos, das médicas que tinham uma relação próxima conosco, inclusive de fazer parceria nessa coisa das palestras. Aí depois a gente aprovou o segundo projeto pela organização American Foundation, para fazer um trabalho mais orgânico assim, aí a gente começou a trabalhar com as parteiras na parte da formação, da organização política e tradução de material educativo* (Gloria, 08-08-2022)

O projeto que rendeu inúmeras oficinas por todo o estado além de mudança efetiva no funcionamento hospitalar local, que passou a contar com a presença de parteiras, muitas vezes remuneradas pelo poder público municipal e estadual (Ferreira, 2007). Quando relembra das realizações, Lya nos deixa uma pergunta retórica:

> *Eu te diria assim que eu fico bem feliz de ter feito parte disso porque eu acho que foi uma contribuição importante que a gente deu e... é isso, é História, né?* (Lya, 29-05-2022)

2.3.4. Interseccionalidade

Se as ações na periferia da Ilha causavam preocupação nas ativistas dos anos 1980 - que não queriam incorrer em 'assistencialismo', as feministas do século XXI ampliam a crítica em relação à ausência de interseccionalidade dos movimentos da segunda metade do século XX. Consideram, além da falta de diversidade, uma suposta colonialidade nas ações feministas no período (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2002; Hollanda, 2019). Nas minhas interlocutoras, estas críticas parecem ter ecoado. Gloria, ao me contar de uma militante que deixou o Grupo para fundar o Mãe Andresa, coletivo de mulheres feministas negras, fala, também, da sua mudança de percepção:

> *Eu não conseguia perceber essa coisa do racismo como percebo depois. Então quando ela falava de racismo eu não conseguia sacar com tanta clareza, né? E assim nós éramos grudadas... porque éramos as mais jovens. Ela falava mas não falava com tanta clareza porque a gente discutia tudo dentro do grupo. Mas depois quando eu conversei, muito tempo depois, que o grupo já tinha se diluído, ela falava um pouco isso que ela não sentia... aí eu me surpreendi... que ela não sentia como que eu diria... Ela não sentia que o tema do racismo, ela não sentia muito acolhimento dentro do grupo* (Gloria, 08-08-2022).

Uma das militantes do Mãe Andresa, por sua vez, me conta da abordagem da questão LGBT+ dentro do coletivo, também de maneira reflexiva:

> *Acho que a questão de gênero, da orientação, ainda não era trabalhada da maneira que deveria apesar da gente ver as militantes, as mulheres ativistas mais jovens já dando bastante caldo pra essa questão mas eu não percebo um envolvimento grandioso dos grupos mais instituídos. Não estou falando só do Mãe Andresa. Tô falando dos grupos de maneira geral. Como é que aparecem determinadas discussões dentro do grupo? Ainda aparecem no sentido meio que formativo tipo "vamos entender o que que é?". Mas ainda não tem nenhuma ação programada, de apoio, disso, daquilo, daquilo outro. Não senta na mesa direito pra discutir LGBTQIA+* (...) *Não me lembro (do assunto) ter ido a frente como uma pauta coletiva, como uma pauta de arranque.* (Elaine, 12-10-2023)

A questão da lesbianidade tinha pouco espaço no Mulheres da Ilha apesar das entrevistadas reforçarem que tais questões estivessem no horizonte de interesses:

> *Eu pelo menos não me lembro de ter sido um assunto pra gente. Sim, tava ali mas era um... não era o objetivo não.* (Simone, 25-05-2022)

> *E as questões de sexualidade, na verdade, a gente discutia em termos assim de que a gente acolhia, né? Por exemplo como eu te falei a questão da AIDS era crucial na época. Nós perdemos amigos, eu perdi muitas pessoas assim de cara, sabe? Bem no começo da pandemia. Que era uma pandemia, né? E essas todas essas discussões estavam presentes com certeza, a gente, agora, a gente apoiava mas também não tinha um movimento LGBT na época* (Lya, 29-05-2022).

As pautas LGBT+ já eram tratadas nacionalmente, me informa Gloria. Ela se lembra de grupos específicos discutindo a questão em Encontros Nacionais. E no I Encontro de Mulheres Maranhenses[60], organizado pelo Mulheres da Ilha, houve uma oficina específica sobre o tema, mas não consegui maiores informações sobre ela.

> *Isso não era tão falado dentro do grupo, não era verbalizado. Era uma bandeira, que se falava do exercício pleno da sexualidade, da liberdade de escolha tanto em relação à gravidez quanto as parcerias, isso nunca foi... isso sempre foi colocado de forma tranquila. Mas assim. Só [uma militante] que depois assumiu. Mas a gente sabia que entre nós tinha relações que se cruzavam. Agora, na luta geral, a gente sempre apoiou a bandeira. Só que nessa época nos anos 80 quando o grupo se cria ainda não tinha um grupo LGBT orgânico. O primeiro grupo que se cria acho que é o Gayvota no final dos anos 80 se eu não me engano, a gente tem uma boa relação com ele. Mas esse grupo só vai criar no final dos anos 80. Então antes não tinha nada tão formado assim. Agora quando a gente participava dos encontros nacionais sempre tinha. Nos encontros tinha a divisão do de grupo, sempre tinha um grupo das lésbicas. Sempre um grupo muito forte, muito orgânico. E a questão da sexualidade... E aqui, quando a gente fez aqui, o primeiro encontro que nós*

60 No livro de Ferreira (2007) há uma lista das oficinas e minicursos realizados. A lista é ampla e diversa. Mulheres negras, agricultoras, prostitutas, idosas, adolescentes, empregadas domésticas. O Encontro foi realizado em parceria com a UNICEF.

> *organizamos em 86. Parece que ela tinha uma oficina de mulher lésbica. Quero me lembrar quem coordenou, para lembrar quem era a pessoa que mais tava puxando esse debate dentro do movimento. Mas eu não estou lembrada agora quem. Mas não era um tema muito expressivo. Quando é que ele vai aparecer? no final dos anos 80, início dos anos 90. Quando criou Gayvota e aí começam a aparecer as primeiras mulheres lésbicas.* (Gloria, 8-08-2022)

A ausência de movimentos LGBT+s no Maranhão, durante os anos 1980, será abordada no capítulo IV. Sem uma representação instituída, os assuntos de gênero e sexualidade ficavam a cargo do movimento feminista.

2.3.5. Porta vozes do feminismo

Como primeiro movimento feminista ludovicense, Mulheres da Ilha tornou-se o porta-voz oficial das mulheres de São Luís e as principais responsáveis pelas pautas relativas aos direitos das mulheres. As participantes eram requisitadas por órgãos de imprensa, faculdades e entidades de classe para inúmeras entrevistas e palestras.

> *A gente participava de reuniões institucionais, a gente participava de debates públicos, a gente participava de programa de televisão, de tudo, dava entrevista em jornal e tal mas as nossas reuniões eram muito informais ora na casa de uma, ora na casa de outra é eu tinha minhas filhas pequenas levara minhas filhas junto e aí lá pelas tantas elas começavam a chantagear "a gente só fica aqui se tu der biscoito" (risos) "a gente só fica aqui se tu deixar a gente pentear o cabelo de vocês" então essas coisas assim que são engraçadíssimas da gente lembrar hoje mas era assim que funcionava... (Lya, 29-05-2022).*

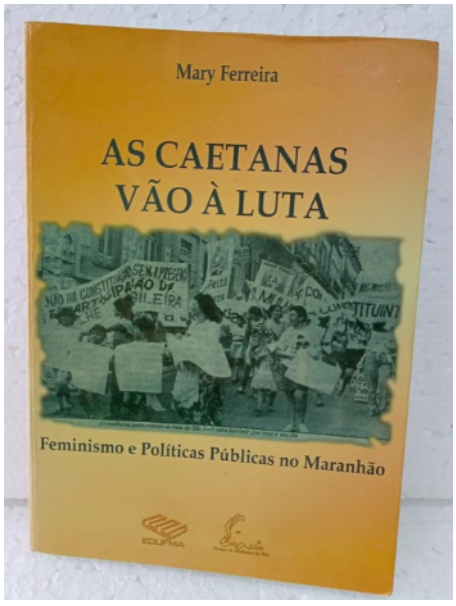


Figura 13. Capa do livro de Mary Ferreira, sobre o Grupo de Mulheres da Ilha, publicado em 2007.
Fonte: Amazon.

Mulheres da Ilha também eram responsáveis pela agenda feminista local e organizavam eventos políticos comemorativos importantes, como o 08 de março, debates e passeatas sempre no Centro Histórico de São Luís.

> *A gente fez muita passeata. A gente fez, na verdade, a gente fez passeatas eu acho que regularmente todos os anos em que eu estive lá, por todas as coisas que eram relevantes. A gente fez por exemplo essa aqui*[61]*, reivindicando que "Constituintes sem mulher fica pela metade", ou seja, reivindicando a nossa participação na Constituinte, mas a gente fez é pelo PAISM*[62]*, pelo programa, para aprovação do PAISM. A gente fez pelo aborto. A gente fez por outras questões específicas, lá de São Luís, que eu não me lembro agora mas a gente fez muuuita passeata. As pessoas mais interessantes do mundo iam nas nossas passeatas. O Flávio Dino, inclusive, ia nas nossas passeatas* [gargalhada] (Lya, 29-05-2022).

Além das manifestações, havia um espaço público para debates e leituras das obras feministas que iam sendo publicadas no Brasil e no mundo. O interesse voltado a fazer reflexões teóricas e acadêmicas sobre gênero e a situação da mulher é compreendido como inerente à já citada condição das participantes do grupo:

> *Então, na verdade, é que esse grupo Mulheres da Ilha se reunia, mas eram professoras da universidade, das ciências sociais, eu que era da filosofia e tinha outras pessoas que eram de esquerda... mulheres, né? Claro.* (Simone, 17-05-2022)

Uma vez que eram as vozes oficiais das mulheres ludovicenses, grande parte das conquistas do período podem ser creditadas ao Grupo, que conseguiu uma série de vitórias institucionais e praticamente criou o escopo de órgãos públicos responsáveis pelas políticas públicas de gênero e sexualidade no Maranhão.

> *E dentro do Estado, o que que a gente fez? A gente fez tudo. O que tem hoje em política pública nasceu como a ação do nosso movimento, das Mulheres da*

61 Me mostra a capa do livro de Ferreira (2007), ver figura 13.
62 Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, lançado pelo Ministério da Saúde em 1983, é considerado um programa vanguardista para o período, já que abordava a saúde da mulher de maneira integral.

> *Ilha e do Fórum. Tudo o que tem aí: Conselho da Mulher, Secretaria da Mulher, Vara de Combate à Violência, Núcleo dentro do Judiciário, Núcleo dentro da Secretaria de Estado. Tudo foi criado graças ao nosso trabalho. E sempre a gente estava no meio. Sempre a gente era convidada a estar assessorando, de graça. Eu posso te dizer tudinho. Eu tenho tudo ainda na memória e eu preciso registrar. Mas eu posso dizer, que a minha vida, os anos 90 para cá, foi dedicada a esse movimento e à Universidade.* (Gloria, 8-08-2022).

Além da atuação estadual expressiva, As Mulheres da Ilha logo entraram na teia feminista nacional, via contato pessoal mantido entre as intelectuais ou tendo como referência as universidades federais brasileiras. Assim, começaram a dialogar com grupos de outros estados. Nas entrevistas, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Campina Grande são os locais mais citados.

> *Então nós tínhamos, na verdade, uma articulação entre essas acadêmicas que tinham tido essa experiência na França, principalmente, e essa articulação, na verdade, é que nos nutria, né? Nos alimentava. E muito do que se fez foi feito articulado com esses outros grupos no Brasil que se mantém até hoje. O SOS Corpo em Recife é uma potência, né? O Coletivo Sexualidade e Saúde em São Paulo. Campina Grande, eu não sei, acho que não, porque as pessoas foram saindo. Como a gente circulava em área acadêmica a gente tinha muita reflexão teórica, a gente estudava, a gente lia, a gente discutia e isso na verdade foi a marca inicial do grupo, com certeza, né? As reflexões de um ponto de vista mais acadêmico.* (Lya, 29-05-2022)

O Mãe Andresa é muito citado como parte da articulação feminista nacional da Ilha e, apesar de ter se iniciado como dissidência do Grupo, as militantes não parecem ter qualquer tipo de rivalidade, e os dois movimentos atuavam em parceria em inúmeros projetos.

> *Nesse período que já é início dos anos 90, que a gente consegue aprovar esse projeto, nós também começamos a rachar, o grupo começou a sair pra fora, aí nós começamos a fazer parte da Rede Nacional Feminista de Saúde e direito reprodutivo que passou a ser uma rede que dava sustentação a implementação do PAISM. Você sabe o que é PAISM, não é? Aí nós fizemos parte do conselho diretor dessa Rede. Eu primeiro depois eu dividi a administração com a Mãe Andresa, o grupo criado, o segundo grupo feminista criado no Maranhão foi o Mãe Andresa, feminista mesmo. Outros grupos foram criados. Então, essa rede teve um papel muito importante na implementação do PAISM, Do aborto legal, que começou por São Paulo, depois foi-se estendendo. a partir daí nós fortalecemos a luta dentro dos Conselhos Municipais de Saúde, onde eu por exemplo, fiz parte como conselheira de 12 mandatos. Foi da minha gestão como conselheira que nasceu o programa de aborto legal no Maranhão* (Gloria, 08-08-2022).

As dissidências do Mulheres da Ilha aconteceram ainda nos anos 1980. Grupos de mulheres apareceram em partidos políticos de esquerda, sindicatos, pastorais e em outras organizações com interesses diversos. Ferreira (2007) elabora uma lista de dezoito coletivos organizados no período. Dois deles merecem atenção, porque foram muito citados nas entrevistas e porque marcam bifurcações históricas do feminismo. O já citado Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (1986), criado por feministas negras é um deles.

> *A gente era solidária com outros movimentos, inicialmente a gente tinha integrantes do grupo que eram mulheres negras, mas que decidiram que a especificidade precisava ser tratada de outra forma e aí criaram o seu próprio grupo que, aliás, não sei se tu vai fazer entrevista com elas, mas é muito importante. Com Mãe Andresa, muito importante também é ouvi-las.* (Lya, 29-05-2022)

O segundo é o Comitê Oito de Março (de 1982), liderado por Maria Aragão e comprometido com a luta socialista.

> *Aragão, bem, a gente tinha toda a ligação... mas era um grupo comunista e comunismo acha que essas questões se resolve com luta de classes.... aí classe, não é especificidade.* (Simone, 25-05-2022).

Ambos foram muito atuantes na década de 1980. O Comitê se desfez com a morte da principal líder, em 1991. Mãe Andresa continua atuando no estado do Maranhão e inspirou diversos grupos de mulheres negras na região. Com a entrada de novos coletivos feministas no Maranhão o Mulheres da Ilha começa a articulação para a Fórum que congregasse as diferentes iniciativas.

2.3.6. O Fórum Maranhense de Mulheres (1986)

A iniciativa partiu do Grupo Mulheres da Ilha e contava com os seguintes movimentos: Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, Espaço Mulher, Comitê Oito de Março, União de Mulheres, Grupo de Mulheres do PDT, Grupo de Mulheres do PT, Coordenação Estadual da CUT, Coordenação de Mulheres da FETAEMA, Coletivo de

Trabalhadores Rurais (Ferreira e Pinto, 2017). O Fórum, ainda hoje, é o principal órgão colegiado do feminismo maranhense.

> *E outro projeto que a gente tinha era o projeto de articulação do Fórum Maranhense de Mulheres, nesse Fórum, que até hoje existe, e é o Fórum que aglutinava todos os grupos de mulheres que tinha dentro da cidade. Não só São Luís como alguns municípios do estado, a gente conseguia levar Imperatriz, Estreito né? Só que a relação mais estreita ficou com Imperatriz porque lá tinha um movimento feminista mais orgânico. Então esse Fórum existe, ele se manteve embora você tenha... nós tenhamos conflitos internos por conta de grupos que não reconhecem o Fórum. Mas tem muitos grupos que reconhecem, depois desse Fórum já foi criadas outras redes feministas como a Rede de Mulheres Negras, que tem ligação com o Fórum mas é uma outra articulação. E aí nesse período... nesse período que já é início dos anos 90,*



> *que a gente consegue aprovar esse projeto, nós também começamos a rachar, o grupo começou a sair pra fora* (Gloria, 08-08-2022)

Figura 14. Logo do Fórum Maranhense de Mulheres. Fonte: Instagram oficial do grupo[63].

Além dos movimentos feministas, os grupos de estudo de gênero vinculados às universidades públicas também fizeram e fazem parte do Fórum, além dos núcleos femininos de partidos de esquerda e outros grupos artísticos e culturais[64].

2.3.7. Grupo de Mulheres/Comitê Oito de Março (1982)

O Comitê Oito de Março não foi exatamente uma dissidência do Mulheres da Ilha, mas um contraponto. É um grupo formado em 1982 para garantir que a luta das mulheres não se sobreporia à luta de classes (Sousa, 2018). Idealizado por Maria Aragão, foi bastante citado durante as entrevistas que realizei.

---

63 Disponível em: https://www.instagram.com/forummaranhensedemulheres.

64 NEGESF (Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família - Ciências Sociais/UEMA), GERAMUS (Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero Étnicos, Raciais, Mulheres e Feminismo) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, NIEPEM (Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Mulher, Cidadania e Relações de Gênero) - UFMA, NAFEM (Núcleo Artístico Feminista).

> *Não era questão de homem e mulher, era questão dos comunistas. Maria Aragão e tal. Considerava que não adianta, que essa luta do feminismo é uma luta burguesa, na verdade. E no fundo acaba sendo. Porque achavam que primeiro era necessária a revolução e depois... E a gente achava que não. Primeiro muda... Primeiro... Não tem o primeiro, vai fazendo as coisas.* (Simone, 25-05-2022)



Figura15.Comitê 08 de Março, em manifestação na Praça Deodoro, cerca de 1980. Maria Aragão, de roupa escura, é a primeira da esquerda para a direita. Foto: Mobi[65].

Médica negra e ativista maranhense, Maria Aragão (1910-1991) foi o principal nome da esquerda ludovicense durante a Ditadura Militar. Aragão definia-se, politicamente, como de "corrente prestista", ou seja, afinada com as ideias de Luís Carlos Prestes. Presa em 1977, foi torturada por agentes da Ditadura Militar no presídio de Pedrinhas, em São Luís. Quando saiu da prisão, em 1978, participou dos principais movimentos citados neste trabalho como o Oposição pra Valer e o Comitê de Defesa da Ilha, sempre como uma liderança respeitada, cujos conselhos deveriam ser ouvidos.

> *Eu me lembro de Maria Aragão, quando ela foi presa. E eu fui visitar a Maria Aragão na prisão. E ela... só que Maria Aragão era uma pessoa que era alto astral, né? Ela não se abatia. Então lá onde ela estava presa o que é que ela fazia? Ela dava consultas! Ela dava consultas, né? Ela dava consulta para os homens, os policiais. Os policiais levavam as mulheres para a consulta. Ela*

65 Exposição Renunciar, Centro Cultural da Vale Maranhão. Disponível em: https://ccv-ma.org.br/programacao/cidade-amazonica-a-sao-luis-de-mobi-em-exposicao-inedita.

> *dava consultas na prisão. Então veja, uma mulher como Maria Aragão que foi estuprada, torturada na prisão. Mas ela tinha muita força, né? Eu não sei de onde é que Maria tirava tanta força. Uma pessoa extraordinária. Então um dia, a gente, ela gostava muito de tomar uma cervejinha e tal, e aí nós estávamos tomando uma cervejinha com ela, eu nunca vou me esquecer disso, lá perto do Canto da Fabril, aí, na hora que a gente tava sentada, tomando uma cervejinha, foi passando um operário. Aí quando o operário viu que era a Maria ele voltou, deu um abraço nela. Nossa, foi um momento assim muito bonito. Aí eu disse "Maria, nossa, eu te conheço há tanto tempo, sou tua amiga, tem uma coisa que eu nunca entendi, porque que nunca te candidataste? Porque com certeza tu serias eleita". Era uma figura extraordinária mas nunca se candidatou. Ajudou muitas pessoas a se elegerem né? Porque sem ela eles não se elegeriam* (Marie, 08-06-2022)

A posição política de Aragão era seguida por diversos líderes da esquerda maranhense. Assim, foi filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e depois acompanha Prestes – expulso da sigla (1980) - e apoia o PDT, sem se filiar. O movimento de Aragão influencia profundamente a esquerda em São Luís. Havia prestistas no MDB maranhense, mas eles deixam o partido em 1985, depois da filiação de José Sarney, em 1984, para compor a chapa com Tancredo Neves. Sarney estava na ARENA há 20 anos. Muitos foram para o PT. Em 1990, ela se filia, enfim, ao PDT, o que fortalece a sigla na Ilha[66]. Haroldo Saboia, por exemplo, também se filiou, no mesmo dia. Ao contrário de Aragão, Saboia tinha pretensão eleitoral (Silva, 2017).

Não conversei com nenhuma participante do Comitê, mas nas entrevistas que realizei, as militantes são unânimes em afirmar que Aragão sempre apoiou o Mulheres da Ilha e, apesar de considerar o grupo demasiado afastado da luta de classes, era alguém com que se podia contar naquele momento.

> *A Maria Aragão, por exemplo, disse que fomos nós que apresentamos a ela a questão das mulheres porque para ela era luta de classe e esse era um problema… lutas específicas, não é? Figura maravilhosa, né? A Marta Suplicy foi pra São Luís, aí a Maria Aragão foi pra televisão com ela e a Maria Aragão falando um monte de palavrão. A Marta Suplicy ela era, nesse momento, ela tinha um programa na televisão, ela também foi uma figura importante. Bem importante. Como é que é? TV Mulher!!* (Salomé, 11-06-2022)

O Comitê não parece ter sido a atividade principal da vida pública da comunista, que era mais ligada, obviamente, às lutas da classe trabalhadora. Assim como a filiação

66 O próximo capítulo amplia as informações sobre o PDT.

no PDT, parece ter sido um caminho para que as adeptas pudessem se engajar na efervescente luta feminista da época. Aragão era onipresente nas lutas da esquerda maranhense

> *E a Maria Aragão que era um ícone assim, um símbolo de luta maravilhoso - eu cheguei a fazer um trabalho com ela no Departamento Rural da CUT, último trabalho que nós fizemos juntas que ela me disse "eu vou morrer, tô com problema sério no coração", eu falei "ô, Maria, não diz isso", "é verdade, Betânia, é muito bom ter vocês aqui e tal, talvez seja o último trabalho". E foi. Ela foi tesoureira da CUT por muitos anos, a Maria Aragão. Ela era comunista* (...) *Todo mundo era ligado à Maria, na verdade, ela morava na rua de Santana, a gente frequentava a casa dela, ela era muito amiga da minha avó, elas fizeram o curso normal juntas. Minha avó me dizia "Maria sempre maluca, na primeira greve que teve aqui no Maranhão, nos anos 50" - teve uma grande greve lá - "e ela rasgou o diploma dela de normalista na praça". Era médica, ginecologista. Maria Aragão foi torturada, perseguida* (Betânia, 26-08-2022).



Figura 16. Praça Maria Aragão, na Avenida Beira Mar, ao fundo podemos observar a Ponte do São Francisco. Fonte: O Imparcial.

Com a Nova República, Aragão se torna uma liderança suprapartidária na Ilha e os antigos apoiadores do Regime Militar, passam a também cortejá-la.

> *Aí tinha um governador lá, que era até chamado de Carcará, perseguia muito trabalhador rural, João Alberto*[67]*, ele não foi eleito, ele era vice de alguém, esse*

67 João Alberto Souza ocupou o cargo em 1990-91, quando o governador eleito em 1986, Epitácio Cafeteira, renunciou ao cargo para candidatar-se a senador. Construiu a carreira política em Bacabal e, em 2020, disputou as eleições para vereador no município mas não foi eleito.

> *alguém saiu, não sei se era de Cafeteira, saiu pra disputar uma outra coisa e ele assumiu o governo. E ele era conhecido por Carcará, que ele mandava matar, torturar pessoas. Aí uma época, não sei se ele tava ficando velho, se arrependendo de muita coisa e ele ligou pra Maria e disse "oi, Maria, aqui é João Alberto". "João Alberto? Sim o que é que você quer?". Aí ele disse "Ah, Maria, eu tô construindo uma escola no bairro tal e vou colocar seu nome". "Não faça isso, seu merda! Não faça!".* [Gargalhadas]*. Ela contando isso era muito engraçado. Aí ele "porra, Maria me chamou de merda. eu queria fazer uma homenagem pra ela". Pô, depois de tanta perseguição vem com essa história?* (Betânia, 26-08-2022).

A homenagem veio em 1998, pelo prefeito pedetista Jackson Lago (1997-2002), o Memorial Maria Aragão é um complexo que inclui uma praça, um anfiteatro e um museu. Construído na avenida Beira Mar, é o maior espaço público do Centro Histórico da Ilha. Foi projetado pelo também comunista Oscar Niemeyer.

O velório de Aragão foi realizado na Assembleia Legislativa do Estado, "após a cerimônia, houve um cortejo até o Cemitério do Gavião, sendo o corpo levado em um carro do Corpo de Bombeiros e o caixão coberto por bandeiras da Favela do Samba, PCB, CUT e PDT" (Silva, 2017, p. 137).

2.3.8. Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (1986)



Figura 17. Logo do GMNMA. Fonte: Facebook do Grupo[68]

68 Disponível em: https://www.facebook.com/grupomaeandresa

O Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (GMNMA) é fundado em 1986 e a primeira reunião acontece na SMDDH (Matos, 2017), no mesmo ano. Após a primeira reunião, o grupo passou a funcionar dentro do Centro de Cultura Negra. Na década de 1990, o grupo consegue uma sede própria, no Centro Histórico de São Luís. Não houve um rompimento entre as militantes e a justificativa para a criação do grupo é a necessidade de que raça fosse debatida de maneira central. A lembrança das ativistas do Mãe Andresa aponta para uma bifurcação pacífica.

> *Elas vêm e começam a trabalhar no Mulheres da Ilha que era um grupo grande que não era um grupo de mulheres negras mas começa... Então, começam a trabalhar a ideia de trabalhar com um grupo eminentemente de mulheres negras. São incentivadas a isso pelo trabalho* (...) *na Cáritas. Então, elas tinham um enfrentamento político bem pesado, né? Imagina? 80, década de 80, a gente tava engatinhando numa saída de democratização, né? E as pressões eram muitas. Isso nos estados do Nordeste é maior ainda. Número de enfrentamentos por terra, por questões ligadas à sobrevivência, questões ligadas à saúde coletiva e saúde das mulheres era uma coisa absurda.* (Elaine, 12-10-2023)

Elaine, única militante do Mãe Andresa que entrevistei, considera que foi mais difícil convencer os militantes homens do movimento negro do que as mulheres feministas.

> *Quando eu cheguei no Maranhão fui direto pro Centro de Cultura Negra. Aí, no CCN, o Mãe Andresa se forma, eu não sou fundadora do Mãe Andresa mas eu entro no Mãe Andresa cedo. Primeiro eu chego na sede, trabalho algum tempo na sede. Aí o grupo, já era um grupo de mulheres, que já se organizava. Mas era um grupo de dentro, não era um grupo separado. Aí chega uma hora que a organização das mulheres pretas começa a gritar, né? Começa... Isso não é uma coisa local, é uma coisa nacional. Começam a ter encontros, alguns encontros que são muito importantes. Foi um cisma, com todas as pressões, "ah, vai sair, vai largar a luta". "Por que que tem que ter um grupo de mulheres? Vocês estão rivalizando". Com todos os problemas e os achaques todos que as entidades têm quando alguma organização vai fazer o seu traçado. É filho saindo de casa, né?* (Elaine, 12-10-2023)

De acordo com Souza (2018), entre os objetivos do Grupo está "discutir a participação política das mulheres negras além dos temas como identidade, saúde, sexualidade e mercado de trabalho voltado para mulher negra maranhense". Primeiro movimento feminista negro ludovicense, Mãe Andresa é um dos movimentos mais sólidos do país. Ao contrário do Mulheres da Ilha, continua em plena atividade

> *A pauta da gente vai se... vai indo pra fora, anda. Também por isso que o grupo é ativo. Não é que tem a memória de ser um grupo de 35 anos. São 35 anos de atividade. Teve alguns momentos de mais coesão do que outros, mas nunca perdeu a atividade. É um dos grupos mais antigos do país. Está entre os 10 mais antigos do país. Em atividade, nós temos outros agora. Porque é isso também, né? Eu acho que o que leva a isso é a demanda. A demanda social que lugares como o Maranhão tem. Não dá pra ficar quieto aqui.* (Elaine, 12-10-2023)

O nome é uma homenagem à Mãe Andresa (1854-1954), líder espiritual da Casa das Minas[69], e a escolha é uma forma de evocar a ancestralidade das mulheres negras maranhenses. Em visita a São Luís, em 1997, em um evento da Fundação Palmares, executado pelo Mãe Andresa, Angela Davis declarou que "também me impressionou perceber a dimensão espiritual na luta política do povo negro no Brasil" (Davis em Arruda, 1997).



Figura 18. Angela Davis e Luiza Bairros durante I Jornada Cultural Lélia Gonzales, em 1997, em um dos raros registros do encontro. Foto Revista Trip[70].

69 Casa das Minas foi uma importante casa de Tambor de Mina-jeje do Maranhão. Mãe Andresa dirigiu a Casa por quarenta anos (1914-1954). Atualmente, pessoas a ela relacionadas mantem compromissos (as obrigações) com as entidades, mas não existe mãe ou filhas de santo no local.

70 Disponível em: https://revistatrip.uol.com.br/tpm/angela-davis-no-brasil-as-mulheres-negras-representam-a-possibilidade-da-esperanca-e-do-futuro. Há poucas imagens de Davis durante a estadia no Maranhão. O fotógrafo André Wanderley registrou a viagem como correspondente da Revista Raça que,

A visita de Davis integrou a I Jornada Cultural Lélia Gonzales e foi a primeira vez que a filósofa e ativista esteve no Brasil. O evento é lembrado como um momento emocionante para o grupo, devido à repercussão nacional.

> *Havia uma disposição da Palmares e eles tinham um evento a demarcar, aí gente da militância puxou que deveria ser um seminário voltado pra questão das mulheres negras e que isso poderia ser no Nordeste. Tanto as lideranças do Movimento Negro, pessoas que tinham voz, voto e acreditavam que aquele era um movimento legítimo da mulherada. E o Mãe Andresa tava despontando no cenário como um grupo novo, né? E aí, foi convidado a preparar a pauta de chegada, a logística mas uma logística já meio pronta pela Fundação Palmares. Mas a organização do encontro foi toda do Mãe Andresa e, não me lembro, não gostaria de fazer nenhuma injustiça, mas não me lembro de outros grupos envolvidos... Eu lembro de outros grupos próximos do que ia acontecer. A Sociedade* [Maranhense] *dos Direitos Humanos, o Centro de Cultura Negra, muito próximos. E o Encontro foi maravilhoso. Foram três dias num hotel no São Francisco com mulheres assim, incríveis. Ter num mesmo Encontro Luiza Bairros, Angela Davis, Sueli Carneiro, Jurema, que era novinha, Jurema Werneck, que era menina, nós todas muito nervosas, muito querendo que desse tudo certo, né? Que afinal de contas era aquele momento ali, um momento muito importante de afirmação do grupo, da luta das mulheres negras, da afirmação diante dos outros grupos de mulheres também, presentes na cidade, que sempre foram fortes. Mulheres da Ilha era um grupo forte, depois veio a atuação do próprio Fórum Maranhense de Mulheres, com mulheres que são lideranças até agora. Então, o encontro foi bem interessante. Muita discussão, uma pauta muito bonita, relacionada com a organização política do movimento de mulheres. Muita coisa foi discutida ali, tipo, como obter recursos, que tipo de projeto e tara tara mas antes de tudo isso o fortalecimento voltado para as grandes questões que as mulheres negras deveriam estar lidando no mundo. Eu me lembro que foi a primeira vez que eu ouvi a Angela Davis falar sobre a mulher em situação de detenção, que é uma coisa que depois ela trabalha muito amplamente mas foi a primeira vez que eu ouvi.* (Elaine, 12-10-2023)

Pergunto para Elaine se ela tem mais fotos do evento e ela me explica:

> *Os documentos do movimento negro são documentos informais, né, nessa época aí. Então, você tem dificuldades. Talvez alguém tenha uma outra coisa falando ou mesmo... Tem pouca coisa. Foto tem muito pouca. Foto dos encontros e tal. Tem que garimpar. Normalmente quando a gente quer alguma coisa pra memória a gente garimpa entre as militantes. A gente tava até pensando agora, no Centro de Referência, em fazer um memorial, deixar no computador, num lugar aberto, pras pessoas olharem…* (Elaine, 12-10-2023)

---

de acordo com ele, é detentora das fotos.

O Centro Estadual de Referência da Mulher Negra Ana Silvia Cantanhede foi inaugurado em julho de 2023 e o nome é uma homenagem à militante histórica do Mãe Andresa, falecida em 2000. O Centro é considerado demanda histórica do movimento de mulheres negras do Maranhão, e o Grupo está na composição da diretoria e no Conselho Gestor da entidade. É através dele que Elaine pensa em construir o memorial.

Como a maioria dos movimentos ludovicenses, o Mãe Andresa também se volta para as comunidades rurais, notadamente para a população quilombola, majoritariamente negra no país.

> *E hoje tem uma discussão e uma atuação das mulheres lá na área dos quilombos. Então, por exemplo, tem militantes de uma empresa que estão em algumas secretarias em posições estratégicas. Então, o que elas fazem? Elas demandam ações voltadas pra questão da mulher quilombola. E já informam para o movimento de mulheres a situação, o lugar, como trabalhar, o que fazer, se aquela área é uma área propícia pra algum trabalho, isso, aquilo, aquilo outro.* (Elaine, 12-10-2023)

A inserção dos movimentos sociais de São Luís na zona rural do interior do Maranhão, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, aconteceu via múltiplos agentes. Organizações Não-Governamentais internacionais já estavam presentes na região e, há algumas décadas, padres estrangeiros vinham para o estado e atuavam nos vilarejos. Geralmente ligados à Teologia da Libertação, não faziam um trabalho assistencial, mas procuravam organizar os trabalhadores rurais e criar neles um senso de comunidade. Assim, é impossível falar de sociedade civil maranhense no período sem considerar a Igreja Católica.

Capítulo 3: “Um burro, uma canoa, um caminhão e um ônibus quebrado”: as Mulheres da Ilha e as Comunidades Eclesiais de Base

3.1. Introdução

Quando terminou a última fase da construção da Litorânea - a integração da Lagoa da Jansen à área balneária da cidade - formaram-se bairros verticalizados e comerciais ao redor da Lagoa. A região toda emula, então, a modernidade desejada pelos idealizadores da incorporação. Ali, em um café nas imediações, no dia 17 de maio de 2022, eu realizei minha primeira entrevista presencial para a tese. O encontro foi com uma das Mulheres da Ilha, que escolheu o local. Ela chegou animada e começamos a conversar sobre o primeiro movimento feminista da Segunda Onda do estado do Maranhão. Perguntei como as Mulheres da Ilha atuavam, como chegavam às mulheres da periferia. A resposta foi interessante e me fez agradecer o arrefecimento da COVID-19 e a possibilidade de ter a conversa presencialmente.

> *Bem, os movimentos não eram movimeeeentos assim. Existia. Mas assim, para se chamar de movimento social... Eram grupos de mulheres que se reuniam, Clubes de Mães...*(Simone, 17-05-2022)

Ela não estava falando das Mulheres da Ilha, mas dos grupos onde as feministas atuavam na periferia da cidade. Mais vezes, durante a entrevista, ela pronunciaria a palavra "movimento" de diversas maneiras. De forma mais seca, para se referir aos movimentos sociais organizados e institucionalizados. De maneira mais alongada, para falar sobre grupos não-organizados espalhados pela Ilha. Eu entendi que a ênfase na sílaba tônica parecia indicar que eram movimentos *pero no mucho*. Mas mesmo assim gostei da distinção. Aos burocráticos movimentos esquerdistas de inspiração sindical, cabia uma palavra contida. Às diversas, criativas e "alongadas" manifestações populares, a pronúncia dilatada.

Mais vezes os Clubes de Mães e grupos de mulheres ligados à Igreja apareceram nas entrevistas. Algumas feministas trabalhavam diretamente em

organizações católicas. Outras eram ligadas às ONGs internacionais. Havia estudantes, professoras universitárias e profissionais liberais. Todas contam de ações mais ou menos eficazes nos bairros periféricos de São Luís. Ouvi histórias sobre comemoração do Dia das Mães com as mulheres do bairro Sacavém ("*uma mulher lá me disse uma frase que nunca esqueci "eu perdi o gosto da vida", essa frase...*"[71]); sobre os métodos utilizados pelas educadoras populares na Vila Embratel ("*a gente sentava no chão com elas e ouvia as histórias*..."[72]) e maneiras de trazer as polêmicas questões da sexualidade feminina para a periferia de uma cidade conservadora ("*a gente dava aula sobre o corpo da mulher, com desenhinho"*[73]).

Fascinada, eu queria saber mais sobre a relação das Mulheres da Ilha com esses grupos de mulheres. "*Não eram classe média, eram pobres*", Simone enfatizou. Como se estivesse chamando a minha atenção para algo que talvez estivesse me escapando. "*As mulheres, na verdade, classe média, (eram) as que pertenciam às Mulheres da Ilha*", completou, soltando uma gargalhada. Meu interesse, então, se voltou para a "grande questão" da política iluminista: como chegar ao povo? Como mobilizar o povo? Me explicaram de diversas maneiras.

> *Ah. Pera aí. Tem que saber como é que era a organização das comunidades em São Luís. As comunidades em São Luís tinham organizações próprias, de bairro e essas articulações de bairro na verdade eram acessíveis a mim pelo meu trabalho…* (Lya, 29-05-2022)

Aos poucos, vou enxergando os movimeeeentos de São Luís. Eram os clubes de mães que irrompiam nos bairros. Talvez os grupos de mulheres dentro das igrejas da periferia e diversas pastorais que existiam na época. Então, uma mulher da ilha resolve iluminar o meu caminho: *"eu acho que tinha uma coisa das Comunidades de Base. Novamente a Teologia da Libertação, né?"*[74].

71 Salomé, em11-06-2022.
72 Lya, em 29-05-2022.
73 Lya, em 29-05-2022.
74 Salomé, em 11-06-2022.

3.2 A voz dos que não tem voz

3.2.1. Vaticano II, Medellín e Puebla

No prefácio do clássico livro “Teologia da Libertação: ensaio de síntese” (1985), do teólogo chileno Segundo Galilea, publicado originalmente em 1978, o bispo franco-chileno Jorge Hourton conta um pouco da própria história. Quando seminarista, na década de quarenta, ele se lembra de estudar apenas teólogos europeus e, quando debatiam as possibilidades de uma teologia latino-americana, ele e os colegas, invariavelmente, concluíam que a necessidade de atuar imediatamente fazia com que os recém-ordenados não se dedicassem aos estudos filosóficos. Assim, uma teologia latino-americana, quando viesse, teria que ser inspirada pelo concreto.

O concreto teve voz na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano de Medelín, em 1968. Ali, inicia-se a "teologia pastoral" (Galilea, 1985) latina, ou seja, uma teologia cuja ênfase está nos conhecimentos dos sacerdotes que exercem atividades apostólicas e, portanto, é uma teologia da ação. Em edições posteriores da obra, Galilea inclui a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Puebla, em 1979, como fundamental para a consolidação da Teologia da Libertação na América Latina, uma vez que orientou as pastorais a não tolerarem a pobreza em países cristãos. Além disso, Puebla

> … revela a face dos oprimidos na América Latina: indígenas e afroamericanos, camponeses sem terra, operários, desempregados e subempregados marginalizados e aglomerados urbanos, jovens frustrados socialmente e desorientados, crianças golpeadas pela pobreza, menores abandonados e carentes, a mulher, os migrantes, as prostitutas. (Chaver, 2015, p. 20)

Os estudiosos da Teologia da Libertação (Andreatta, 2012, Galilea, 1985, Libâneo, 2012, Velez, 2012) parecem concordar em relacionar esta teologia ao Concílio Vaticano II, XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, que aconteceu entre os anos de 1962 e 1965. Ao convocá-lo, as principais preocupações do papa João XXIII diziam respeito à aproximação da Igreja com o mundo, percebendo-o além da Europa. Dois documentos do Concílio são fundamentais para a discussão da Teologia da Libertação:

o “*Apostolicam Actuositatem*" (Atividade Apostólica), que versava sobre o apostolado de leigos, e o “*Gaudium et Spes*” (Alegria e Esperança), que tratava das ações concretas da Igreja no mundo contemporâneo (Chaves, 2015). De acordo com os pesquisadores o evento tem um significado especial já que marca uma mudança da Igreja em relação aos debates teológicos que vinham acontecendo entre os membros eclesiais. As Conferências de Medellín e Puebla seriam manifestações do “*Gaudium et Spes*” e a ampliação do movimento leigo, composto pelos praticantes do catolicismo que trouxeram, além das vivências cotidianas, especialidades técnicas para dentro da Igreja, teria como âncora o “*Apostolicam Actuositatem*".

Durante as entrevistas que realizei com as ativistas há a lembrança deste momento, em que as influências dos concílios promoveram transformações na maneira de atuar da Igreja.

> *Dá uma luminosidade no grande desafio que é ser Igreja no mundo, porque ser Igreja dentro do templo de tijolo não é muito difícil. Basta você ir chegar e bem, não tem muita atividade, você garante o céu e a terra fica muito solta. Então, as pastorais foram sofrendo essas modificações sobretudo provocadas pelos movimentos de concílio de cristandade, aqui, hoje você pouco houve falar. Foi trazido para cá em 1971…* (Ruth, 09-06-2022)

Se a importância do Concílio é consenso entre os teólogos e leigos, a influência dele para a formação da Teologia da Libertação não é. O ponto de discordância diz respeito às relações cúpula/base da Igreja. Se o Concílio foi fundamental para o surgimento da TdL, significa que o alto episcopado interferiu nas bases , o que levaria a minorar os movimentos que vinham acontecendo nas comunidades de religião católica, que acreditam que o Concílio referendou uma tendência inescapável. A tríade Concílio Vaticano II, Conferência de Medellín e Conferência de Puebla é fundamental para ambas as posições, mas o protagonismo de cada evento é bastante discutido. A primeira posição é apontada diretamente pela teóloga colombiana Olga Velez (2012) "foi fruto do Concílio a teologia da libertação, as comunidades eclesiais de base e, especialmente, a consciência social que se despertou na Igreja latino-americana" (p. 36). Em entrevista a Wolfart e Dalla Rosa (Libânio, 2012), o padre jesuíta e teólogo João Batista Libânio explica a influência do Concílio na América Latina e a maneira como ele foi fundamental para a estruturar os encontros regionais:

> Nos primeiros anos pós-conciliares, organizaram-se por todo o país inúmeros cursos, congressos, encontros de estudo e assimilação do Concílio. O Encontro dos Bispos da América Latina em Medellín significou grande momento de recepção criativa do Vaticano II. Basta sinalizar alguns pontos: opção pelos pobres na perspectiva da libertação, comunidades eclesiais de base, educação conscientizadora e libertadora, vida consagrada inserida no meio popular, pobreza na e da Igreja com maior proximidade com os setores pobres, presença da Igreja nas lutas populares e movimentos sociais, visão crítica da política hegemônica das classes dominantes. (Libânio, 2012, p. 14)

Além da TdL, outras tendências teológicas apareceram no período. Nancy Cardoso Pereira, teóloga e filósofa, considera que o Concílio do Vaticano II foi fundamental para a teologia feminista

> as experiências de igreja popular, as teologias da libertação, os novos modos de ser igreja, as reinvenções litúrgicas e ministeriais. Estas respostas (dimensionadas e projetadas na América Latina em Medellín e Puebla) criaram as condições de sobrevivência das teologias feministas. (Pereira, 2012, p. 45)

Chaves (2015) salienta a ação das mulheres na Igreja está contida no "Apostolicam Actuositatem", no 9º item do documento. O decreto afirma que "como hoje a mulher tem cada vez mais parte ativa em toda a vida social, é da maior importância que ela tome uma participação mais ampla também nos vários campos do apostolado da Igreja" (Chaves, 2015, p. 19). Logo, as mulheres são admitidas como fundamentais no movimento leigo e influentes nos meios populares, em bairros pobres e nas regiões mais isoladas do continente latino-americano.

Em São Luís, as Mulheres da Ilha introduzem questões feministas nos grupos católicos que atuavam dos bairros, com apoio dos sacerdotes locais.

> *A gente era toda articulada com o país todo. Tinha o SOS Mulher, SOS Corpo, de Recife (...) E aí, então, a gente era toda organizada. Então, eu trabalhava na Caritas e puxava o trabalho para as mulheres, mas não era fácil. Mas o padre... Esse trabalho foi ganhando corpo, sem eu perceber, quando eu vi já tinha um trabalho enorme e uma certa ocasião, eu fui num encontro internacional feminista. Maravilhoso! Na Praia Grande[75], em São Paulo (...) aí foi uma revolução. Eram mulheres, assim, do mundo inteiro né? Aí quando eu voltei desse trabalho (...) eu trouxe um monte de panfleto e cartilhas que eu espalhei na mesa da Caritas. O padre Victor Asselin foi lá, me chamou, me deu assim uma dura. Aí eu sustentei a minha posição e para minha surpresa o padre Victor ficou encantado com a ideia e perguntou para mim se eu não queria formar uma equipe para trabalhar com as mulheres.* (Salomé,11-06-2022)

75 Provavelmente o I Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, realizado em 1988.

Leonardo Boff (2013) também aponta o surgimento de novas teologias nos anos 1960: "surgiram várias tendências dentro da mesma e única Teologia da Libertação: a feminista, a indígena, a negra, a das religiões, a da cultura, a da história e da ecologia" (n.p.). O teólogo brasileiro acredita que que o movimento deve ser compreendido à luz da contracultura e fora da hierarquia da Igreja:

> Entretanto, só entenderemos adequadamente a Teologia de Libertação se a situarmos para além do espaço eclesial e dentro do movimento histórico maior que varreu as sociedades ocidentais no final dos anos 60 do século passado. Um clamor por liberdade e libertação tomou conta dos jovens europeus, depois norte-americanos e por fim dos latino-americanos. Em todos os âmbitos, na cultura, na política, nos hábitos na vida cotidiana derrubaram-se esquemas tidos por opressivos. Como as igrejas estão dentro do mundo, membros numerosos delas foram tomados por este Weltgeist. Trouxeram para dentro das Igrejas tais anseios por libertação. (Boff, 2013, n.p.)

Para Boff (2013), a interpretação latino-americana do Concílio Vaticano II, que apelava para uma abertura da Igreja em relação ao mundo, se traduziu em uma abertura para o submundo dos oprimidos e explorados. Assim, ele explica, a Teologia da Libertação não foi inventada por teólogos, mas emergiu das desigualdades sociais que assolam a região.

O sociólogo Michael Lowy (2016) também não acredita que o espaço para uma "Igreja dos Pobres" aconteceu de cima para baixo, se pensarmos em termos de hierarquia clerical. Para ele, as categorias ou setores sociais envolvidos no campo religioso-eclesiástico - que iriam se tornar a forma impulsora para a renovação - eram todos, de um jeito ou de outro, marginais ou periféricos em relação à instituição: os já citados movimentos laicos, e seus consultores, os especialistas laicos, os padres estrangeiros, as ordens religiosas. Ele lembra também que abordagem da libertação foi combatida pelo Vaticano e Conselho dos Bispos Latino-Americanos (CELAM) desde o início dos anos 1970 e foi praticada por uma minoria das Igrejas mesmo na América Latina mas, ainda assim, a influência dessa corrente é bastante significativa.

Lowy (2016) propõem uma mudança de eixo para compreender o movimento. Ao invés de pensá-lo a partir da relação debaixo para cima (ou de cima para baixo), ele prefere olhá-lo como uma ação da periferia para o centro. Por isso, prefere usar o termo

Cristianismo da Libertação, considerando que a Teologia da Libertação seria a manifestação espiritual desse movimento mais amplo. Para ele, pode ser considerado um movimento porque envolve vários grupos distintos como

> setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), bem como várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores etc. (Lowy, 2016, p.73-74).

A capacidade de mobilizar grupos díspares traria a qualidade de movimento social para o fenômeno. Lowy (2016) lista oito pontos que considera fundamentais para a compreensão da Teologia da Libertação. Primeiro, a luta contra a idolatria - tema caro às teologias católicas e que, a TdL atualiza como sendo a luta contra a riqueza, o mercado e a força militar. Em segundo, a antecipação da libertação humana - não mais restrita a acontecer apenas no Reino de Deus. Ainda em relação a isso, o autor cita a crítica à teologia dualista tradicional, uma vez que a TdL considera que a vida terrena e a celeste são inseparáveis. Outro ponto interessante, diz respeito aos aspectos da Bíblia enfatizados por essa abordagem: os teólogos da libertação preferem atentar-se às lutas dos povos escravizados, como a do Êxodo, por exemplo. O quinto ponto importante, destacado pelo autor, diz respeito à crítica ao capitalismo como pecado estrutural. De onde advém a sexta e mais polêmica característica, a saber, a aproximação com o marxismo. Daí, a opção pelos mais pobres e, consequentemente, o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base que são, também, uma forma de combater o individualismo do sistema capitalista.

A aproximação com o marxismo é fundamental para a compreensão da relação da Igreja com a esquerda ludovicense dos anos de 1980. Os ativistas atuavam via pastorais e fizeram parte do *processo de conscientização* da população camponesa do estado.

> *As pessoas eram, eram muito politizadas porque tinha a Teologia da Libertação, os padres faziam coisas... bom, eu vou falar né? Tinha um no interior do Maranhão que dizia assim pra mim "qualquer coisa eu pego as armas". Era mais ou menos assim…* (Salomé,11-06-202)

Os partidos políticos também tinham relação com as pastorais mais robustas, assim, é comum ouvir dos entrevistados que determinado partido dominava um desses órgãos. Os partidos mais citados são o PT, o PDT e o PC do B.

> *E tínhamos esse gosto pelo mandato, era o gabinete. E a representatividade do PT também, então toda semana tínhamos conselhos políticos, realizados e abertos aos movimentos. Esse conselho político envolvia pastorais, pessoas de outros partidos que quisessem discutir, conversar.* (Ruth, 09-06-2022)

As diferentes pastorais, no Maranhão, como no resto do país, logo ficaram conhecidas como Comunidades Eclesiais de Base. Dessa forma, qualquer grupo ligado à Igreja "com o tempo foram sendo chamados de CEBs, embora não tenham nascido como CEBs" (BORGES, 1998, p. 80). As CEBs, nos anos 1980, tornaram-se um importante *locus* de resistência contra a Ditadura Militar no estado.

3.2.2. As Comunidades Eclesiais de Base no Maranhão

As Comunidades Eclesiais de Base “são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos" (Betto, 1981). A discussão a respeito das CEBs é espelhada no debate em torno da Teologia da Libertação sobre o papel da cúpula eclesiástica no desenvolvimento de tais manifestações na América Latina.

Assim, há aqueles que consideram que as CEBs são o resultado operacional da Teologia da Libertação (Galeana, 1985, Pereira, 2015, Chaves, 2015) e outros que ao contrário, acreditam que a Teologia da Libertação foi gestada nas CEBs (Betto, 1981, Boff, 1982). Alguns tentam, também, desvencilhar as CEBs da Teologia da Libertação - considerando-as células mais espirituais do que conscientizadoras (Néris, 2022). Uma definição didática de CEBs é feita por Frei Betto no volume O que é Comunidade Eclesiais de Base?, da Coleção Primeiros Passos:

> São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região (...) São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos

> (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas". (Betto, 1981, p. 7)

No Maranhão (e no Brasil), os católicos abraçaram essa perspectiva e, com o apoio dos leigos, a Igreja cria um aparato institucional que favorece a ação em prol dos desassistidos. Conforme elenca Pereira (2015), em 1975, o padre canadense Victor Asselin começa os trabalhos com a Comissão Pastoral da Terra (CPT); em 1981 começa a funcionar Comissão Justiça e Paz (CJP), vinculada à Arquidiocese de São Luís e

> outras organizações como a Comissão Pastoral Carcerária (CPC), a Cáritas regional, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerine[76] (CDMP) também compunham esse conjunto de organizações de reivindicação de direitos. (Pereira, 2015, p. 46)

Todas essas entidades eram compostas de diversos profissionais que formavam uma rede poderosa de contatos e assessoria. O método "ver, julgar e agir", proposto pela Teologia da Libertação, era utilizado pela maioria das agremiações. Dentro dos grupos havia atividades espirituais e religiosas e, também, ações políticas e de cunho social. No campo, a Comissão Pastoral da Terra fornecia "assistência jurídica e educativa" (Pereira, 2005, p. 83) aos trabalhadores rurais.

De acordo com Chaves (2015), como diferentes experiências de ação popular capitaneadas pela Igreja Católica são chamadas de CEBS, não existe consenso entre os pesquisadores no que diz respeito às datas do surgimento das CEBs no Brasil. No Maranhão, as CEBs apareceram de diversas maneiras. Como organizações para realizar festejos santos, como grupos de oração, algumas respondendo diretamente ao Concílio Vaticano II, outras a partir de conflitos de terra no interior e, ainda, para realizar trabalhos comunitários (Néris, 2022). De acordo com Chaves (2015), o possível início das CEBs maranhenses data de 1965 - nas cidades de Tutóia e Bequimão. Em São

76 Missionário camboniano, Passerine permaneceu no Maranhão de 1973 a 1987, quando se mudou para Fortaleza, onde vive até hoje.

Luís, a primeira CEB aconteceu no bairro Tirirical, em 1968. Nos anos 1970, elas já estão espalhadas por todo o estado.

Néris (2022) afirma que as CEBs não possuíam um plano pastoral comum e é crítico dos párocos da libertação que as entendiam como "referencial culminante de seu projeto eclesial alternativo" (p. 233). Chaves (2015) argumenta que o papel político das CEBs na luta para a redemocratização pode ser creditado à falta de liberdade de associação na ditadura, assim, os núcleos de bairro tornaram-se essenciais para a conscientização da população a respeito dos abusos cometidos pelo governo central. A identidade rural das CEBs também é destacada pela pesquisadora, isso acontece porque nas zonas rurais o senso comunitário é mais aguçado. Mesmo em São Luís, as CEBs aconteciam em bairros predominantemente rurais.

Embora não fosse ideologicamente progressista, a Igreja Católica contribuiu para a formação de grupos comunitários ludovicenses, o que se tornou fundamental para a ação de movimentos sociais no período - inclusive o Mulheres da Ilha. Borges (1998) concorda que a posição das autoridades eclesiásticas não era progressista, mas que havia identificação com a Teologia da Libertação entre os padres. Embora fosse uma posição minoritária, tais grupos tiveram um importante papel no cenário da esquerda na capital. E mesmo no interior, há um debate sobre a importância dos CPTs para a formação de um novo sindicalismo no campo. Pereira (2015) também destaca que o momento foi marcado pelo posicionamento de párocos que tinham um discurso bastante crítico em relação aos projetos desenvolvimentistas implantados no estado e que atuavam diretamente com a população afetada.

> *Eu fiquei sabendo dessa lenda[77] né? Que tinha, que a cobra ia apertar a Ilha que era a ALCOA que estava chegando. Aí desse lugar é... O fulano me apresentou um padre. francês. Aí era cheio de padre francês, italiano,*

77 A lenda: "Há séculos, grandes galerias subterrâneas foram construídas por todo Centro Histórico de São Luís. O que os ludovicenses não contavam é que uma serpente encantada (que nunca morre!) resolveu morar nesses canais e há séculos cresce nas galerias que circulam a cidade. Dizem que a cabeça dessa grande serpente está na Fonte do Ribeirão. E a serpente gigantesca continua crescendo, sua barriga já alcança o convento do Carmo, e a cauda da bicha já chegou à igreja de São Pantaleão, outros dois lugares famosos de São Luís. Dizem que o bicho peçonhento continuará crescendo e crescendo. E, quando a cabeça encontrar o rabo, muitas tragédias poderão acontecer: maremotos, terremotos e até a visita inesperada da serpente a superfície da cidade". (Ciência Hoje das Crianças: disponível em: https://chc.org.br/artigo/a-serpente-encantada-de-sao-luis/)

> *canadense, de todo lugares do país que eram, que eram as pessoas que se identificavam com a Teologia da Libertação…* (Salomé, 11-06-2022)

A importância dos padres estrangeiros também é constatada na totalidade das entrevistas sobre o período. A Igreja Católica vivia uma crise de recrutamento de novos sacerdotes e o Concílio Vaticano II, como já visto, incentivou que os membros eclesiásticos atuassem nas regiões consideradas mais remotas.

Os pesquisadores são unânimes em considerar as CEBs como uma expressão robusta da sociedade civil maranhense (Pereira, 2015, Chaves, 2015, Borges, 1998) nas décadas de 1970 e 1980. Com a ascensão de João Paulo II (1978 - 2005), a cúpula da Igreja Católica adota uma nova visão de mundo, condena a Teologia da Libertação e as CEBs são esvaziadas. No Maranhão, várias Pastorais que apareceram no período continuam atuando de maneira efetiva.

3.2.3. As CEBS e a esquerda maranhense

O meu primeiro anseio ou "problema de pesquisa" veio à tona em uma das conversas iniciais que tive sobre a atuação da Igreja no Maranhão. Quando recortei o período histórico para elaborar o projeto da tese (duas últimas décadas do século XX), a minha angústia dizia respeito à fragilidade da sociedade civil para enfrentar o autoritarismo do governo Bolsonaro (2019-2022), sendo que diversos grupos e movimentos haviam atuado de maneira significativa para conduzir o país para a democracia nos anos 1980. Meu interlocutor, um ativista e ex-deputado, enquanto me falava sobre as CEBs, mostrou-se também atormentado por isso:

> *Por que que a Igreja, naquele momento de ditadura produziu um Evaristo Arns? Por que que a Igreja, num momento de absoluta liberdade - de opinião, de execução, de organização - não produz um fiapo? A questão básica é essa.* (José Carlos Saboia- 01-06-2022)

Dentre todas as entrevistas realizadas, apenas uma pessoa se identificou como ativista católica, as demais atuavam com os sacerdotes progressistas do período em busca da construção de uma sociedade mais livre e mais justa através da estrutura das CEBs. As mulheres (e homens) que entrevistei, e que atuaram nos movimentos sociais

na ilha no período, lembram-se de muitas dessas organizações - e participaram delas. Duas delas aparecem em diversas entrevistas: a Cáritas e a Comissão Justiça e Paz (CJP).

A CJP de São Luís teve um papel fundamental para a consolidação das CEBs em todo o estado, uma vez que seus integrantes acompanhavam e denunciavam as violências cometidas contra trabalhadores rurais. Quando me conta do cenário político na cidade, no início da década de 1980, Ruth se recorda de que algumas candidaturas políticas contavam com o apoio "inclusive de muitas pessoas da Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Luís, que foi criada em 81". O papel da Comissão para a resistência de setores progressistas locais quanto aos desmandos das oligarquias maranhenses e às dificuldades do enfrentamento à Ditadura Militar parece estar na memória coletiva dos ativistas da época. Nas palavras de José Carlos Saboia, CJP era a retaguarda para quem se arriscava nas lutas sociais:

> *Você fazia uma proposta e sabia que você podia morrer. Mas você também tinha uma retaguarda e essa retaguarda avançou muito na época que você está estudando: a Comissão de Justiça e Paz. Aí um dia mataram um trabalhador, vivem matando trabalhador lá no Médio Mearim. Aí mataram mais um. Aí eu peguei um cartaz, eu tive uma ideia, um cartazinho desse tamanho, aí eu disse assim uma pistola apontando assim, aparecia uma pistola. Círculos, aqueles círculos que eles fazem do treinamento de armas, pra você atirar. "Os fazendeiros estão matando os trabalhadores rurais". Assinado: Comissão de Justiça e Paz. E assinaram porque quiseram. Eu mostrei pra todo mundo. Gente. Os fazendeiros cristãos, católicos foram em cima do Dom Paulo[78]. Dom Paulo se merdificou todo, mijou, cagou, fez tudo.* (José Carlos Sabóia- 01-06-2022)

A CJP funcionava como um órgão da sociedade civil que dialogava diretamente com as autoridades da Igreja, cobrando posicionamentos e, assim, conseguindo legitimidade para demandas sociais urgentes e arriscadas, em uma época que a ausência de direitos significava a morte de atores sociais marginalizados:

> *Lá em Santa Inês, o PC do B era forte em Santa Inês. Forte que eu digo, é mais ou menos, né? Aí eles mataram o Natinho, Natinho era o principal líder. Terrível. Aí mataram o Natinho. Aí eu cheguei pra Dom Paulo, eu era da Comissão Justiça e Paz e eu disse: -"Dom Paulo, o senhor não acha que seria bom, além da presença do PC do B, que é dono do cadáver" - dono do cadáver, repara só*

78 Dom Paulo Ponte, arcebispo de São Luís (1984-2005).

> *a minha maldade - "que se apropriou do cadáver, o senhor não acha bom que a Igreja também esteja presente?"*
> *- "Mas como? esses caras estão matando"*
> *- "Exatamente por isso, porque tem muito cristão, que são das Comunidades de Base, Eclesiais de Base, que estão sendo ameaçados também, então o senhor não acharia bom que o senhor fosse lá?".*
> *Aí ele ficou todo inseguro, conversou "eu vou, mais dois (inaudível)". Eu dirigindo um fusca vagabundo, dirigi o fusca ida e volta no mesmo dia até Santa Inês. Pra participar do calvário do Natinho. Era isso, menina. Era barra pesada. Mas ele só foi porque eu disse que o PC do B estava de dono do cadáver. Que ali era luta dos cristãos também.* (José Carlos Saboia- 01-06-2022)

A Comissão Pastoral da Terra, também é bastante lembrada e, embora eu não tenha identificado uma atuação incisiva dos pesquisados nela, o padre responsável, Victor Asselin[79], é um personagem central das memórias aqui trabalhadas.

> *Teve um outro padre, esse aí era meio louco. Não sei como eu posso dizer isso. Era Victor Asselin. Padre Victor Asselin. Esse era canadense. O Victor era o cara que enfrentou na época do projeto Carajás, documentou todo o projeto Carajás, toda a grilagem do projeto Carajás feita pelo dono do projeto Carajás. Tá publicado aí. Pode ir na biblioteca que você vai achar. O Victor já morreu. Morreu muito cedo. Ele tava no Canadá, já tinha ido pro Canadá e morreu. Se formou advogado. Mas era outro... Era outra concepção desse pessoal bom de igreja que se formava (...) pra fazer o que eles fizeram na época.* (José Carlos Saboia- 01-06-2022)

> *E as situações de injustiça eram muitas. A questão da terra, da grilagem mesmo, acintosamente. Aí era o tempo que era ainda os anos 70, que vai ser criada a Pastoral da Terra, um dos primeiros coordenadores o padre Victor Asselin que morava aqui em São Luís, que residia aqui e foram saindo outros órgãos com essa convicção dentro da igreja* (Ruth, 09-06-2022)

Além de fundador e responsável pela CPT, Asselin era, também, diretor da Cáritas. O órgão foi uma das CEBs mais combativas do estado e, no imaginário das entrevistadas, *locus* importante para o Mulheres da Ilha. Uma das participantes da pesquisa, que não atuou no Mulheres da Ilha, associa o movimento diretamente a essa CEB:

> *Tinha amigas que participavam, mas eu não participei do Mulheres da Ilha. Frequentei algumas reuniões deles, mas eu não era, assim, organicamente ligadas a elas. Porque nessa época, eu saí... Elas eram muito ligadas à Caritas*

79 Victor Asselin (1938-2013) foi um padre canadense que atuou no Maranhão por quatro décadas. O livro Grilagem: corrupção e violência em terras dos Carajás, publicado em 1982 é considerado um dos maiores documentos de denúncia de grilagem já publicados.

> *na Igreja, né? Elas tinham um trabalho na Cáritas* (...) *Nós tivemos um atrito com Igreja, em 79, quando nós quisemos fundar o Partido dos Trabalhadores. Era o padre Victor Asselin, que era o coordenador da CPT. E tinha o coordenador da Cáritas que eu esqueci, que era um outro cara. Nós tivemos um atrito que nós fomos expulsos do Encontro de Trabalhadores Rurais, em Coroatá, nós fomos expulsos pelo padre Victor Asselin, que era progressista, ótimo, depois a gente voltou de novo a ser amigo* (...) *Então, essas coisas que eram muito ligadas, eu fiquei com pé atrás. Me afastei daquele convívio com a Igreja, nessa época aí.* (Betânia, 26-08-2022)

A Cáritas é uma organização que pertence à Igreja Católica e aparece no final do século XIX, na Alemanha. A Rede Caritas Internacionalis, seu nome oficial, é criada para atender vítimas de catástrofes, guerras e situações de calamidade. No início, trabalhava com arrecadação e distribuição de artigos de primeira necessidade. Em meados do século XX, ligou-se à Teologia da Libertação e somou-se a outras entidades que previam atuar de maneira mais transformadora da realidade social (Rodrigues, 2007).

A Cáritas Brasileira aparece em 1956, momento em que o país vive a febre desenvolvimentista e a integração das regiões mais pobres entra na ordem do dia do governo. A organização, nesse momento, faz uma importante mediação entre os programas sociais, a ação da Igreja e os organismos internacionais. No início, as ações internacionais eram simplesmente a doação de roupas e alimentos vindos do exterior. No Maranhão, a Cáritas chega em 1963, com caráter meramente caritativo. Aos poucos, sob a influência da Teologia da Libertação, a Cáritas ajustou seus objetivos, local e nacionalmente, e a ação voltada à transformação da vida dos mais pobres tornou-se hegemônica (Rodrigues, 2007). De acordo com a autora, a Cáritas foi fundamental para a expansão da Teologia da Libertação na região.

3.2.4. As CEBs e a Educação Popular

As ações da Cáritas colhidas na entrevista dizem respeito, sobretudo, a ações voltadas à educação popular em regiões carentes e rurais de São Luís e, também, no interior.

> *Eu fui em lugares que ninguém foi e naquela época era um burro, uma canoa, um caminhão, um ônibus quebrado, né? Era a década de 80, início, né?* (Salomé, 11-06-2022)

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi idealizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1961, a fim de "desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país" (Fávero, 2004). Previsto para ter a duração de cinco anos, o movimento adquire força e se transforma em um instrumento conectado à ação da "Igreja no mundo", adquirindo bases filosóficas e escorando-se na teoria de Paulo Freire. Assim, o MEB "assumiu a conscientização como seu objetivo principal com toda a força que tinha na época" (Fávero, 2004). Nas Instruções Gerais do documento de fundação (1961), assim o MEB define suas propostas: "Educação de Base: alfabetização em massa das regiões subdesenvolvidas do País; educação sanitária; iniciação agrícola; iniciação democrática; informação profissional, etc." (MEB, 1961 *apud* Raposo, 1982).

Embora tenha sido pensado para atuar através do rádio, no Maranhão a experiência aconteceu de maneira diferente, "em âmbito nacional, o MEB atuava principalmente através de escolas radiofônicas, caracterizando-se como exceção a sua experiência no Estado do Maranhão". (Raposo, 1982, p. 2). O interior do estado não possuía estrutura radiofônica para a empreitada, assim, a experiência maranhense é excepcional e traz elementos que se perpetuam nas últimas décadas do século XX, tais como: animadores sociais, mobilização dos trabalhadores rurais, criação de organizações e movimentos sindicais

Alguns autores consideram que, embora na primeira fase (1961-1964) o MEB tenha buscado uma penetração popular e "cristã", após o golpe de 1964, a Igreja colocou os organismos que atuavam, sobretudo no campo, à serviço das propostas educacionais da ditadura militar (Machado e Marques, 2015). Se, antes do governo ditatorial, o MEB preocupava-se com a politização do trabalhador rural, após o golpe civil-militar de 1964, mudou completamente sua estratégia de ação, voltando seus objetivos e suas metodologias de trabalho à alfabetização e à catequese. Os autores afirmam, entretanto, que se o MEB foi utilizado para combater às influências de

ideologias socialistas na periferia, por outro lado, politizou os trabalhadores e, através da conscientização promovida, conseguiu um maior grau de organização em comunidades e movimentos sociais. Maria da Conceição Raposo (1982), em seu clássico estudo sobre educação popular no Maranhão, enfatiza que: “o fato de ser a educação popular permeada por ideologias, não lhe retira o caráter de popular, desde que o seu processo seja efetivado pelas camadas populares” (p. 26).

O papel da Igreja para a consolidação de iniciativas populares é observado na literatura sobre o assunto, Brandão (2009) considera que os MEBs eram alinhados à TdL e que floresceu em um contexto histórico muito específico:

> o que tornou historicamente possível a emergência da educação popular foi a conjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares (Brandão, 2009, p 28).

Assim, apesar de concordarem que o golpe de 1964 interrompe um movimento de educação popular[80] que vinha se desenhado, os especialistas parecem concordar que as sementes da educação popular já haviam sido plantadas, principalmente nas comunidades sindicais ou eclesiais surgidas com o movimento. O alinhamento das propostas da educação popular inspiradas em Paulo Freire é bastante explícito no método adotado pelas CEBs para emancipar a população, que continuou sendo adotado durante a ditadura.

Para afastar o fantasma marxista, as CEBs, oficialmente, adotam o método Ver, Julgar e Agir, idealizado pelo cardeal belga Joseph Léon Cardijn e que consiste em fazer uma "revisão da vida", concebida como sendo um caminho subjetivo e individual de conexão espiritual, para conectar a fé com a vida concreta:

> Este modo de pensar coloca o método de Cardijn na linha da rica tradição da Igreja e em consonância com os movimentos operários e populares que se vinham desenvolvendo, mas não seguiu os passos dos movimentos populares do marxismo ou do comunismo, que esqueceram a transcendência. A revisão de vida é uma visão nova, mas não proclama algo de novo. (Castelhano, 2017 p. 34)

80 Raposo (1982) cita também os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes e o Plano Nacional de Alfabetização, 1963, feito sob a coordenação de Paulo Freire.

Nas considerações teóricas do método, Ver é entendido como focalizar, perceber as estruturas e as relações de causa e efeito que formam a realidade social. Julgar é transcender as percepções sensoriais da visão e atribuir juízos de valor à realidade, nesse momento, é preciso refletir sobre as próprias ações a fim de adequá-las à Verdade e às concepções cristãs de justiça. Por fim, Agir orienta-se para a mudança, para as transformações necessárias para a construção de um novo mundo (Castelhano, 2017).

Em um ensaio biográfico, o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão reflete sobre os significados do Ver, Julgar e Agir e o associa diretamente à educação popular:

> Primeiro a Ação Católica, depois, o próprio Movimento de Educação de Base, trazendo isso para um plano mais sistemático, os dois tinham como foco, como uma espécie de método básico de trabalho o famoso Ver, Julgar e Agir. Outro dia ainda, na editora Vozes, eu me toquei quando vi um livro Ver, Julgar e Agir. Era o nosso procedimento e isso nós aprendíamos para fazer as nossas leituras de realidade, as nossas análises de realidade, era então um procedimento nosso, uma sequência que começava pela leitura objetiva de uma determinada situação (...) - VER. Depois, o Julgar, o procurar encontrar a significação daquilo, daquele fenômeno, inclusive, eu me lembro que na Ação Católica esse julgar, ele poderia ser uma espécie de olhar crítica e amorosamente o acontecimento à luz do Evangelho, dentro de uma compreensão cristã-evangélica (...) E, finalmente, o Agir, o dispor-se a uma ação, definir, estabelecer um plano de ação a partir desse ver e desse julgar. (Brandão, 2019, p. 41-42)

A ação é a mola-mestra das reflexões a respeito da educação popular e os pesquisadores da área afirmam que uma teoria sobre educação popular não existe fora da práxis (Da Mota e Streck, 2019). Ser educador popular não tem relação direta com o magistério, mas, sim, em colocar o saber da formação a serviço do diálogo e da construção do conhecimento. O educador popular deve

> participar do trabalho de produção e reprodução de um saber popular, aportando a ele, ao longo do trabalho social e/ou político de classe, a sua contribuição específica de educador: o seu saber erudito (o da ciência em que se profissionalizou, por exemplo) em função das necessidades e em adequação com as possibilidades de incorporação dele às práticas e à construção de um saber popular (Brandão, 2009, p. 30).

A inventividade pedagógica (Da Mota e Streck, 2019) da América Latina foi crucial para o desenvolvimento da educação popular no continente. Os teólogos da libertação também associam a criatividade das comunidades para lidar com os problemas da população como elemento chave para caracterizar os grupos com essa orientação (Velez 2012).

3.3. Práticas feministas e Educação Popular no Maranhão

Durante as entrevistas, pelo menos duas fundadoras do Mulheres da Ilha se identificaram como educadoras populares. Lya, que atuou em projetos nos bairros rurais da capital do estado, e Salomé, que tem uma rica experiência atuando no interior, a partir de perspectivas diversas: primeiro, nos anos 1970, ela viajou como educadora pela COLONE e, depois, quando foi demitida, por "subversão", integrou-se à Cáritas, no início dos anos 1980. Assim continuou o trabalho de educação popular. As viagens com a Cáritas foram feitas com outras mulheres que integravam a equipe da instituição, infelizmente não consegui entrevistá-las para este trabalho. A atuação de Lya – e outras Mulheres da Ilha – foi apresentada no capítulo 2. O trabalho de Salomé será apresentado a seguir.

É fundamental destacar que os pesquisadores e ativistas que viajavam pelo Maranhão, encontravam uma população com características distintas deles próprios. Os vilarejos e centros visitados eram compostos por uma população preta e parda acima da média nacional[81], historicamente presente desde o período escravocrata. Mais recentemente, são retirantes das secas que abalaram a região Nordeste, notadamente o Ceará, ao longo do século XX. Havia, de acordo com diversos pesquisadores, uma ilusão de "terras livres" na região, espaços demográficos "vazios" que poderiam ser ocupados (Manhães, 1987; Trovão, 2008; Martinho, 2022). Assim, há uma migração de maranhenses para o Norte e Oeste do estado, já que a situação da grilagem tornava a permanência dos camponeses no Leste, insustentável. "Estes eram oriundos não apenas do Nordeste, mas também de outras regiões do Maranhão, como o Vale do

81 A população maranhense apresenta mais de dois terços de negros desde, pelo menos, o século XIX (Ferretti, 2008). Em dados atuais, como já mencionado, o número chega a 82,1%; no Brasil, 55,5%. (IBGE, 2022).

Itapecuru, onde estava em contínua elevação o preço dos aforamentos, face à demanda de terras pelos 'retirantes'" (Almeida, 1981, p. 136).

De acordo com Almeida e Mourão (2017), na década de 1960, os fluxos de maranhenses e nordestinos em direção ao Oeste/Norte é unificado e tornam-se uma única onda migratória, que vai estabelecendo roçados de arroz no trajeto. Os fluxos migratórios que levaram à composição das regiões são complexos e não fazem parte do escopo deste trabalho, mas é importante frisar as condições socioeconômicas vigentes, já que o ativismo no Maranhão não tem como desviar da degradante questão fundiária. Salomé nos conta experiências de Zé Doca (Oeste), Carutapera (Norte) e Santo Antônio dos Cearenses/Coroatá (Leste).

3.3.1. O Oeste[82]

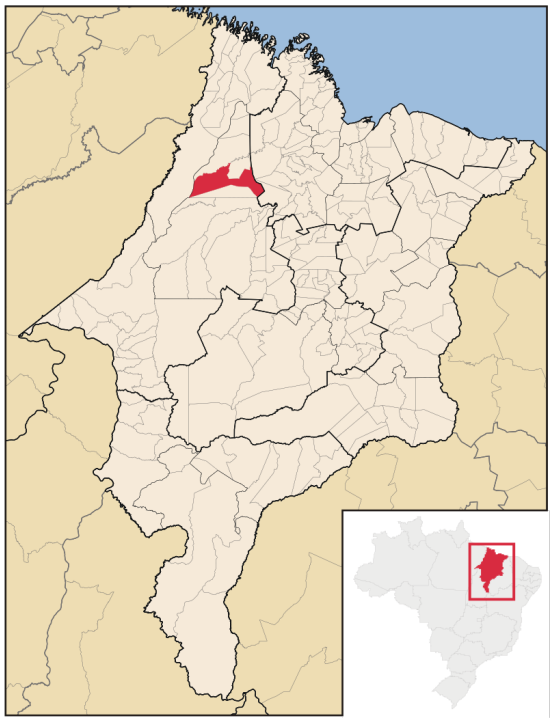


Figura 19. Mapa de Zé Doca. Fonte: Wikipedia.

82 Zé Doca é um município localizado na microrregião de Pindaré, na mesorregião do Oeste Maranhense (IBGE, 2021).

O processo de ocupação da pré-Amazônia maranhense, na região conhecida como Alto Turi, data dos anos 1950, a partir a migração de pessoas de outros estados do Nordeste. Expulsos do seu lugar de origem pela seca ou pela grilagem iniciaram o povoamento dos "vales úmidos do Maranhão" (Manhães, 1987). O cearense Zé Doca fez este caminho, com algumas outras famílias que partiram de Camucim-CE rumo à microrregião de Pindaré. Fundou o vilarejo e o batizou com o próprio nome em 1958 (IBGE).

A ideia de ambiente inabitado era parte do imaginário sobre a região do Alto Turi, entretanto, a região sempre foi ocupada:

> Muito antes dos primeiros migrantes nordestinos chegarem ao Alto Turi, se fixarem e a partir dali fundarem diversos povoados, que dariam origem as inúmeros cidades hoje existentes nessa região – entre elas Zé Doca –, outros povos já viviam por essa região a [há] centenas de anos. Dentre esses povos estão os Guajajaras (Teneteharas) – nas Terras Indígenas Caru e Rio Pindaré –, os Ka´apor, os Tembés – habitantes da Terra Indígenas Alto Turiaçu – e os Awá Guajás – que habitam as Terras Indígenas Caru, Alto Turiaçu, e Awá –, estando estes dois últimos povos diretamente ligados ao município de Zé Doca, haja vista possuírem aldeias em terras que abrangem parte do território dessa cidade (Martinho, 2022)

Na dissertação "Educação e lutas sociais na colonização dirigida: o Alto Turi maranhense (1962-1984)", o antropólogo e educador Luís Carlos Siqueira Manhães, relata um projeto de colonização dirigida implementado na região indicada no título, onde fica o município de Zé Doca. O trabalho analisa as relações entre os colonos e o Estado e revela as contradições presentes em um empreendimento deste tipo. O foco são as práticas desenvolvidas pelos próprios colonos quando se dão conta do processo colonização. O pesquisador tensiona as relações considerando a dupla perspectiva da submissão e da resistência. O projeto, primeiro, foi realizado pela SUDENE com o nome de Projeto de Colonização do Maranhão e, a partir de 1972, com a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), que tinha um orçamento mais modesto do que o órgão original

> *Qual aquele economista da COLONE? Celso Furtado. Ele criou a SUDENE. Aí tem uma história que o Sarney botou o Maranhão no Nordeste, no Norte, uma história assim, pra ganhar subsídios aí já era a SUDAM... Então, a COLONE,*

> *ela era de alguma forma filha da SUDENE, era a má filha, diziam os camponeses, porque na SUDENE tinha dinheiro sobrando e na COLONE já não tinha, Companhia de Colonização do Nordeste. A ideia era pegar os camponeses... as migrações que estavam vindo e fazer o projeto, acho que era 500 hectares, gado de corte, e pimenta. Isso aí foi uma outra experiência fortíssima. Por que claro que não pôde dar certo, né?* (Salomé, 11-06-2022).

Para o pesquisador, estes aparatos estatais visavam colonizar o norte e influenciar os fluxos migratórios no país. Salomé chegou a Zé Doca em 1979, antes das Mulheres da Ilha, que só começa a existir em 1980. Ela integrava o Setor de Organização de Comunidades da COLONE e foi ela que me indicou a leitura da dissertação de Manhães, que também integrava o Setor. Ela me avisou de que toda aquela experiência foi documentada e publicada.

> *Só que Zé Doca reuniu uma tchurma* [risos]*. Tinha um casal que tinha acabado de chegar de Londres, então era Led Zeppelin o dia inteiro. Eram os contrastes porque o veterinário - e eu me recusava direito a falar com ele, não é? Porque ele chegava do trabalho e a mulher tirava a bota dele… E pra mim isso já era da ordem do insuportável!! Eu nunca fui muito maleável nesse sentido, não é?* (Salomé, 11-06-2022)

A “tchuma” a que se refere Salomé era um grupo de profissionais que atuava para auxiliar a população no manejo do gado de corte e na construção de uma plantação de pimenta (“*só que a pimenta do Reino não é igual ao arroz. A pimenta-do-reino você precisa tratar ela*”). Assim, a ação dos educadores populares se misturava dos técnicos

> *Bom, aí a gente chega nesse projeto de colonização, não é? Para mim, é um choque porque era feio, porque eu falava assim "gente por que não é em Pindaré?" Porque perto de Zé Doca tinha Santa Inês, que era hor-rí-vel, talvez seja até hoje... Mas se você segue em frente você dava em Pindaré que tem o rio... uma fábrica antiga...”* (Salomé, 11-06-2022)



Figura 20. Feira de Zé Doca, em 1982. Fonte: IBGE.

As ações em Zé Doca não se limitaram às rodas de conversa e à organização sindical. O local se tornou um laboratório para as práticas educativas populares que iam de campeonatos de futebol (Manhães, 1987) entre os diversos núcleos à apresentação de peças de teatro premiadas no exterior.

O Torneio Inter-Núcleos de Futebol, realizado em 1978 e 1979, é retratado como uma oportunidade de os colonos trocarem informações e discutirem os problemas comuns. A ideia do futebol aconteceu porque a equipe percebeu que havia pouco lazer no local, sendo o futebol comum a todos os núcleos rurais. A COLONE arcou com a melhoria dos campos, uniformes, medalhas e o transporte para jogadores e torcidas. A iniciativa foi muito bem-sucedida. Outras relações se iniciaram e até um comércio informal de bolo e café acontecia à beira do campo. Além disso, foi organizada a Feira Livre de Zé Doca, para incrementar o comércio local e, também, foi fundado um jornal para a comunidade (Manhães, 1987). A formação de professores também era atividade realizada pelo grupo. Salomé fez uso de técnicas do Teatro do Oprimido com a população, que era muito receptiva às empreitadas.

> *Eu fazia umas festas que iam aparecendo saxofonista, não sei de onde, sanfoneiro, rabequeiro, dançarino e eu ficava achando que estava no filme de Glauber Rocha…* (Salomé, 11-06-2022)

A exibição de Tempo de Espera (1975), do dramaturgo Aldo Leite[83], encenada pelo Grupo Mutirão em Zé Doca, em 1979, foi um grande acontecimento local e tem um lugar agridoce na memória de Salomé. A peça já havia sido premiada no Festival de Nancy/França, em 1977, e contava a história de uma família miserável do interior do Maranhão. Sem diálogos, atores e atrizes lidavam com as dificuldades cotidianas (fome, trabalho extenuante, gravidez não-planejada) e emocionaram a população, que pode se ver retratada em espetáculo de valor artístico inquestionável.

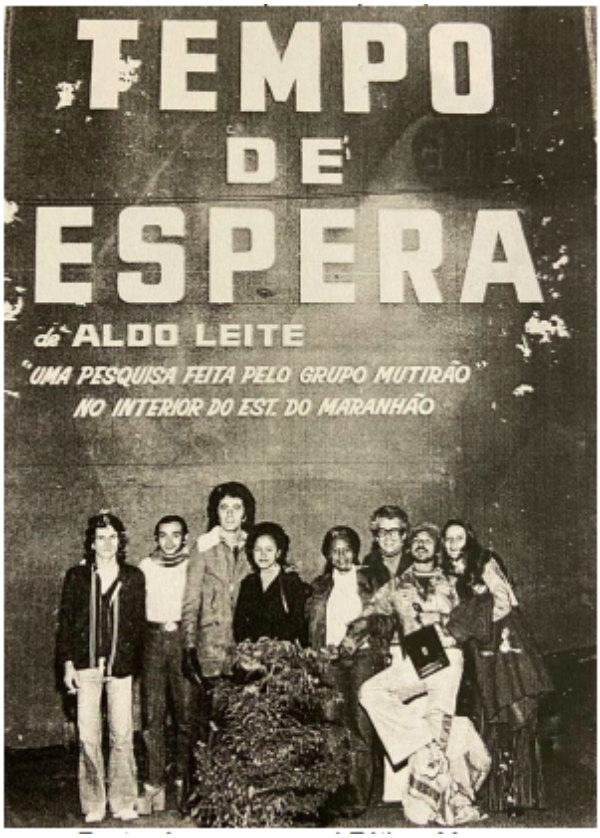


Figura 21. Cartaz de divulgação da peça Tempo de Espera. Fonte: Acervo Fátima Moraes[84].

83 Aldo Leite (Penalva, 1941- São Luís, 2016) foi um premiado teatrólogo, diretor e ator maranhense. Professor de Artes Cênicas, Leite esteve à frente de grupos importantes para a cena teatral da cidade, como Grupo Gangorra e Grupo Mutirão.
84 Disponível em: Moraes (2022).

> *Essa peça, Tempo de Espera foi encenada lá. Essa... lá em Zé Doca. Essa peça Tempo de Espera, que o Aldo ganhou o prêmio na França, ela repetia, ela não tinha uma palavra. Não tinha uma palavra e ela repetia... mas era exatamente a reprodução da situação de Zé Doca, que era triste. Como a gente era ligado a COLONE a gente conseguiu levar essa peça para lá, pra Zé Doca, né?* (Salomé, 11-06-2022)

Ao analisar o efeito destes projetos no interior do estado, Sousa (2016) conclui que a concentração fundiária desmedida na região é fruto da aliança entre o estado e o capital, que facilitou a grilagem na região no período em 1960-80, colocando as terras nas mãos de pecuaristas. Manhães (1987) explica que para os interlocutores dele, "fechamento de fronteira" significava que não havia mais terras livres para serem ocupadas, algo que acontecia quando grandes empresas ou latifundiários chegavam à região, se apossando da propriedade dos colonos através da grilagem, facilitada pela “Lei Sarney de Terras”. No caso, a pecuária empresarial "fechou a fronteira" do Alto Turi. Além de limitar o acesso às terras, o capital também asfixiava o colono, proibindo o acesso dele aos rios e reservas da mata, local de onde extraíam-se palha, babaçu, cipó etc. Assim, de solução de Celso Furtado para receber camponeses expulsos, a região se torna área de expulsão. O Setor de Salomé também foi expulso dali, em 1980. A equipe foi acusada de “insufladora” pelos dirigentes estatais e regressou a São Luís.

3.3.2. O “Norte” do Oeste[85]

85 Carutapera é um município localizado na microrregião de Gurupi, na mesorregião do Oeste Maranhense (IBGE, 2021). Mesmo sendo classificado como pertencente à região Oeste do estado, é a cidade mais ao norte do Maranhão.



Figura 22. Mapa de Carutapera. Fonte: Wikipedia

Carutapera é uma cidade situada na foz do rio Gurupi. Localizada na Amazônia Maranhense, é a cidade mais ao norte do estado do Maranhão. É um município autônomo desde 1935, mas a história da cidade começou bem antes. A região é conhecida por ter permanecido em isolamento desde o século XVII. A combinação da floresta Amazônica com “ataques indígenas” levou ao "fracasso da colonização” ali (IMESC, 2021) e o local funcionou como uma espécie de entreposto entre o Pará e o Maranhão: de militares, que trafegavam pela região, e de escravizados fugidos, que também não se demoravam ali.

Por estar situada em uma região de fronteira regional, Carutapera comportou, ao longo da história, uma ampla movimentação de pessoas, às vezes através da hostilidade e outras através da integração (Souza, 2012). Trovão (2008) identifica migrantes de estados nordestinos, que ele chama de “migrantes da seca”, e identifica, também, alguns que tinham como meta chegar aos seringais amazônicos mas que acabaram se estabelecendo pela região.

> Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu Estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas. (Trovão, 2008, p. 25)

Na década de 1930, a viabilidade de extração de ouro em municípios vizinhos é sancionada pelo Estado brasileiro e “esse fato apressou a ocupação do vale, uma vez que a cobiça foi maior do que o medo dos ataques dos índios e dos animais ferozes” (Trovão, 2008 p. 25). Começam a chegar os migrantes de outros estados, notadamente do Pará. O auge do garimpo na região, entretanto, acontece justamente na década de 1980. A área também teve ação da COLONE (Mourão e Wagner, 2017) e da Cáritas de São Luís, onde Salomé consegue um emprego, em 1981:

> *Aí eu sou contratada pela Caritas para trabalhar com os camponeses. Só que nesse tempo o feminismo já tinha entrado na minha vida totalmente não é?* (Salomé, 11-06-2022)

Salomé me conta que o padre responsável pela Cáritas, o já citado Padre Victor Asselin, ganhou uma equipe para trabalhar no interior do estado, composta por cinco profissionais - psicólogas e professoras, duas delas fundadoras do Mulheres da Ilha. Salomé estava ansiosa para colocar em prática as técnicas feministas

> *O trabalho com as mulheres camponesas do Maranhão que eu fazia parte, começa assim... Eu fui para um encontro que era de sindicalismo lá na beira do Rio Gurupi... eu e os nomes... esqueci o nome das cidades daqui a pouco eu lembro... Carutapera! Aí era assim você tinha aqui o Rio Gurupi aqui, o Pará aqui e o Maranhão aqui. Para você ir pra Carutapera você que tinha que ir pro Pará, chegar na cidade de Viseu, onde eu colhi certas pérolas que viraram trabalhos psicanalíticos depois... atravessar o rio - que foi uma experiência das melhores da minha vida, não é? - porque aí de repente eu estava num casco - que todo mundo tirava água né? - falei assim “gente, esse casco está furado”, né? Aí a gente chega do outro lado em Carutapera. Aí quando a gente chega em Carutapera, os outros coordenadores que iam fazer o trabalho não foram e eu estava sozinha. Aí eu falei "é agora?"* (Salomé, 11-06-2022).



Figura 23. Basílica Menor de São Sebastião, em Carutapera. A “arquidiocese lindíssima”, construída na década de 1940, recebeu o título de Basílica em 2021. É a única basílica do estado do Maranhão e da região Amazônica. Fonte: Google Street, 2023.

Ela pensou em fazer uma linha da vida com as participantes - perguntas que iam da infância à velhice das trabalhadoras rurais. Quando começou o encontro, porém:

> *Quando eu cheguei lá no encontro, naquela Arquidiocese lindíssima, as mulheres tremiam, eu vi que elas estavam muito nervosas. Então, quando eu vi as mulheres tremendo, eu inventei a História da Besteira porque, quando eu vi as mulheres tremendo, eu me lembrei de mim que num dado um momento também tremia e aí então eu falei para elas 'vocês sabem por que vieram aqui? Por que vocês vieram aqui?'. Aquele silêncio. Porque a gente também trabalhava com as técnicas de corpo, era um trabalho muitíssimo interessante. Aí elas falaram 'não, não sei por que que a gente veio aqui'. Aí eu fiz assim 'vocês vieram aqui para falar besteira'. Aí elas começaram a rir. E contaram para mim que os maridos diziam assim 'que que você vai fazer lá? você só fala besteira'. Aí eu falei, pois, é exatamente isso que vocês vão falar para mim. Vocês vão falar besteira para a gente ver se é besteira, né?* (Salomé, 11-06-2022)

As técnicas utilizadas pelas Mulheres da Ilha na abordagem das camponesas têm dupla inspiração. Além do MEB e do pensamento freiriano, as ativistas estavam empolgadas com a pedagogia feminista, gestada nos grupos de

conscientização/autorreflexão dos anos setenta. Uma das formas mais expressivas dos grupos de conscientização, no país, apareceu no Rio de Janeiro, na década de 1970, e é, justamente, a linha da vida, adaptada por Salomé no norte maranhense. Para Dias (2021), a linha da vida é uma prática de educação popular feminista e traz a "recuperação da palavra politicamente silenciada" (p. 105). É uma maneira de dar protagonismo para a besteira, fazendo dela uma História.

3.3.3. O Leste[86]

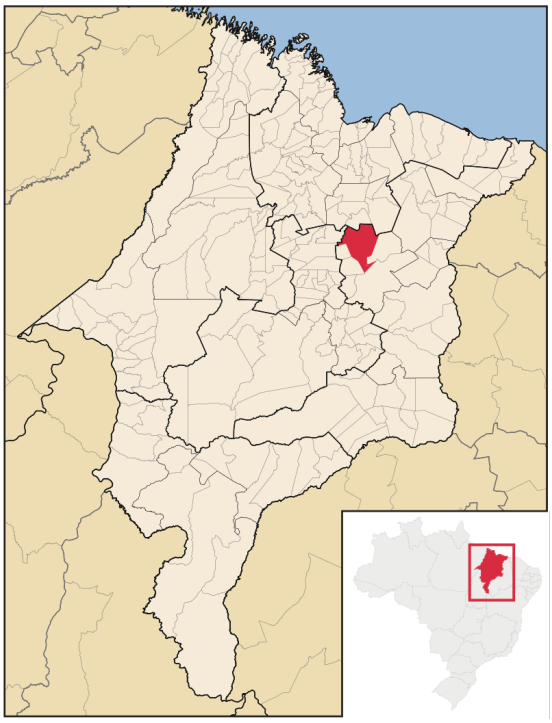


Figura 24. Mapa de Coroatá. Fonte: Wikipedia

O Vale do Itapecuru, onde fica Coroatá, no centro-leste maranhense, foi importante polo produtor de algodão até meados do século XX, quando entra em decadência com o fim da atividade algodoeira. Com os migrantes da seca, a agonizante região recebe um grande contingente de camponeses o que desequilibra os preços do arrendamento de terra, que se torna um bem escasso, levando à migração dos

86 Coroatá é um município localizado na microrregião de Codó, na mesorregião do Leste Maranhense (IBGE, 2021).

camponeses maranhenses e nordestinos para a região Amazônica - a região de "terras livres" - já que continuar no Vale significaria trabalhar em latifúndios (Almeida e Mourão, 2017). A região, então, entra em decadência.

Salomé foi enviada a Coroatá por um padre francês. O destino era um povoado da cidade, conhecido como Santo Antônio dos Cearenses:

> *Aí ele nos mandou ir pra um povoado chamado... em Coroatá, chamado Santo Antônio dos Cearenses. Aí, a gente pegou o trem. O trem ele tinha uma história que jogavam pedra nele. Bom, a gente pegou o trem e aí eu ficava pensando, "mas gente, as coisas aqui são tão…". Não sei qual é a palavra... difícil, precário algo por aí e eles ainda vão jogar pedra no trem?* [risos] *Mas tinha essa lenda e era verdadeira porque jogaram pedra no trem! Esta é uma história que rola aí. Que jogavam pedra no trem, não é? E o João do Vale*[87] *tem uma música "peguei um trem/em Paranaíba/que ele atravessa/e o trem blabla" é uma música que eu não sei se conta isso* (Salomé, 11-06-2022).



Figura 25. Estação da Rede Ferroviária Federal S/A na Praça João Pessoa, em Coroatá. Fonte: IBGE.

O trem a que Salomé se refere é parte da Ferrovia São Luís-Teresina, uma das mais famosas do país[88]. Inaugurada em 1895, ligando Caxias a Timon, foi se expandindo ao longo do século XX e, em 1940, o trajeto se completou (Assis, 2012). É

87 A música "De Teresina a São Luís", composta por João do Vale faz referência à rota do trem passando por cinco cidades maranhenses Caxias, Codó, Coroatá, Pedreiras e São Luís. A canção foi composta para Luiz Gonzaga, que a gravou em ritmo de xote, em 1962 (Couto, 2022).

88 Ainda em atividade, na década de 1990 a ferrovia foi privatizada e passou a trabalhar especialmente com cargas.

nesse momento que o Maranhão consegue estabelecer ligação terrestre com o resto do país, sem precisar de auxílio fluvial ou marítimo (Neves, 2012).

> A importância da “São Luís – Teresina” para a economia maranhense foi crucial, haja vista que essa última estava imersa em um processo histórico de franca desintegração, sendo uma das causas disso a carência secular de transportes adequados para a cadeia produtiva. (Neves, 2012, p. 9)

Mas ela não chegou em Santo Antônio dos Cearenses de trem. Ela teve que fazer uma caminhada de doze quilômetros depois que desembarcou em Coroatá. Ela avistou o povoado à noite e foi rapidamente recebida, com outros membros do grupo, e acomodada para dormir. Mas não conseguiu.

> *Aí fomos dormir numa rede, né? Aí eu escuto um barulho. A noite inteira "meu deus, que barulho será esse?", aí, no dia seguinte, eu descubro. Era o badalo da vaca 'plim', as vacas soltas com badalo pendurado, né? Que é um badalo lá, usado no Cazumbá[89]". (risos) Então, era um badalo.* (Salomé, 11-06-2022)

O papel de Salomé no povoado não estava relacionado à educação popular mas, sim, à organização dos trabalhadores rurais e ela ficou espantada com o quão avançados eles estavam em termos de organização.

> *Aí era uma coisa assim, tudo muito organizado. A palavra organização era assim um mote. União, né? E um monte de ilusão. Mas sem essas ilusões que seria, né? Era um monte de ilusão, né? Aí a discussão era tudo muito politizada. Esse é o lado político, né?* (Salomé, 11-06-2022)

Da experiência, ela cunhou uma expressão: “analfabetos letrados”, talvez intuindo a resistência da comunidade em abandonar os próprios saberes, evitando o epistemicídio (Carneiro, 2005) das lutas camponesas na região. A resistência continua. O Vale do Itapecuru possui, homologadas, mais de uma centena de comunidades quilombolas, com base no Art. 68 da Constituição Federal. Além dele, o Art. 215[90] tem sido evocado nas últimas décadas e a região passa por um processo de revalorização cultural.

---

89 Personagem do Bumba-meu-boi do Maranhão.

90 Art. 215. “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Constituição Federal, 1988).

Capítulo 4: Gênero, sexualidade e novas possibilidades institucionais: atuação feminista maranhense na Assembleia Constituinte

4.1. Introdução



Figura 26. Campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher incentivando a participação feminina no processo constituinte. Fonte: Acervo Digital Fundação Ulysses Guimarães[91].

Em 1987, as Mulheres da Ilha celebraram o Dia Internacional da Mulher evocando a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), com o lema "Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher". O grupo organizou uma série de trabalhos na capital e "as propostas do Maranhão se juntaram a inúmeras outras, em processo semelhante que aconteceu em todo Brasil" (Ferreira, 2007, p. 100). No seu ensaio sobre o período, a psicanalista carioca Elizabeth Bittencourt (2021), ex-participante do Mulheres da Ilha, diz ter ficado pasma quando soube que suas reivindicações pelas mulheres

91 Disponível em: https://acervofug.online/galeria/bravas-mulheres/

camponesas do Maranhão estavam arquivadas no Arquivo Memória da Constituinte. As propostas em questão são emendas populares, instrumento utilizado no período para tornar a ANC mais democrática e popular.

Neste capítulo, mostro como a ANC foi um momento de intensa mobilização popular e como isto se refletiu no resultado final, uma Constituição Federal que estimula a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias. Em seguida, apresento a articulação feminista para a elaboração da Carta, via Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), e como ela ecoa no Maranhão e, principalmente, no Mulheres da Ilha. Os grupos LGBT+ também se organizam nacionalmente, embora de maneira mais tímida. Em São Luís, tais atividades não encontram espaço e as ativistas lésbicas com quem conversei não se lembram de qualquer organização LGBT+ no período, o que já esperado por mim quando comecei as entrevistas.

Entretanto, um deputado que compôs a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, ligada à Comissão da Ordem Social – responsável por tratar a questão da homossexualidade na ANC conversou comigo a respeito. José Carlos Saboia[92] relata o clima geral no Congresso Nacional e mostra como o debate ainda era incipiente em 1987. De acordo com o parlamentar, a própria Subcomissão das Minorias – como era chamada – não angariava respeito dos demais membros da ANC, que consideravam secundárias as pautas ali levantadas. A Subcomissão, entretanto, envelheceu como vinho. Algumas das principais conquistas constitucionais saíram dali: demarcação das terras indígenas, reconhecimento das comunidades quilombolas e, também, a histórica inserção da homossexualidade no debate legislativo brasileiro.

4.2. A Assembleia Nacional Constituinte

O processo constituinte (1985-1988) iniciou-se com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte via proposta enviada ao Congresso Nacional pelo presidente

92 Eu optei pela anonimização dos entrevistados, porém, como a atuação de Saboia deu-se como parlamentar, achei que deveria consultá-lo a respeito. Fiz isso um pouco antes de entregar a tese, por WhatsApp e ele me respondeu enfático: "*Fique à vontade e publique a autoria de todos*" (José Carlos Saboia, 05-02-2024).

José Sarney (1985-1990)[93], no dia 28 de junho de 1985. A partir daí, o Congresso Nacional começou a desenhar a maneira como os trabalhos aconteceriam. Decidiu-se por um sistema unicameral em que a maioria dos representantes seria eleita no ano seguinte. Em 1986, foram eleitos 487 deputados e 49 senadores, a eles somaram-se 23 senadores eleitos em 1982, que estavam com o mandato ainda em vigor. Assim, tornaram-se Constituintes 559 parlamentares. A ANC, embora eleita com esta finalidade, não era exclusiva, e os membros possuíam, também, funções legislativas. A organização se deu através de 8 Comissões Temáticas[94], cada uma delas com 3 subcomissões. Ao final, havia uma Comissão de Sistematização e Redação para formatar os artigos enviados pelas Subcomissões (Vilalon, 2014).

As questões feministas e de gênero foram discutidas, principalmente, em duas Subcomissões. A Subcomissão dos Direito e Garantias Individuais, ligada à Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. E a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, ligada à Comissão da Ordem Social. Para este trabalho, essas duas Subcomissões são as mais importantes.

A maneira como os movimentos feminista e homossexual se organizaram para ANC indica o grau de institucionalização deles neste momento da história. As feministas haviam acabado de conseguir o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o utilizaram para orquestrar ações em âmbito nacional, envolvendo todos os estados da federação. Os movimentos homossexuais também planejaram ações visando garantir direitos, mas não havia uma coordenação central e, muito menos, um órgão dentro do governo federal. Formalmente, os homossexuais participaram da arquitetura da Assembleia sob a rubrica de “minorias”. Nenhuma Comissão ou Subcomissão nos mencionava.

---

93 Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil em 15 de janeiro em 1985, de maneira indireta, através de um Colégio Eleitoral. Ele foi candidato pelo PMDB tendo como adversário Paulo Maluf (PDS). Na véspera da posse, em 14 de março de 1985, Tancredo foi internado com uma crise de diverticulite e morreu no dia 21 de abril do mesmo ano. José Sarney (PMDB), eleito como vice na chapa, assume, então, o governo.

94 I) Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, II) Comissão da Organização do Estado, III) Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, IV) Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, Comissão da Organização Eleitoral, V) Partidária e Garantia das Instituições, VI) Comissão da Ordem Econômica, VII) Comissão da Ordem Social, VII) Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

4.2.1. As emendas populares e a participação popular no Maranhão

Os anos constituintes foram marcados pela intensa mobilização da sociedade brasileira. O fim da Ditadura Militar e a possibilidade de construir uma sociedade democrática fizeram do processo uma experiência criativa para os movimentos progressistas. Vários grupos organizados durante a resistência à Ditadura empenharam-se em colocar a discussão no cotidiano do país e esforçaram-se para transformar as queixas e anseios da população em matéria constitucional (Versiani, 2010). A ideia geral era construir uma nova cidadania e firmar um novo pacto nacional, mais democrático e popular.

> ... ocorreu sim, naquele momento, uma enorme e inédita mobilização política de diversas instituições da sociedade brasileira, sindicatos, associações trabalhistas e de moradores, e também entre grupos sociais organizados em torno de movimentos pelos direitos das mulheres, dos negros, das pessoas portadoras de deficiência física, dos idosos, indígenas, crianças e adolescentes, presidiários e vários outros, cobrindo uma multiplicidade de segmentos sociais, temas e reivindicações (Versiani, 2010, p. 238).

As capitais e principais cidades do país começaram a formar, ainda em 1985, comitês populares que conclamavam e facilitavam a participação popular e, a partir destas mobilizações ganhou força a implementação do instrumento das emendas populares, com o qual as ideias de liberdade e democracia adquiriam uma concretude que engajou diferentes militâncias durante o processo.

> Garantia-se a possibilidade de qualquer eleitor apresentar emendas ao projeto de Constituição, contanto que subscritas por 30 mil cidadãos brasileiros e referendadas por três entidades da sociedade civil. Cada indivíduo podia assinar no máximo três propostas de emenda constitucional. Durante o processo constituinte, seriam contabilizadas em torno de 12 milhões de assinaturas subscrevendo 122 emendas populares. Essas proposições percorriam uma grande variedade de temas, refletindo a pluralidade e os enfrentamentos presentes na sociedade brasileira. (Versiani, 2010, p. 244)

O primeiro desafio foi colher as assinaturas e mobilizar o povo. As ações envolviam campanhas com cartazes, vídeos, performances teatrais em praça pública e a criação de slogans que se tornaram históricos e são lembrados até os dias atuais. À

arquitetura de emendas populares somou-se o envio de cartas às associações e, depois, aos constituintes. O desafio dos ativistas era juntar as demandas da população e incluí-las na composição da nova Carta Magna do país. Quando a ANC foi instalada, as emendas populares foram incluídas como instrumento jurídico.

Duas ideias fundamentais emergiram daquele momento: 1) um sentimento de confiança nas instituições políticas, 2) a sensação de que havia condições institucionais para se construir um país mais democrático. A ideia de Nova República como um anseio nacional aparece neste momento (Versiani, 2010). Em São Luís, os principais comitês receptores de emendas populares eram a Comissão Justiça e Paz (CJP) e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos:

> *A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos é final de 70 no começo de 80 vem no embalo da Anistia, da luta por democracia, da Constituinte, os constituintes - quem são os constituintes -, as emendas populares, você se sentir parte da escrita da Constituição. Iam para os deputados e lá davam o caráter legislativo. Para integrar ou submeter ao plenário. Então, os anos 80 foram muito efervescentes, na minha ótica.* (Ruth, 09-06-2022)



Figura 27. Cartaz criado pelo cartunista Henfil para o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, grupo de organizações da sociedade civil. Fonte: Museu da República[95].

95 Disponível em: https://museudarepublica.museus.gov.br/construindo-um-acervo-ativo-preparando-a-memoria-politica/

Ruth se lembra, também, da atuação da CJP, ligada à Igreja Católica, para reunir propostas e assinaturas que buscassem soluções para os conflitos no campo e a melhoria das condições carcerárias, cuja Pastoral ela integrava. Para alcançar o maior número de pessoas, a Rádio Educadora AM (Khz)[96], administrada pela Arquidiocese de São Luís, criou um programa específico para tratar do assunto, que ela apresentava:

> *E aí a Constituinte... tinha slogans que motivavam mesmo os movimentos a entrarem.... éé.... "Constituinte sem povo não cria nada de novo". Muito forte isso. Então, eu pelo menos tinha um programa na Rádio Educadora, 2 minutos só, "A Constituinte vem aí". E que alertava para um dado muito interessante: é que o cidadão do interior, lá do povoado mais distante podia mandar as suas cartas para serem transformadas em emendas. Para integrar a futura Constituição, viu? Então, a população entrou nessa mesmo, "Constituinte sem povo não cria nada de novo". Tem um outro avanço aí. Depois acabou o momento Constituinte e aí vem o momento seguinte que já não é mais da Constituinte...* (Ruth, 09-06-2022)

Ao todo, a ANC recebeu 122 propostas de emendas populares sistematizadas e a participação da Igreja Católica aparece em dezenas delas. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a Cáritas, a CPT e a própria CJP constam como proponentes de emendas dos mais variados temas.

As emendas populares foram fundamentais para energizar os movimentos da esquerda brasileira nos anos 1980. E alguns movimentos específicos fizeram um uso histórico delas. O caso do movimento feminista talvez seja o mais notório. Primeiro, porque a coleta de propostas e sistematização delas consagrou a forma feminista de se organizar em rede e, também, porque significou a institucionalização do movimento, que passou a atuar de dentro do Estado, através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

---

96 Rádio Educadora possuía intensa cobertura jornalística com participação popular, conhecida na cidade como jornalismo comunitário. Este tipo de jornalismo era bastante comum na década de 1980 mas foi se alterando à medida que José Sarney muda drasticamente o quadro das rádios maranhenses com o excesso de concessões concedidas durante seu mandato presidencial (Araújo, 2015).

4.3. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

Além da CJP e da SMDH, as Mulheres da Ilha embarcaram na mobilização por emendas populares através de um órgão federal, recém-criado, que produziu ações efetivas para integrar os movimentos feministas de todo o país a fim de construir uma Constituição que encarasse os principais problemas das mulheres brasileiras.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985, foi uma conquista do movimento feminista, que havia articulado sua criação com Tancredo Neves, às vésperas da redemocratização do país. A promessa foi cumprida pelo sucessor, José Sarney. O CNDM iniciou-se com estrutura de ministério, "possuía quadros técnicos, administrativos, orçamento próprio e autonomia financeira, um centro de documentação e também um Conselho Deliberativo, que se reunia algumas vezes ao ano" (Pitanguy, 2018, p. 46).

4.3.1. O CNDM e o Mulheres da Ilha

As ativistas maranhenses sentem um desconforto inicial em relação ao CNDM ter sido criado por Sarney, adversário histórico da esquerda no estado. O movimento Oposição pra Valer, de 1978, foi criado para enfrentar o sarneysismo e é considerado como base para os principais movimentos progressistas que apareceram na década de 1980 (ver capítulo 2).

> *Porque aí já era Sarney presidente e o Sarney presidente ele teve essa vantagem. Tinha a Secretaria da Mulher... não, era Ministério da Mulher, né? Que era Jacqueline Pitanguy*[97]*...Conselho Nacional da Mulher! Depois a gente percebe várias incongruências, né?* (Salomé, 11/06/2022)

> *Por exemplo, na década de 80, que foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que é uma contradição, se tu for analisar historicamente como que se conseguiu aquilo naquele momento* [risos] (Lya, 29-05-2022)

97 A socióloga Jacqueline Pitanguy foi presidente do CNDM entre 1986-1989.

Algumas ativistas, não diretamente ligadas ao Mulheres da Ilha, chegam mesmo a desconfiar do processo de redemocratização, por conta da presença de Sarney na chapa “opositora”:

> *Essa passagem democrática foi pra colocar panos quentes lá. Não foi outra coisa. Não foi um avanço. Foi colocar panos quentes. Então, eu era contra ir para o Colégio Eleitoral. Contra anistia ampla, geral e irrestrita. Porque eu achava que torturador e assassino tinha que ser julgado como foi no Uruguai* (...) *Mas aqui não. Aqui botaram panos quentes, serviu pra isso. Nova República, José Sarney.* (Betânia, 26-08-2022)

Outras, como Ruth, justificam a importância de outros partidos políticos na Ilha a partir da associação do MDB com Sarney na esfera nacional.

> *Eu já estava no PDT[98]. Por que isso? Porque o MDB dentro desses arranjos, esses acordos - e eu tenho dificuldade de aliança. Ainda hoje, eu gaguejo muito. Quando é para trabalhar essa questão de aliança. O MDB fez parte da Aliança já com os constituintes, para eleger, com o Sarney, que já era candidato a vice de Tancredo. Tu já viste como é a coisa meio complicada? Aí eu fui para o PDT, me senti bem eu passei um ano, tinha alguns companheiros da Comissão Justiça e Paz no PDT. Na sua pesquisa você devia dar uma caminhadinha para entender a importância dos fundadores do PDT na história política aqui.* (Ruth, 09-06-2022)

Em geral, entre as minhas interlocutoras, parece ter havido um incômodo em entregar a tão sonhada transição democrática nas mãos da principal oligarquia política maranhense do período. Mesmo assim, as Mulheres da Ilha engajaram-se na proposta do CNDM e participaram de todo o processo proposto para tornar a Constituição mais feminista.

---

98 Em São Luís, o PDT se constrói como uma força política invejável na virada do século XX. O partido, sempre colocando-se em oposição à oligarquia Sarney, vence a prefeitura por quatro vezes consecutivas: Jackson Lago (1989-1992), Conceição Andrade (1993-1996), Jackson Lago (1997-2000). Lago é reeleito em 2001, mas renuncia ao cargo em 2002, para concorrer ao governo do estado, e o também pedetista Tadeu Palácio (2002-2008) assume. Depois de um hiato, o partido volta a vencer com Edvaldo Holanda Jr. (2013-2020). Atualmente, o prefeito de São Luís, Eduardo Braide, é filiado ao PSD. Jackson Lago ultrapassou as fronteiras de São Luís em 2006, quando foi eleito governador do estado. Protagonizou, então, um dos episódios mais esdrúxulos da política brasileira. Em 2007, a campanha sarneysista, comandada por Roseana Sarney conseguiu a cassação de Lago por crime eleitoral. A impugnação da chapa levou a própria Roseana a assumir o Palácio dos Leões, por ter sido a segunda colocada nas eleições. O episódio causou marcas profundas na esquerda ludovicense.

4.3.2. O CNDM e as emendas populares feministas no Maranhão



O Imparcial, 19 mar. 1987.

Mulheres entregam Carta

Reivindicam o fim de toda discriminação

Grupos organizados de mulheres de São Luís compareceram ontem à Assembléia Legislativa do Estado para a entrega da "Carta das Mulheres", um manual contendo as principais propostas do movimento feminista para serem incluídas na Constituição Federal.

As representantes dos nove grupos presentes foram saudadas pelas deputada Conceição Andrade, única mulher eleita para o Legislativo do Estado. A carta contendo as reivindicações das mulheres foi fruto de ampla discussão ocorrida durante a realização do encontro nacional em Brasília, no ano passado.

Em São Luís as feministas realizaram amplos debates para inserir na carta proposta dos grupos locais. "Esperamos com este ato despertar os grupos comprometidos com a luta das mulheres e divulgar o documento para que ele seja de fato representativo, disse Beatriz Fontana, integrante do Grupo de Mulheres da Ilha. Em seu discurso, Conceição Andrade destacou que a Assembléia Nacional Constituinte não deveria ser reflexo de uma minoria privilegiada.

(Página 3)

Figura 28. Feministas entregam a “Carta das Mulheres Maranhenses” na Assembleia Legislativa do Maranhão, a partir de debates e emendas populares realizadas de acordo com as orientações CNDM. O Imparcial, 19 de maio de 1987. Fonte: Ferreira, 2007.

A campanha pelos direitos das mulheres na Constituição desenvolveu-se de 1985 até a promulgação da Constituição em 1988, e constitui uma das principais ações de *advocacy* pelos direitos das mulheres na história do Brasil. Essa campanha antecede a eleição do Congresso Nacional, acompanha todo o processo constituinte e, após a promulgação da Constituição, desenvolve estratégia de comunicação, informando a sociedade sobre os direitos adquiridos.(Pitanguy, 2018, p. 47).

O CNDM funcionou como catalisador do movimento feminista durante todo o percurso e o órgão conseguiu juntar diferentes organizações em nível local, regional e, ao final, nacional. No final de 1985, o Conselho lança uma campanha visando as eleições, que ocorreriam no próximo ano. "Constituinte sem mulher fica pela metade" é o primeiro slogan incentivando a participação das mulheres como candidatas no pleito e

o aumento[99] do engajamento feminino na preparação da nova Carta. A equipe do CNDM visitou todos os estados brasileiros e se reuniu com diversos grupos de mulheres (Shumaher, 2018). As Mulheres da Ilha participaram de maneira entusiasmada:

> *O grupo participou intensamente da Constituinte - isso é histórico, isso aí é assim visceral - de que muito do que está na Constituinte, de Direitos das Mulheres foi uma conquista, foi ali. No peito e na raça. Campanhas que se fez, eu lembro de ficar na Praça Deodoro fazendo coleta de assinaturas, sabe? Coisas, sim, da gente, na verdade, realmente se investir nessas questões e na elaboração das propostas em si, né? O que foi na verdade discutido na Constituinte passou por discussões internas que o grupo levava, a gente fez esse tipo de participação de uma forma muito séria, muito intensa, muito responsável, muito, na verdade, querendo contribuir com uma proposta, né? De contemplar os Direitos das Mulheres, né? Então, Constituinte foi importantíssimo...*(Lya, 29-05-2022)



Figura 29. A Carta “endereçada” aos Constituintes. As “remetentes” são as mulheres brasileiras, representadas pelos nomes femininos mais comuns encontrados no país. Fonte: Câmara Federal[100]..

Em 1986, o órgão intensificou as ações e promoveu um Encontro Nacional, em agosto, onde foi elaborada a Carta das Mulheres aos Constituintes e um novo lema foi lançado "Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher" (Shumaher, 2018).

99 A estratégia foi relativamente bem-sucedida, o número de mulheres na Câmara saltou de 08 para 26 (em um universo de 487 deputados eleitos).

100 Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituinte-e-as-mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres %20aos%20Constituintes.pdf

> *Na verdade, esses eventos tinham por objetivo elaborar o que a gente iria apresentar para a Constituinte. Foi a partir desse tipo de Encontro. Nós fizemos um encontro local de São Luís que a gente conseguiu reunir gente do interior, é uma coisa muito maluca mas conseguimos… E a partir dessa de São Luís a gente participou da nacional... O nacional foi em Brasília. A Conferência Nacional foi em Brasília.* (Lya, 29-05-2022)

De acordo Shumaher (2018), 85% das propostas da Carta das Mulheres foram incorporadas ao texto constitucional[101] e o Lobby do Batom[102] é um dos maiores grupos da sociedade civil organizados para atuar durante a Constituinte (Shumaher, 2018). No balanço de 30 anos da aprovação, Shumaher levanta que 20% dos direitos aprovados não foram efetivados.

Em 1989, Jaqueline Pitanguy renuncia à presidência do CNDM, por considerar que o governo Sarney estava se tornando cada vez mais conservador e considerou que, continuar ali, seria cooptação. Com a saída dela, o órgão ficou desativado até 1995, quando se tornou parte do Ministério da Justiça, perdendo o status ministerial. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas paras as Mulheres (SPM), de novo com status de Ministério e o CNDM foi vinculado a ela (Pitanguy, 2018).

---

101 Céli Regina Pinto (2014) compilou as conquistas: "A Constituição de 1988 consagrou conquistas Importantes no campo dos direitos da mulher. São elas as seguintes: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (Art. 5o-1; às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (mesmo artigo anterior- L); licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário com duração prevista de 120 dias (Art. 7o-XVIII); licença-paternidade, nos termos fixados em lei (idem. XIX), proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei (idem. XX), proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, Idade, cor ou estado civil (Idem. XXX); são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos (..) bem como sua integração na previdência social (idem. XXXIV parágrafo único); o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei (Art. 189 Parágrafo único); os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher (Artigo 226 Parágrafo 5o); fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas (idem Parágrafo 7º).

102 De acordo Schuma Shumaher (2018), Lobby do Batom foi "um apelido pejorativo dado por parlamentares, que estavam incomodados com a forte presença das mulheres nos corredores do Congresso Nacional. Porém, as feministas transformaram este apelido num instrumento de luta" (p. 1). As integrantes do CNDM conseguiram organizar as deputadas eleitas, de maneira suprapartidária, e seguiam diariamente as 24 Comissões instaladas na ANC. É considerado uma das iniciativas mais bem sucedidas do processo constituinte.

Apesar do aparente avanço institucional dos primeiros anos pós-ditadura, o CNDM foi esvaziado após a promulgação da Constituição de 1988. Logo depois, no breve período Collor, o Conselho foi praticamente desativado, já que a agenda da década de 1990 previa um enxugamento do Estado, permanecendo assim durante o governo Itamar Franco. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, o CNDM foi prontamente reativado (Pimenta, 2010). Em 2002, Fernando Henrique Cardoso anuncia a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), alerta à importância histórica da criação. Com o início do governo Lula, em 2003, a SEDIM é transformada em Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) vinculada diretamente à Presidência da República (Carvalho, 2014). Durante o governo Dilma Roussef, a secretaria passa a integrar o recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. No governo Temer (2016-2018), o ministério é extinto e a secretaria é acoplada ao Ministério da Justiça e Cidadania. Em 2019, Bolsonaro cria Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, esvaziado de pautas feministas. Em 2023, Lula (2023-), cumprindo promessa de campanha recria a Secretaria, agora com o título de Ministério da Mulher e nomeia a ativista feminista Cida Gonçalves para o cargo de ministra.

4.4. O movimento lésbico e o processo constituinte

Antes mesmo da convocação da ANC, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) vinha discutindo a ausência da expressão “opção sexual” na Constituição Brasileira de 1969. No I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e o I Encontro de Homossexuais Militantes, realizados em São Paulo, em 1980, os participantes[103] decidiram por esta demanda como uma das principais do movimento (Facchini e Simões, 2009). Os encontros são uma espécie de fechamento da primeira onda[104] dele

103 O encontro reuniu organizações de São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal, além de militantes de Goiás, Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais.

104 Facchini e Simões (2009) dividem as ações do movimento homossexual no Brasil pode ser compreendida em fases, que os autores chamam de ondas. Inicia-se 1978, com a criação do grupo Somos, em São Paulo, e o lançamento do tabloide Lampião da Esquina. A segunda onda acontece nos anos 1980, com o processo de redemocratização e as mobilizações para a ANC. São anos de estruturação do movimento pois, junto com o ambiente mais democrático, a epidemia HIV-AIDS exige um enfrentamento sistemático e profissionalizado. A terceira onda, nos anos 1990, envolve a relação do

no país. E inauguram a segunda onda, que é marcada pelos debates a respeito do processo constituinte e, claro, pelo enfrentamento da epidemia HIV-AIDS – o que aumenta o número de organizações no Brasil. Para a ANC, dois grupos foram considerados essenciais: o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro. Durante a preparação, decide-se pelo uso de “orientação sexual”, legitimado por um parecer assinado por respeitados antropólogos brasileiros (Vilalon, 2014), o que deveria conferir maior legitimidade para a reivindicação.



Figura 30. O Boletim Chana com Chana (n. 11, 1986-87) traz entrevistas com candidatas a diferentes cargos legislativos discutindo as possibilidades de direitos para a população LGBT+ a partir da ANC. Fonte: Um Outro Olhar.

movimento com o Estado, parceria que foi exigida para o embate contra a epidemia e impulsiona o surgimento de vários grupos ativistas, com maior diversidade e com identidade ainda não contempladas na militância até então. O movimento homossexual torna-se movimento LGBT+.

Entre as lésbicas, o debate acerca da ANC aconteceu, principalmente, no Boletim Chana com Chana, publicação periódica do Grupo Ação Lésbica Feminista, fundado em 1981. O GALF iniciou sua militância dentro do Grupo Somos, colaborando com escritos no Lampião da Esquina e fazendo parte da cena da primeira onda do MHB. O boletim Chana com Chana circulou entre os anos 1982-1987, e nas últimas edições abordou a questão da ANC de diversas maneiras. Houve textos se posicionando a favor de uma Assembleia exclusiva, alguns textos fazendo levantamento histórico das Constituições brasileiras e debates entre candidatas simpáticas à causa homossexual. Eles foram escritos por Rosely Roth (1959-1990), uma das principais editoras da Revista e uma ativista pioneira do movimento lésbico brasileiro.

No texto “A homossexualidade na Constituição” (Chana com Chana, 9, 1985-6), Roth mostra preocupação com a ausência de representantes, encampa a luta do MHB pela inclusão de um item tratando da discriminação específica contra a população homossexual e desenha uma estratégia para as ativistas:

> A impossibilidade dos movimentos sociais de terem representantes próprios na Assembleia Constituinte certamente tende a torná-la menos representativa e democrática. Mas, para que nós, mulheres lésbicas, não nos sintamos, mais uma vez, excluídas, penso que é o momento de agirmos na busca de propostas concretas de inserção de um item na Constituição de 87 contra a discriminação à homossexualidade. Tendo uma ou mais propostas de inserção deste item na Constituição, poderemos só votar nos candidatos que levarem a nossa proposta, entre outras de conteúdo mais libertário. A hora é de, em grupo ou de forma individual, procurarmos formular propostas. Para isto, podemos organizar debates sobre a questão da homossexualidade na Constituição, consultarmos advogadas (os) para descobrirmos as formas possíveis de inserção de um item neste sentido. (Roth, Chana com Chana, 9, 1985-6)

A expressão "orientação sexual", entretanto, ainda não era consenso no movimento. No próprio Chana com Chana, Roth apresenta uma sugestão para a Constituição usando "preferência sexual".

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso, convicções políticas e de preferência sexual. Qualquer infração ao contido neste parágrafo será punido pela lei”. (Chanacomchana, n.10, 1986, p. 13)

Em um balanço recente sobre as edições do Chana com Chana, Míriam Martinho (2024), também editora e ativista do GALF, se lembra que, no período, as expressões eram equivalentes "havia a discussão sobre os termos opção, preferência ou orientação sexual, acabando esta última por se firmar e as demais entrarem em desuso" (np). Ela também rememora no texto a importância de inserir a expressão na Carta:

> Rosely acreditava que a partir da inserção dessa expressão na nova constituição se abriria a possibilidade de aprovação de outros artigos análogos nos códigos penal e civil que visassem proteger os direitos de livre expressão de gays e lésbicas em qualquer lugar (trabalho, família, escolas, ruas, igrejas, bares e boates) (Martinho, 2024, np)

Em 1987, o Chana com Chana foi substituído pelo boletim Um Outro Olhar (UOO, 1987-1994)[105]. Além da atuação alinhada ao MHB, as militantes do GALF também estavam próximas das articulações feministas e em artigo publicado, as ativistas elogiam a atuação no CNDM[106]:

> [CNDM] elaborou uma segunda versão das suas propostas à Assembleia Nacional Constituinte. Estas propostas traduzem as reivindicações debatidas por diversos setores e grupos do movimento de Mulheres [...]. Para as mulheres, em geral, e principalmente para nós, mulheres lésbicas, é muito importante a atitude do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de inserir a questão da orientação sexual em suas propostas. Esta questão está ligada aos direitos individuais, de se poder dispor do próprio corpo e da própria vida da maneira que mais interessar. (Um Outro Olhar, n. 1, set./dez. 1987, p. 15).

De acordo com Kumpera (2021), as ações do CNDM foram sobretudo em relação ao reconhecimento das mulheres lésbicas dentro do movimento feminista, o que foi muito significativo no plano simbólico. O Conselho também encampou a demanda pela inclusão da expressão “orientação sexual” como uma forma de discriminação e a utilizou na Carta aos Constituintes.[107] Em São Luís, não há registro de qualquer articulação de pessoas ou grupos homossexuais e lésbicos neste momento. O primeiro grupo de militância homossexual aparece apenas em 1993.

---

105 Depois tornou-se Revista Um Outro Olhar (1995-2002) (Martinho, 2021).
106 A primeira conselheira lésbica no CNDM, entretanto, é eleita somente em 2007 (Brasil, 2013).
107 No Tópico Violência, artigo 2.

4.5. *Bicha! Bicha! Bicha!*: a inserção das pautas homossexuais na Assembleia Nacional Constituinte



Figura 31. Na imagem, os deputados constituintes do Maranhão. José Carlos Saboia é o último, da esquerda para a direita, de terno claro. Fonte: Jornal O Imparcial, edição comemorativa.

Quando entrevistei o deputado constituinte José Carlos Saboia, em junho de 2022, eu já tinha feito leituras sobre a atuação da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias em relação aos direitos dos homossexuais. Saboia é mencionado na literatura sobre o assunto como um parlamentar simpático à causa. Inicio perguntando sobre isso e ressalto que é interessante observar como esta Subcomissão específica torna-se mais relevante à medida em que o tempo passa. Ele, então, me conta como foi parar nela.

> *Aquilo ali tudo foi um tremendo de um equívoco, né? Eu ter ido para aquela Comissão. Engraçado. Eu tive uma combinação com os deputados maranhenses, os 17 deputados maranhenses pra eles aceitarem me dar a vaga da Reforma Agrária, que era a Comissão mais importante pra mim, em termos eleitorais, em termos de vínculos com os trabalhadores do Maranhão. Aí, na hora que eu estava, que já aceitaram - eu achei que eles não iam me dar essa*

> *vaga! -, porque o pessoal era rancoroso, eu já tinha falado muito mal de todos eles, à exceção do Haroldo, eu falava mal de todos eles. Falava mal politicamente, né? Aí me deram a vaga. Eu fiquei surpreso. Então, aquilo era uma vitória e tanto, ir para aquela Comissão. Mas aí a Manuela Carneiro[108], da UNICAMP, antropóloga, ela me telefonou e disse assim "Zé...", ela foi minha professora, "Zé, você é o único antropólogo aí na Constituinte, você não pode ficar fora desta Comissão das Minorias". Era portador de deficiências, negros e índios e outros (...) Mas foi um aprendizado e tanto essa de eu ter ido para a Comissão das Minorias, foi um negócio extraordinário.* (José Carlos Saboia, 01-06-2022)

A professora de Saboia não estava errada de querer um antropólogo na Subcomissão. Durante o complicado processo de conquista dos direitos indígenas na Nova República, era importante ter um mandato completamente alinhado às demandas e Saboia emprestou o dele à causa.

> *Eu trabalhei bastante nessa Comissão. Eu peguei projetos com União das Nações Indígenas, o CIMI[109], com o PC do B, que era quem organizava todo o trabalho dos índios na Constituinte era o pessoal do CIMI, que era do PC do B. Aí eu peguei o projeto deles e apresentei na íntegra o projeto deles, como meu, era obrigado a assinar, eu assinei. E esse projeto... Nós não vamos aprovar nada de bom para os índios, a minha sensação era essa.* (José Carlos Saboia, 01-06-2022)

O pessimismo de Saboia diz respeito à composição da ANC. Apesar do PMDB[110] ter a maioria dos representantes (303 membros), nem todos os parlamentares eram progressistas.

> *Eu aprendi uma coisa que... Na Constituinte aconteceram coisas que se eu tivesse uma mentalidade de crenças, espirituais, no sobrenatural, eu diria... Aconteceu uma verdadeira transformação, um milagre. A gente fazia as contas, eu sou muito realista na política, a gente fazia as contas, a gente não iria aprovar aquelas duas linhas, quatro linhas[111], que nós temos dos direitos dos índios na Constituição, se aprovasse, era só pra dizer que tinha. Um silvícola.*

108 Manuela Carneiro da Cunha é uma antropóloga luso-brasileira. Uma das vozes mais importantes pelos direitos dos povos indígenas no Brasil, teve participação decisiva durante a ANC junto às principais lideranças político-partidárias brasileiras. (ver Cunha, 2018)

109 O Conselho Indigenista Missionário foi um importante órgão de atuação na ANC. O CIMI foi duramente atacado durante o processo, em uma campanha articulada pelo jornal O Estado de São Paulo junto a parlamentares que defendiam os interesses das mineradoras em terras indígenas. O CIMI foi alvo, inclusive, de uma CPMI. No final, provou-se que os documentos "denunciados" pelo jornal eram fraudados. (Brand, 2008)

110 O próprio Saboia havia sido eleito pelo PMDB, um dos partidos do Centrão, e deixou a legenda em 1989, para se filiar ao PSB, pelo qual foi reeleito deputado. Saboia foi um dos fundadores da SMDH e membro ativo da CJP. Os militantes contra a Ditadura foram ficando deslocados no PMDB (ver nota de rodapé 26).

> *Tudo que tá ali, garantia de cidadania? Nunca! Nós não tínhamos voto pra isso. Aí, quando foi no final das contas, no dia dessa votação…* [faz um gesto indicando que os artigos foram aprovados] (José Carlos Saboia, 01-06-2022)

O "milagre" acontecido durante a votação foi descoberto por Saboia anos depois, em uma história reveladora sobre como afetos permeiam as relações de poder no Brasil.

> *E no final, o Jarbas Passarinho[112]. O Jarbas Passarinho é do Pará, era do Pará, ele morreu há uns três anos atrás. O Jarbas Passarinho era o que tinha de mais conservador, reacionário, da época da Ditadura. Aí, a mulher dele morreu, e o Bispo Erwin[113] era dessas figuras, além de tudo que existe de humano, ele pegou e fez o ritual religioso, da Igreja Católica, na despedida da mulher do Jarbas Passarinho. Eles dois eram inimigos total, não se entendiam. Mas o Bispo fez isso. Aí, ele chegou pro Bispo e falou assim "o senhor me emocionou e foi de uma generosidade absoluta comigo, o senhor me deixou vivo após a morte da minha mulher. Eu quero saber o seguinte, posso fazer alguma que seja do seu interesse?". Bispo Erwin respondeu: "do meu interesse não, mas do interesse dos índios o senhor pode fazer". Jogo aberto e limpo. "Pro interesse dos índios o senhor pode fazer, tá lá os dois artigos que estão querendo derrubar, nós não temos força suficiente, já que o senhor está se oferecendo, eu não fiz nada disso para barganhar, a homenagem a sua esposa na Igreja. Mas já que o senhor está se oferecendo, o senhor vai lá e manda fechar o acordo. O Jarbas Passarinho foi lá... O Jarbas Passarinho naquilo, eu já não entendia porra nenhuma. Nada, nada, nada. Anos depois, a Manuela me mostrou o segredo. Como a política é feita, quais os ingredientes, as mediações que ela passa. Uma coisa que parece impossível, dá certo, entende? Foi isso. Não existe a possibilidade de você aprovar aqueles dois artiguinhos, aquelas oito linhas que estão ali na Constituinte, sobre os índios. Não há! No passado, não havia. Hoje, menos ainda. Hoje, não passaria nada, nenhuma vírgula.* (José Carlos Saboia, 01-06-2022)

Saboia considera que o clima constituinte para a discussão de gênero e sexualidade era diferente para as mulheres e os homossexuais. Ele credita os avanços

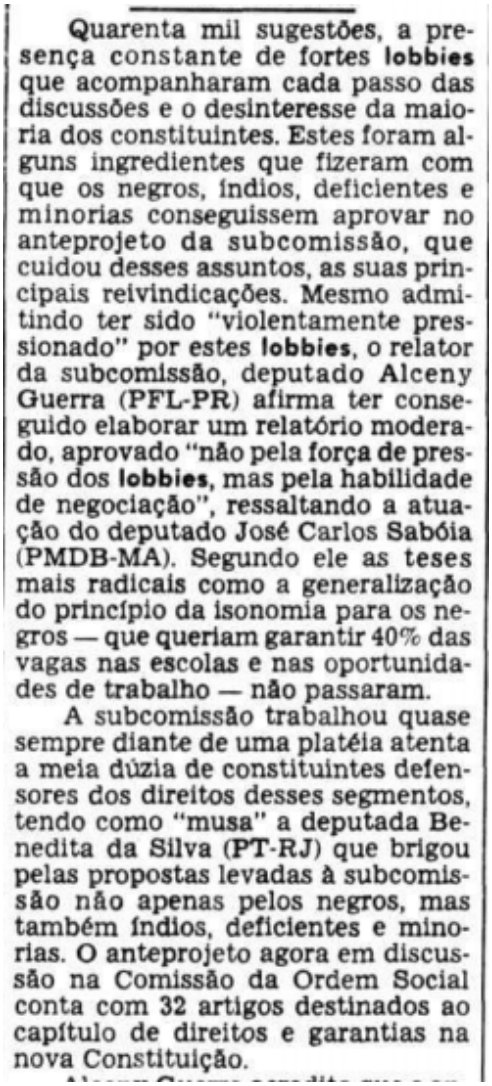
111 Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (Constituição Federal, 1988).

112 Jarbas Passarinho (1920-2000) foi um militar e político paraense, filiado à ARENA e, depois, ao PDS – partido que sucedeu a legenda. Colaborador da Ditadura Militar, foi governador biônico, ministro de Estado e um dos signatários do Ato Institucional n. 5.

113 Dom Erwin Krautle nasceu em 1939, na Áustria, e veio para o Brasil em 1965. É bispo emérito do Xingu e vive em Altamira/PA. Durante a ANC era presidente do CIMI. Em reportagem publicada no jornal El País, em 2019, Bispo Erwin conta esta história, em uma versão um pouco diferente da relatada por Sabóia. Erwin diz que ele procurou Jarbas Passarinho, após a missa, com o pedido. Erwin e Sabóia utilizam a mesma palavra para se referirem ao que aconteceu na ANC: milagre. (para o depoimento de Erwin ver Betim, 2019)

conseguidos à pressão externa do movimento feminista e acrescenta o movimento negro, também, como um agente que conseguiu aprovações além das esperadas.

> *Ela consagrou (a Constituinte) a existência da mulher. As mulheres foram além, mas muito além das mulheres que tinham lá como deputadas. Foi mais pressão externa, tá entendendo? Os pretos também tiveram uma pressão externa fantástica. Mulher e preto.* (José Carlos Saboia, 01-06-2022)



Quarenta mil sugestões, a presença constante de fortes **lobbies** que acompanharam cada passo das discussões e o desinteresse da maioria dos constituintes. Estes foram alguns ingredientes que fizeram com que os negros, índios, deficientes e minorias conseguissem aprovar no anteprojeto da subcomissão, que cuidou desses assuntos, as suas principais reivindicações. Mesmo admitindo ter sido "violentamente pressionado" por estes **lobbies**, o relator da subcomissão, deputado Alceny Guerra (PFL-PR) afirma ter conseguido elaborar um relatório moderado, aprovado "não pela força de pressão dos **lobbies**, mas pela habilidade de negociação", ressaltando a atuação do deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA). Segundo ele as teses mais radicais como a generalização do princípio da isonomia para os negros — que queriam garantir 40% das vagas nas escolas e nas oportunidades de trabalho — não passaram.

A subcomissão trabalhou quase sempre diante de uma platéia atenta a meia dúzia de constituintes defensores dos direitos desses segmentos, tendo como "musa" a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) que brigou pelas propostas levadas à subcomissão não apenas pelos negros, mas também índios, deficientes e minorias. O anteprojeto agora em discussão na Comissão da Ordem Social conta com 32 artigos destinados ao capítulo de direitos e garantias na nova Constituição.

Figura 32. Trecho da matéria “Minorias vencem pela pressão na Constituinte” (LUCENA, Eliana. O Estado de São Paulo, 01 de junho de 1987). A falta de interesse dos parlamentares pelas pautas da Subcomissão é mencionada em diversas reportagens da época.

Já quanto aos direitos dos homossexuais, Saboia não era otimista na época. Segundo ele, a Subcomissão toda era ridicularizada. Os temas eram considerados irrelevantes pela esquerda tradicional – e pela opinião pública em geral - e ainda não havia qualquer compromisso em respeitar sexualidades dissidentes.

> *O Vladimir Palmeira[114] passava "e aí, companheiro, tá aí com os companheiros índios" e gargalhava. Éramos ridicularizados, Júlia, todos nós éramos ridicularizados pela nossa sociedade. Por isso quando você disse do LGBT, eu tive vontade de dizer assim: "a Júlia não sabe do que tá falando". Se os pretos e os índios eram ridicularizados, quem apoiava os pretos e os índios eram ridicularizados. Imagina quem apoiava as bichas? Não eram as mulheres não, eram só as bichas masculinas. Era impossível dentro do movimento histórico ali. Mas eles foram lá. Eles foram lá e falaram bonito. Pessoal corajoso, eles são* [inaudível]*. A gente tinha medo de alguém jogar uma balde de merda na cara deles. Ou dar uma pedrada* [risos]. (José Carlos Saboia, 01-06-2022)

"Eles foram lá e falaram bonito" refere-se à presença do ativista João Antônio de Souza Mascarenhas, único representante homossexual a falar em uma Subcomissão durante a ANC. Presidente do grupo Triângulo Rosa, Mascarenhas representava, também, outros grupos homossexuais. Ele se apresentou em duas já citadas Subcomissões: dos Direitos e Garantias Individuais e dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.

A ANC não reagiu serenamente à presença de um homossexual na Casa: "o anúncio de que haveria representante da associação homossexual parece ter perturbado determinados Constituintes, fazendo aflorar preconceitos em relação à afirmação da sexualidade" (Oliveira, 2012, p. 220), sendo que um deputado chegou a questionar se o caráter solene da Constituinte não estaria abalado com aquela presença. Mascarenhas possuía uma única reivindicação de ordem constitucional: que a discriminação fosse expressamente proibida, ou seja, que "orientação sexual" fosse incluída na Carta. Junto com a reivindicação, ele levou o parecer, assinado por alguns dos principais antropólogos brasileiros (Vilalon, 2014).

Os problemas de acesso à ANC afetaram muito fortemente o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). De acordo com Lélis (2021), provavelmente era

114 Vladimir Palmeira é um político brasileiro. Foi preso e exilado durante a Ditadura Militar. Palmeira foi filiado ao PT e atualmente é filiado ao PSB. Conhecido por posições ortodoxas dentro da esquerda, foi deputado (1987-1995) pelo estado do Rio de Janeiro.

necessária uma indicação de um parlamentar para, então, sequer considerar convidar um representante de uma organização. Saboia reclamou da ausência do ativista homossexual e antropólogo Luiz Mott na Subcomissão e "alertou para a pouca abertura do ambiente constituinte às demandas externas, inclusive pela estrutura regimental, e as consequências disso em relação à sua representatividade" (Lélis, 2021, p. 180).



Figura 33. Mascarenhas, observado pelo deputado Antônio Mariz (PMDB/PA), palestra na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, no dia 28 de abril de 1987. Fonte: Wikipedia.

Mascarenhas fez uma pequena palestra, de 20 minutos, intitulada O Homossexual e a Constituição[115], e falou às Subcomissões nos dias 28 e 29 de abril de 1987. Primeiro, na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, onde as coisas foram complicadas. Algumas discussões que acompanharam o pensamento conservador brasileiro, e que chegaram aos dias atuais, estiveram presentes na Subcomissão dos Direitos. Uma concordância que existia entre os parlamentares conservadores dizia respeito à necessidade de educação sexual nas escolas. Tutu Quadros (PTB-SP), por exemplo, era defensora da disciplina. E perguntou a

115 Mascarenhas abordou vários aspectos da existência homossexual e agradeceu nominalmente ao CNDM. Oliveira (2012) explica que o Conselho esteve presente em inúmeras Subcomissões e foi apoio fundamental para o Triângulo Rosa e, também, apoio operacional às feministas negras que se apresentaram na Subcomissão de Minorias.

Mascarenhas se seria possível incluir "prevenção à homossexualidade" como conteúdo (Lélis, 2021). É interessante notar, que educação era um tópico conservador, que visava prevenir gravidez e, talvez, homossexualidade. E que, com o passar dos anos, e com a maior comprometimento da disciplina com estudos acadêmicos, tornou-se pauta progressista.

Lúcia Braga (PFL-PB) também estava preocupada com a educação sexual nas escolas e questionou se a expressão “orientação sexual” não seria ampla demais e poderia ser utilizada de maneira corrompida por professores homossexuais. Algumas expressões substitutas foram sugeridas na Subcomissão como "particularidade social" e "comportamento sexual" (Lélis, 2021). Na Subcomissão dos Direitos, Mascarenhas explicou que a expressão já vinha sendo empregada em legislações internacionais e que algumas áreas do conhecimento também faziam uso acadêmico dela, no caso, a Antropologia e o Direito. Boa parte da sessão foi utilizada debatendo o termo. O deputado que se colocou em defesa dos direitos dos homossexuais, nesta Subcomissão, foi Luiz Salomão (PDT-RJ).

As discussões não se repetiram na Subcomissão das Minorias, onde Mascarenhas falou no dia seguinte. Na verdade, houve pouca repercussão. Ele foi o quinto a falar em um dia dedicado a ouvir representantes indígenas. Os constituintes que demonstraram apoio expresso às colocações do grupo Triângulo Rosa foram Benedita da Silva (PT-RJ) e José Carlos Saboia (PMDB-MA) (Oliveira, 2012, p. 345).

Lélis (2021) explica que a discussão final, para a inclusão do termo orientação sexual, passou dois momentos na Comissão de Sistematização. Na primeira versão do anteprojeto, apresentada em junho de 1987, o termo comportamento sexual aparece, como sugestão da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. Reformulado, o anteprojeto reapareceu, no mês seguinte, com orientação sexual, sugerido pela Subcomissão de Minorias. Na versão final, o termo foi retirado. A inclusão provisória, entretanto, é vista como uma conquista do Movimento, de acordo com alguns pesquisadores.

> Graças a seus esforços e persistência, o primeiro Projeto de Constituinte, elaborado pela Comissão de Sistematização em julho de 1987, incluiu o termo “orientação sexual” entre as razões pelas quais ninguém pode ser privilegiado

> ou prejudicado. Entretanto, na sua versão final, o termo voltou a ser retirado. (MacRae, 2018, p. 365)

Durante a Revisão Constitucional de 1993 e 1994 a questão voltou à tona e foi novamente derrubada em plenário pelo Congresso Nacional (Santos, 2016). Para Lélis (2021), a Constituinte foi a inserção do movimento homossexual na esfera pública. As discussões na ANC serviram para unir o movimento e construir pontes com outros grupos e angariar aliados. Essa união não necessariamente é de ação, mas de pautas. Além disso, os debates que se seguiram ao final da ANC e da própria Revisão Constitucional (1993-94) serviram para alargar a visão de mundo do próprio movimento, que passou a abarcar outras identidades, como as travestis, e outras que viriam a ganhar terreno a partir dos anos 1990 (Vilalon, 2014).

> A Carta de 1988 deve ser considerada, portanto, marco fundamental a partir do qual a sexualidade e a reprodução se instituem como campo legítimo de exercício de direitos no Brasil. Atualmente, é em torno dela que, da perspectiva da sociedade civil, são organizadas as demandas por reconhecimento de direitos e, da perspectiva do Estado, são geradas políticas públicas, instrumentos legais e decisões judiciais para responder a tais demandas. (Carrara, 2010, p. 134)

Quando lemos os discursos parlamentares, podemos perceber que nem o léxico sobre sexualidade e identidade de gênero estava pronto. A maneira de se referir às pessoas e às bandeiras ainda estava sendo construída. E o próprio movimento conquistou ao longo da década de 1980 o direito de se organizar e, então, definir suas pautas e suas maneiras de lutar.

4.5.1. Os LGBT+ e o pulso da nação

A intensa participação popular durante o processo é vista por Saboia como fundamental para que os congressistas sentissem os ânimos das ruas ou, como ele prefere, pegassem o “pulso da nação”:

> *Na Constituinte, teve um momento, entrava por dia, Júlia, cerca de 30, 40 mil pessoas. Por dia! Entrava no Congresso. Trinta todo dia. De segunda a sexta. Entravam, por dia, 30, 40 mil pessoas defendendo seus interesses. Os lobbies de tudo que era lugar, os deputados eram achincalhados de um lado,*

> *aplaudidos de outro. Mas você sentia o pulso da nação* (José Carlos Saboia, 01-06-2022).

Além das organizações da sociedade civil, Saboia acredita que a composição da ANC era representativa da sociedade brasileira e apontava o conservadorismo de costume. Os temas relativos à sexualidade chegavam a promover catarses entre os antiquados deputados.

> *Ah, era uma coisa muito... Deixa eu te contar uma... Eu vou contar e depois você me pergunta. E daí? Qual é a relação? O senador Bisol[116], não sei se você ouviu falar dele. Ele era o relator de toda a proposta social. Relator. Era meio dono do mundo pra* [inaudível]*. Ia fazer o relato inicial do relatório. O senador Bisol era um homem culto e era um homem literalmente que teatralizava a verdade dele. Ele chegava falando na Câmara, da Constituinte, que era o salão da Câmara dos Deputados e ele começava a explicar. Parecia assim um professor dando aula, aí de repente ele dava uma porrada na direita. Aí quando ele foi relatar os direitos sociais, todos os direitos sociais, o respeito dele pelos homossexuais, pelas mulheres. Aí a turma que se sentava à direita, olhando do plenário. A turma que se senta à direita, são os partidos de direita. Sempre foi assim. Aí a turma que senta à direita, tava cheio, lotado esse dia. Tinha uns oitenta, ali, nas dez primeiras fileiras. Aí começaram... Isso aí eu vi, ninguém precisou me contar. Eu vi. Quase que fico enlouquecido. Aí começou um coro: Bicha, bicha, bicha. Aí foi aumentando: BICHA BICHA BICHA. Oitenta, cem pessoas chamando o senador Bisol de bicha. O senador Bisol tinha um dito brilhante, ele tinha um discurso, que mesmo que você não gostasse dele, você ficava encantado com ele, como trabalhava e os gestos. E tudo isso para selvagens. Os selvagens deram uma forma de responder a ele: bicha. Você acha que quando você chama um senador como o Bisol de bicha, que a bicha real tem algum espaço?* (José Carlos Sabóia, 01-06-2022).

A dificuldade de acesso à ANC pelos LGBT+ talvez tenha sido decisiva para que os anseios desta população não ecoassem no Congresso Nacional. Nas capitais brasileiras, entretanto, uma cena cada vez mais vistosa estava se formando. Em São Luís não era diferente. Na orla da cidade, mulheres lésbicas se encontravam livremente, “trocando seus afetos” e vivendo sua sexualidade. Em um bar na praia do Olho d’Água, a nação sapatão pulsava em outra frequência.

---

116 João Paulo Bisol (1928-2021) foi um político gaúcho progressista. Foi eleito deputado, em 1982, pelo MDB. Em 1986, foi eleito senador e constituinte pelo mesmo partido. Em 1989 filia-se ao PSB e é candidato a vice-presidente na chapa de Luís Inácio Lula da Silva (PT). Durante a ANC, foi um dos parlamentares mais ativos na defesa dos direitos dos homossexuais (Ver Lélis, 2021; Vilalon, 2014)

Capítulo 5: Uma outra política de gênero: lésbicas e entendidas na cena LGBT+ de São Luís

5.1. Introdução

> *Passamos uns 2 anos separadas. E quando nós voltamos, eu disse assim:*
> *- Vamos voltar bem voltadinho?"*
> *- Mas a gente não já voltou?"*
> *- Sim, mas vamos assim. Vamos botar pra galera. Vamos lá na Marlene? E foi o primeiro bar que nós fomos, foi o primeiro lugar que depois que a gente voltou, né? Gente, a Marlene foi um ícone, foi um marco pro retorno social da gente. Porque dali vai sair o rastilho de pólvora* [gargalhada] (Laura, 04-08-2022)

Laura me contou essa história às gargalhadas. Ela falava sobre a esposa, com quem tinha acabado de ter um filho, via fertilização in vitro. Elas tiveram uma relação tumultuada até se acertarem de vez, com esta "benção" peculiar. Marlene era um quiosque, localizado na praia do Olho d'Água (e posteriormente na praia de São Marcos). Fundado em 1984, é descrito pelas palavras "*icônico*", "*histórico*", "*referência*". Um marco na sociabilidade lésbica ludovicense. É um *locus* muito importante para tentar imaginar a cena sapatão do final dos anos 1980 até o início dos anos 2000. É o que faço neste capítulo.

Primeiro, trago algumas memórias do quiosque, a partir dos relatos que escutei. É um ambiente estritamente lésbico e que compõem as memórias das entrevistadas de maneira decisiva. Depois, adentro para a periferia da Ilha, no bairro São Cristóvão, onde está localizada a Boate Pedrita, voltada ao público GLS *(sic)* em geral. A Boate era um lugar encravado na beira de São Luís e nada pode ser mais representativo da transgressão da Ilha no período do que a Pedrita simplesmente existir.

5.2. Lazer e resistência lésbica na noite de São Luís

5.2.1. O Bar da Marlene: do Olho d'Água a São Marcos

As lésbicas que frequentavam a orla antes da inauguração da Avenida Litorânea (1993) me falaram desse tempo de maneira ambígua. É uma constante, nos relatos, a lembrança de uma época boa, com mais união entre elas e eventos comuns. Ao mesmo tempo, falam dos dias de hoje como dias de mais liberdade e aceitação. Há, ainda, uma espécie de orgulho por ter feito parte de uma transgressão, de uma ousadia para a época.

Ninguém sabe me contar ao certo como elas ocuparam aquela praia. De certa maneira, é como se elas sempre tivessem estado ali. Havia um bar, na descida da São Geraldo, no início da praia do Olho d'Água, chamado Copo Gelado. As proprietárias eram um casal de mulheres lésbicas e foi inaugurado em 1989. Não era voltado exclusivamente ao público LGBT+, mas acabava sendo muito frequentado por ele. Uma delas, Graça, é quem conta esta história:

> *Inclusive, um bar que eu tinha com essa que morava comigo. Não era um bar de entendida. Mas ia muita gente entendida. Que a maioria dos nossos amigos era de entendido. Que era o Copo Gelado, que era ali no Caolho. Era ali no Caolho. Não tem aquela descida? A descida do São Geraldo? Da São Geraldo, tinha um barzinho bem no canto aqui, que era ali. Copo Gelado. Era meu, eu e da pessoa que estava comigo. Mas a gente separou e ela ficou com o bar. Era bem frequentado ali viu? Era de dia, final de semana, entendeu? Aí já passaram a Litorânea e aí acabou aquela área ali.* (Graça, 25-08-2022)

Graça me conta que outros bares LGBT+ funcionaram local, após o casal se desfazer do estabelecimento, já na década de 1990. O "passaram a Litorânea" indica que o bar funcionou bem na beira da areia, onde hoje estão as pistas da avenida.

Além do Copo Gelado, havia o Marlene's Bar ou, simplesmente, Bar da Marlene. Em todas as entrevistas que realizei foi o primeiro lugar citado como espaço lésbico em São Luís na década de 1980. O bar funcionava como um quiosque à beira mar, mas com características e clientela diferenciada. Ele mudou de lugar ao longo dos anos. Na década de 1980, era no Olho d'Água (a primeira barraca da praia) e continuou ali após

a inauguração da Avenida Litorânea (1993). Quando ela foi expandida, mudou-se para a praia de São Marcos (a penúltima barraca). Esta marcação, primeiro bar da Litorânea/ último bar da Litorânea foi enfatizada nas entrevistas. Imagino que a ideia do bar que percorreu a orla inteira agrade às minhas interlocutoras .



Figura 34. Estrutura de barracas[117] na avenida Litorânea no início dos anos 1990. Fonte: Imirante[118]

A mudança de local, me contaram, aconteceu devido a uma reorganização municipal da orla. Para garantir a idoneidade, o poder público realizou um sorteio a fim de estabelecer onde os quiosques ficariam. De acordo com Barbosa (2012), houve muita negociação com os barraqueiros antes de implementar o modelo atual, estabelecido entre os anos 2000-01. Provavelmente é quando o Marlene's Bar migra.

> *A Marlene era o penúltimo bar lá da Litorânea, se não me engano, perto do Pescador. Antes dessa confusão, de expansão da Litorânea, a Marlene era lá perto do Barramar. Desceu o Barramar, andava um pouquinho, era o bar da Marlene. Ali era Caolho. Aí eles fizeram uma organização lá pra... aquelas organizações que eles fazem na Litorânea, construíram uma área e blábláblá, asfaltaram. Aí fizeram um sorteio, no sorteio, Marlene foi ficar no início, lá perto*

117 As barracas são espaços importantes neste trabalho por conta do funcionamento dos bares lésbicos nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Durante a minha pesquisa, não consegui imagens dos bares em funcionamento, mas, como eram padronizados, é possível dizer que eles tinham aparência semelhante à imagem acima.
118 Thiago Bastos, obra citada.

> *do Pescador, aqueles últimos bares pra lá, que lá é Praia da Marcela[119], né? Agora é o Desfrut, aí já é lá, praia de Marcela.* (Leca, 07/08/2022)

Carmem me lembra que, com a Avenida, a praia de São Marcos tornou-se um lugar mais valorizado e movimentado e que havia boatos de que a dona do estabelecimento era bem relacionada com agentes públicos da cidade, o que facilitou a migração que, de acordo com ela, aconteceu antes da inauguração das outras barracas.

> *Ali, antes, quando eu era adolescente, era uma área chamada praia da Marcela. Que tinha a filha de um surfista chamada Marcela. Era assim, só barro, umas montanhas de barro, embaixo as dunas. Não tinha um bar. E os surfistas iam porque lá dizia que tinha onda melhor. Aí o governo Lobão inaugurou a Litorânea antes de acabar o governo dele. Mas esses bares só surgiram... Marlene não... Marlene ganhou, Marlene tinha vínculo com sarneyzada. Então ela ganhou, Ela Foi uma das primeiras a ganhar a concessão daquele espaço, daquela barraca. Nessa época, né?* (Carmem, 06-08-2022)

A primeira mulher a me falar do bar foi Rosely, 50 anos, militante do LEMA e frequentadora do bar ainda no Olho d'Água que, de acordo com ela, era um local conhecido por ser LGBT+. Ela foi a primeira entrevista que eu fiz com uma lésbica ativista, ainda durante a pandemia. Apenas Rosely e Graça se lembram de frequentar o Bar da Marlene no Olho d'Água.

> *Nós tínhamos um bar na orla, né? Que hoje é a Litorânea, muito bonita, antes ela tava começando e era um bar chamado Bar da Marlene, lá era um bar onde a gente podia dançar né? Aonde as pessoas héteros nem gostavam de ir porque ali era o bairro LGBT, né? Então, ninguém queria ir lá, quem fosse por lá já era considerado que era LGBT quem passasse por lá, sentasse e pedisse uma cerveja e se sentasse quando começava a ver que que as meninas podiam se beijar, a gente, os meninos ficavam vontade, a gente ficava à vontade lá…* (Rosely, 15-07-2021)

Fantine é uma lésbica, parda, da mesma faixa etária de Rosely, nascida em Paço do Lumiar. É uma ativista pelos direitos homossexuais desde o início do século e atua nas duas cidades. Ela não frequenta mais a noite ludovicense: "*Que eu sou casada, né?"*. Ela me recebeu no local de trabalho, um órgão público da capital. Agitada e bem-

119 A praia da Marcela hoje é conhecida como São Marcos mas, no local de encontro dos surfistas, há uma barraca de praia com nome de Marcela.

humorada, durante a entrevista realizou várias atividades – inclusive atendeu pessoas. Ela se lembra do bar com carinho e como um local de reunião da geração dela.

> *Tinha um bar onde a gente frequentava muito na praia, na Litorânea que nós íamos, era o último bar da Litorânea. Na Marlene. A famosa Marlene. O público era mais mulheres, nós mais adolescentes, a gente ia pra praia, funcionava mais à noite a gente ia para lá, como é o último bar era mais reservado, né? E a gente ficava mais à vontade com nós nos reunindo lá.* (Fantine, 04-05-2022)

Carmem tem quase a mesma idade de Fantine. Mas nunca militou em movimentos sociais. Ludovicense, branca, de família classe média, ela fez assessoria de imprensa para políticos importantes do Maranhão e organizava eventos LGBT+ bastante conhecidos. Ela tenta me explicar como o bar funcionava:

> *Na Litorânea ele ficou em dois lugares no final da Litorânea e no início. Na verdade, iniciava às 6 da tarde e começava à noite ao contrário dos outros bares e tinha uma... não era um bar de sentar e comer um peixe, um caranguejo, era como se fosse uma espécie de boate, de lugarzinho para dançar mas aberto ao ar livre mesmo, era noite.* (Carmem, 06-08-2022)

Não havia diversidade musical por ali. A dona mobilizava a trilha sonora - a partir do balcão, de onde gerenciava tudo. "*Roberta Miranda, bolero, só o que ela queria*" (Graça). Algumas mulheres afirmam que domingo era o dia oficial do bar, quando inevitavelmente, "*o mesmo pessoal*" se encontrava. "*Era como se fosse uma espécie de boate, mas ao ar livre*".



Figura35.Barraca Desfrut Praia, local onde funcionou o Bar da Marlene, na segunda fase, em São Marcos. Atualmente abriga este quiosque de comida natural. Foto: Restaurant Guru (https://restaurantguru.com.br/)

A ideia de que havia um bar, frequentado exclusivamente por lésbicas, onde atualmente é a zona mais nobre da cidade causa uma espécie de orgulho às minhas interlocutoras. "*Tinha a Marlene. O que não tinha é Litorânea*", Graça, 61 anos, me conta, às gargalhadas, enquanto tomamos café. Laura, uma funcionária pública de 39 anos (uma das mulheres mais jovens que entrevistei), trata o pioneirismo de Marlene com humor: "V*eio na caravela do Senhor de la Ravardière!*".[120] Rosely enfatiza: "*a primeira barraca da Litorânea era dela, ela sempre teve barraca ali*". A percepção atravessa gerações. Parece uma espécie de constatação. De que antes de qualquer urbanização, já havia vida lésbica ali. "*Ali era só mato. Mato, mato, mato, mato. Ali era praia, ali era mar, ali não tinha nadinha não*" (Graça). Mato, praia e Marlene.

O atravessamento de gerações é o que impressiona na rede lésbica formada em torno do bar. Todas se lembram dele como um clássico da lesbianidade, onde era possível encontrar as lésbicas mais "*antigas*" ou "*velha guarda*" - termo muito encontrado em campo.

120 O Senhor de La Ravardière é o título francês de Daniel de La Touche, fundador de São Luís. Nos dias atuais é o nome do Palácio onde está situada a prefeitura da capital.

> *(…) Nesse bar na litorânea, então, elas todas estavam lá, das antigas. A gente ia e era mais nova, né? Só na molecagem* [barulhos de bagunça, inaudível para transcrição] *mas era divertido e aí acabou…* (Fantine, 04-05-2023)

A frequência era ditada por um exercício boca a boca - "os *amigos dos amigos*"[121], "*um vai falando pro outro"*[122] - e era relativamente estável no final do século XX, já que a sociabilidade acontecia dentro um grupo limitado de pessoas*, "to-do mundo se conhecia porque nós éramos só aquela turma ali"*[123]*, "na década de 90 todo mundo se conhecia praticamente"*[124]*.*

Nas festas de final de ano, a informalidade do bar de praia era abandonada. Marlene promovia Natal e Revéillon LGBT+ - mas com ênfase nas lésbicas. Era um evento muito esperado e as mulheres lésbicas se organizavam financeiramente para participar dos festejos.

> *Esse bar que fazia festa de final de ano, era onde a gente se encontrava na praia, né? Ela vendia as mesas lá pra gente ficar e a gente se juntava... o ano todinho guardando seu dinheiro pra comprar aquela mesa porque era um point de final do ano... Era lá, né? Era como se a gente tivesse indo para Paris* [risadas]*. Então, ficava lá a noite toda* (Rosely, 15-07-2021).

A existência livre das lésbicas ludovicenses no século passado é encantadora. A construção de espaços é igualmente fascinante. Havia lugares escondidos, havia lugares escancarados e havia lugares como a Marlene. Que existiam simultaneamente no espaço convencional e no espaço das sexualidades dissidentes. E que nesses espaços resistiam alegremente à biopolítica proposta pela Ditadura e enfrentava, também, as distinções teóricas propostas pelos cientistas sociais - "*e as pessoas trocando seus afetos livremente ali*"[125]. A transgressão não era facilmente catalogada ali. Individual, holística, desbundada, revolucionária. Não é possível conceituar esses corpos e suas atuações porque eles estão inscritos no efêmero. A contracultura como movimento inspirador do devir feminista das Mulheres da Ilha naquela mesma praia não

121 Laura, 04-08-2022.
122 Fantine, 04-05-2022
123 Rosely, 15-07-2021
124 Graça, 25-08-2022.
125 Laura, 04-08-2022.

faz sentido para as frequentadoras da Marlene. Não havia uma revolução em disputa, por classe, gênero ou raça.

Resistir através dos corpos é, historicamente, o modo de resistência *queer*. As mulheres lésbicas ludovicenses faziam política apenas por estarem no mundo ocupando e criando espaços que causavam estranheza e repulsa nos cidadãos circunscritos à heteronormatividade. Havia uma resistência ao bar, desde o começo, *"as pessoas héteros nem gostavam de ir porque ali era o bar LGBT, né?".* Outras se lembram de transeuntes incomodados com a frequência do bar. Quando já estava instalado em São Marcos, acontecia de algumas pessoas atravessarem a rua para não passar ali em frente. O preconceito e olhares enviesados são citados por todas as entrevistadas, mas não parece ser motivo para cautela, pelo contrário, "chocar a sociedade ludovicense" *(sic)* era parte da diversão. Miskolci (2012) defende que os espaços são ocupados por corpos *queer* sempre de maneira afrontosa ou escondida, mas nunca de maneira conciliatória.

5.2.2. A Boate Pedrita



Figura 36. Rafael RG e Jefferson Santiago. Boate Pedrita, 2021. Impressão jato de tinta sobre papel algodão. 40x60 cm. R$ 4500,00. Catálogo Casa Chama.

Em 2022, a ONG Casa Chama fez um leilão de arte, em São Paulo, para arrecadar fundos para a organização, atuante na defesa dos direitos e da dignidade das pessoas trans. No catálogo, havia duas fotos da Boate Pedrita, fundada em 1974, em São Luís. Abaixo do nome, é possível ler “A casa GLS mais antiga do Maranhão”. E é verdade. A Pedrita era um dos espaços LGBT+s mais antigos do país e o primeiro no Maranhão. Fechou as portas em 2019, um pouco antes do início da pandemia. Junto com o Bar da Marlene, foi unanimidade nas entrevistas. A Pedrita, entretanto, traz lembranças diferentes.

Divertido, engraçadíssimo, pitoresco e brega são alguns adjetivos usados pelas minhas interlocutoras para descrever o local. Todas participavam das festas na boate parecem ter consciência de estarem brincando ali. Ou performando, como prefere o léxico dos estudos *queer*. A Boate se encaixa perfeitamente naquilo que entendemos como um lugar para sexualidades divergentes e subjetividades marginais. Ao contrário da Marlene, estava situada na periferia da cidade, no bairro São Cristóvão, quase na saída da BR-315. Bairro de operários e migrantes recém-chegados. Assim, na borda da Ilha, os transviados se encontravam.

> *Como a Pedrita né? Que fundou na década de 70, só pra gente ti uma ideia o tanto que era antiga. Foi a primeira aqui acho que praticamente em São Luís, né? Onde todo mundo ia escondido que era no Santo Antônio, aí do Santo Antônio ela passou pro São Cristóvão, que é aqui na saída de São Luís, a famosa Pedrita onde todo mundo se reunia, onde todo mundo se conhecia. O bom era que todo mundo se conhecia era como se fosse uma família.* (Fantine, 04-05-2022)

O historiador e arquiteto canadense Oliver Vallerand (2021) sugere que pensemos os espaços *queer* a partir de três abordagens. Primeiro, como territórios exclusivamente frequentados pela população LGBT+, uma espécie de manifestação física desta comunidade. Também, como espaços que possuem uma sexualidade explícita, em que o próprio ato sexual é protagonista. A última abordagem enfatizada pelo autor, coloca o espaço *queer* como "um espaço em processo de realização e construção diante da heteronormatividade" (n.p.). Assim, a espacialidade *queer* teria, necessariamente, a estranheza e a fluidez como característica. Um espaço efêmero, que existe à medida em que relações são ali realizadas. São lugares performativos,

tanto da existência dos corpos como das memórias repressivas relacionadas à diversidade sexual.

Assim, as descrições da Boate Pedrita enfatizam o cenário peculiar e a estranheza divertida de participar daquele evento:

> *Lá era uma boate engraçada. Tinha um carro velho, numa garagem lá, toda escura e uma porção de galinha lá, junto com a gente. Galinha no poleiro. Era um terreno de uma casa, acho que tinha uma casa lá pra trás, não sei. Mas na frente tinha um espaço isolado que tinha um carro velho, alguma coisa assim... Mas foi a primeira boate da América do Sul, foi a Pedrita.* (Leca, 07/08/2022)

> *Pedrita tinha um carro dentro da boate, dentro do ambiente da sala, um Chevette, um Opala, era muito louco. Porque era tão engraçado assim... era assim era o lugar... tinha uma amiga minha que dizia "Pedrita é felliniana"* (Carmem, 06-08-2022).

A chegada ao local também era performática, até o cardápio era apresentado de maneira expressiva. A jornalista Carmem contou para mim como era a experiência>

> *Era assim, você chegava, pagava o ingresso, o cara carimbava na tua mão, tu ficava igual um gado. Se tu quisesse sair, voltar tava la o carimbo. Como os lugares bem populares são, né? Aí você chegava lá tinha as mesas. Tinha aquela "ah mesa de pista", mesa de pista é ótimo, né? Aí tinha um cara que pegava um microfone e "agora vamos ler o cardápio: farofa de ovo 1 Real e 50…". E assim... era todo mundo porque era extremamente democrático assim. Da pessoa que tinha um nível social um pouco mais elevado ou as pessoas simples ali do bairro e todo mundo curtia. "Farofa de ovo com bastante cebola 1 e 50". Aí tinha um DJ, era lenda. Você pagava aí 1 real. Não sei se era 1 real, 2 reais pra oferecer uma música. Aí o cara pegava o microfone "essa música é de fulana para sicrana", rolava um sonzinho. Era muuuito divertido. Porque era assim, ambiente assim absolutamente sem pretensão...* (Carmem, 06-08-2022)

Os ovos na Pedrita eram uma atração à parte. Após uma entrevista, fui convidada para um encontro entre amigas lésbicas que viveram parte da história que me interessava durante a pesquisa. Neste encontro uma delas lembrou-se que havia um código de paquera muito utilizado na boate: enviar um ovo cozido para a mulher que você estivesse paquerando. Ela ponderou que as mulheres usavam o código em tom de brincadeira. No fim da noite, vendiam um caldo de ovos para "sarar" os bêbados.

> *Lá era só tira gosto e caldo de ovos. Tinha um tal caldo de ovos lá que esse era famoso. Porque o pessoal enchia a cara, né? E para ir para casa tomava o caldo de ovos. O caldo do seu Antônio. Era o seu Antônio (que anunciava), seu Antônio era o garçom oficial lá e todo mundo ficava "seu Antônio seu Antônio", todo mundo queria ser atendida por ele. Ele conhecia todo mundo.* (Graça, 25-08-2022)

Mesmo com o caldo de ovos reforçado no final, sair da Pedrita era um ritual. Poucas frequentadoras tinham carro e o ônibus, muitas vezes, não estava circulando no horário. O jeito era encostar em uma barraca perto do ponto e esperar. Conversei com Kátia e Vilma conjuntamente, elas me receberam do bar de Vilma, um espaço também GLS.

> *Não tinha nem carro, a gente pegava o busu e dizia "vambora", não tinha (risadas). E a gente encostava e ainda tinha um retorno que fazia uma tal de panelada que é a coisa mais... era bom demais. E ali a gente comia. Era carne, tipo cozidão, né, Vilma?* (Kátia, 22-09-2022)

> *A panelada eles fazem também é com mocotó* (Vilma, 22-09-2022)

> *O mocotó, eu não sei como é chamado pra vocês. Mas ali a gente comia e dizia assim "ê, Kátia, agora vambora". E eu pegava um ônibus e ela pegava outro para ir pra casa. Eita, mas a gente tem muita história pra contar. Pode ter certeza que a gente tem história.* (Kátia, 22-09-2022)

O público da Pedrita era mais diversificado do que o da Marlene, era frequentada por gays, lésbicas, travestis, homens e mulheres transexuais e, apesar de ser lembrado como um lugar extremamente popular, os relatos contam de pessoas "não transviadas" que podiam ser vistas ali.

> *Todo tipo de gente, da alta, final de festa. Ia acabar era 6 horas da manhã. Muito bom. Tem 50 anos. Era um casebrezinho e a sociedade ia!* (Vilma, 22-09-2022).

> *E lá assim tinha população trans, tinha todo tipo, professores, professoras. Uma história, eu tenho uma história engraçada, uma amiga que eu não vou citar o nome, ela era professora de escola pública, ela chegou lá e uma aluna "professora, professora fulana" e ela "quem? fulana?" e botava o cabelo assim na cabeça "nãããão". Geração com mais dificuldade de lidar com isso. E professora, né?* (Carmem, 06-08-2022).

> *A Pedrita era de tudo assim. Era misturado de tudo, não tinha aquela seleção. Mas... dá para brincar, dá para curtir* (Graça, 25-08-2022).

Outro dado interessante dos frequentadores, é que eles são percebidos pelas entrevistadas como gente mais antiga da comunidade LGBT+.

> *Quando eu comecei as primeiras experiências já era um grupo que frequentava a Pedrita antiga. Os meus amigos, grandes amigos até hoje, eram 10 anos mais velhos do que eu.* (Carmem, 06-08-2022)

> *O ramo social gay e lésbico em São Luís, ele é bem restrito, então tem as pessoas assim como se fosse uma hierarquia... aí o pessoal fala assim "gente, mas esse povo é muito antigo não tem quem diga aqui, que não saiba, que não conheça essas pessoas, elas praticamente vieram na nau de Cabral* [gargalhada]*, elas têm ali aquela representatividade forte no meio. E todo final de semana, tava lá, né? E assim, aí cabô Marlene, fechou, 10 horas da noite? Desce todo mundo pra Pedrita. Atravessa a cidade. Porque lá ia até de manhã.* (Laura, 04-08-2022).

> *Assim ó. Fechado, abria, tinha. O banheiro nem se fala, minha irmã. Mas era ali que a gente encontrava o povão, as lésbicas antigas* [estala os dedos para indicar antiguidade]*, ali que a gente encontrava. E era bom, que a gente amanhecia…* (Kátia, 22-09-2022)

A dobradinha com a Marlene também apareceu com frequência nos relatos. A Pedrita abria somente aos sábados e ia até o último cliente. A Marlene não funcionava de madrugada. As festas de fim de ano, tal qual no Bar da Marlene, aconteciam também na boate:

> *E tinha as festas que era de Natal e de Ano Novo, né? Depois que dava meia-noite do Natal se você quisesse curtir você ia é para onde? Pra Pedrita. Ano-Novo depois você ia para onde? Pra Pedrita. Rainha e tal, Rainha gay aquela coisa toda. Então, todo mundo ia pra lá. Depois foi surgindo pequenas boates mas nunca dava certo né? Funcionava 1 ano ou meses mas depois fechava aí todo mundo retornava pra Pedrita.* (Fantine, 04-05-2022)

Com o aumento da comunidade LGBT+ em São Luís, no final dos anos 1990, as minhas entrevistadas reclamam que os eventos tradicionais da Pedrita ficavam muito cheios e foram dominados pelos “meninos”. Por isso Marlene resolveu abrir a barraca nas festas, me explicam.



Figura 37. Foto do aniversário de 36 anos da Boate Pedrita, 17/07/2010. Fonte: Blog Pedrita.

A sexualidade explícita da tipologia de Vallerand (2021) era um atrativo na Pedrita. Havia shows de *drag queens* e *gogoboys* seminus todos os sábados. Além disso, era um lugar para onde as pessoas iam sexualmente dispostas:

> *Lá na Pedrita também funcionava como um motel. Por quê? Porque tinha um salão de dança, tomar cerveja e tal e, assim, atrás da do balcão ela fez uns 3 quartinhos que era só uma parede no meio e uma cortina e a cama, né? E aí quem quisesse namorar e quisesse ir pro motel ia para lá para dentro, ficava lá era 2 horas, 1 hora... ela tinha assim.. só não podia era pernoitar porque ela não alugava para pernoitar era só para namorar rápido... porque ela dizer que tinha muita gente que queria* [risos] (Rosely, 15-07-2021).

> *A Pedrita era aquela coisa bem brega. Beeem brega. Mas era legal, tinha... Pedrita era dona né? Aí tinha, faz tanto tempo que eu nem me lembro... sei que era uma coisa assim bem escura, aquelas coisas mesmo bem brega, Bem lá dentro da Cidade Operária, para aquele lado do São Cristóvão ali. Mas um negócio bem brega, meio puteirinho assim* [risos] (Graça, 25-08-2022).

A intensidade sexual da casa atraía ativistas, que iam até lá a trabalho. No auge da epidemia de HIV-AIDS e com os movimentos LGBT+ se organizando na Ilha[126], a Pedrita era um lugar relevante para a distribuição de preservativos e orientação:

126 Uma histórico da criação dos movimentos LGBT+ no Maranhão será apresentada no próximo capítulo.

> *A Pedrita, o seguinte, eu comecei ir trabalhar porque, a gente, com a criação do Gayvota... dentro ODCH, foi o primeiro projeto, Rosely foi voluntária no projeto de prevenção. Como era o nosso projeto de prevenção? Era aquele corpo a corpo. Eu chegava pra você "ó, tu tá tendo prática sexual mas é perigoso e tal", aquele bate papo rápido e eu já entregava a camisinha e o panfleto, orientando. À noite. Então, eu conheci os espaços desse jeito. Pra frequentar, eu nunca fui da noite. Nunca fui. Isso é de mim mesmo.* (Andrea, 01-09-2022)

O aspecto afrontoso da Boate divertia a maioria das minhas interlocutoras mas, algumas, se assustavam e fugiam de ir até lá.

> *Ouvi falar muito na Pedrita, nunca fui. Tô te falando, mulher, que eu morria de medo. Na Marlene eu fui já, eu fui duas vezes já. Mas, assim, eu morria de medo. Mas quando eu olhava lá, que as meninas começavam a me olhar eu já queria ir embora (bateu uma mão na outra em sinal de dar no pé), quero ir pra casa. Eu sempre fui muito medrosa. Eu tive o primeiro relacionamento que me machucou muito, eu tive medo de ter um outro e ser machucada. Aí eu caí em outro. Só não me machucou porque eu estava preparada para não sentir nada. Não quero sentir nada, não quero sofrer, não quero.* (Emilinha, 18/08/2022)

A passionalidade do ambiente provocava reações intensas. As brigas na Pedrita terminavam em quebra-quebra e o lugar tinha vários seguranças. Geralmente, os desentendimentos tinham a ver com ciúme. A performance exageradamente masculina das lésbicas ali é apontada como principal motivo:

> *Tinha muito essa coisa. Na Pedrita, tinha briga. As mulheres se achavam comportamento masculino mas também ficavam querendo ofender as meninas que não queriam ser assediadas. O fato de ser homossexual feminino não quer dizer que outra pessoa que demonstra que é e aí ela tem que transar comigo. Eu acho que isso é uma agressão. Mas acontecia isso muito na Pedrita e aí de repente virava uma briga. E o segurança botava a pessoa pra lá. Ele botava pra fora.* (Leca, 07/08/2022)

Leca me conta de uma briga em que esteve envolvida e considera emblemática do desenrolar de conflitos na boate:

> *Um dia que tava eu e minha irmã, que era doida. E minha irmã mexeu com uma mocinha lá. E aí, ela bebia só uísque, comprou uma garrafa de uísque lá na Pedrita. Era muito caro, eu não lembro quanto era. Eu bebia cerveja. Sempre bebi cerveja. E aí, a pessoa que também estava assediando a garota... A garota era muito bonitinha, não sei nem se ela não era hetero. Porque lá ia muitos heteros pra conhecer o local. E aí chegou e meteu o dedo na bunda da minha irmã. Aí pronto. Era pra fechar a Pedrita, né, que ela fez isso?* [gargalhadas]. *Porque minha irmã arranjou uma confusão tão grande. Aí o segurança veio pra tirar, aí quem que o segurança bota pra fora? A mocinha. Por que que não botou a minha irmã? Porque ela era praticamente a "dona" da Pedrita. Chegava*

> *lá, comprava uma garrafa de uísque, pagava cerveja pras meninas bonitinhas. Iam botar ela pra fora? Não. Aí o que que acontece? Eu disse "não venho mais com você, não quero mais esse stressamento pra mim. Essa energia de confusão não dá, a gente sai pra se divertir e tu quebra a boate toda". E isso era comum lá. Era comum.* (Leca, 07/08/2022)

Algumas brigas chegavam a exigir a presença da polícia, quando os seguranças não conseguiam conter a baderna:

> *Tinha briga demais. Cadeirada que voava assim vuuuuu. Estou te falando que lá era um cabarezinho mesmo, daqueles que o pessoal começava... tinha aquelas barraqueiras lá, que chegava lá, aí ou paquerava ou ia tomar gosto com alguém, aí rolava briga mesmo feio. Feia, briga feia. Por causa de mulher, por causa de homem, era aquela coisa assim, bem baixaria mesmo. Tinha segurança na porta mas era aquele segurança que apaziguava E dali a pouco voava. Tinha vez que era só cadeirada voando assim. Eu não gostava de bar por causa disso. dessas brigas. Eu tinha pavor que ia acontecer, eu estava por lá. Mas tinha muita briga, muuuita briga. De vez em quando dava a polícia lá. quando a briga era feia. de vez em quando dava umas...* [risos] (Graça, 25-08-2022).

Carmem também se lembra da polícia na Pedrita, mas de uma forma diferente, ela acredita que os policiais iam até lá apenas para ameaçar os clientes.

> *Agora um preconceito, um detalhe de preconceito que sempre existiu...uma vez eu estava lá com duas amigas. Uma promotora, que tinha acabado de passar no concurso e uma juíza, que era minha ex. Deu 10 minutos todo um batalhão de polícia entrou lá, entrou lá cercou, cercou mas assim nenhuma denúncia coisa nenhuma só para constranger. Aí uma das meninas que estavam comigo "meu Deus, meu Deus, vão pedir minha carteira, os repórteres vão expor e tal". Ficaram lá uns 10 minutos e foram embora* (Carmem, 06-08-2022).

O fim da Boate aconteceu durante a pandemia de COVID-19, mas parece não ter relação direta com a crise sanitária. De acordo com as entrevistas, a morte de Dona Pedrita (1943-2013) acabou levando ao fim do lugar. O falecimento comoveu a comunidade LGBT+ de São Luís. Airton Ferreira, presidente do Grupo Gayvota – o mais influente da Ilha – declarou que : *"Todos estamos de luto, vamos sentir muita a falta da Dona Celeste, pois era uma mulher de garra, sem medo, que sempre apoiou as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros"* (Imirante, 2013). O cantor e compositor Marco Duailibe, secretário Municipal de Cultura (2021-atual) escreveu um belo obituário à época, publicado no Blog do Varão:

> A primeira vez que conheci um ambiente gay foi na Pedrita, no finalzinho dos anos 70, no bairro do Santo Antônio. Sabia que ela já existia desde o João Paulo. Era uma casa azul, com uma escadinha e um saguão. Ao entrarmos, a primeira coisa que nos deparávamos era o retrato de diploma de corte e costura de Dona Pedrita e ela mesma era quem nos recebia, com toda alegria, como se todos nós fossemos seus afilhados. Lembro que uma vez, fugindo de uma das brigas que aconteceu na boate, me escondi em seu quarto, cheio de bonecas por todos os lados. Parecia um quarto de princesa. De lá do Santo Antônio, a Pedrita foi para o São Cristóvão e até hoje permanece lá. Hoje, soube do falecimento de Dona Pedrita. Um filme passou pela minha cabeça. A história da Pedrita se confunde com a minha própria história de vida. Foi lá na boite que conheci muitos amigos, alguns já se foram. Foi lá que descobri o amor, que aprendi a cultivar amigos, que entendi o que sou e que poderia ser feliz. A boite gay mais antiga do Brasil (40 anos) hoje calou sua voz para reverenciar esta mulher que teve um papel fundamental na vida de muitos gays da nossa cidade que não tinham um lugar para abrigar seus sonhos e suas esperanças. Vá em paz, Dona Pedrita! Fica a nossa saudade (Duailibe, 2013).

A tolerância à opressão sexual requer espaço físico. Os “corpos que pesam” (Butler, 2011) precisam de um lugar que os acolha. MacRae (2018) chama a atenção para a diferença entre “movimento” e “movimentação” dentro da comunidade LGBT+. O “movimento” envolve interesses políticos e uma agenda de pautas a serem cumpridas. A “movimentação é “mais descompromissada e voltada exclusivamente para a diversão e sociabilidade” (p. 28). A movimentação em São Luís estava a pleno vapor nas décadas de 1980 e 1990. O movimento, entretanto, chegou um pouco depois.

Capítulo 6. Tibiras, Gayvotas e Lésbicas do Maranhão

6.1. Introdução

Conversando com Andrea sobre a formação do movimento lésbico maranhense, inesperadamente, a Cáritas reaparece na entrevista, dessa vez a partir do ponto de vista das populações rurais de Parnarama, um município a leste do estado. Ao me contar como se iniciou na militância política, Andrea se lembra da mãe:

> *O que arraigou em mim essa questão de querer ser de movimento foi isso, minha mãe, ela vinha com aquela preparação das Cáritas, ajudando, fazendo um pó aqui, salvando vida de menino que tava malnutrido e ela chegava com aquela massa e tó, essa aqui é uma massa você pode só bater na água, que você não vai gastar com leite e tal. Pega um leite da cabra, se for o caso. Tipo isso, entendeu? Porque ele precisa disso, trazia pra fazer consulta. Mamãe era muito isso (...) Ela sempre gostou do Cáritas, as Cáritas do Brasil, a organização da Igreja Católica, ela fazia aqueles cursos, de comida sustentável, naquela época já, Cáritas já fazia, fia. Pois eles já faziam. Aí ela aprendeu fazer comida, começou a ensinar comidas de casca, o poder nutritivo da casca da abóbora, da banana e tal, fazia uma massa. Ela salvou muitas vidas lá, o pessoal da minha geração, tudo chamava ela de mãe. Aí o que que acontece? Em mim cresceu essa história de movimento social. Então lá, hoje, nesse município, na zona rural do município, melhor dizendo, lá são várias famílias de casa de palha.* (Andrea, 01/09/2022)

Andrea é uma das fundadoras do Grupo Lésbico do Estado do Maranhão (LEMA). O LEMA foi fundado em 2007 e é o primeiro movimento social especificamente lésbico no estado. Quando comecei a conversar sobre a formação do grupo, em julho de 2021, fui informada de que talvez o LEMA não existisse mais.

> *Eu acho que o LEMA não tem mais. Tem às vezes integrantes do LEMA nesse… nesse outro grupo que ele formou.* (Nadir, 12/07/2021)

Esse outro grupo que se formou é o Coletivo de Lésbicas do Maranhão (COLESMA), uma dissidência do LEMA que procurou a institucionalização a fim de se credenciar junto ao poder público para o combate à lesbofobia no estado. A história do movimento LGBT+ em São Luís é permeada por dissidências e segue, de acordo com a memória dos militantes e a literatura disponível, um caminho de heranças e legados. Os

mesmos militantes se organizam em novas associações que ora tem como objetivo especificar as lutas ora tem a preocupação de resolver problemas de ordem burocrática através de um novo CNPJ. Por isso, é importante entender o caminho que as ativistas lésbicas consideram que percorreram até chegarem no LEMA.

Primeiro, trato da institucionalização do movimento LGBT+ que, no Brasil, se deu através da inevitabilidade de organizações que auxiliassem o poder público para enfrentar o HIV/AIDS. O processo começa acontecer no país na década de 1980, no Maranhão, no final dos anos 1990. Também destaco a importância da arquitetura burocrática criada pela Constituição Federal de 1988 para a efetivação das políticas necessárias e criação dos coletivos. Se as Mulheres da Ilha construíram um caminho para atuar junto à população através do Estado, via CNDM, no início da Nova República, as Lésbicas do Maranhão, por sua vez, ocuparam a estrutura construída depois da Constituição, a partir dos Conselhos e intermediação com os governos na execução de políticas públicas. É importante destacar que a Igreja progressista foi uma trilha importante para o feminismo brasileiro e, este atalho, é vetado aos movimentos LGBT+, por motivos óbvios.

Depois, apresento os coletivos e a maneira como eles foram se construindo na cidade. O Grupo Tibira, que é o pioneiro, depois a Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais no Maranhão (ODCH), que funcionou por breve período e, enfim, o Grupo Gayvota. É a partir do Gayvota que começam a aparecer dissidências. A população trans funda seu próprio grupo, a ATRAMA, e as mulheres lésbicas, o LEMA. A atuação do LEMA dentro da estrutura de Conselhos e Fóruns, sua participação decisiva para a expansão dos movimentos lésbicos maranhenses, a intersecção com outras movimentos sociais e um balanço do legado do grupo fecham o trabalho.

6.2. A formação do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis: a redemocratização e o enfrentamento ao HIV/AIDS

O movimento lésbico demora a se organizar no Maranhão. Embora haja indícios de organizações homossexuais em São Luís na década de 1980, as movimentações

eram erráticas e logo se dissolviam. Ponto interessante é que os mesmos participantes tratavam de se agrupar em novas associações, o que faz com que o sentimento de sucessão permeie os discursos e explicações sobre inícios e términos de associações. A ideia de legado, mencionada acima, aparece na totalidade das entrevistas realizadas e as obras consultadas informam uma espécie de linha do tempo dos movimentos LGBT+s maranhenses.

Assim como outros movimentos sociais, os coletivos LGBT+ se formam no contexto de redemocratização do país e os jovens que dele participaram, já estavam engajados na luta contra a Ditadura Militar. Mas há um atraso entre o estabelecimento do movimento feminista e do movimento negro no período e a estruturação do movimento LGBT+. Se considerarmos o diálogo com as autoridades públicas e estatais, os militantes homossexuais saem em desvantagem. Enquanto os coletivos Mulheres da Ilha (1980) e Centro de Cultura Negra do Maranhão (1979) já disputavam espaços e recursos com os governantes locais, o Grupo Tibira[127] (1993), primeiro movimento gay de São Luís, ainda não existia ou se reunia de forma rudimentar, alheio a qualquer acesso institucional. Assim, os movimentos estão e frequências diferentes. De acordo com Facchini, Daniliauskas e Pilon (2013), o movimento LGBT+ aumenta a capilaridade no século XXI ao invés de arrefecer, como acontece com outras lutas sociais que tiveram destaque nas décadas anteriores.

A estruturação destes movimentos na ordem política institucional acontece apenas na virada do século XX para o XXI. E segue a lógica nacional. Com o avanço da epidemia de HIV/AIDS, as autoridades públicas nacionais e internacionais, conclamam à formação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) para elaborarem e executarem políticas públicas voltadas ao enfrentamento do contágio e da condição. Apesar do aumento da visibilidade, a consolidação das pautas acontece de forma problemática. A maioria dos pesquisadores considera que o potencial subversivo do início do movimento, nos 1980, sucumbe à necessidade de se aliar ao poder público para a prevenção e tratamento do HIV/AIDS.

127 Uma breve história do grupo será contada no Subcapítulo seguinte.

No Brasil, o movimento homossexual brasileiro articulou um debate fecundo com o poder público nos anos 1990 e 2000[128] e estabeleceram um programa de combate à epidemia que se tornou referência no mundo inteiro. José Serra (2001), ministro da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) à época de maior êxito do Programa Nacional DST/AIDS, considera que o amplo envolvimento das ONGs e dos afetados pelo vírus foi fundamental para o sucesso da implementação das primeiras políticas públicas para homens que fazem sexo com homens (HSH) no país.

Vários pesquisadores têm pontos a acrescentar em relação à avaliação do ex-ministro, principalmente quanto à autonomia dos movimentos no processo, já que o envolvimento com o poder público fez com que o movimento homossexual recalculasse a rota e deixasse em suspenso as lutas libertárias. O sociólogo Richard Miskolci (2011) considera que o Programa implementado por Serra traz as marcas da cooptação. Para João Silvério Trevisan (2000), os grupos de defesa homossexual, a partir deste período, passaram a se organizar como ONGs por um motivo estratégico e pouco nobre. Este tipo de organização permitia que fossem destinadas verbas públicas a eles para quem fossem desenvolvidos projetos de esclarecimento e prevenção sobre a condição, o que proporcionou uma relação diferenciada e nociva com as entidades do governo.

O militante do grupo Nuances[129], Célio Golin (2002) concorda que a associação dos movimentos com o poder público foi danosa para eles e que não apenas frearam a emancipação, mas, sim, retrocederam em pautas importantes:

> A maioria dos grupos gueis do Brasil colocam em seus estatutos que são ONGs Aids, pensando assim em disputar o dinheiro público com aquelas que efetivamente surgiram em decorrência da epidemia. A bem da verdade, são grupos gueis que só querem mais dinheiro público, e assumem quaisquer papéis para garanti-lo. É submissão total. Acabam compactuando com campanhas conservadoras, como redução de número de parceiros e a monogamia como métodos de prevenção (Golin, 2002, p. 159).

MacRae (2018) aquiesce que houve uma estagnação das pautas emancipatórias e acrescenta que a militância que se forma a partir desta experiência é mais habituada

128 A epidemia de AIDS se inicia no Brasil nos anos 1980 e o Programa Nacional DST/AIDS, do Ministério da Saúde, é implementado em 1986 (Fiocruz, 2000). Entretanto, as ações governamentais mais incisivas têm início nos anos 1990.

129 Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual é uma ONG LGBT gaúcha fundada em 1991.

com a burocracia oficial e menos provocativa. Irineu (2014) faz um contraponto importante em relação à atuação do movimento LGBT junto às iniciativas governamentais. De acordo com ela, faltava expertise ao poder público para lidar com uma população “invisível” e negligenciada ao longo da história e ele foi obrigado a recorrer e estimular o ativismo.

Miskolci (2011) acrescenta um outro ator político importante no período, os centros de pesquisa e a academia, que também foram subservientes ao Estado:

> Neste contexto, o movimento, originado de forma identitária encontrou apoio nos interesses biopolíticos do Estado e um aliado circunstancial na academia, onde parte dos intelectuais se comprometeram com pesquisas que aliavam a sofisticação das ciências sociais aos objetivos de controle epidemiológico e de saúde. (Miskolci, 2011, p. 50)

O autor alinha-se a McRae (2018), considera que a relação parcialmente "harmoniosa" entre Estado, academia e militância conteve os avanços do movimento para discussão de pautas mais libertárias e cita os Estados Unidos, onde essa aliança não aconteceu, como *locus* de uma nova reflexão sobre as sexualidades divergentes, no caso, a teoria *queer.* No bojo desse debate, no Brasil, Larissa Pelúcio (2011) afirma que podemos falar em um projeto de SIDAdanização, já que a abordagem do poder público junto às pessoas mais afetadas pela epidemia (no caso, as travestis) acontecia na chave do HIV/AIDS e se dava através de programas de saúde e educação voltados à contenção da condição e mudança de comportamento.

> Quando os programas de prevenção as interpelam nesses ambientes, mais um dos tantos paradoxos que cercam suas vidas aparece: o que se oferece a elas como direito civil e humano virá estreitamente ligado a Aids, mantendo-as como pessoas associadas à patologia e ao desvio. (p. 82-83)

Apenas no século XXI apareceram as primeiras políticas públicas para LGBTs fora do escopo do cuidado e prevenção do HIV/AIDS, através de uma complexa rede engendrada a partir do executivo federal e que envolveu a criação de conselhos municipais e estaduais e a realização de conferências nacionais protagonizadas por ONGs e movimentos.

6.2.1. O LEMA entre a expertise e a cooptação

As críticas apresentadas pelos pesquisadores fazem eco na militância lésbica maranhense e a atuação estreita dos movimentos junto ao poder público incomoda uma parte das ativistas. Por outro lado, a estruturação das reivindicações LGBT+ no estado foram forjadas através desta relação e uma parte considerável dos depoimentos versa justamente sobre este aprendizado: atuar politicamente sem se encrencar com a burocracia estatal.

O primeiro projeto voltado ao enfrentamento do HIV/AIDS na cidade de São Luís acontece em 2002, através da ONG que sucede ao Grupo Tibira. Antes disso, o acolhimento era feito por uma organização assistencial. O Grupo Solidariedade é Vida foi criado em 1989 pela freira canadense Monique Marie Josceline, popularmente conhecida como Irmã Mônica. A princípio a entidade apenas desenvolvia trabalhos de orientação - através de palestras nas igrejas e comunidades - sobre as formas de contágio e prevenção da condição. A partir de 1991, o grupo passou a desenvolver um trabalho assistencial de ajuda às pessoas que vivem com HIV/AIDS e seus familiares, através da criação de casas de apoio, que passaram também a abrigar aqueles que vinham do interior do estado para tratamento em São Luís. São duas casas que funcionam até os dias atuais: Casa Sonho de Criança, voltada às gestantes e aos pequenos que vivem com a condição, e o Lar Irmã Mônica, para adultos. A ação da ONG tem como norte a "prevenção, assistência e ressocialização" para pessoas vivendo com HIV/AIDS (Brasil, 2000; Prosas, s/d; Rego, 2011).

> *Nós tínhamos um problema, nós se deparamos com pessoas que passavam mal, que vinham pra cá, pro Hospital, pra esse Hospital* (Hospital Presidente Vargas – N.A.)*, e lá não podiam ficar. Então, eles ficavam perambulando pelas ruas, não existia casa de passagem pra te receber, que veio do interior, catar suas coisinhas, pra tu ir lá, fazer tua consulta, pegar teu medicamento, que naquela época era o coquetel, que era uma bomba relógio aquilo ali e então começou a necessidade de tudo isso. E a gente começou a enveredar bem por aí. Então, nós entramos trabalhando a AIDS mas não esquecemos de trabalhar a cidadania porque a gente achava necessária a cidadania. Cara, tá morrendo um monte de gente de AIDS. A gente tá sendo apontado, nem tanto as lésbicas, mas os gays. Mas querendo ou não, empatia, né? Aí eu digo não, por que não? Ali bem ali nasceu essa questão de lutar por direitos.* (Andrea, 01/09/2023)

Andrea me conta de uma participante do LEMA trabalhou na Casa Sonho de Criança, como voluntária, e fez cursos de capacitação e liderança voltados ao atendimento dos usuários das casas de apoio. Foi chamada para trabalhar na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP). O movimento se repetirá com vários ativistas do começo do século XXI, que assumem cargos por conta do *know how* adquirido na militância.

> [a possível secretária] *percebeu que ela ia entrar secretária, no governo Roseana* [2009-2014. N.A]*, sem nenhuma bagagem, então ela precisava do movimento aliado com ela. Eu tive essa sacada, sempre fui muito esperta pra essas coisas. Aí eu disse pra ela. Aí ela me ligou... aí ela vai e me liga... "diga, senhora, como é que estão as coisas?", "eu tô precisando falar com você". Minto ela não era secretária ainda não. Foi. Aí ela chegou e marcou, aí eu cheguei lá no escritório, muito chique. Aí ela disse "na verdade, Andrea, eu tô tendo conversa contigo porque eu gostaria que você e a Rosely trabalhassem conosco num projeto". Aí eu disse "como assim?". "É num projeto que trabalha vidros, a gente vai trabalhar com mulheres apenadas" e tal. Aí eu fui e comecei a trabalhar com mulheres apenadas. Só que ela tinha visão de heterossexual e já tínhamos várias reportagens sobre isso, acho que foi por isso. Ela, na verdade, tinha uma ONG e queria que prestássemos serviço na ONG. Aí pá. Roseana é eleita e chama ela por causa desse projeto que foi inovador, chama ela pra secretária. E ela vai e diz que quer Rosely como... porque até então tinha um escritório e estávamos trabalhando no escritório. Então ela pá. Chama Rosely. Botou Rosely lá. Como técnica lá dentro. Taí. Uma vantagem tem que ser dita. O governo Roseana pagou muito bem.* (Andrea, 01/09/2023)

A importância da "expertise" dos militantes dentro das secretarias em contraposição com os perigos da cooptação permeia as reflexões das mulheres lésbicas com quem conversei, sobretudo quando falam sobre o "enfraquecimento"[130] dos movimentos.

> *Porque se eu sou do movimento, eu entro no governo, eu acho que enfraquece. Por que como é que você vai virar um cargo comissionado e defender o movimento de falar mal governo? Você vai pra a rua. Quando na década de 2000 que nós começamos a organizar... Hoje quem está no governo foi os que começaram* (Fantine, 04-05-2022)

> *Enfraqueceu porque o governo engessou o movimento. Colocando as lideranças dentro do governo. Quando você coloca as lideranças dentro do teu governo, tu tira toda a possibilidade delas de lutar contra você, de te criticar. Ao invés de te criticar, te defendem. Então, quer dizer, você engessa o movimento.*

130 "Enfraquecer" é um verbo utilizado de forma geral pelas entrevistadas para falar sobre a fase atual do movimento.

> *O movimento perde força, porque as lideranças do movimento estão tudo no governo.* (Emilinha, 18/08/2022)

Insisti com Emilinha sobre isso. Perguntei se, então, os militantes deveriam ficar fora do governo e entregar a representação a alguém que não entende do assunto e não tem comprometimento. Ela me explicou que para que a representatividade seja garantida existem os Conselhos.

6.2.2. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e as Conferências Nacionais

No início de Os Bestializados (2004), obra seminal para a compreensão dos primeiros anos da República brasileira, José Murilo de Carvalho comenta as reações de alguns observadores estrangeiros que estavam no país no momento da Proclamação da República (1889). De acordo com os visitantes a baixa participação popular era estarrecedora. Tamanha passividade fazia com que se indagassem se havia povo no Rio de Janeiro. Carvalho aponta que a Revolta da Vacina (1904), alguns anos depois, e o vigor das festas religiosas e étnicas não deixavam qualquer dúvida. Havia, sim, povo no Rio de Janeiro. Apenas que que "na política, o povo sabia que o formal não era sério" (p. 11).

A forte existência lésbica verificada em espaços de lazer da cidade não se refletiu em organização política formal no início da redemocratização brasileira e o movimento lésbico ludovicense só começa a existir no século XXI. A ausência de organizações específicas em um período tão efervescente nos traz à mente a pergunta do estrangeiro. Havia lésbicas em São Luís? A resposta está no próprio Carvalho. Sim, havia lésbicas em São Luís e elas estavam ocupando a praia e a noite da capital. A tradução dessa sociabilidade em atitudes políticas institucionais é que não foi imediata e, como já apresentado, aconteceu de maneira um tanto normativa, uma vez que conforma as diferentes subjetividades dissidentes que ocupavam o Olho d'Água em atrizes políticas com campo de luta delimitado pelo Estado. As minorias sexuais que se tornam multidões *queer,* o monstro sexual preconizado por Preciado (2011) é organizado pela força estatal e aprende a atuar dentro da gramática da democracia liberal. No caso das lésbicas ludovicenses, o domínio desta gramática acontece através

de um dispositivo de participação popular construído pela Constituição de 1988: os conselhos gestores de políticas públicas.

Alguns pesquisadores (Oliveira e Oliveira, 2011), consideram que o primeiro artigo da Carta, que estabelece que "todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos previstos na Constituição" abre a perspectiva para a articulação entre a democracia representativa e a participativa, possibilitando a democratização do Estado e legitimando a criação, pelas leis que regulamentaram as políticas públicas, de órgãos deliberativos institucionalizados, com participação da sociedade civil, como conferências e conselhos, além de experiências inovadoras, como a do orçamento participativo. Enid Rocha (2008) acrescenta que a Lei Maior institucionaliza a participação popular, criando esferas públicas locais e nacionais para que a sociedade civil possa interagir diretamente com o Estado. De acordo com Rocha (2008) essa nova institucionalidade visa aumentar a participação democrática e aumentar o controle social sobre as ações do Estado. Maria da Glória Gohn (2002) considera que os conselhos são um avanço para democracia e vê prenúncios deles nas Comunidades Eclesiais de Base.

Os conselhos, na prática, funcionam com representantes de diversos órgãos da sociedade (associações de classe, universidades, entidades filantrópicas etc.) e do poder público - no âmbito municipal, por exemplo, são as secretarias que viabilizam os Conselhos e atuam com eles. Côrtes (2005) também é entusiasta do modelo de conselhos para construção de políticas públicas e os considera um fenômeno sociopolítico, principalmente pelo "ineditismo, magnitude e longevidade" (p. 144) alcançados no Brasil. Se a Constituição Federal estabelece que deve haver participação popular em diversas fases da elaboração, fiscalização e execução das políticas sociais, a legislação complementar referente aos órgãos responsáveis pelas políticas públicas regulamenta essa participação.

> Uma característica comum a esses processos tem sido condicionar a transferência de recursos financeiros da esfera federal para as subnacionais de governo, visando à criação de fóruns participatórios em nível federal, estadual e municipal da administração pública. Devido à implementação de políticas descentralizadoras, o município tem participado crescentemente de decisões sobre políticas públicas. Assim criam-se condições para que os conselhos municipais, vinculados à gestão, passem a se envolver nesse processo

> decisório. Nesse caso, dirigentes municipais tornam-se os gestores e provedores de bens e serviços públicos ou, pelo menos, participam no financiamento e na regulação da oferta de benefícios, bens e serviços financiados com recursos públicos, em seus territórios. Para que o município se habilite a receber recursos financeiros advindos da esfera federal, é exigida a criação de conselhos organizados de acordo com as determinações legais – federais, estaduais e municipais – e regulamentações administrativas. (Côrtes, 2005, p. 145)

Assim, os conselhos gestores são os mediadores entre sociedade e Estado. Os municípios são obrigados a criar esses comitês que, para alguns setores da sociedade, se tornam o local primordial da política. Nas áreas de Direitos Humanos, são *locus* de disputas e deliberações legítimas e acatadas pelos participantes. É o caso dos movimentos LGBTs ludovicenses e, especialmente, do LEMA. No caso de tais movimentos, as exigências de medidas rápidas e eficientes à epidemia da AIDS são uma resposta mas há, também, a emergência do primeiro governo de esquerda no país (Lula, 2003-2010), que acolhe as críticas a respeito da ênfase das políticas públicas voltadas à área de saúde do governo FHC (1995-2002) e inicia uma reestruturação dos órgãos e programas ligados à questão.

Assim, a primeira década do século XXI foi bastante importante para a consolidação das políticas LGBT+ no país. Os movimentos, que já vinham se organizando em Seminários ao longo da década de 1990, são incitados a organizarem as pautas e demandas para uma interlocução direta com o poder público. O Plano Plurianual (2004-2007) estabeleceu o Brasil sem Homofobia (BSH) e as primeiras políticas específicas foram definidas a partir da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Nos planos do BSH estavam criar programas específicos para combate à violência, fomentar os conselhos municipais e os fóruns locais, apoiar os centros de referência de direitos humanos em todas as unidades legislativas, incentivar parcerias dos conselhos com o poder público e articular com as universidades apoio técnico para pesquisas sobre as condições de vida da comunidade LGBT. O programa contava ainda com uma série de diretrizes para as áreas de saúde, educação, juventude e mulher. De acordo com Irineu (2014), uma lista não extensiva das ações efetivamente realizadas pelo BSH inclui o fortalecimento dos movimentos LGBT.

> apoio a projetos de ONGs; capacitação de militantes e ativistas; criação de núcleos de pesquisa em universidades públicas; projetos de capacitação de professores da rede pública; programas na área de saúde e prevenção de DST/ AIDS; e criação de centros de referência em direitos humanos e combate a crimes de homofobia. (Irineu, 2014, p. 199)

O fortalecimento das ONGs e a criação de conselhos preparou o terreno para a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o mote “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, realizada em 2008. Do lançamento do BSH à Conferência, os movimentos foram apreendendo a política proposta pelo executivo federal e percebendo-se como “sujeitos LGBT” (Aguião, 2018).

> Compreendo as conferências como eventos-chave para a produção não só do que se convencionou chamar “população LGBT” para o governo brasileiro, mas também do campo mais amplo que envolve o que poderíamos denominar de “políticas LGBT” no Brasil. Esse conjunto de relações abarca organizações não governamentais, movimentos sociais estruturados em diferentes formatos, o campo acadêmico que se dedica à reflexão sobre o tema e uma série de atores e objetos multifacetados. (Aguião, 2018, p. 50)

A partir da Conferência, houve a ampliação das políticas públicas, através do Plano LGBT (2009), sistematizado por uma ação conjunta entre os ministérios e sem a presença dos movimentos sociais. No mesmo ano, a Secretaria de Direitos Humanos passa a contar com uma Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Humanos LGBT, o que é significativo por se tratar do primeiro órgão específico dentro da estrutura do Estado (Irineu, 2014).

6.3. Os movimentos LGBT+ no Maranhão

6.3.1. O Grupo Tibira

O Grupo Tibira é apontado por militantes e estudiosos como o primeiro movimento LGBT+ do Maranhão. Formalmente fundado em 1993, há relatos de que as primeiras reuniões aconteceram na capital ainda na década de 1980 e eram

frequentadas, primordialmente, por homens gays (Araújo, 2014; Santos, 2018). Em depoimentos colhidos por Santos (2018), os integrantes do coletivo afirmam que o objetivo “era muito mais (...) identificar e fortalecer as identidades, (…) localizar quem somos, o que estamos fazendo, o que vamos discutir, mas não tinha o cunho de fazer a extensão, o diálogo com as políticas públicas" (Ferreira em Santos, 2018, p. 34).

A oficialização do grupo possui um componente interessante. O nome escolhido para a agremiação é parte de uma pesquisa do antropólogo e militante Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia – organização pioneira na luta pelos direitos homossexuais no país. Mott estava preparando o trabalho que “inventou” o Índio Tibira - a obra “A Inquisição no Maranhão”, que foi primeiramente apresentada em uma conferência na UFMA, em 1993. Desde então o mártir tupinambá foi chamado de Índio Tibira do Maranhão e o movimento homossexual da Ilha, que vinha tentando se organizar politicamente, adota o nome como homenagem.



Figura 26. Monumento em homenagem ao Índio Tibira, instalado na praça Marcílio Dias, em frente ao Palácio dos Leões (antes, Forte São Luís), local da execução do indígena tibira, em 1613. Foto de Nicolas Prongué, disponível no Instagram do autor (@n_eugnorp), com uso autorizado por ele.

O termo tibira é a forma como os tupinambás se referiam àqueles indígenas que apresentavam comportamento homossexual. Em São Luís, o Índio Tibira do Maranhão é parte importante do imaginário da comunidade LGBTQIA+. De colegas de pós-graduação às entrevistadas, o que me foi dito é que conhecer a história seria importante para o meu trabalho:

> *Tu sabes? Daquele indígena, que tem uma estátua dele, colocada ali em frente da Marinha do Brasil? Ah, essa história... essa história tu tem que colocar... Pena que tua tese tem recorte de tempo né? Tibira. Olha, primeiro caso... O primeiro caso de homofobia no Brasil. Tibira. Um indígena, tibira. Mártir gay. Foi aqui. E a forma como ele foi morto foi assim tortura. Tibira. Na verdade, tibira não é o nome dele, é um termo Tupi que designa homossexuais*. (Carmem, 06-08-2022)

No livro "Descolonizando sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos" (2020), o antropólogo Estevão Rafael Fernandes faz um abrangente levantamento dos usos da palavra tibira para se referir à homossexualidade masculina através de diversos relatos de viajantes e missionários durante os séculos XVI e XVII[131]. No Maranhão, o adjetivo tornou-se a alcunha do indígena executado pelos franceses em 1613. O caso é relatado pelo frade capuchinho Ivo d'Évreux, em "Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614" (1874). D'Évreux fez parte da expedição comandada por Daniel de La Touche, vulgo La Ravardière, que invadiu São Luís em 1612, permanecendo no Maranhão até 1615, quando foi derrotado e expulso pelos portugueses na Batalha de Guaxenduba. No livro, célebre pelas descrições da fauna local, o frade conta algumas histórias vividas pela expedição, entre elas, o julgamento e execução de um indígena de mau comportamento. Ao estudar a inquisição maranhense no século XVII, o antropólogo Luiz Mott deteve-se no relato e, embora d'Évreux não tenha nomeado o indígena de tibira, encontrou indícios para afirmar que as acusações ao rapaz eram relativas ao comportamento sodomita[132].

131 De acordo com a mesma fonte, o termo usado para lésbicas é çacoaimbeguira. Mas nenhuma menção a isso apareceu durante as entrevistas que realizei.

132 A visão de Mott é corroborada pelo brasilianista alemão Franz Obermeier, que publicou uma análise crítica ao trabalho de d'Évreux em 2012, depois de ter acesso a partes censuradas da obra (Obermeier, 2014).

> O Maranhão conserva uma triste precedência na história da intolerância do Brasil: em São Luís, logo no primeiro ano após a chegada dos franceses, exatamente em 1613, foi condenado à morte o primeiro homossexual de que se tem notícia em nossa história. Trata-se de um índio Tupinambá, tibira, acusado de ser praticante contumaz do abominável pecado de sodomia. Para limpar a terra de tão execrando costume, o infeliz silvícola foi preso com o beneplácito dos Capuchinhos franceses e amarrado na boca de um canhão que, com o estourar do pelouro, espalhou seu corpo pela Baía de São Marcos. É o primeiro mártir gay registrado na história do Brasil. (Mott, 1995, p. 62)

Em 2016, o governo do Maranhão constrói uma lápide-monumento para o ameríndio nas proximidades do Palácio dos Leões, sede do poder executivo do estado e do local em que teria sido executado. A inauguração faz parte da Semana Estadual de Direitos Humanos e conta também com uma exposição de gravuras em homenagem ao Índio Tibira do Maranhão e um workshop ministrado pelo próprio Luiz Mott, intitulado “Tibira do Maranhão: 1º caso de homofobia na era cristã no estado” (Maranhão, 2016).



Figuras 39: Cartazes de divulgação da peça teatral Tibiras na versão online (2021) produzida pelo coletivo baiano Das Lilith. Fonte: Instagram @daslililths.ba.

Na segunda década do século XXI, a história ganha repercussão nacional e internacional e os principais veículos de comunicação exibem reportagens sobre o

primeiro mártir homossexual brasileiro[133]. Os canais de mídia voltados ao público LGBTQIA+ também noticiam o episódio colonial e Tibira do Maranhão torna-se um símbolo importante para o movimento em todo país[134]. Em 2023, as deputadas do PSOL Célia Xakriabá (MG) e Erika Hilton (SP) apresentaram um projeto de lei para incluir o nome do Índio Tibira do Maranhão no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria (Miller, 2023; PSOL na Câmara, 2023). Além de figurar nas listas de mártires e figuras históricas, diversas obras artísticas são realizadas tendo o caso como tema ou pano de fundo. Destaco a peça teatral Tibiras, do coletivo baiano Das Lilith, apresentada no Teatro Gamboa, em Salvador, em 2019. Em 2021, um produto digital do espetáculo foi lançado, com uso de recursos dramatúrgicos e tecnológicos apropriados para plataformas audiovisuais[135]. A ênfase nessas duas obras se dá por conta de se situarem no circuito alternativo de alta cultura, o que acaba por fornecer à história contada pelas Ciências Sociais o caráter mítico necessário para o processo de simbolização. Gravuras e pinturas do Índio Tibira do Maranhão são comuns nas redes sociais.

O Grupo Tibira, entretanto, não participou da consagração nacional do mito maranhense. Ou, pelo menos, não com esse nome. O grupo foi extinto em 2002, não sem antes integrar a Rede Nacional dos Movimentos LGBTs no país.

133 Agência Brasil (2023); Veiga (2020) - replicado em BBC, Universo Online e G1 -; Santos (2023).
134 Guia Gay de São Paulo (2016); Lado A (2014); Testoni (2019).
135 A íntegra da impactante obra está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m5b2TZjPgdo



Figura 40: Palestrantes em debate no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, em Curitiba, 1995. Acervo do grupo Ipê Rosa, conservada pelo Portal de Acervos Arquivísticos da Universidade Federal de Goiás[136].

Quando o grupo se formalizou - embora se descrevesse como um grupo de defesa dos direitos homossexuais - passou a congregar lésbicas, travestis e transexuais e, no mesmo ano, participou do VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, em Cajamar/SP (1993). O encontro dá forma à ideia de criar uma organização nacional LGBT+, o que se concretiza em 1995 - no VIII encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis em janeiro de 1995 na cidade de Curitiba-PR, com a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), da qual o Tibira é um dos movimentos fundadores (ABGLT, s/d). É interessante notar que, segundo Facchini (2003), em Cajamar havia 21 entidades envolvidas e em Curitiba o número tinha saltado para 84.

O ambiente de redemocratização é fundamental para organização da rede LGBT+ no país e, em São Luís. De acordo com Rego (2013), o movimento foi resultado de um grupo de debates idealizado por militantes do PT. Outros autores concordam que a militância do Tibira foi inspirada na militância do Partido dos Trabalhadores (Martins, 2016). O PT aparece no Brasil e na Ilha como um partido que busca escapar do enquadramento institucional vertical, mantendo uma conexão importante e com os

136 Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/palestrantes-em-debate-no-vii-encontro-brasileiro-de-gays-e-lesbicas

movimentos sociais organizados (Borges, 1998)[137] e, também, incentivando que se organizassem. De qualquer maneira, a associação não foi duradoura. Os militantes tibiras buscavam discussões mais específicas.

Martins (2016) explica a extinção do grupo pela “própria falta de experiência em organização de um movimento de tamanha complexidade” (p. 42). De acordo com Rego (2013), o fim do grupo deveu-se à falta de quórum, já que a adesão a movimentos sociais LGBT+s na época era tímida. A falta de experiência das primeiras associações LGBT+s aparece diversas vezes nas entrevistadas e parece estar consolidada nas lembranças dos ativistas como o principal problema da militância inicial.

6.3.2. Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais no Maranhão (ODCH)

Com o fim do Grupo Tibira, uma nova organização aparece para lutar pelos direitos LGBTs da população maranhense. A ODCH é fundada em 2002 com o apoio de órgãos oficiais de saúde para receber as políticas promovidas pelo governo federal, uma vez que havia verbas para projetos de combate ao HIV/AIDS e o estado estava sem mediação da sociedade civil (Araújo, 2014; Rego, 2013). É a primeira organização maranhense a se inserir na lógica discutida no início do capítulo.

O ODCH, então, inicia suas atividades no mesmo ano com uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde no projeto "Transando Sem Preconceito" (Martins, 2016). O projeto

> possibilitou uma intervenção direta com palestra, oficinas, e seminário sobre assuntos relacionado a saúde da população LGBT da região metropolitana de São Luís, tendo como produto final um relatório de pesquisa de identificação das áreas de convivência da população de HSH, Gays e Travestis em São Luís. Em seguida essas ações contribuíram para o início de novo processo de organização política LGBT no Estado. (Maranhão, 2011)

Martins (2016) acredita que as ações do grupo junto à secretaria foram fundamentais para o fortalecimento do movimento LGBT +no estado do Maranhão. Andrea se lembra de ter sido abordada por uma agente da Secretaria da Saúde, que

137 O PT é fundado em São Luís em 1980, mesmo ano da fundação nacional (Borges, 1998).

estava arregimentando as lideranças LGBT+s que estavam espalhadas pela Ilha desde a desarticulação do Grupo Tibira.

> *Um belo dia, já com meus... Foi criada em 2003, em 2002, encontro uma amiga minha de escola. "Ê, Andrea, que bom que te encontrei". Rua Grande, a famosa Rua Grande onde termina se encontrando todo mundo. "Eu queria marcar um momento pra gente conversar, eu tô com uma ideia de criar uma ONG pra trabalhar com homossexuais". Eu "ONG pra homossexuais?", ela "é". 2002. Aí eu disse, tá bom, bora lá marcar. Aí marcamos e criamos o grupo ODCH, foi o primeiro grupo organizado do Maranhão, de homossexuais.* [A agente], *estudou comigo e me convidou e chamou outros que ela tinha amizade. Ela já era bissexual assumida. Aí nós fomos as fundadoras do grupo. Foi grupo misto. ODCH.* (Andrea, 01/09/2023)

Apesar do apoio do poder público, ODCH encerra as suas atividades rapidamente. Várias explicações tentam dar conta da brevidade do movimento. Araújo (2014) afirma que os militantes, desde o início da nova entidade, sentiram-se incomodados com abordagem medicalizada e pelo interesse instrumental do governo em relação à homossexualidade. Rego (2013) atribui o fim do grupo "à falta de experiência e sustentabilidade dos membros" (p. 25). Outras lideranças se lembram de que houve um problema na execução de um projeto e que a dissolução não foi pacífica:

> *Aí ela vai e entra num projeto. Só que ela fez besteira mesmo. Não executou o projeto e foi de primeira leva rechaçada e nós tomamos conhecimento e ficamos com raiva porque se sentimos usados, porque nós estávamos de boa e ela pensando cunho financeiro e nós não tínhamos pensado nisso. Chegamos, marcamos uma reunião, foi aquela confusão. Fomos em cima, foi embaixo* (...) *Nós fomos fazer reunião, reunião, reunião do fim do ODCH, todo mundo revoltado com aquilo já que nós precisamos realmente da instituição. Aí pá. Vamos fazer o Gayvota. Aí criamos o Gayvota. Eu sou fundadora de todos os movimentos homossexuais do Maranhão. Sou fundadora. Foi feito aqui na nossa casa. Na minha mesa lá que a gente criou o grupo Gayvota.* (Andrea, 01/09/2022)

A busca por uma sigla que, enfim, contemplasse as demandas por reconhecimento começa a sua fase mais bem sucedida. Com o Gayvota, a população LGBT+ de São Luís torna-se um agente político eficiente e necessário para participar da elaboração e execução de políticas públicas, é referência para os governantes e segue ativo até os dias atuais.

6.3.3. Grupo Gayvota



Figura 41: Logo do Grupo Gayvota. Foto: Instagram oficial do grupo[138].

Em 2003, os remanescentes do ODCH fundam um novo grupo, a ONG Gayvota, com gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans e travestis. Os objetivos da ONG continuam em consonância com a Política Nacional DST-AIDS, mas o grupo pretende construir outros caminhos além do discurso voltado à saúde. De acordo com Santos (2018), citando o material institucional do grupo, o Gayvota tem como missão "a promoção e a defesa dos direitos humanos de homossexuais, bem como, a prevenção e assistência em DST/HIV/AIDS" (p. 43). Como no caso do LEMA, o Gayvota também vai adequando a linguagem à medida em que as ações vão acontecendo. Em documentos e material promocional (vide figura 4) é prevalente o uso da palavra homossexual ou gay. Nas ações públicas, entretanto, a diversidade de gênero está sempre presente. Na prática, o Gayvota herdou os projetos do ODCH e continuou recebendo as verbas das secretarias (Araújo, 2014).

Em 2006, o Centro de Referência Jane Randhall é inaugurado na cidade. O Centro atua junto à Secretaria de Justiça e Cidadania do Maranhão (SEJUC) – e se torna o principal veiculador do BSH na cidade de São Luís. De acordo com Gomes e Rodrigues (2006) o centro “é o primeiro do gênero na região Nordeste (...) além de

138 Disponível em: (https://www.instagram.com/grupogayvota/)

prestar atendimento especializado, através do fornecimento de orientação jurídica, psicológica e social" (n.p.).

Enquanto seguia com os projetos de prevenção à saúde, o Gayvota iniciou o que os líderes do movimento chamam de "fortalecer a identidade" LGBT (Santos, 2018). Assim, o grupo lidera a organização das Paradas Gays e de ações em diversas frentes. É também o início da fase das conferências nacionais, que marcam o momento de maior efervescência do movimento LGBT+ nacional.



Figura 42. Parada do Orgulho pela Diversidade Sexual de São Luís, início do século XXI. Fonte: Arquivo Estadão[139].

A 1ª Parada do Orgulho pela Diversidade Sexual, em São Luís, aconteceu no dia 11 de julho de 2004 tendo como lema "Dignidade sim, violência não" e atraiu cerca de 20 mil pessoas para a avenida Litorânea, onde foi realizada (ARAÚJO, 2011). A Parada contou com o apoio do governo federal e, localmente, o principal suporte veio da Diretoria de Assuntos Culturais, da UFMA. As ativistas lésbicas participaram ativamente da organização e se lembram do evento com muita alegria, um momento consagrador do movimento na Ilha.

139 Disponível. https://imirante.com/namira/sao-luis/2022/09/21/parada-do-orgulho-lgbt-de-sao-luis-volta-a-avenida-litoranea-neste-domingo-25

> [risos] *Ah, foi muito bom! Naquele tempo tinha incentivo, né? No governo federal. Então, assim, foi uma parada mesmo. Só tinha um trio e na orla e muita gente, muita palavra de ordem, então, para nós, militantes, que lembramos dessa Parada, pra nós, essa foi o momento ímpar, além, de ter sido a primeira Parada de fato foi uma parada que veio mostrar para que que existe as Paradas, né? Porque muitos militantes fazem das Paradas só a festa, né? E muitos nem são militantes, só são pessoas que organizam as Paradas, mas nós enquanto militante não, a gente sabe que aquele momento é para gente comemorar nossas vitórias e reivindicar nossos desafios, né? Porque a gente tem muito desafio ainda. O nosso estado é muito homofóbico, transfóbico e a gente cada dia quando a gente vai para o mercado de trabalho a gente mata um leão, uma leoa por dia.* (Rosely, 15/07/2021)

As lideranças lésbicas com quem conversei, sem exceção, mostram preocupação com os rumos da Parada. Temem que se torne demasiado festiva e que as lutas fiquem em segundo plano. Além disso, consideram que alguns excessos podem ser prejudiciais à imagem do movimento.

> *Discordo completamente de travesti colocar os seios de fora. Reivindicar política não há necessidade de humor. Porque aí eu tô infringindo uma lei. Não deixa de ser atentado ao pudor. Eu acho que as primeiras Paradas você viu famílias irem. Hoje não mais. Eu não teria coragem de levar minha mãe numa Parada.* (Andrea, 01/09/2022)

O que considera falta de politização do maior evento LGBT+ de São Luís afastou Andrea e o LEMA da organização da Parada. E ela cogitou não participar em 2022, o que acabou não acontecendo. Ela esteve presente, em destaque, com outras lideranças do movimento

> *Vejo equivocadamente as Paradas hoje. Porque a Parada, na verdade, eu sempre tive a leitura de que é um momento, é um marco de reivindicar mais e mais política e também de comemoração de vitórias. O momento da Parada, pra mim, eu me recordo muito bem, eu me lembro nitidamente, das primeiras Paradas, porque já faz um bom tempo que a gente não participa de Parada. Mas assim, eu me recordo muito bem, de olhar no olho da minha namorada e vencemos mais uma batalha e lágrimas sair dos nossos olhos com vidas que a gente salvou. Ainda a gente botar a mão no peito e cantar o Hino Nacional quando inicia a Parada, porque ali é um marco político nosso. E que virou uma algazarra. Eu tô voltando agora pra organização da Parada mas não sei se eu vou participar. Por causa disso. Desse pensamento. Será que mudou?* (Andrea, 01/09/2022)

Embora esteja integrada ao calendário oficial de eventos da Ilha, alguns episódios mostram hostilidade da sociedade ludovicense à celebração. Rego (2013) se

lembra de algumas disputas durante a divulgação do evento, que foi feita através de panfletagem e colagem de cartazes pela cidade. Na madrugada do dia da realização, os evangélicos cobriram os cartazes do movimento para impedir a propaganda da Parada e, durante o dia, marcaram presença entre os trios elétricos "panfletando e pedindo para aceitarem Jesus" (p. 26). Também aconteceu uma espécie de boicote velado dos meios de comunicação. Não houve cobertura ao vivo das rádios comerciais ou comunitárias dessa primeira edição e, de acordo com Costa Filho (2011), apenas a partir na VIII Parada, realizada em 2011, houve cobertura.

Há lésbicas que não militavam em nenhuma organização LGBT na época e se lembram das reações adversas à Parada. Mas ressaltam, com muito entusiasmo, o sucesso do evento:

> *Agora a Parada Gay, aqui, quebrou paradigma mesmo. As pessoas se chocavam. Iam para lá e aí dava um beijo em todo mundo. A rota Litorânea inteira, né? Aí depois foi mudando, o governo passado mudou para a Praia Grande. Mas o início eram os trios, um passando atrás do outro, cada trio com uma drag, com uma atração, com um cara musculoso. E bate estaca, bate estaca Tá Tá Tá tá. Nunca tinha visto isso e encheu. Era sucesso absoluto. Não tinha nem onde estacionar. porque a litorânea era interditada. parava a cidade.* (Carmem, 06/08/2022)

O incômodo de algumas militantes com a ideia de transgressão trazida pela Parada parece estranha dentro de um grupo de produziu Pedrita e Marlene. Parece inserir-se na lógica do reconhecimento (Fraser, 2002) e apontam para uma necessidade de levar à público suas experiências de vida. A relação com a Polícia Militar, por exemplo, se altera. Nas noites lésbicas, a polícia é um problema. Nas Paradas do Orgulho, os movimentos sociais se sentam com ela para discutir logística e agradecem publicamente à Secretaria de Segurança Pública. Talvez a sensação de acesso à cidadania justifique a empolgação.

O Grupo Gayvota é, hoje, a principal referência no estado, muito por causa da ideia de legado, anteriormente explicitada, de que os grupos se percebem como continuação uns dos outros. Assim, outros grupos foram sendo criados no Ilha Upaon-Açu tendo como inspiração o Gayvota. Em Paço do Lumiar, aparece o Passo Livre (2006). Em São José do Ribamar, o Solidário Lilás (2007). E na Raposa, o movimento

As Borboletas (2007) (Araújo, 2014). Além dos grupos inspirados, houve algumas dissidências. Lésbicas, travestis e transexuais resolvem criar seus próprios coletivos.

6.3.4. Associação Maranhense de Travestis e Transexuais

Em 2005, o grupo Gayvota enfrenta sua primeira dissidência. Sob a liderança da travesti Sabrina Drummond, é fundada a Associação de Travestis e Transexuais do Maranhão (ATRAMA) e, em 2006, as lésbicas formam o Grupo Lésbico do Estado do Maranhão (LEMA). De acordo com Rosely, os dois grupos trabalharam juntos nessa emancipação:

> *A gente, conseguiu fundar um outro grupo chamado Grupo Gayvota que hoje ele tem uma grande trajetória. Este segurou, né? Porém, lá dentro do grupo a gente sentiu uma grande necessidade de criar um grupo específico para as mulheres lésbicas e bissexuais porque o machismo ele não é só para mulher heterossexual, né? O machismo é para todo mundo, não tem orientação sexual. Então, a gente percebeu que os meninos queriam falar por nós. Pelas lésbicas, pelas mulheres bi, pelas mulheres trans e aí a gente não aceitou, né? Porque nós temos nossa voz; inclusive a nossa voz é a voz daquelas mulheres que não conseguem ter voz, então, nós falamos por elas. Então, a gente não vai admitir os homens falar por nós mesmo que esse homem seja gay porque ele é homem gay ele não é mulher, né? Ele até brinca que é mulher não sei e tal e tal. Mas ele é homem! A prática é machista do mesmo jeito e aí nós criamos o grupo LEMA, grupo de lésbicas, mulheres lésbicas e bissexuais do estado do Maranhão, também ajudamos as travestis a criar ATRAMA, que era o grupo de mulheres trans e travesti do estado, né?* (Rosely, 15-07-2021)



Figura 43. Logo da AMATRA. Fonte: Página oficial da AMATRA[140].

140 Disponível em: https://ongamatra.wordpress.com/

O grupo ATRAMA não existe mais. Ele se desarticulou em 2009, quando Sabrina Drummond foi violentamente assassinada na Avenida Guajajaras, no bairro São Cristóvão, precisamente no dia 13 de dezembro. A morte da ativista marcou profundamente os movimentos ludovicenses e ela se tornou um símbolo potente e querido dentro da comunidade. As histórias mais violentas em relação às mulheres LGBT+s, em São Luís, estão concentradas entre as transexuais e travestis. Infelizmente, o Maranhão não se destaca do resto do país quando o assunto é transfobia[141].



Figura 44.
Ativistas do grupo LEMA e Gayvota no velório de Sabrina Dummond. Jornal Pequeno. 14/12/2009[142].

De acordo com companheiras de militância, Sabrina foi brutalmente atacada enquanto distribuía preservativos para as prostitutas cis e trans da região.

> *Agora já tem outros porque a fundadora da ATRAMA foi a Sabrina Drummond, que foi assassinada em uma atividade que que a gente estava, em um projeto que a gente entregava o preservativo na noite, né? Aqui a gente chama de pistão, é onde as mulheres hétero e travestis trabalham como profissionais do*

141 O estado está em 15º entre aqueles que mais assassinam pessoas trans, de acordo com dados da ANTRA publicados em 2022 (ver BENEVIDES, 2023).
142 Disponível em: https://horanews34.wordpress.com/2009/12/14/travesti-e-morto-a-golpes-de-faca-na-avenida-guajajaras/

> *sexo... e a Sabrina foi assassinada lá e tanto que a gente era muito ligada assim às mulheres trans da época que quem foi reconhecer o corpo fomos nós, as mulheres lésbicas, que a Sabrina não tinha família, né? Fomos nós e um gay... nós fomos reconhecer... e daí como a gente continuou, né?* (Rosely, 15/07/2021)

Após a trágica perda, as ativistas trans e travestis transformaram, em 2014, a ATRAMA em AMATRA (Associação Maranhense de Travestis Transexuais), que continua em atividade no estado.

6.3.5. O Fórum Estadual LGBT

Com a separação dos movimentos, foi necessária a criação de um Fórum LGBT[143] (2007) na capital. O Fórum aparece com o intuito de ser a representação do movimento junto a instâncias públicas, congregando Gayvota, LEMA, ATRAMA e outros grupos do interior. O Fórum também organiza as discussões locais e prepara as pautas para as conferências nacionais que contam com a participação das ONGs maranhenses.

A inserção na cena LGBT nacional acompanha a trajetória dos movimentos e sempre foi primordial para os militantes da Ilha. O Gayvota é membro da ABGLT[144] e participou ativamente do núcleo de capacitação do Projeto SOMOS/Região Nordeste II (Ceará, Piauí e Maranhão)[145]. O SOMOS tem importância fundamental na organização da militância gay no estado (Araújo, 2014). A interiorização do movimento no estado também teve como agente fundamental o Projeto SOMOS (Freitas, 2018). Embora a história do movimento LGBT maranhense seja longa e produtiva, os registros são bastante precários, como assinala Santos (2018), no início de sua tese:

---

143 O Conselho Estadual de Direitos LGBT+ do Maranhão só começa a funcionar em 2016.

144 Assim como Tibira, ODCH, LEMA, AMATRA etc.

145 O Projeto Somos tem início em 1999 com apoio do Plano Nacional DST/AIDS com intuito de fortalecer as organizações da sociedade civil que atuam no campo da cidadania LGBT+ através de Centros de Capacitação nas cinco regiões do país (Brasil, 2005).O Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), de Fortaleza, era o responsável por executar o SOMOS nas regiões Norte e Nordeste. O Grupo Gayvota e o ODCH participaram do II Treinamento de Lideranças de Grupos Homossexuais, em 2003, em Fortaleza. Depois, o Grupo Gayvota se torna um centro de treinamento regional. Apesar de homônimo, não tem relação com o Grupo Somos, já citado, primeira organização LGBT+ brasileira.

> Desde já, parece relevante esclarecer que é, para nós, um dado relevante da pesquisa o fato de o Gayvota não apresentar as características de um movimento de alta estruturação, apesar de sua inegável repercussão e centralidade no âmbito do movimento LGBT no estado do Maranhão. Não possui, por exemplo, uma página de referência na internet, como um site institucional ou uma página em redes sociais. Tampouco conta com uma sede física que corresponda a uma estrutura de escritório ou headquarters. As informações possíveis de serem coletadas online advêm de fontes indiretas, como o verbete do movimento na enciclopédia eletrônica "Wikipédia", notícias em sites de veículos de comunicação, posts de indivíduos em redes sociais e, é claro, do relato dos ativistas entrevistados que participaram da pesquisa. Essa peculiaridade do Grupo Gayvota é interessante porque, por um lado, é paradoxal que um movimento tão pouco estruturado tenha conseguido forjar um espaço tão grande enquanto ator político no estado do Maranhão e ainda sugere que a forma de atuação política escolhida é particularmente poderosa a ponto de, por si só, gerar um impacto maior do que se esperaria. Por outro lado, revela ainda mais a centralidade da cobertura dos meios de comunicação para a construção de uma estratégia de visibilidade para os movimentos e para as lutas que encampa. (Santos, 2018, p. 43)

As mesmas observações são válidas para o grupo LEMA, que estudo a seguir. As informações muitas vezes são, inclusive contraditórias. Por exemplo, o nome do grupo aparece como Grupo Lésbicas do Maranhão, Grupo Lésbico do Estado do Maranhão e outras variações. Optei por Grupo Lésbico do Estado do Maranhão porque é como Leda Rego, fundadora do grupo, se refere a ele na monografia "Discriminação lesbofóbica em São Luís: os desafios e atuação do Grupo Lésbico do Estado do Maranhão na conquista por direitos", defendida em 2013 e que trata da organização e atuação do movimento. A memória dos movimentos carece de uma atenção especial dos pesquisadores da área. Uma iniciativa interessante é o Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, mas que ainda não constituiu um acervo local forte.

6.4. Grupo Lésbico do Estado do Maranhão (LEMA)/2006



Figura 45. Logotipo do LEMA. Fonte: militante do grupo.

Quando as militantes de São Luís desmembraram a setorial de lésbicas do grupo Gayvota e fundaram o LEMA a justificativa principal era a necessidade de lutar por demandas específicas. Há, também, alguns depoimentos que envolvem discordâncias quanto aos usos pouco convencionais dos espaços de militância. Naquele momento, ser uma liderança LGBT trazia prestígio aos ativistas e a sede da ONG, às vezes, convertia-se em espaço de "pegação". Além dessas duas queixas, uma outra me chamou mais a atenção e é contada por Leda Rego, fundadora do LEMA, na monografia á pouco citada (2013).

O caso envolve um episódio no Conselho Estadual da Mulher (CEM). O Grupo Gayvota foi convidado para participar do CEM e quando as representantes da setorial lésbica se apresentaram foram recusadas, com o argumento de que lésbicas não deveriam participar de movimentos de mulheres. As militantes, então, discutiram o ocorrido e decidiram criar um grupo específico para lidar com a homossexualidade feminina. A cena obrigou as militantes, que tiveram a mulheridade delas questionada, a pensar e agir sobre algo que não tinha sido apresentado como problema ou pauta a ser debatida ou questionada. A recriação de uma identidade de lésbica e mulher mediada pelo Conselho coloca o LEMA como uma espécie multifórmica dentro do jogo político, já que a estruturação organizacional do grupo depende de entendimentos que vão sendo criados e apreendidos durante a ação. O próprio registro do movimento é tensionado nas entrevistas. Como já mencionado, o nome oficial é Grupo Lésbico do Estado do Maranhão. Nenhuma das entrevistadas traduziu a sigla dessa maneira mostrando que tornar-se lésbica e militante ainda está em construção. A variação mais comum é introduzir as bissexuais na abreviação.

O veto para participar das reuniões do CEM também evoca outro aspecto clássico da luta lésbica dentro dos movimentos feminista e LGBT+ e é apresentada como uma das questões "específicas" pelas militantes: a invisibilidade lésbica. De acordo com Almeida e Heilborn (2008), o isolamento é parte do mito de origem das

lésbicas. A ideia de uma Ilha de Lesbos, na qual a solitária Safo constrói uma sociedade que exalta o amor romântico e o equilíbrio entre os indivíduos, que precisam se afastar para ter a experiência da lesbianidade proporciona muitas "verdades constitutivas" a respeito das lésbicas como grupo. A primeira delas diz respeito ao óbvio isolamento e à busca por sair metaforicamente da Ilha, seja na composição com o movimento feminista, onde estão as "outras" mulheres, seja no movimento LGBT+, onde estão as outras relações homoeróticas. A denúncia da "invisibilidade lésbica" talvez seja a mais constante na história do movimento. Depois, pela ideia de viver em grupo e construir a própria identidade através dele, as autoras lembram que "uma Safo heróica precisou de outras mulheres para ser definida como lésbica" (Almeida e Heilborn, 2008).

Se a visibilidade e o protagonismo eram importantes para as militantes lésbicas, eles logo foram conquistados. A falta de familiaridade com as formas institucionais de participação política e o apelo à tutela do Estado no início da organização do movimento logo cessa e o LEMA consegue liderar os Conselhos – nas esferas municipais, estaduais e nacional. As militantes passaram a fazer um bom uso dessas engrenagens e o desempenho delas nessa esfera extrapolou o meramente instrumental. A atuação começa a construir identidades e criar novas formas de estar no mundo. O mundo lésbico ludovicense não apenar torna-se politicamente ativista, mas o próprio “ser lésbica” se amplia na relação com grupos de outros estados e de outras militâncias, uma vez que as mulheres começam a usar categorias interconectivas para narrar a si e a classificar as lutas. As interconexões são, principalmente, com outros grupos LGBT+s espalhados pelo país e com os diferentes órgãos que mobilizam o que se convencionou a chamar de luta por Direitos Humanos – seja através de secretarias e conselhos específicos, seja através de categorias operacionalizadas nessa direção, como saúde, segurança pública e até “mulher”. No Maranhão, o LEMA é convocado pelas mais diferentes associações públicas. E a “especificidade” lésbica transita por diferentes espaços e Secretarias. Talvez essas novas associações sejam a transgressão política e não o movimento, necessariamente.

A construção dos valores do grupo também reflete o *ethos* de diversidade das militantes. No documento de fundação, o grupo cita "sexismo, racismo, lesbofobia, adultocentrismo e classismo" (LEMA em Rego, 2013) como focos de enfrentamento e

luta. A preocupação com a formação de militantes também está presente, bem como, o protagonismo de mulheres na luta. Há também atenção com a socialização entre lésbicas e apoio às outras organizações.



Figura 46. Ação do grupo Passo Livre, 01/10/2007. Fonte: Blog Diversa

Ainda em 2006, o grupo começa a realizar e seminários e encontros regionais. Estas articulações deram frutos interessantes e outros movimentos lésbicos apareceram no estado, tendo sempre o LEMA como referência. Há grupos tributários do LEMA em cidades como Paço do Lumiar, Caxias e Bacabal. O LEMA também criou pontes com outros movimentos sociais da cidade de São Luís, superando a rixa inicial com o CEM, por exemplo, e chegando a presidir o conselho por algumas vezes.

> *O LEMA é como fosse um consultor. Com a questão da experiência delas, a gente ia conversar com elas, eu estou falando da realidade de Paço do Lumiar. O LEMA, em São Luís, onde qualquer coisa... elas vão direcionar, vão lá fazer o encontro, explicar mais. O LEMA em São Luís era praticamente o estado do Maranhão, certo? Então, elas fizeram, elas nos provocaram a nos organizar no município.* (Fantine, 04/05/2022)

> *Porque hoje o grupo LEMA, na verdade, ele é o único grupo lésbico do estado. O resto são núcleos nos municípios. A gente tem quase 9 grupos nos interiores, polo em torno de 6 a 9. Outra coisa, com essas histórias que aconteceu, a*

> *gente se desestimulou muito, que nem eu te falei, por conta de burocracia, por conta disso, a gente se desestimulou muito. Porém...* (Andrea, 01/09/2022)

A autoridade conferida às militantes (“o LEMA em São Luís era praticamente o estado do Maranhão”) aponta para a precariedade, não apenas dos serviços prestados à cidade, mas também da circulação de informações oficiais entre a população. O LEMA era o agente que conhecia as leis e tinha propostas de mobilizá-las para a garantia de direitos.

6.4.1. As conexões do LEMA com outros movimentos maranhenses

A atuação intersetorial é uma marca do grupo LEMA. Os conselhos e fóruns funcionam incentivados e provocados pelas Secretarias e são importantes para a consolidação desses movimentos sociais no estado. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), a Secretaria de Estado da Mulher (SEMU), a Secretaria de Estado da Saúde (SES), entre outras, tem atuado junto com os movimentos sociais no enfrentamento de problemas e incentivam a organização das diferentes ONGs em fóruns e conselhos representativos. Assim, o LEMA tinha representantes em diversos conselhos nas duas primeiras décadas dos anos 2000 (Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís, Conselho Estadual de Direitos Humanos do Maranhão, Conselho Estadual de Assistência Social, Conselho Estadual da Mulher) e colaborou para criar um aparato de fóruns para dialogar com o poder público. Nos fóruns, o grupo se associava a outros movimentos sociais.

As conexões com outros movimentos estiveram presentes em várias ações do grupo. É o caso do apoio aos movimentos por moradia. Segundo as militantes, a população LGBT sofre com habitação precária e as ocupações na periferia da Ilha são violentamente reprimidas pela polícia. A casa é uma preocupação das entrevistadas e ser “posto pra fora” pela família é um exemplo corriqueiro da opressão sofrida pela população LGBT.

> *Tu sabe que há muita vulnerabilidade, né? Até na questão da gente, muitos que foram expulsos de casa, sozinhos, os problemas, depressão... sobreviver!* (Fantine, 04-05-2022)

Sampaio (2008) observa que um grande número de travestis vivendo em São Luís vieram do interior do estado, algumas em busca de mais liberdade e outras porque foram expulsas pela família. Uma ação em Paço do Lumiar é contada com satisfação e risadas por uma ativista. Um grupo de mulheres vivia em uma ocupação, no município, que foi invadida pela polícia. Os policiais, ao perceberem a presença notável de lésbicas e mulheres trans, recuaram, pensando que as ativistas estivessem ali.

> *A polícia chegou e disse que se nós estivéssemos elas não iam apanhar. Porque nós éramos as lésbicas sabidas. E nós lá, embaixo de lama, aquele plástico preto, calorzão da porra, nas casas das meninas. Bem aí a gente começa a migrar no movimento de moradia popular. A gente começou a migrar para várias políticas e vários comprometimentos* (Andrea, 01/09/2022).

Rosely havia se lembrado desta história a poucos dias e credita a este momento a própria formação dos grupos LGBT+s no município.

> *Anteontem, na Secretaria... porque eu tô na Secretaria de Direitos Humanos, né? Aí, estava tendo uma atividade em alguns terrenos, coordenada por mulheres aí, anteontem, eu fui junto lá na ação e era na casa de uma Mãe de Santo que a esposa dela me conhece desse tempo, né? Quando eu cheguei lá ela "meu Deus quanto tempo não sei que", ela olha para o secretário e diz "Secretário, o senhor sabia que quem trouxe o movimento LGBT" - que naquele tempo ele era LGBT mesmo - "para Paço do Lumiar?". Ele disse "Quem?" ela disse "Rosely!"... Tanto que todo mundo ficou assim "meu Deus esse movimento tá aqui? não, isso não existe", quando chegamos lá. ela Fomos para o meio de uma invasão que... ocupação, né? Que chamam é? E fomos pro meio de uma invasão junto com Andrea e levou um monte de camisinha feminina, uns lencinhos e foi ensinar como é que a gente ia... e de lá a gente foi criar o os grupos* (Rosely, 15-07-2021).

As relações com o movimento feminista são pouco mencionadas e acontecem através do CEM e da Secretaria de Estado da Mulher (SEMU). É comum que as ativistas lésbicas estejam ligadas a essa secretaria de alguma forma e há disputa interna para ocupá-la[146]. Nenhuma entrevistada se refere a algum movimento feminista pelo nome, apenas as “feministas do conselho”. Uma ex-participante do Mulheres da

146 Os cargos são preenchidos por indicação política e os arranjos parecem ser decididos durante a campanha eleitoral. E, conforme o desfecho, ativistas de um grupo ou de outro são indicadas. A associação não é partidária. Algumas militantes do LEMA chegaram a mudar de partido por quatro vezes.

Ilha se recorda de uma relação levemente hostil com a militante do LEMA no Conselho, já nos anos 2000

> *Ela tinha problema com as feministas. Até hoje ela tem. Ela tem uma visão muito distorcida do feminismo. Eu mesma já tive muita discussão com ela. Hoje não tenho mais. Hoje a gente já consegue se entender melhor. Mas como a gente era para eles todos, para a sociedade... a gente era feministas radicais. Foi quando ela começa a se articular nesse grupo, esqueci até o nome do grupo dela. A gente tentou... A gente tentou fazer aproximações com ela. Mas ela nos cortava direto* (Gloria, 08-08-2022).

E Gloria também se recorda que o LEMA nunca quis integrar o Fórum Maranhense de Mulheres

> *Assim, essa relação do LEMA dentro das Mulheres da Ilha, dentro do Fórum ela nunca foi muito... a gente nunca cerceou mas a gente nunca conseguiu trazê-las. A gente conseguiu trazer as prostitutas mas assim com as lésbicas sempre foi mais complicado.* (Gloria, 08-08-2022)

Já os vínculos com o movimento negro são mediados pelas religiões de matriz africana, de várias vertentes. Três entrevistadas são adeptas de alguma dessas religiões, sendo que duas são mães de santo. A questão da raça como componente da identidade das mulheres lésbicas não apareceu nas entrevistas sem a referência aos terreiros. Em uma ocasião, fui convidada para uma festa em um terreiro de candomblé no Centro Histórico de São Luís, após a entrevista. Descobri que minha interlocutora era mãe de santo quando cheguei ao local. Ela não havia mencionado isso durante a nossa conversa. Outras vezes, as conexões entre ser LGBT e frequentar terreiros é explicada pela tolerância do ambiente:

> *Quando eu iniciei no Santo, falei pro meu pai de Santo. Ele disse que não tinha problema nenhum, entendeu? Que isso não existia dentro da nossa religião porque eu cheguei junto com ela, né? Nós duas, ela é a mãe Santo e eu sou a mãe pequena da casa, entendeu? E a gente trabalha né? a nossa vida totalmente voltada para a espiritualidade dentro da umbanda. Inclusive, quanto tem evento LGBT, povo de terreiro, sempre eles me chamam. A gente está inserido, a gente faz algumas ações, entendeu?* (Fantine, 04-05-2022)

Além do encontro com a racialidade, Andrea acredita que há uma questão geracional. E as mulheres lésbicas mais velhas seriam mais adeptas dos terreiros e teriam uma dificuldade maior de viver a lesbianidade.

> *Aí vem o cruzamento com a questão religiosa. As mulheres de terreiro, por exemplo, temos muitas mulheres lésbicas nos terreiros. São do movimento negro, são mulheres lésbicas e aí vem uma questão também. Elas são de uma geração que elas não chegam a dizer ser lésbica. Elas começaram agora a dizer. É a única religião que realmente ainda aceita. Agora, outra religião não aceita. As uniões homoafetivas a grande maioria é com mãe de santo, com pai de santo.* (Andrea, 01/09/2022)

A prática de religiões afro-brasileiras também é muito comum entre as travestis que moram em São Luís, notadamente os terreiros de mina (Sampaio, 2008). Em geral, eles são vistos como acolhedoras para a população LGBT+. Além de viverem a religiosidade, a atuação nos terreiros é apontada como fundamental para alcançar as pessoas e pensar as políticas públicas para os mais pobres. Uma ativista de Bacabal, conta que a atuação do Grupo Flor de Bacaba tem se concentrado nos quilombos da região. Também se mostrou impaciente com o movimento LGBT ludovicense, segundo ela, focado nas questões da identidade:

> *Aí nós vamos lá no quilombo, qual a necessidade do quilombo de São Sebastião dos Pretos? É levar informação, é levar pra trabalho praqueles pretos que estão lá. Praquela galera jovem que sai de noite pra cidade pra roubar, porque não tem uma condição de sobreviver. Então, vamos fazer um projeto de cooperativa dentro desses quilombos. Aí a gente vai lá no secretário de Emprego e Renda, no secretário de Administração, a gente vai lá na Secretaria de Desenvolvimento. Conversar com esse pessoal, qual o projeto que nós podemos desenvolver dentro daquele quilombo. Qual o projeto que a gente pode desenvolver dentro daquele terreiro. Porque o terreiro, ele tem o Pai de Santo, a Mãe de Santo, mas tem centenas de filhos de santo que passam dificuldade. Por isso a gente vai aonde ele está. A gente não trabalha só com esse grupinho de gay e de travesti. A gente chega lá e olha pra cara do Pai de Santo e sabe que ele é gay e transa com os filhos de santo. A gente vai conversar com ele e saber o que precisa lá no terreiro. E aí a gente faz isso. A gente consegue emprego pra quilombolas, a gente consegue projeto pra desenvolver a agricultura, semente pra plantar; os insumos a gente vai lá. E fala pro secretário. Tá difícil aqui? Fala pro secretário mandar o caminhão para o quilombo tal.* (Emilinha, 18/08/2022)



Figura 47. Bandeira do grupo Flor de Bacaba, fundado em 2006, atuante na cidade de Bacabal. Foto da autora.

A chave da precariedade é bastante acionada quando a conversa é sobre outras militâncias que atravessam a lesbianidade. A intersecção entre as sexualidades divergentes e a pobreza aparece com frequência entre as preocupações das militantes, que são muito empáticas com toda a população LGBT+.

6.4.2. A atuação regional e nacional do LEMA

As participantes do LEMA também se recordam da atuação interestadual da agremiação. Elas foram atuantes dentro da ABGLT e compuseram a diretoria do órgão na região Nordeste por diversos momentos dos anos de 2000. Também faz parte, ainda, da Articulação Brasileira de Lésbica (ABL). O entusiasmo da primeira década dos anos 2000 com a cena LGBT+ nacional e as reuniões de conselhos e marchas levou as militantes com certa frequência a Brasília. O LEMA estava na I Conferência Nacional GLBT, realizada em junho de 2008 na capital federal, quando foi decidido alterar as ordens das letras da sigla, com as lésbicas ocupando a primeira posição (o que é visto como uma conquista do movimento para aumentar a visibilidade).

> O Grupo LEMA no ano de 2008 participou da I Conferência Nacional LGBT e a partir do ano de 2009 a 2012 participaram do Seminário Nacional LGBT no Congresso Nacional e em 2011 participou da II Conferência Nacional LGBT,

> fazendo parte da comissão organizadora, e também da I e II Conferência LGBT do Estado do Maranhão. (Rego, 2013, p. 38)



Figura 48. Seminário Nordestino de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas, em São Luís, 2008. Foto: Diverso, Notícias LGBT do Maranhão, 28/10/2008[147].

As idas à Brasília ocupam um lugar especial na memória das militantes. Elas se lembram disso com saudade. As articulações internas e externas, a preparação de documentos, tudo era novo para as mulheres que, ao contrário de outros grupos organizados no período, não tinham qualquer experiência com organizações de esquerda. Era a primeira militância delas

> *Viagens, é... eu lembro que Brasília teve um movimento muito forte, reunimos algumas pessoas, viajamos... Mas isso numa organização jurídica porque tu sabe, quando a gente não se organiza juridicamente a gente não consegue nada, né?* (Fantine, 04-05-2022)

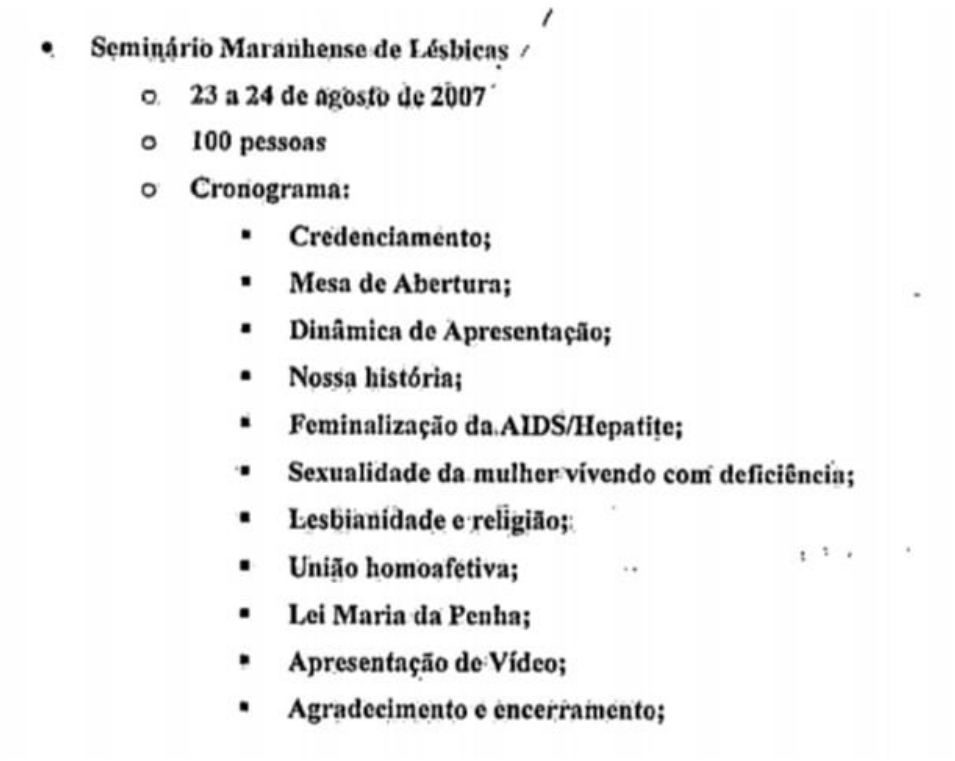
> *Brasília, todo mundo vai pra Brasília, questões políticas. Querendo ou não é uma cidade política. É onde está a gestão do país, né? Então, o que acontece, muita gente vai ter que estar indo pra lá e não vai ter condição de tá num hotel daquele lá. Mercury Action e tal, eu conheci todos, não vou mentir. Porque na época o governo pagava as nossas diárias.* (Andrea, 01-09-2022)

147 Disponível em: http://diverso-ma.blogspot.com/2008/10/seminrio-nordestino-de-mulheres-lsbicas.html

Ainda que as boas lembranças prevaleçam, Andrea se lembra de que as exigências do movimento a colocaram em dificuldades financeiras:

> *Aí fiquei na merda. Militando, militando, militando, militando. Passei um mês praticamente em conferência lá em Brasília. Praticamente um mês. Saí da Conferência da Mulher, Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência, da Saúde... Foi uma conferência atrás da outra. Quando cheguei, resultado. Comecei perdendo, perdendo. Aí zerou. Cara, eu não tinha vida mais.* (Andrea, 01-09-2022)

Os encontros nacionais demandavam uma eficiente organização local, como já apontado, e, além do estabelecimento de conselhos, o movimento se dedicou a planejar fóruns regionais. Em agosto de 2006, o LEMA realiza o I Seminário Maranhense de Lésbicas e Bissexuais (SEMALE). Em 2007, Seminário Cultural dos Direitos LGBT de São Luís e, em 2008, o I Seminário Nordestino de Mulheres Lésbicas e Bissexuais.



- **Seminário Maranhense de Lésbicas**
  - **23 a 24 de agosto de 2007**
  - **100 pessoas**
  - **Cronograma:**
    - **Credenciamento;**
    - **Mesa de Abertura;**
    - **Dinâmica de Apresentação;**
    - **Nossa história;**
    - **Feminalização da AIDS/Hepatite;**
    - **Sexualidade da mulher vivendo com deficiência;**
    - **Lesbianidade e religião;**
    - **União homoafetiva;**
    - **Lei Maria da Penha;**
    - **Apresentação de Vídeo;**
    - **Agradecimento e encerramento;**

Figura 49. Programação do I SEMALE, realizado pelo LEMA, através da Secretaria de Estado da Saúde, com apoio da Fundação Sousândrade. (Ver documento completo em Anexo 2)

Os SEMALES tornaram-se eventos concorridos entre a militância e contou com sete edições ao longo dos anos, e foram realizados em várias cidades do estado. Sendo a última em 2015, na cidade de Caxias, no interior maranhense. A adesão das mulheres lésbicas era bastante expressiva e traz nostalgia para as organizadoras.

> *A gente conseguia, a gente tinha muitos militantes... tanto que o grupo LEMA só de ativista atuante a gente tinha mais de 20 pessoas para atuar, para na linha de frente mesmo. A gente fazia os nossos seminários e a gente alcançava o público de 100 pessoas num seminário e não era 100 pessoas heterossexual como a gente consegue hoje, que vai todo mundo da Secretaria porque estão recebendo seu dinheiro e bom, né?* (Rosely, 15/07/2021)

> *A gente fazia nossos encontros de ativismo, nossos seminários na sexta, sábado e domingo, sempre fazia de dois dias ou sexta e sábado ou sábado e domingo, às vezes a gente fazia até sexta, sábado e domingo e público ficava lá. Como a gente tinha incentivo do governo federal, aí a gente fazia aqueles miniprojetos aí eles lhes davam o hotel, né? Pra gente ficar... ou então a gente levava ônibus também, tinha as empresas de ônibus que a gente buscava o apoio, a gente conseguia... Então, ser militante, naquele tempo, era mais fácil do que hoje, apesar de hoje ter mais conhecimento, ter a mídia aí a nosso favor, né? E contra também..., mas a gente vê que hoje muita gente não quer saber disso não.* (Rosely, 15/07/2021)



Figura 50. VI SEMALE realizado em Paço do Lumiar, set/2014. Fonte: Blog O Estado[148].

148 Disponível:*https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2014/09/01/politicas-para-as-mulheres-foram-discut ida-no-6o-semale/*

A questão da cooptação aparece novamente na fala de Rosely. É importante lembrar que as entrevistas foram realizadas durante o governo Bolsonaro (2019-2022), que reduziu ou cancelou verbas para ações de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia; extinguiu órgãos de atuação específica vinculados ao poder executivo e se recusou a realizar a 4ª Conferência Nacional, que deveria ter sido realizada em 2019 (PEREIRA, 2022).

6.4.3. Balanço da atuação do LEMA

As ativistas do LEMA citam a Lei nº 8.444/2006[149] (Alberto Franco) como a principal conquista institucional da luta LGBT+ no início do século no Maranhão. A Lei estabelece punições para quem praticar discriminação em função da orientação sexual. As penalidades são multas, em caso de pessoas físicas, e suspensão e cassação da licença, no caso de estabelecimentos comerciais. De acordo com Rego (2013), a lei é resultado do trabalho do LEMA em parceria com o Gayvota, os dois grupos atuaram juntos através do Fórum LGBT, que congrega ainda nos tempos atuais, os diversos movimentos para tomar decisões de interesse comum.

Algumas conquistas mencionadas são relativas à transformação de mentalidades. As ativistas tendem a considerar que tornaram o mundo um lugar melhor para a população LGBT+ e o movimento um agente político mais relevante.

> *Aí com muita luta a gente conseguiu politicamente o ser vistos de uma forma melhor pelo poder público e também com a sociedade até na questão religiosa também que a gente conseguiu organizar avanço. E também que as famílias tivessem também outro olhar para um filho gay e a filha lésbica, trans, travesti naquela época. A gente conseguiu alguns avanços.* (Fantine, 04-05-2022)

O LEMA continua existindo oficialmente, mas as atuações das militantes estão atomizadas e não há registros de ações realizadas coletivamente nos últimos anos. Ainda assim, as ativistas participam dos conselhos, dos fóruns e da organização da Parada em São Luís. Os motivos para a desarticulação apontam para várias direções. As pioneiras reclamam das mais jovens que, segundo elas, não estão interessadas em militância. As rixas entre grupos, pela alocação de recursos também apontada.

149 Disponível em http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_8444

> *Hoje, na militância mesmo, LGBTQIA+ a gente está encontrando muita dificuldade na juventude querer vir. Tanto que a gente continua, eu continuo no Fórum LGBTQIA+ daqui do estado, né? E os militantes que estão lá puxando são os mesmos daquele tempo... Temos um jovem (cita o nome) mas esses outros que eu falei aí é tudo da nossa época. E fica tipo assim... hoje entra alguém novo, né? Para fazer a militância. Quando é amanhã já sai não tem paciência. Porque não é fácil...* (Rosely, 15/07/2021)

> *O dia da Visibilidade Lésbica foi comemorado na Câmara, como audiência pública. Ninguém quer ir pra esses eventos mais. Ninguém mais quer aquele tempo de ficar sentado numa cadeira, estar ouvindo e tal. Como é que a gente pode pontuar política se a gente não leva o povo pra cobrar?* (Andrea, 01/09/2023)

> *Nesse período começou as concorrências, né? As políticas internas dentro do grupo, infelizmente. Então, dentro dos grupos começou a ter esse problema, né? De um contra o outro, meu grupo é melhor e isso, de certa forma, enfraqueceu o movimento.* (Fantine, 04-05-2022)

> *Não me interessa aparecer aqui dentro de São Luís como de movimento. Me interessa lá na base. Fazer trabalho com a minha base. Pelo menos se eu não consigo fazer uma reunião com elas, mostrar pra elas o que que é o movimento e o que que é ser quem você é. Mas eu tento. Eu tento. E a semente, ela vai, ela fica um pinguinho aqui, um pinguinho ali, um pinguinho acolá. Eu entendo a situação delas quando a gente chama pruma reunião e elas não vão, elas não querem aparecer, elas têm os motivos delas. O preconceito tá aí. A família tá aí. A escola. A religião. O emprego. Principalmente. Porque a maioria das lésbicas elas lutam pela sua sobrevivência. Elas lutam.* (Emilinha, 18/08/2022)

Apesar da teoria feminista contemporânea pensar as formas de viver que desafiam os padrões de gênero como atos políticos, às vezes, inclusive, mais potentes do que as incursões dos agentes LGBT+s na esfera institucional e nos movimentos sociais, pode acontecer dos próprios sujeitos envolvidos nessas práticas subversivas não perceberem as dimensões coletivas delas e as possíveis fissuras que viver de outra forma causa da ordem social. Perceber a existência lésbica como ato político, penso, deixaria as militantes mais orgulhosas. A presença delas nos aparatos de participação é significativa e em tudo se parece com uma conquista do movimento. E de fato é. Mas estender as definições da lesbianidade e da própria ideia de mulheridade me parece ainda mais transformador.

Quando as militantes do LEMA levam à uma ocupação de terreno a questão da orientação sexual e da identidade de gênero, elas estão promovendo expansões na

subjetividade política das mulheres envolvidas e criando mais possibilidades potentes de existir. Quando o Grupo Flor de Bacaba resolve direcionar a atuação para comunidades quilombolas, se insere nelas através da forte presença LGBT+ nos terreiros e percebe que as ações mais fundamentais no local são relativas à criação de emprego e renda, ele está propondo um laboratório de subjetivações (Preciado, 2017) mais impetuoso do que a própria noção de interseccionalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sociólogo René Lourau (1969, 1988, 1996) parte de uma alegoria feita pelo antropólogo alemão Wilhelm Emil Mühlmann para explicar a institucionalização dos movimentos sociais e de vanguarda. Mühlmann acredita que é o "fracasso da profecia" que permite que as instituições se fortaleçam. Quando traz para si elementos que podem destruí-la, a dinâmica da instituição entra em ação e permite o desenvolvimento das formas sociais através da incorporação do contraditório. Lourau chama de "efeito Mühlmann" o processo em que as forças sociais marginais são reconhecidas pelo sistema social e passam a integrá-lo. Em uma espécie de ritual de sacrifício, o movimento social vanguardista é abarcado pelo Estado e pelas classes dominantes, que transforma e modela as ideias originalmente propostas pelo grupo subversivo, "recorta os grupos como partimos um salaminho em rodelas" (Lourau,1988, p.182).

O momento sacrificial, geralmente, implica na autodissolução grupo. O ato derradeiro traria as contradições acumuladas durante o processo de institucionalização e pode acontecer por definhamento ou catarse, conforme os caminhos percorridos. Mas Lourau (1988) explica que a autodissolução não é o aniquilamento do grupo, mas uma mudança simbólica dos significados dele para os participantes. O que antes era um grupo de pertencimento passa a ser um grupo de referência.

Durante a realização das entrevistas, percebi que as mulheres falavam do fim do grupo Mulheres da Ilha com certa tranquilidade mas nenhuma delas me contou o momento catártico da dissolução. Não considero que sabê-lo é importante para esta conclusão. A autodissolução do Mulheres da Ilha e do Grupo Lésbico do Maranhão não me interessa tanto quanto a maneira como os dois coletivos foram institucionalizados, criando uma nova dinâmica na ordem pública maranhense.

Checar as informações que me foram dadas nas entrevistas era consultar documentos públicos, acessar informações institucionais de Secretaria de Governo e verificar reportagens dos veículos de comunicação. Se políticas de gênero e sexualidade iniciam sua trajetória na Ilha do Maranhão forçando a presença em movimentos progressistas de inspiração marxista, hoje estão presentes como

preocupação (ou inspiração) na elaboração das políticas públicas nas esferas municipal e estadual.

A transversalidade, que está na ordem do dia destas políticas públicas, tem sabor de conquista se pensarmos na ação precoce das feministas com o campesinato maranhense ou na solidariedade imediata das lésbicas ao enfrentamento do HIV/AIDS. Parte importante de ser ativista, no Maranhão, de acordo com as mulheres incríveis que entrevistei é estar atento ao redor**,** percebendo as bandeiras que estão chegando para somar às lutas.

Despertar o Poder Público maranhense para a diversidade da existência no estado não é tarefa fácil e está longe de ser cumprida. Mas é possível ver os avanços da participação popular quando se trata das pautas de gênero e sexualidade. São vários Conselhos específicos, inúmeras conselheiras em diversas Secretarias, Centros de Referência, Fóruns multiparticipativos da sociedade civil. E mesmo que elas não estejam mais ativas em grupos, Nós sabemos quem fez o sacrifício dialético que transfigurou as instituições políticas ludovicenses.

REFERÊNCIAS

ABGLT. História de Luta. Disponível em: https://www.abglt.org/historia. Acesso em 13/08/2023.

ABREU, Maira. Feminismo no Exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris. São Paulo: Alameda Editorial, 2014.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. José Guimarães Neiva Moreira. São Luís, s.d. Disponível em: https://academiamaranhense.org.br/ocupantes/jose-guimaraes-neiva-moreira/. Acesso em: 16 jan. 2024.

AGAMBEN, Giorgio. O reino e a glória. São Paulo: Boitempo, 2011.

AGÊNCIA BRASIL. Saiba quem foi o indígena Tibira, o 1º assassinado pela LGBTfobia no Brasil. Folha de Pernambuco, 23/05/2023. Disponível em: https://www.folhape.com.br/noticias/saiba-quem-foi-o-indigena-tibira-o-1o-assassinado-pela-lgbtfobia-no/271875/. Acesso em: 16 jan. 2024.

AGUIÃO, Sílvia. Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, Maristela e SANTOS, Murilo. Fronteiras: a expansão camponesa da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2019.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. São Luis: CPT, 1981.

ALMEIDA, Alfredo Wagner e MOURÃO, Laís. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. Manaus: UEA Edições, 2017.

ALMEIDA, Gláucia e HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão das ativistas brasileiras. Revista Gênero, Niterói, v. 9, n. 1, p. 225-249, 2. sem. 2008.

ALVAREZ, Sonia, CHUCHRYK, Patricia, NAVARRO-ARANGUREN, Marysa e STERNBACH, Nancy. Feminisms in Latin America: from Bogota to San Bernardo. Signs, v. 17, n. 2, 1992.

ANDRADE, Lúcia e TRECCANI, Girolamo. Terra de Quilombo. in LARANJEIRA, Raimundo (org). Direito Agrário Brasileiro. São Paulo: LTr, 2000.

ANDREATTA, Cleusa. Apontamentos sobre o Contexto Teológico do Vaticano II. Revista do Instituto Humanitas Unisinos Nº 401 - Ano XII – 03/09/2012.

ARAÚJO, Ana Raquel Alves de Araújo. Cenas da transição no Maranhão: a atuação da sociedade civil. III Simpósio em História Contemporânea: Conflitos e Revoluções no séc XX. Cenas da Transição no Maranhão: a atuação da sociedade civil. 2016.

ARAÚJO, Ana Raquel Alves de. A campanha ecológica do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís (1980-1984): uma proposta pedagógica para a integração entre Educação Ambiental e Ensino de História. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas, UEMA, São Luís, 2017.

ARAÚJO, Ed Wilson. Audiência em Movimento: a Sociedade dos Ouvintes Maranhenses de Rádio (Somar). XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

ARAÚJO, Eugênio. Sufocação de Azulejos: reflexões sobre dinâmica cultural em São Luís. São Paulo: Editora Nelpa, 2014.

ARAÚJO, Raimundo Nonato. A construção social de um conflito ambiental: a luta do Comitê de Defesa da Ilha contra a implantação da Alcoa. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFMA, 2018.

ARRUDA, Sonia. Angela Davis, uma pantera negra. Raça Brasil, 1997. Disponível em: http://www.dopropriobolso.com.br/index.php/politica/42-politica-geral-e-analises/780-angela-davis-uma-pantera-negra. Acesso em: 16 jan. 2024.

ASSELIN, Victor. Igreja e questões político-agrárias no Maranhão. Alterinfos América Latina, 2009. Disponível em https://alterinfos.org/spip.php?article3707.

ASSIS, José Ribamar Morais. Entrevista sobre a “Ferrovia São Luís – Teresina”. Rosário: [s. n.], 9 abr. 2012.

ASSIS, José Ribamar Morais. Entrevista sobre a “Ferrovia São Luís – Teresina”. Rosário: [s. n.], 9 abr. 2012.

AZEVEDO, Celise Regina da Costa. Enfrentamento da lesbofobia. São Luís, III Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Maranhão, 20 e 21 de outubro de 2011.

BENEVIDES, Bruna. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais. ANTRA, 2023. Dossiê Antra. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

BARBOSA, Antonio Carlos Leite. Espaço urbano e percepção do ambiente na “avenida Litorânea” em São Luís do Maranhão. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, UFMA, 2012.

BARBOSA, Rafael Silva Nogueira e SILVA, Laionel Vieira da. Entre cristianismo, laicidade e estado: As construções do conceito de homossexualidade no Brasil. Mandrágora, v.21. n. 2, 2015, p. 67-88.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. in FELDMAN-BIANCO, Bela. Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos. São Paulo: Global, 1987.

BETIM, Felipe. O bispo que converteu um ministro da ditadura em protetor dos indígenas. Altamira/PA. El País, 08 de setembro de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/07/politica/1567812673_810000.html. Acesso: 04/02/2024.

BETTO, Frei. O que é Comunidades Eclesiais de Base?. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BEZERRA, Bárbara Rogens Ramos e SOUSA, Sandra Maria Nascimento. MEMÓRIA E HISTÓRIA: O MOVIMENTO GLBT EM SÃO LUÍS – MARANHÃO. 59ª Reunião Anual da SBPC, 2007.

Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/59ra/livroeletronico/resumos/R3184-1.html. Acesso em: 16 jan. 2024.

BITTENCOURT, Elizabeth. Eu e ele, ele em mim... e o Maranhão no meio. Medium, 09 de julho de 2021. Disponível em: https://aelisabethbittencourt.medium.com/eu-e-ele-ele-em-mim-e-o-maranhão-no-meio-bbac8913d09c. Acesso em: 16 jan. 2024.

BOFF, Leonardo. Igreja carisma e poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

BOFF, Leonardo. Quarenta anos da Teologia da libertação. 2011. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-dalibertacao/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BORGES, Arleth Santos. A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, Campinas, 1998.

BORRALHO, José Henrique de Paula. A Athenas Equinocial: A fundação de um Maranhão no Império Brasileiro. Tese. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOTELHO, J. Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão. 3ª ed. São Luís: Gráfica e Editora Impacto, 2019.

BOZZANO, Caroline Betemps. Feminismos transnacionais descoloniais: algumas questões em torno da colonialidade nos feminismos. Revista Estudos Feministas, v. 27, n. 1, 2019, p. 1–7.

BRAND, Antonio. Os direitos indígenas 20 anos após a Constituição de 1988. Seminário Constituição 20 anos: Estado, Democracia e Participação Popular. Câmara dos Deputados, Brasília, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e ASSUMPÇÃO, Raiane. Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues Brandão. Sobre como, há cinquenta e três anos eu me tornei um educador popular. In: SPIGOLON, Nima I. et al. (Orgs.). Reinventar a universidade: extensão universitária com a EJA. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

BRANDÃO, Lucas Coelho. Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88: entre a política institucional e a participação popular. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH/USP. São Paulo, 2011.

BRASIL. Senado Federal. Anais da Assembleia Constituinte. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher - Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. Atas de Reunião, 1987-1988.

BRASIL. Senado Federal. Anais da Assembleia Constituinte. Comissão da Ordem Social/Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Atas de Reunião, 1987-1988.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Atas das Comissões. Suplemento ao n° Diário da Assembleia Nacional Constituinte n°53 do Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Atas das Comissões. Suplemento ao n° Diário da Assembleia Nacional Constituinte n°62 do Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

BRASIL. Câmara dos Deputados. 30 anos da Constituição. s/d. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituinte/index.html#.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Portal da Constituição Cidadã. s/d. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/assembleia-nacional-constituinte/linha-do-tempo

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília (DF), 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Projeto Somos Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Mulheres lésbicas e bissexuais: direitos, saúde e participação social / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão. São Luís, UEMA: 2008.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, G. L. (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CALDEIRA, José de Ribamar. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 46, p. 55-101, 1978.

CAMPOS, Camila Goulart e SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. Os movimentos LGBT e feminista no Brasil: Da mordaça autoritária à publicidade na esfera transnacional. Revista Perspectivas Sociais, Ano 3, n. 1. Pelotas, fev/2014.

CAMURÇA, Sílvia. ‘Nós Mulheres’ e nossa experiência comum. Cadernos de Crítica Feminista, Número 0, Ano I, Recife: SOS CORPO, 2007.

CAMUS, Albert. Núpcias, O Verão: Regresso a Tipasa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

CARDOZO, Ivanildo Abreu. Homossexualidade: um estudo sobre as ações educativas do Grupo Gayvota. UFMA, 2013.

CARNEIRO, Oziel Rodrigues. Programa Grande Carajás: O que é afinal?. A Defesa Nacional, v. 68, n. 698, 1981.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Tese de Doutorado em Filosofia da Educação. FE/USP, São Paulo, 2005.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Revista Bagoas. nº05, p.131-147. 2010.

CARVALHO, José Murilo. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, Layla. P. Feminismo de Estado: o papel dual da Secretaria de Política para as Mulheres nas políticas públicas no Brasil. IV Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, abril/2014.

CASA CHAMA. Catálogo, 2022. Disponível em https://www.casachama.org/wp-content/uploads/2021/10/Leila%CC%83o-Casa-Chama_27_10.pdf. Acesso em: 20/12/2023

CASTELHANO, João Nuno Frade. O método de Cardijn: Ver, Julgar e Agir - a sua vivência e aplicação na Acção Católica Rural. Dissertação de Mestrado Integrado em Teologia, Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2017.

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. Manual de orientação: Leis de combate à discriminação racial contra o povo negro - Igualdade e Respeito. Disponível em: https://ccnma.org.br/biblioteca/. Acesso em: 02/01/2024

CHANA COM CHANA. São Paulo, n. 4, 1983.

CHANA COM CHANA. São Paulo, n. 9, 1985.

CHANA COM CHANA. São Paulo, n. 10, 1986.

CHANA COM CHANA. São Paulo, n. 11, 1986.

CHAVES, Adriana Sousa. Resíduos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Maranhão: Atualidades no contexto urbano de São Luís e São José de Ribamar. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, 2015.

CHOUAKI, Yasmine. Pol Pi, danseur déplacé. Podcast En Sol Majeur. RFI, 10/07/2021. Disponível em: https://www.rfi.fr/fr/podcasts/en-sol-majeur/20210710-pol-pi-danseur-d%C3%A9plac%C3%A9. Acesso em: 16 jan. 2024.

CIRILO, Luama Talita Alves Crispim. "Não recomendado à sociedade": narrativas de algumas sapatonas residentes em São Luís/MA. Dissertação de mestrado, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFMA, 2019.

COELHO, Márcio e HAYASHI, Maria Cristina. Pós-graduação no regime militar: zona franca de produção do conhecimento. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande-MS, n. 31, p. 193-213, jan./jun. 2011.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. Estudos Avançados, 15(41), 2001.

COLLING, L., MISKOLCI, R., PEREIRA, P. P. G. Sempre fomos queer? A construção do campo de estudos dos gêneros e sexualidades no Brasil. In SILVA, G. S. N da

(moderador). SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO: Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo, ago/2013.

CORTES, Gisele e FACIOLI, Lara. Lucila Scavoni. Socieda Brasileira de Sociologia. Porto Alegre, s/d. Disponível em:https://sbsociologia.com.br/project/lucila-scavone/. Acesso em: 14/01/2024.

CÔRTES, SORAYA. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. Educar, Curitiba, n. 25, p. 143-174, 2005. Editora UFPR.

COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

COSTA, Maria da Graça. Perspectivas de participação feminina no Consórcio de Alumínio do Maranhão: uma análise a partir da compreensão de padrões culturais de gênero. Relatório Técnico, Mestrado, PUC-RS, 2006.

COSTA FILHO, José Arnold da Serra. Rádio AM e RADCOM EM SÃO LUÍS: convergências e divergências entre a Educadora e a Bacanga. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Niterói: UFF, 2011.

COUTO, Bruno. "Dona Sinhá" e "Se Dá", as homenagens de João do Vale e Luiz Gonzaga à Caxias. Arquivo Caxias, 04 de setembro de 2022.

CLUBE DO LIVRO. 16ª SEMANA DO ORGULHO LGBT+ DE SÃO LUIS. São Luís: Clube do Livro Maranhão, 14/10/2019. Disponível em: https://www.clubedolivroma.com/2019/10/16-semana-do-orgulho-lgbt-de-sao-luis.html

CONTRERA, Wildney Feres. GAPAs: Uma resposta comunitária à epidemia de Aids no Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília, 2000.

COWAN, Benjamin. Securing Sex: morality and repression in the making of Cold War Brazil. The University of North Carolina Press, North Carolina, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 175, 2002.

CRUZ, Marco Antonio Martins da. Configurações da interação da orla da Avenida Litorânea: incorporação do espaço social das praias do litoral norte ao cotidiano em São Luís. Tese de doutorado, PPGCSoc/UFMA, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios na Constituição. Dossiê 30 anos da Constituição Brasileira. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 37, n. 3, dezembro de 2018.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Conferência realizada na Iª Jornada Cultural Lélia Gonzales. São Luís, 13 dez. 1997. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcaode-uma-nova-utopiaangela-davis/#gs._kSJASA>. Acesso em: 29 jul. 2021.

D'EVREUX, Yves. Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614 pelo padre Ivo D'evreux, religioso capuchinho, publicada conforme o exemplar único conservado na Biblioteca Imperial de Pariz. Maranhão: Typ. Do Frias, 1874.

D'EVREUX, Yves. Voyage au nord du Brésil (1615). Édition critique établie par Franz OBERMEIER. Kiel: Westenseeverlag-Verlag, version électronique, 2014. Disponível em: https://brasilhis.usal.es/sites/default/files/yvesdigitaleausgabe.pdf. Acesso em 16/08/2023.

DA MOTA, J. C., & STRECK, D. R. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. Educar Em Revista, 35 (78), 207–223, 2019.

DIAS, A. L. K.; PINTO, J. P.; GONÇALVES, E. Linha da vida feminista e performatividade da esperança numa pesquisa etnográfica. Revista Feminismos, Salvador, v. 9, n. 1, p. 104-123, 2021.

DIAS, Roseane Gomes. Direitos humanos no Maranhão: concepções, agentes e institucionalização. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

DUALIBE, Marco. Morre dona da Pedrita, proprietária da boate gay mais antiga do Brasil. Blog do Varão. São Luís. 02 de agosto de 2013. Disponível em: https://bloguedovarao.blogspot.com/2013/08/morre-dona-da-pedrita-proprietaria-de.html. Acesso em: 20/12/2023.

EBC. Repórter Maranhão. Série sobre Cidadania: Conheça o trabalho da Irmã Mônica na Casa Sonho de Criança. Vídeo: 6min28seg. São Luís, 31/03/2015. Disponível em: https://tvbrasil.ebc.com.br/reportermaranhao/episodio/serie-sobre-cidadania?page=27

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003.

FACCHINI, R.; DANILIAUSKAS, M.; PILON, A. C.. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 44, p. 161-193, 2013.

FACCHINI, Regina e SIMÕES, Júlio A. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

FAVERO, Osmar. MEB – Movimento de Educação de Base: primeiros tempos: 1961-1966. Texto apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Évora, Portugal, de 5 a 8 de abril de 2004.

FEITOSA, A. C., MARTINS, G. E. D.; RODRIGUES, V. C. Degradação Ambiental: o caso da praia do Olho D'Água, São Luís-Maranhão-Brasil. Anais do Simpósio Nacional de Geomorfologia, São Luís/MA. 2002.13p. Disponível em: http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/7/1007.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

FERNANDES, Estevão Rafael. Descolonizando sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos. Brasília: UnB, 2020.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010) Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, UFSC, 2011.

FERREIRA, Daniel Rogers de Souza. Ousa dizer o nome: movimento homossexual e o surgimento do GRAB no Ceará. Monografia, Curso de Serviço Social, UECE, 2003.

FERREIRA, Mary. As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2007.

FERREIRA, Mary e PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. Feminismo e relações de gênero no Maranhão: ação política do Fórum Maranhense de Mulheres e sua repercussão no enfrentamento da violência. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

FERRETI, Sergio. Contribuição cultural do negro na sociedade maranhense. Trabalho apresentado em Mesa Redonda no Curso de Letras da UFMA no dia 09/10/2008 no Auditório do CCH

FILHO, J. F. P. Formação econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. Artigo submetido à VII Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2015.

FIOCRUZ. A epidemia da AIDS através do tempo. Disponível em: https://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html

FRASER, Nancy.” Redistribuição ou reconhecimento? Classe e Status na sociedade contemporânea”. In: Interseções- Revista de Estudos Interdisciplinares. UERJ, ano 4, n.1, 2002.

_____. Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. São Paulo: Boitempo, 2022.

FREITAS, Luiz Carlos. Projeto SOMOS, a ampliação e interiorização do movimento LGBTI. in CAETANO, Mario et all. Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). Rio Grande: FURG, 2018.

FRY, Peter. Mariza Corrêa (1945-2016) – uma homenagem muito pessoal. Cadernos Pagu, (54), 2018.

FURTADO, Celso. A operação Nordeste. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

GALENO, Nichele. A Função socioambiental da Propriedade Urbana no ordenamento Jurídico Brasileiro: um estudo de caso da Comunidade Prainha. Monografia apresentada ao Curso de Direito da Faculdade Estácio São Luís para obtenção do grau de bacharel em Direito, 2014.

GALILEA, Segundo. Teologia da Libertação: ensaio de síntese. 4ed. São Paulo: Paulinas, 1985.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. Cadernos Metrópole n. 7, pp. 9-31, 1º sem. 2002.

GÓIS, João Bôsco Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. Rev. Gênero: núcleo transdisciplinar de estudos de gênero, v. 4, 2003.

GOLDBERG, A. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em uma ideologia liberalizante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GOLDBERG, Anette. Tudo Começou Antes de 1975: Ideias Inspiradas pelo Estudo da Gestação de um Feminismo "Bom para o Brasil"- in Relações Sociais X Relações de Gênero- Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 1989.

GOLIN, Célio. Aonde não queremos chegar: uma reflexão sobre nossas práticas políticas. In: ___, WEILLER, Luís Gustavo Orgs.). Homossexualidades, Cultura e Política. Porto Alegre: Sulina, 2002.

GOMES, Antonio. Por um lugar na fábrica: estratégias, limites e possibilidades para o ingresso numa indústria de alumínio. Dissertação de mestrado, PPGCS, UFMA, 2009.

GOMES, Verônica Maria da Silva e RODRIGUES, Maria de Lourdes Alves. Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos. Ágere Cooperação em Advocacy e Secretária Especial dos Direitos Humanos, Paraná, 2006.

GONÇALVES, Ivan Veras. A "experiência Laborarte" (1972-1980): a importância dos seus experimentalismos musicais e sua possível utilização em sala de aula. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Rede, CCH/UFMA. São Luís, 2016.

GONÇALVES, Maria Eugênia. Tibira do Maranhão, o indígena que foi a primeira vítima de homofobia no Brasil. Revista Híbrida, s/d. Disponível em https://revistahibrida.com.br/historia-queer/tibira-do-maranhao-indio-homofobia/

GROSSI, Miriam P. Identidade de Gênero e sexualidade. Estudos de Gênero, Cadernos de Área 9, Goiânia, v.9, p.29-46, 2000.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (GTDN). Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Recife, 2" ed., 1959.

GRUPO de Mulheres da Ilha. Jornal Pequeno. São Luís, n. 11611, 4 mar. 1984.

GUIA GAY DE SÃO PAULO. Índio gay: 1a vítima de homofobia no Brasil ganha monumento no MA. Guia Gay de São Paulo, 07/12/2016. Disponível em: https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/indio-gay-1-vitima-de-homofobia-no-brasil-ganha-monumento-no-ma

GUILHON, Maria Virgínia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. Revista de Políticas Pública. São Luís: UFMA. v. 11, n. 01, 2007.

GUIMARÃES, Carmen Dora. O homossexual visto por entendidos. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

GUTKOSKI, Cris. Sol e cultura dão o tom do verão em S. Luís. Folha de São Paulo: São Paulo, quinta-feira, 24 de novembro de 1994.

IRINEU, Bruna. 10 anos do programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 193-220, jul./dez. 2014.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALPERIN, David. Saint Foucault: Towards a Gay Hagiography. New York: Oxford University Press, 1995.

HANISCH, Carol. O pessoal é político (1969). Disponível em: https://resistenciaradfem.wordpress.com/tag/carol-hanisch/ Acesso em 02/07/2023.

HARRINGTON, Mary. The gender resistance. First Things, 14/09/2021. In: https://www.firstthings.com/web-exclusives/2021/09/the-gender-resistance. 04-04-2023.

hooks, bell. Teoria Feminista: Da margem ao Centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOBSBAWM, Eric. Tempos interessantes. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Falo eu, professora, 79 anos, mulher, branca e cisgênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de(org.). Explosão feminista- arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

IBGE. Brasil/Maranhão/São Luís, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/historico (06-07-2023).

IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos). Enciclopédia dos Municípios Maranhenses: região de desenvolvimento do Gurupi Maranhense. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC. – São Luís: IMESC, 2021.

IMIRANTE. Morreu aos 70 anos a dona da Boate Pedrita. São Luís, 02/08/2013. Disponível em: https://imirante.com/noticias/sao-luis/2013/08/02/morreu-aos-70-anos-a-dona-da-boate-pedrita. Acesso: 04/01/2024.

JEFFREY, Sheila. Anticlimax: A Feminist Perspective on the Sexual Revolution. London: The Women's Press, 1990.

JEFFREYS, Sheila. Unpacking queer politics – a lesbian feminist perspective. Polity Press: Cambridge, 2003.

JUNQUEIRA, Márcio Ramos. O desbunde e depois: Caio Fernando Abreu e a contracultura. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Letras, UERJ, 2009.

KECK, Margaret E. A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KELLER, Francisca. I. V. O homem da frente de expansão: permanência, mudança e conflito. In: Revista de História. v. 51, n. 102, p. 665-709, 1975.

KUMPERA, Julia. “O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979- 1990). Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2021.

KRUGER, Cauê. Impressões de 1968: contracultura e identidades. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 32, n. 2, p. 139-145, 2010.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. São Luís do Maranhão: corpo e alma. Alumar, 2012.

LADO A. Disponível em: https://revistaladoa.com.br/2014/12/brasil/martir-indigena-gay-1600-ganha-livro-cordel-ggb-quer-que-ele-vire-santo/

LAGE, Mariana. Escrita, nomadismo e queer. Blog do Instituto Moreira Salles. Disponível em https://blogdoims.com.br/escrita-nomadismo-e-queer/ (04-05-2023)

LAGO, João Batista. Acreditem! – professor Nascimento de Moraes Filho está vivo!. Alan Ramalho Informação e Interatividade, 21/02/2009. Disponível em: https://alanramalhocom.wordpress.com/2019/02/22/acreditem-professor-nascimento-de-moraes-filho-esta-vivo/. Acesso em: 04/02/2024.

LEITE, Sílvia. Centro de Cultura Negra do Maranhão. Cadernos de Pesquisa, 63, novembro, 1987.

LELIS, Rafael Carrano. A Orientação Sexual na Constituinte de 1987-88: constituição performativa de sujeitos LGBTI+ na Constituição da nação brasileira. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito, PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2021.

LESSA, Patrícia. Chana com Chana e outras narrativas de Pindorama. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

LECUONA, Laura. Sheila Jeffreys lo vio venir. Tribuna Feminista, 16 de junio de 2022. Disponível em https://tribunafeminista.org/2022/06/sheila-jeffreys-lo-vio-venir. 04-04-2023.

LIBÂNIO, J. B. Vaticano II: o termo que se faz divisor de águas chama-se hermenêutica. Entrevista concedida a Graziela Wolfart e Luís Carlos Dalla Rosa. Revista do Instituto Humanitas Unisinos Nº 401 - Ano XII – 03/09/2012.

LIMA, Félix Alberto. O Redemoinho. Disponível em: http://oredemoinho.blogspot.com/

LIMA, Félix Alberto. Maio oito meia, crônica de uma geração em movimento. São Luís: Clara Editora, 2017.

LIN, Nelson Shih Yien. Participação popular no legislativo federal - um estudo de seus mecanismos institucionais: emendas populares no processo constituinte, iniciativa popular de lei e Comissão de Legislação Participativa (CLP). Dissertação de mestrado, Departamento de Ciência Política, FFLCH/USP. São Paulo, 2011.

LINO, Tayane Rogeria. Nas fissuras da História: o movimento lésbico brasileiro. Revista Movimentação, Dourados, MS, v. 6, n. 10, jan/jun, 2019.

LOWY, Michael. O que é cristianismo da libertação?: religião e política na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MACHADO, Victor e MARQUES, Antonio Francisco. A trajetória do MEB (Movimento de Educação de Base) e o significado dos programas de educação rural instituídos pelo governo militar (1964-1985). Revista de Ciências da Educação, UNISAL, Americana, SP, ano XVII no 33 p. 149-172 jul./dez. 2015.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura” [online]. Salvador: EDUFBA, 2018.

MALINOWITZ, Harriet. Estudos lesbianos e teoria cuíer pós-moderna. Brasília/UnB. Revista do Ceam, v. 2, n. 2, jul./dez. 2013.

MANHÃES, Luis Carlos Siqueira. Educação e lutas sociais na colonização dirigida - o Alto Turi maranhense - 1962/1984. Dissertação de mestrado, FGV, 1987.

MARANHÃO. Deputada Helena Heluy prestigia lançamento do Centro de Referência GLBT. São Luís, 13/03/2006. Disponível em: https://www.al.ma.leg.br/noticias/7658

MARANHÃO, 2009. Unidos pela liberdade, separados pelo preconceito/Campanha de Combate à Homofobia. São Luís: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania (SEDIHC), 2009.

MARANHÃO. Programa Maranhão sem Homofobia - Política Estadual de Promoção da Cidadania LGBT. São Luís, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, 2011.

MARANHÃO. Governo inaugura lápide em homenagem ao Índio Tibira na semana estadual de Direitos Humanos. São Luís, 05/12/ 2016. Disponível em https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=158313.

MARINO, Saulo. Um comunista e a identidade política nordestina. Le Monde Diplomatique, 09 de novembro de 2018.

MARQUES, Mateus Andrade. Transformação paisagística na zona costeira: contribuições do Plano de Expansão da Cidade de 1958 para a urbanização do litoral norte de São Luís. Boletim Gaúcho de Geografia v. 48, n. 1/2, 2021.

MARTINHO, Miriam. Lésbicas em movimento. In: . 19 de agosto: primeira manifestação lesbiana contra a discriminação no Brasil. p. 27-40, 2009. Disponível em: http://www.umoutroolhar.com.br/p/publicacoes.html. Acesso em: 16 jan. 2024.

MARTINHO, Miriam. Memória Lesbiana: Míriam Martinho e o processo de produção dos boletins Chana com Chana e Um Outro Olhar. Site Um Outro Olhar. 17, de agosto de 2021.

MARTINHO, Miriam. Chanacomchana 09: resgate e edição comentada. in Um Outro Olhar, 28 de novembro de 2023. Disponível em: https://www.umoutroolhar.com.br/2023/11/chanacomchana-9-resgate-e-edicao.html. Acesso em 04/02/2024.

MARTINHO, Miriam. Chanacomchana 10: resgate e edição comentada. in Um Outro Olhar, 31 de janeiro de 2024. Disponível em: https://www.umoutroolhar.com.br/2024/01/chanacomchana-10-resgate-e-edicao.html. Acesso em 04/02/2024.

MARTINHO, Mailson. Terra Altaneira: conhecendo e debatendo a história de Zé Doca. Produto Educacional da Dissertação “O ensino da história local na rede pública municipal de Zé Doca: um olhar sobre os conteúdos trabalhados e suas fontes”. UEMA, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

MARTINS, Alberto Magno Moreira. Educação e diversidade sexual: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Luís, UFMA, 2016.

MARTINS, Gilberto dos Santos. Tempo de Espera: Fortuna Crítica da peça. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Artes, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga. Evolução do processo de urbanização e alterações ambientais na praia de São Marcos, São Luís-MA. Espaço & Geografia a, Vol.19, n. 2 (2016), 561:595.

MATIAS, Moisés. A Revolta da Meia Passagem: a história da greve estudantil em 1979. São Luís: Estação Produções, 2004.

MATOS, Daniel. Políticas para as mulheres foram discutidas no 6o Semale. Blog do estado, São Luís, 01/09/2014.

https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2014/09/01/politicas-para-as-mulheres-foram-discutida-no-6o-semale/. Acesso em: 16 jan. 2024.

MATOS, Marjorie Evelyn Maranhão Silva. Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa: um olhar à construção dos direitos humanos das mulheres negras a partir de suas vivências, experiências e posicionalidades. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, 2017.

MAYORGA, Claudia et al. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. Revista de Estudos Feministas*,* Florianópolis, v. 21, n. 2, maio-agosto, 2013. p. 463-484.

MENEZES NETO, AJ. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Cad CRH [Internet]. 2007 May;20(50):331–41.

MESQUITA, Ruy Ribeiro de. Plano de Expansão da Cidade de São Luís. 1958. In: Acervo Digital Lúcio Costa, Rio de Janeiro, Instituto Antônio Carlos Jobin. Disponível em: http://www.jobin.org/lucio/. Acesso em 10 abr. 2021. OU APUD MARQUES

MILLER, Victor. Erika Hilton e Célia Xakriabá propõem PL para reconhecer 1º vítima de homofobia no Brasil como herói. Mix Brasil, 20/04/2023. https://mixbrasil.com.br/erika-

hilton-e-celia-xakriaba-propoem-pl-para-reconhercer-1o-vitima-de-homofobia-no-brasil-como-heroi/. Acesso em: 16 jan. 2024.

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. in SOUZA, Luiz Antônio Francisco de, SABATINE, Thiago Teixeira, MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (orgs.) Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MIRANDA, Peterson Passion Birino. Identidades estudantis: narrativas de estudantes sobre o bairro Vila Embratel. Dissertação apresentado ao Programa História, Ensino e Narrativas, UEMA, 2017.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MOGROVEJO, Norma. El sujeito lesbiana en el pensamiento feminista latinoamericano. Conferência apresentada no XIV Congreso de Filosofía. Identidad y diferencia. Mazatlán, México, 2008.

MONTEIRO, Gabriel Macedo. Conflitos de uso e ocupação das terras da Amazônia Maranhense: uso real e uso formal na Microrregião de Planejamento do Baixo Munim. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (UEMA). São Luís, 2022.

MORAES, Maria Lygia Quartim e SILVA, Maria Mendes da. Vida de Mulher. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Mulheres em Movimento. São Paulo: Livraria Nobel, 1985.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. A Experiência Feminista dos Anos Setenta. Araraquara, UNESP, 1990.

MOTT, Luiz. A inquisição no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 1995.

MOTT, Luiz. Etno-história da homossexualidade na América Latina. Pelotas: História em Revista, v. 4 (1998).

MOTTA, Eduardo, PORTO, Leila e SOUZA, Camilo (org.). Plano Nascente Itapecuru : plano de preservação e recuperação de nascentes da bacia hidrográfica do rio Itapecuru. Brasília: Codevasf, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). Estudos Avançados 24 (69), 2010.

NASCIMENTO, Dorval. Estratégias de consagração no campo intelectual maranhense na Primeira República. Dimensões, vol. 26, 2011, p. 239-254.

NELSON, Maggie. The Argonauts. Graywolf Press. Minnesota, 2015.

NERIS, Wheriston Silva. As comunidades eclesiais de base e a recomposição das formas de militância católica no Maranhão (1970-1980). PLURA, Revista de Estudos de Religião, vol. 12, nº 2, 2021, p. 137-163.

NERIS, Wheriston Silva. Igreja e missão: Religiosos e ação política no Brasil. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

NEVES, Diogo. "Ferrovia São Luís-Teresina": história e cultura. São Paulo: VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, 2012.

NOGUEIRA, Marcos. São Luís tem um novo endereço para encontrar os trios elétricos. Folha de São Paulo: São Paulo, terça-feira, 25 de janeiro de 1994. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/25/cotidiano/18.html#:~:text=Inaugurada%20no%20dia%2031%20de,%C3%A1reas%20de%20esporte%20e%20lazer. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

NUNES, Rodrigo. Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NUNES, Rodrigo. Nem vertical nem horizontal – uma teoria da organização política. Ubu Editora, 2023.

O IMPARCIAL. O desafio da visibilidade lésbica é debate em seminário. São Luís: O Imparcial, 20/08/2017. Disponível em: https://oimparcial.com.br/noticias/2017/08/o-desafio-da-visibilidade-lesbica-e-debate-em-seminario/

OBSERVATÓRIO de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão. Disponível em: https://observatoriolgbtima.com.br/. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Adriana Vidal. A Constituição da Mulher Brasileira: Uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2012.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. Estruturas da Igreja e conflitos religiosos. in: SANCHIS, Pierre (org.), Catolicismo: modernidade e tradição. São Paulo: Loyola/ISER, 1992.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 511-537, 2002.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues e OLIVEIRA, Regina Coeli de. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 5-29, jan./mar. 2011.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Periódicus, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out, 2017.

OLIVEIRA, Leonardo Davino. Jeito de corpo: desbunde como resistência político-poética. In: Anais, XV Abralic (Associação Brasileira de Literatura Comparada): experiências literárias, textualidades contemporâneas, 2016.

PAGLIOSA, Marcelo, REGIS, Kátia e Souza, Grace. As lutas e proposições do Movimento Negro: o Bloco Afro Akomabu do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA). Revista e-Curriculum, São Paulo, v.14, n.02, p. 493 – 518 abr./jun.2016.

PAUSINI, Lohanna. Parada pelo orgulho da diversidade sexual de São Luis: um espetáculo ou uma mobilização política?. São Luís, 14/06/2010. Disponível em: https://pausini.wordpress.com/2010/06/14/parada-pelo-orgulho-da-diversidade-sexual-de-sao-luis-um-espetaculo-ou-uma-mobilizacao-politica/. Acesso em: 16 jan. 2024.

PEDRO, Joana Maria e VENSON, Anamaria Marcon. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. História Oral, 15(2). https://doi.org/10.51880/ho.v15i2.261.

PEDRO, Luiz. Memória: Freitas Diniz, A Morte De Um Autêntico. Portal Guarás, 23, 03, 2021. Disponível em: https://portalguara.com/memoria-freitas-diniz-a-morte-de-um-autentico/

PELÚCIO, Larissa. Marcadores Sociais da Diferença nas Experiências Travestis de Enfrentamento à aids. Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.1, p.76-85, 2011.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Ditadura Militar e Direitos Humanos em são Luís-MA: Ritos e bases de uma organização de defesa de direitos. XII Encontro da Associação Brasileira de História Oral, Teresina/PI, 2014. Disponível em: www.historiaoral.org.br/.../8/1397476332_ARQUIVO_Paper-JesusMarmanillo.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Ver, julgar, agir, rever e celebrar: nota sobre a ação católica em São Luís-MA. Revista Tempo Amazônico, V. 2, N.2, jan - jun de 2015.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Luta por direitos: movimentos sociais de direitos humanos em São Luís durante a década de 1980. Tese de Doutorado, UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2015a.

PEREIRA, Nancy Cardoso. O melhor e o pior do Vaticano II no corpo e na vida de irmãs companheiras. Revista do Instituto Humanitas Unisinos Nº 401 - Ano XII – 03/09/2012.

PEREIRA, Matheus. Políticas para LGBTI+ no governo federal: ascensão e queda. Nexo Jornal, 19/04/2022. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Pol%C3%Adticas-para-LGBTI-no-governo-federal-ascens%C3%A3o-e-queda. Acesso em: 16 jan. 2024.

PIMENTA, Fabrícia F. Políticas Feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). Tese de Doutorado. Departamento de História, UNB, 2010.

PINHO, Osmundo. O mundo negro: hermenêutica da reafricanização em Salvador. Curitiba: Progressiva, 2010.

PINTO, Céli Regina. Mulher e política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. Revista Estudos Feministas, 2, 1994.

PINTO, Pamela Araújo. Dos Bastidores às Urnas: Uma Análise da Fotoreportagem acerca da Trajetória da Mulher na Política Maranhense Entre os Anos de 1985 a 2006. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007.

PITANGUY, Jacqueline. Celebrando os 30 Anos da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. In: SEMINÁRIOS 30 ANOS DA CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTES, 2018, Rio de Janeiro. Série Anais de Seminários 30 anos da Carta das Mulheres aos Constituintes. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018.

POCAHY, Fernando. (Micro) políticas queer: dissidências em pesquisa. Textura, v. 18, n. 38, pp. 8-25, 2016.

PRADO JR., Caio. A Revolução Brasileira e a Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011.

PRECIADO, Paul. Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1, 2018.

PRECIADO, Paul. Cartografias queer: o flâneur perverso, a lésbica topofóbica e a puta multicartográfica, ou como fazer uma cartografia "zorra" com Annie Sprinkle. Performatus, Inhumas, ano 5, n 17, jan. 2017.

PRECIADO, Paul B. Um apartamento em Urano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

PRADO, B. I. W. Paisagem urbana de São Luís: transformação das formas e arranjos naturais na ponta d’Areia. São Luís: editora BIWP, 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto Nº 3.952, de 4 de outubro de 2001. Brasília, 2001.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto Nº 11471, de 6 de abril de 2001. Brasília, 2001.

PROSAS: Tecnologia a serviço do impacto social. Disponível em: https://prosas.com.br/empreendedores/5399-grupo-solidariedade-e-vida. Acesso em: 16 jan. 2024.

PSOL na Câmara. Deputadas do PSOL querem Tibira do Maranhão em Livro dos Heróis da Pátria. 19/04/2023. Disponível em: https://psolnacamara.org.br/deputadas-do-psol-querem-tibira-do-maranhao-em-livro-dos-herois-da-patria/. Acesso em: 16 jan. 2024.

QUEIROZ, José Antônio de Souza. Imagens de um Brasil Profundo: Uma história revisitada de Vidas Secas, Deus e o Diabo na Terra do Sol e Os Fuzis. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2019.

RAMOS, Marcelo Maciel. Teorias Feministas e Teorias Queer do Direito: gênero e sexualidade como categorias úteis para a crítica jurídica. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 3, 2021, p. 1679-1710.

RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. Movimento de Educação de Base - MEB - Discurso e Prática - 1961-1967. Dissertação de mestrado, Instituto de Estudos Avançados em Educação, FGV,1982.

REGO, Leda Maria Costa. Discriminação lesbofóbica em São Luís: os desafios e atuação do Grupo Lésbico do Estado do Maranhão na conquista por direitos. Monografia de especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. São Luís, UFMA, 2013.

REIS, J. C. Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução Brasileira". Revista Brasileira De História, 19(37), 1999.

RIAL, Carmem Sílvia. Mar-de-dentro: a tranformação do espaço social na Lagoa da Conceição. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 1988.

RIBEIRO, Eduardo de Jesus. (1996) O espaço humanizado da orla marítima da cidade de São Luís do Maranhão: uma abordagem geográfica das relações sociais como forma de territorialidades. São Luís: UFMA.

RIBEIRO, Zema. Fórum Social Maranhense: Um outro Maranhão é possível. São Luís, 04 de novembro de 2004. https://zemaribeiro.wordpress.com/2004/11/04/3498/

RIBEIRO, Zema. um agitado fim de semana. São Luís, 17/07/2006. Disponível em: https://zemaribeiro.wordpress.com/2006/07/17/um-agitado-fim-de-semana/. Acesso em: 16 jan. 2024.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas, Natal, 5, 2010. p. 17-44.

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism, Budapeste, 2003.

RISÉRIO, Antônio. Carnaval ijexá. Salvador: Currupio, 1981.

Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia

ROCHA, Antônio Sérgio. “Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à redemocratização”. Lua Nova, São Paulo, n. 88, 2003

ROCHA, Lourdes de M. L. Nunes. Movimentos Sociais em São Luís: revisitando a década de 80. In: LIMA, Terezinha Moreira (org.). Caderno de Exercícios 2. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1998, p. 9-24.

ROCHA, Enid. A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. in TONELLI, Flávio (org). 20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafios da seguridade social. Anfip, Brasília, 2008.

RODRIGUES, Karoline Parrião. Cáritas e ação social católica: “caridade libertadora” como solidariedade. III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão social e desenvolvimento no século XXI, 2007.

RODRIGUES, Júlia Naomi Costa. Passabilidade e possibilidades. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia. São Luís: UFMA, 2023.

RUGGIERI, Mariana. Notas para argonautas. Dossiê Sáfico. CRIAÇÃO & CRÍTICA | N. 20 | 2018.

SÁ, Oton. Ideários urbanos em São Luís: o plano de Wit-Olaf Prochnik. 14o Seminário Docomomo Brasil. Belém, 2021.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALES, Gabriela Coutinho. Lésbicas no debate da redemocratização: uma análise do boletim Chana com Chana. 2019. 50 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SAMPAIO, Juciana de Oliveira. Redes sociais engendradas: Notas sobre o caráter associativo entre travestis em São Luís, Maranhão. Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008.

SAMPAIO, Juciana de Oliveira. A experiência lésbica no Maranhão: um estudo sóciobiográfico. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

SANT'ANA JR., Horácio Antunes. Complexo Portuário, reserva extrativista e desenvolvimento no Maranhão. Caderno CR H, Salvador, v. 29, n. 77, p. 281-294, Maio/ Ago, 2016.

SANTOS, Antonio Carlos de Oliveira. Avenida Litorânea – São Luís/MA: uma proposta de acessibilidade. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Arquitetura e Urbanismo, CEUMA, 2006.

SANTOS, Édrian. Indígena Tibira, primeiro brasileiro morto por homofobia, virou mártir no MA. Band, 11/06/2023. Disponível em: https://www.band.uol.com.br/noticias/indigena-primeiro-brasileiro-morto-por-homofobia-virou-martir-no-maranhao-16608719. Acesso em: 16 jan. 2024.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. Contemporânea, v. 6, n. 1, Jan.–Jun. 2016.

SANTOS, Lucas Moraes. Se a esfera pública fosse um quadro, nós pintamos fora das margens: a Parada LGBT de São Luís do Maranhão como esfera pública de luta por direitos. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, UnB, 2018.

SANTOS, Protásio Cézar dos. Discursos da mídia impressa sobre a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S. A. em São Luís, Maranhão. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2010.

SARDENBERGH, Cecília. Considerações introdutórias às pedagogias feministas. COSTA, A., RODRIGUES, A. e VANIN, I (org). in Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais. Salvador: UFBA - NEIM, 2011.

SAUNDERS, Tanya. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. Periódicus, n. 7, v. 1, maio-out, 2017.

SCAVONE, Lucila. As múltiplas faces da maternidade. Cad. Pesq., São Paulo, agosto 1985.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Tendencies. Routledge. London, 1994.

SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(2): 256, maio-agosto/2005.

SENADO FEDERAL. A participação popular nos 25 anos da Constituição Cidadã. Brasília, 2013.

SERRA, José. O programa brasileiro contra a AIDS. Folha de São Paulo, 08/09/2001.

SCHUMA, Schumaher. O Lobby do Batom, para dar o nosso tom: a Constituição Federal e os avanços no âmbito da família e da saúde. In: SEMINÁRIOS 30 ANOS DA CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTES, 2018, Rio de Janeiro. Série Anais de Seminários 30 anos da Carta das Mulheres aos Constituintes. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018.

SILVA, Marcelo Fontenelle e. Escalada da consagração e disputa pela memória: itinerário político e homenagens a Maria Aragão a partir da redemocratização. Revista Café com Sociologia | v. 6, n. 3 | p. 122-142 | jul./dez. 2017.

SPINK, Mary Jane (org). A Comissão Nacional de Aids: a presença do passado na construção do futuro. Ministério da Saúde, 2003.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

SOARES, Suellen. “Um diálogo sobre política LGBTQIA+” será tema de Painel Virtual realizado, pela Câmara, nesta quinta-feira, 24. São Luís: Câmara Municipal, 21/06/2021. Disponível em: https://www.camara.slz.br/um-dialogo-sobre-politica-lgbtqia-sera-tema-de-painel-virtual-realizado-pela-camara-nesta-quinta-feira-24/. Acesso em: 16 jan. 2024.

SOUSA, Jailson de Macedo. Efeitos da colonização dirigida no território maranhense: reflexões a partir do projeto de colonização do Alto Turi - PCAT (1960-1980). Revista Cerrados. Montes Claros, v.14, n.2, p.52-70, jul/dez-2016.

SOUSA, Karlana. Memorial e Instituto Maria Aragão: sobre espaços e memórias das lutas da esquerda no Maranhão. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, UESB, Vitória da Conquista, 2018.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. Memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”. Kwanissa, São Luís, v.1, n.1, p.154-172, jan./jun.2018.

SUHETT, Leon Santiago Mendes. O pensamento latino-americano: da CEPAL à Teoria Marxista da Dependência. Dissertação em Economia Política, PUC, São Paulo, 2017.

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Meyre. "Votes for Women"?: o racismo como política de exclusão das mulheres negras na luta sufragista nos Estados Unidos. O Cosmopolítico, v. 5 n.2 dezembro 2018.

TESTONI, Marcelo. Primeira vítima de homofobia registrada no Brasil foi índio morto em 1614. UOL Universa, 01/04/2019. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/01/indio-tupinamba-lgbt-foi-a-primeira-vitima-de-homofobia-no-brasil.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORREÃO, Washington. Um quê de rebeldia. in LIMA, Félix Alberto. Maio oito meia, crônica de uma geração em movimento. São Luís: Clara Editora, 2017.

TREVISAN, J. Silvério. Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil da Colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TROVÃO, José Ribamar. O processo de ocupação do território maranhense. São Luís, IMESC, 2008.

VALE, Paulo Sá. São Luís e o mito da falta de planejamento urbano. Caos Planejado, 24/03/2018. Disponível: https://caosplanejado.com/sao-luis-mito-falta-planejamento-urbano/. Acesso em: 16 jan. 2024.

VALLERAND, Olivier. Olhares queer sobre a arquitetura. ArchDaily, 2021.

VASCONCELLOS, Gilberto. Música popular: de olho na fresta. Rio de Janeiro, 1976.

VEIGA Júnior, Álvaro, ACCORSSI, A., & SILVEIRA, A. F. Desafios para a construção de práticas transgressoras rumo ao Brasil Profundo e descolonial. Momento - Diálogos Em Educação, 29(2), 2020.

VEIGA, Edison. O índio executado a tiro de canhão tido como 'primeiro mártir da homofobia no Brasil'. BBC, 28/12/2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55462549. Acesso em: 16 jan. 2024.

VEIGA, Edison. Universon Online, 28/12/2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/12/28/o-indio-executado-a-tiro-de-canhao-tido-como-primeiro-martir-da-homofobia.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.

VEIGA, Edison. O índio executado a tiro de canhão tido como 'primeiro mártir da homofobia no Brasil'. G1, 28/12/2020.Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/12/28/o-indio-executado-a-tiro-de-canhao-tido-como-primeiro-martir-da-homofobia-no-brasil.ghtml. Acesso em: 16 jan. 2024.

VEIGA, Edison. O índio executado a tiro de canhão tido como 'primeiro mártir da homofobia no Brasil'. Terra, 28/12/2020. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/o-indio-executado-a-tiro-de-canhao-tido-como-primeiro-martir-da-homofobia-no-brasil,e5c23fdd550a9a2c09faa1e6a2cb0cba9mn6ava7.html. Acesso em: 16 jan. 2024.

VELEZ, Olga Consuelo. Um acontecimento de graça e de novidade. Entrevista concedida a Graziela Wolfart e Luís Carlos Dalla Rosa. Revista do Instituto Humanitas Unisinos Nº 401 - Ano XII – 03/09/2012.

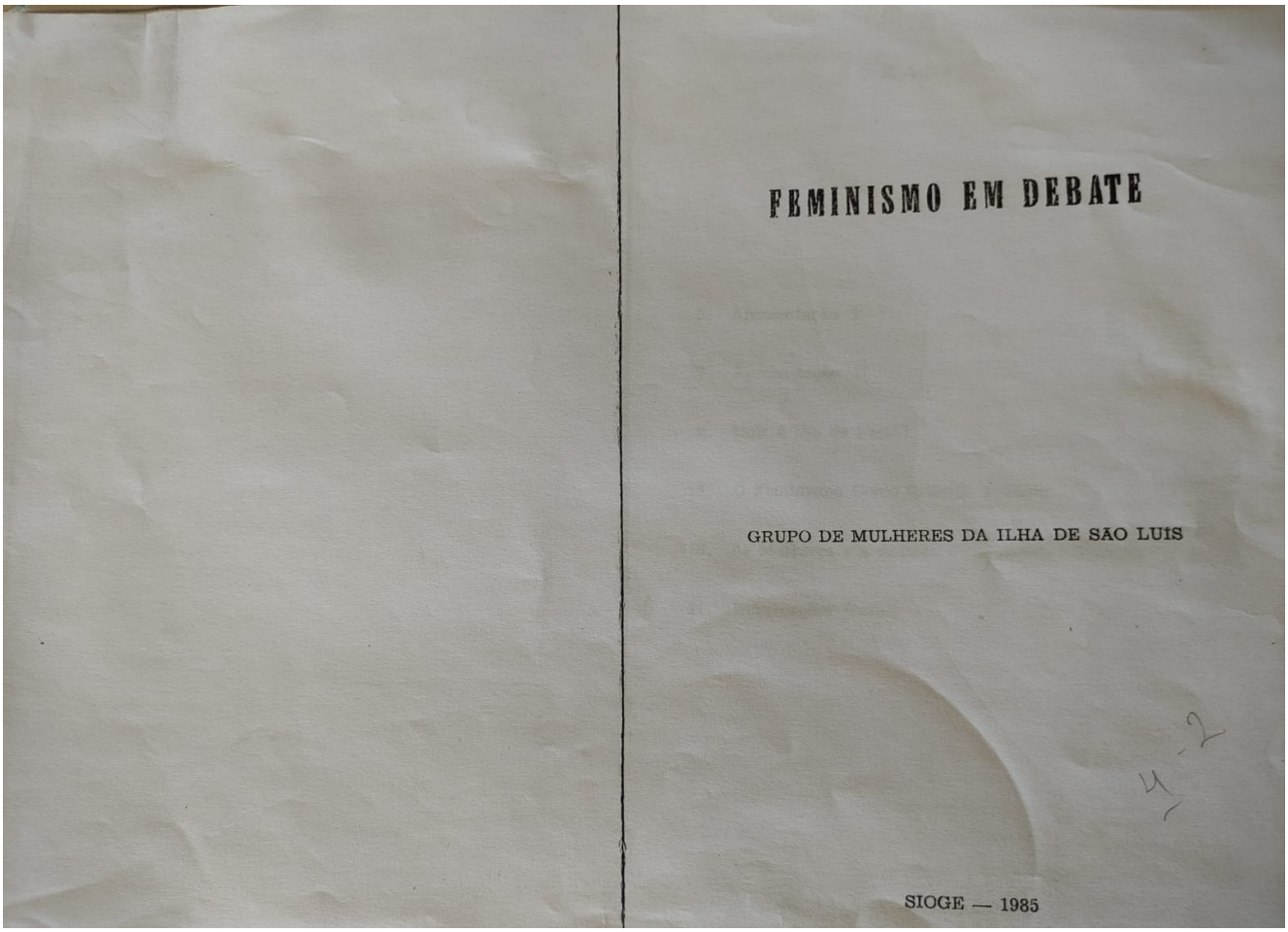
VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 233-252 – 2010.

VILALON, Eduardo Martins de A. O Movimento Homossexual Brasileiro na Constituinte de 87-88: apontamentos iniciais sobre as discussões na Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias. In: Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero, 2014, Belo Horizonte. Anais (on-line). Disponível em: < https://anaiscongressodivsex.files.wordpress.com/2015/03/49-eduardo-vilalon.pdf>
Acesso em: 9 maio 2023.

WITTIG, Monique. O pensamento hétero e outros ensaios. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. Cadernos AEL, n. 5/6, 1996/1997.

ANEXOS



FEMINISMO EM DEBATE

GRUPO DE MULHERES DA ILHA DE SÃO LUÍS

SIOGE — 1985

SUMÁRIO

5. Apresentação I

7. Apresentação II

9. Hoje é Dia de Festa?

14. O Feminismo Como Questão Política

18. As Mulheres e a Saúde: Uma Questão Política

21. Informações Gerais

APRESENTAÇÃO I

"Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.

....

Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô
Vai ser coxo na vida, é maldição
pra homem

Mulher é desdobrável. Eu sou."
(Com Licença Poética — Adélia Prado
in BAGAGEM, Editora Nova Fronteira,
1979, RJ)

APRESENTAÇÃO II

O nosso grupo se constituiu em outubro de 1980. Um tempão já! Sentíamos então um mal-estar que as discussões teóricas não atenuavam. As nossas especificidades como mulheres não tinham espaço para serem discutidas. No Grupo se criou esse espaço que nos levou inicialmente a levantar a bandeira contra a violência às mulheres. Marina Canto, assassinada por seu marido até hoje impune, nos mobilizou para denunciar à sociedade a parcialidade da justiça em relação às mulheres. Discussões internas e debates públicos: assim funcionávamos, levantando polêmica em torno da questão.

Um convite do Clube de Mães do bairro de São Bernardo nos levou à ampliação da nossa atuação. Iniciamos um trabalho de discussões regulares com outro grupo de mulheres de outra classe social e com as mesmas inquietações de todas as mulheres: maternidade, trabalho, relação homem/mulher, sexualidade, contracepção. Isso foi em junho de 1981, dia de São João.

Este trabalho nos levou a um aprofundamento das questões que eram levantadas e à confirmação do quanto nossas vidas de mulheres nesta sociedade nos identificava, a despeito da diferença de classe social.

Outros grupos e instituições começaram a nos solicitar. Participamos de debates, palestras, entrevistas. Fomos ganhando nosso espaço e estimulando a organização de outros grupos.

Em 1982, algumas integrantes do grupo passaram a trabalhar na pesquisa sobre a saúde das mulheres em relação à maternidade, contracepção o aborto, em São Luís. Novas questões surgiram daí, novos espaços, convites para participar de encontros nacionais e internacionais, trocas de experiência com outros grupos no país inteiro.

Nestes anos todos, o dia 8 de março teve sempre um tratamento especial mas, em 1984, resolvemos ousar um pouco mais e fizemos uma passeata "pelos direitos e pelas diretas", mobilizando outros grupos de mulheres e outras instituições. Nesse mesmo ano realizamos o I Seminário Mulher: Violência, Sexualidade e Política, trazendo feministas de outros grupos do Nordeste e do Sul do país.

E hoje, aqui estamos, com alguns mal-estares ainda não resolvidos, com muitas interrogações, outras tantas insatisfações, mas buscando novas formas de atuação, ampliando nosso projeto de trabalho com base na avaliação das experiências anteriores.

Dentro dessas perspectiva, organizamos estes três artigos que foram publicados nos dias 8, 9 e 10 de março no jornal "O Estado do Maranhão" como forma de trazer a um público mais amplo algumas das reflexões que temos feito sobre nossas vidas de mulheres, essa metade não mais tão "encabulada" da humanidade.

HOJE É DIA DE FESTA?

Há mais de uma década feministas de vários países do mundo vêm festejando o dia 8 de março em homenagem à metade "encabulada" da humanidade: nós, mulheres. Estes festejos foram feitos de várias maneiras, desde a evasão de mulheres prisioneiras tupamaras em 1970 no Uruguai, até passeatas nas ruas das grandes e pequenas cidades do mundo.

Se a lembrança às vezes foi de queixa — "não queremos ser cidadãs de segunda categoria" — outras vezes ela foi de resgate de uma identidade abafada por um mundo masculino — "somos mulheres, com muito orgulho e graça" — Mas a singularidade deste dia foi e ainda é um consenso compartilhado por todas as feministas das mais diferentes tendências, evidenciando a importância de comemorá-lo.

Mesmo que nem sempre seja lembrado como o aniversário de uma das primeiras greves de mulheres operárias da indústria textil nos Estados Unidos em 1857, o 8 de março chega até nós em 1985 tal qual o fio tênue de uma história que seguramente não aconteceu só nas salas de visitas das casas, mas, sobretudo nas cozinhas, quartos, berços, quintais e onde as mulheres foram sem dúvida as protagonistas. A distância de tempo que nos separa das operárias em greve do século XIX e de outras mulheres como Flora Tritan, Emma Goldman, Patrícia Galvão, entre tantas, é uma distância simbólica. Na mesma época ou anteriormente, elas ousaram recusar o papel submisso que a sociedade lhes apontava e dedicaram suas vidas a uma luta cujos frutos nem sempre conseguiram saborear. Na realidade, essas mulheres lançaram as primeiras sementes de uma luta tão difícil quando irreversível. O que nos diferencia de nossas avós e tias feministas? Em que avançou a situação social da mulher afora o próprio desenvolvimento do

Temos atualmente mais de 50 grupos feministas autônomos de norte a sul do país atuando de inúmeras formas. O que esses grupos fazem? O que já foi conquistado em benefício das mulheres brasileiras?

Embora o trabalho de muitos desses grupos, que na maioria das vezes atua sem nenhuma condição infra-estrutural, não seja visível a curto prazo podemos dizer que eles constituem um importante veículo de pressão e difusão das idéias feministas. Não foi à toa que os partidos políticos progressistas incluiram as reinvindicações das mulheres em seus programas e que as mulheres que ingressaram na vida parlamentar sem o apoio direto do movimento feminista foram buscá-lo posteriormente. Isto sem falarmos de deputadas como Lucia Arruda do PT no Rio de Janeiro ou Ruth Escobar do PMDB em São Paulo, que tiveram todo o apoio dos grupos de mulheres para se elegerem e hoje contribuem efetivamente para a organização das mulheres. O que queremos dizer com isso é justamente que a primeira conquista do movimento feminista brasileiro foi e é ter tornado legítima a contestação da posição social das mulheres na sociedade brasileira, contestação esta vista até o início dos anos 70 com risinhos irônicos e no máximo paternalistas... Não esqueçamos que o Novo Código Civil coloca as mulheres com as mesmas responsabilidades dos homens e que isto foi uma conquista feminista, apoiada por grupos de mulheres de todo o Brasil.

Mas, ironias e dificuldades à parte, muitos grupos de mulheres no Brasil se institucionalizaram com a finalidade de receber apoio financeiro para continuarem a luta feminista. Exemplo destes: o SOS Corpo em Recife, que faz atualmente um importante trabalho educativo de saúde e sexualidade junto às mulheres dos setores populares e da classe média; as Casas da Mulher do Nordeste e de São Paulo que fazem respectivamente trabalho na área de pesquisa social e saúde da mulher, entre inúmeros outros grupos. O Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís, que existe desde 1980, está atualmente neste caminho.

Assim, se hoje nós ainda temos muito a desejar, não nos falta também o que festejar: as perspectivas dessa "revolução mais longa" que acreditamos irreversível.

São Luís, 8 de março de 1985.

Lucila Scavone
Socióloga, professora do Departamento de Antropologia e Sociologia da UFMA, membro do Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís.

Colaboração de Beatriz Fontana, membro do Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís.

O FEMINISMO COMO QUESTÃO POLÍTICA

Maria Victória Borges Díaz

Ao associarmos os termos "feminismo" e "política" vem-nos de imediato à memória as lutas travadas pelas mulheres nos meados do século **XIX** e primeiras décadas do século **XX** em favor da igualdade de direitos e, em especial, do sufrágio feminino. Estas primeiras manifestações organizadas, que instituem a fase inicial do movimento feminista, tiveram como resultado mudanças ao nível da legislação que possibilitaram à mulher a defesa de seus interesses.

No entanto, para conseguir tais mudanças, tornou-se necessário sufocar os pensamentos mais críticos, já esboçados nessa época a respeito do papel social da mulher. As sufragistas brasileiras, por exemplo, se empenharam em ganhar a opinião pública argumentando que as atividades políticas não iriam impedir o exercício do papel tradicional de mãe e esposa.

Mas, apesar das limitações dessa primeira fase do feminismo, é fácil perceber seu cunho político. Já na fase atual, este aspecto não aparece com tanta evidência, sendo por isso mesmo alvo das críticas de alguns grupos de esquerda que consideram a luta de classes como único instrumento capaz de levar a uma nova ordem social. Ou que entendem que política só se faz dentro dos partidos.

Tais críticas desconhecem o papel de contradições que não se dão apenas ao nível econômico mas também no ideológico e político. Além disso, restringem o sentido do termo "política" à esfera da política institucional, ao poder político.

Por um lado, é impossível negar a existência de contradições tais como homem-mulher, branco-negro, branco-índio, etc que perpassam as classes e inclusive os diferentes modos de produção, como é o caso da discriminação à mulher.

*María Victória Borges Díaz é professora do Departamento de Filosofia da UFMA, e membro do Grupo de Mulheres da Ilha de S. Luís.

Por outro lado, a concepção que liga política unicamente ao Estado é uma criação moderna, que oculta do indivíduo o seu ser político. Basta compararmos essa acepção com a grega — em que a atividade política não é restrita ao governo mas se refere também às discussões públicas, a cidade (pólis), aos homens enquanto participam politicamente e estão encarregados de zelar pelo funcionamento do todo — para compreender que a restrição atual é fruto de um processo histórico.

Com o surgimento dos movimentos sociais, que se organizaram enquanto grupos de pressão basicamente no século **XX**, o termo "política" ganha um novo significado e passa a designar-se como "política de base" já que procurava traduzir anseios e interesses sociais diferentes dos que a política institucional defende. A busca de sua autonomia com relação aos partidos é uma manifestação da consciência de sua especificidade. Em última instância, os partidos visam o poder de Estado. Não é o caso dos movimentos sociais, em especial dos movimentos baseados na discriminação sexual (feminina e homossexual) e étnica (negro, índio). A sua luta é contra aquilo que no seu cotidiano aparece como poder. Michel Foucault através de suas análises, demonstra que o poder não é exclusivo do Estado. Existem formas de poder em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. Estas formas de poder não são necessariamente criadas pelo Estado, se bem que possam ser indispensáveis a sua sustentação e atuação eficaz. Desta maneira, as mudanças ocorridas no âmbito do Estado, não se seguem o desaparecimento ou a transformação dessa rede de micro-poderes que impera em uma sociedade, e, por outro lado, nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que sustentam o Estado não forem superados. Os movimentos sociais como o feminismo, fazem emergir novos atores políticos que surgem exatamente da luta contra os micro-poderes presentes em toda a sociedade e que, embora não visem a tomada de poder do Estado, minam seus fundamentos. Isso se reflete inclusive na sua forma de organização que procura não reproduzir os mesmos mecanismos de

disciplina e de poderes, hierarquicamente estruturados, existentes mesmo nos partidos mais revolucionários. O movimento feminista, em especial, tem insistido num tipo de organização não-hierarquizado, contando apenas com a participação responsável das mulheres, tanto na tomada de decisões quanto na execução das tarefas necessárias.

Mas gostaria sobretudo de enfocar o que há de novo no movimento feminista que rompe com os modelos políticos tradicionais. Estes modelos privilegiam unicamente o coletivo social, atribuindo ao espaço individual e às relações interpessoais um caráter neutro, apolítico. Ao denunciar e ao questionar as bases da discriminação sexual o feminismo aponta para uma relação de poder estabelecida historicamente pelo sexo masculino sobre o feminino, manifestado através do controle da reprodução humana, da manipulação do corpo da mulher e de seu alijamento da produção econômica, intelectual e política. A divisão social de papéis e de sua hierarquização, o confinamento da mulher à esfera doméstica, ao mundo do lar, se fundamenta não nas diferenças biológicas mas na posição de poder do homem e no seu controle sobre as instituições sociais.

Estabelecendo uma distinção entre o sexo fisiológico e o sexo social, demonstrando a historicidade da construção da hierarquização sexual, o feminismo possibilita a compreensão de que essa hierarquia pode ser mudada. A diferenciação biológica não implica em desigualdade. A consciência desse componente de poder levou as mulheres a lutar contra todas as formas específicas de controle, coação e discriminação sobre elas exercidas e que se concretizam na estrutura familiar, jurídica, religiosa e cultural.

A nova atitude da mulher a respeito da divisão social de papéis, a sua inserção cada vez mais freqüente no mercado de trabalho, sua resistência a ser percebida simplesmente como reprodutora da vida humana abalam as bases da família tradicional de tipo patriarcal e novos modelos familiares são propostos; reivindica para si o estatuto de pessoa e não de coisa; a possibilidade de viver seu corpo

como corpo próprio, pessoalidade e não como corpo controlável e manipulável; busca outras formas de prazer, de co-existência, de laços, de amores, de intensidade; tenta, enfim, estabelecer relações interpessoais não baseadas na discriminação.

O combate ao nível do cotidiano dos indivíduos, de seus valores e aspirações; as tentativas de uma nova maneira de viver as relações humanas; a busca de modificações na estrutura familiar, apontam para um modo de suprimir o "poder invisível" que sustenta o status quo. Sem se atentar para os mecanismos de sustentação dos sistemas de dominação pode-se sem dúvida conseguir uma mudança do sistema econômico mas será impossível instaurar uma nova ordem política realmente livre e justa. O feminismo e os demais movimentos sociais são, assim, caminhos importantes para a transformação social e fermentos para a constituição de uma nova sociedade não só igualitária mas também democrática que valorize o sentido humano da existência individual, permitindo a participação política daqueles que defendem interesses específicos.

AS MULHERES E A SAÚDE: UMA QUESTÃO POLÍTICA

Vista pela ética das políticas de saúde do Estado, a saúde das mulheres está estreitamente vinculada às suas funções reprodutivas. Basta ver a atenção especial que a saúde materno-infantil vem recebendo nos programas governamentais na última década, mesmo que acabem não saindo do papel...

O fato de neste momento, no Brasil, os programas oficiais de saúde estarem enfatizando o atendimento à mulher no seu período reprodutivo não é casual. Há interesses político-econômicos nesses programas que estão sobretudo ligados à questão do controle da natalidade, isto é, a preocupação do Estado em reduzir o número de nascimentos nas camadas populares evitando a proliferação da pobreza.

Embora o último programa governamental, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) não tenha uma linha declaradamente controlista, nem uma proposta coercitiva, e adote uma preocupação com todos os aspectos da saúde das mulheres, a sua implantação é muito recente. Uma avaliação de seus resultados seria prematura. Cabe lembrar, entretanto, que este programa é uma resposta institucional a muitas reivindicações do movimento feminista brasileiro.

O diagnóstico da situação da saúde das mulheres feito pelas feministas tem levantado os seguintes problemas: em geral, o atendimento das instituições públicas de saúde é precário, tanto no que diz respeito ao acompanhamento de pré-natal, parto e puerpério, quanto a exames de prevenção de câncer. Além disso, a pouca informação disponível às mulheres sobre a utilização dos métodos contraceptivos e do próprio funcionamento de seus corpos, coloca-as na dependência de que lhes é oferecido. Para as mulheres das classes populares, essa situação se agrava consideravelmente. Veja-se o aborto no Brasil, largamente utilizado como uma forma de resolver uma gravidez não desejada. Na falha dos outros métodos, acaba sendo utilizado como uma forma de contracepção. Como é praticado clandestinamente, é causa de graves seqüelas à saúde das mulheres, quando não de mortes.

Por outro lado, a esterilização, como recurso mais seguro para não ter mais filhos, resulta num dos métodos mais procurados pelas mulheres. Mas, estão elas bem informadas das conseqüências desse ato para a sua saúde? Muitas mulheres se queixam: "depois que liguei, não sou mais mulher". Poderíamos dizer que, falando assim, essas mulheres estão relacionando o exercício da sexualidade às suas funções reprodutivas. Perder a possibilidade de ser mãe implicaria em deixar de ser mulher. Se a esterilização feminina não tem conseqüências físicas comprovadas, ela tem, de uma maneira ou de outra seqüelas psicológicas nas mulheres, nem sempre consideradas como relevantes pelos médicos.

Não querendo entrar no ponto de vista médico dessas questões, o que queremos ressaltar aqui é a necessidade efetiva da participação das mulheres nas discussões e na busca de soluções para esses assuntos. Constantemente envolvidas com a medicina não só no que diz respeito a problemas ginecológicos e obstétricos, mas também os pediátricos, consumindo e aplicando medicamentos, não seriam as mulheres talvez os sujeitos sociais mais indicados para decidirem e efetivarem as políticas de saúde que lhes concernem?

A resposta a essa indagação está sendo dada de forma "alternativa" pelo trabalho com a saúde das mulheres que vários grupos feministas estão realizando atualmente no Brasil. Embora estes grupos não possam resolver os problemas de atendimento médico para todas as mulheres brasileiras, o método de atuação que adotam é uma importante contribuição não só como elemento de reflexão às mulheres interessadas, como também para os profissionais de saúde.

Existe por parte desses grupos uma primeira preocupação: a de desfazer a distância entre médico e paciente. No Coletivo Saúde e Sexualidade de São Paulo, uma discussão a respeito dos problemas de saúde que estão acometendo as mulheres antecede o exame ginecológico. Através de uma linguagem simples, se procura desmistificar o código hermético do saber médico institucional que só contribui para manter as mulheres mais desinformadas do que está se passando com sua saúde.

Outra preocupação freqüente neste método de trabalho é a escuta. As mulheres sempre têm algo a dizer que é relevante para o diagnóstico. Neste sentido, ao invés de se ironizar a utilização das formas populares de medicamentos, procura-se valorizá-las. Para fundamentar esse tipo de trabalho, outros grupos estão desenvolvendo pesquisas não só sobre ervas e plantas medicinais utilizadas pelas mulheres, mas também buscando configurar a representação que as mulheres fazem da saúde, recuperando um saber que, por ser intuitivo ficou relegado ao estigma de crendices e, por isso, desvalorizado.

Além disso, a questão do exercício satisfatório da sexualidade como um indicador de boa saúde, está sempre incluída nas discussões.

No Encontro Nacional sobre a Saúde da Mulher, realizado em São Paulo de 15 a 18 de novembro de 1984, os grupos reunidos, entre eles o Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís, elaboraram um documento onde constam as discussões e decisões ali tomadas. Com o nome de Carta de Itapecirica, esse documento foi amplamente divulgado e distribuído às autoridades responsáveis pela saúde pública do país. O pano de fundo desse documento e a exigência da participação das mulheres em todas as questões que dizem respeito a sua saúde, não só no período reprodutivo, mas durante toda a sua vida.

Estes fatos todos podem nos explicar porque a saúde das mulheres tem sido um dos eixos centrais de mobilização do movimento feminista brasileiro nos últimos cinco anos. Assim, o movimento feminista aparece como interlocutor importante dos anseios das mulheres em geral e das políticas oficiais de saúde que lhes concernem.

Enfim, para nós situar a saúde das mulheres como uma questão política implica em ir muito além de considerar a reprodução como o principal problema. Implica, sim, em mudar uma ordem de relações sociais estabelecidas onde as mulheres não têm hora, nem vez.

Lucila Scavone

Beatriz Fontana

Membros do Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís

INFORMAÇÕES GERAIS

O Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís se reúne uma vez por semana na sala da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. Se quiserem nos contar...

Se vocês se interessarem por informações a respeito de grupos, eventos, livros feministas, etc., existe em São Paulo o Centro Informação Mulher (CIM), Rua Leôncio Gurgel n. 11 — Vila Economizadora — 01103 — São Paulo Tel: (011) 229-4818..

Neste ano de 1985, no começo de agosto, estará sendo realizado em São Paulo um Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Caso você queira participar, contate o CIM.

Aqui vão algumas indicações bibliográficas:

SOS Corpo de Mulher — Como evitar filhos: tudo o que você sempre quis saber sobre métodos anticoncepcionais — Recife/Rio de Janeiro/SOS Corpo/Marco Zero, 1983.

SOS Corpo de Mulher — Anatomia, ciclo menstrual, infecções vaginais e cura alternativa — Recife, SOS Corpo, 1984.

Prado, Danda — O Que é o Aborto, São Paulo, Brasiliense, 1984 (Primeiros Passos, 126).

Barroso, Carmen e outras — Mulher, Mulheres, São Paulo, FCC/Cortez, 1983

Fundação Carlos Chagas — Trabalhadoras do Brasil, São Paulo, Cortez/Brasiliense, 1982.

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Avenida Carlos Cunha, S/N – São Luís/MA – 65.072-820
Fone/Fax (98) 3218.8733

SES-MA
Fls Nº 1120
Proc 14388/07
Rubrica

A T E S T A D O

Atestamos, para os fins que fizerem necessários, que a Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão - FSADU executou dentro do **Projeto: Programa Estadual Visando a Promoção, Prevenção e Proteção das DST/HIV/AIDS no Maranhão, objeto do Convênio nº 01/2007/SES/FSADU e aditivo**, os eventos descritos abaixo:

- **Seminário Maranhense de Lésbicas**
  - **23 a 24 de agosto de 2007**
  - **100 pessoas**
  - **Cronograma:**
    - **Credenciamento;**
    - **Mesa de Abertura;**
    - **Dinâmica de Apresentação;**
    - **Nossa história;**
    - **Feminalização da AIDS/Hepatite;**
    - **Sexualidade da mulher vivendo com deficiência;**
    - **Lesbianidade e religião;**
    - **União homoafetiva;**
    - **Lei Maria da Penha;**
    - **Apresentação de Vídeo;**
    - **Agradecimento e encerramento;**

- **Macro Regional NE – Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS**
  - **10 a 13 de setembro de 2007**
  - **100 pessoas**
  - **Cronograma:**
    - **Mesa Redonda;**

112
SES-MA
Fls Nº 1121
Proc 43888/22
Rubrica

- A feminização da epidemia da AIDS e outras DST: aas vulnerabilidades das mulheres;
- A feminização da epidemia nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte;
- Plano Integrado para Enfrentamento a Feminização da Epidemia de Aids e Outras DST: Uma Estratégia intersetorial para a superação das Vulnerabilidades;
- Debate;
- Almoço;
- Ações intersetoriais voltadas para mulheres;
- Debate;
- Plano de Ações e Metas e o Enfretamento da Epidemia de Aids e outras DST.

- I Seminário Estadual de Adesão aos Anti-Retrovirais no Maranhão
  - 13 a 14 de setembro de 2007
  - 70 pessoas
  - Cronograma:
    - Abertura;
    - Desafios e Adesão após 10 anos de Terapia Anti-Retroviral;
    - Adesão e Qualidade do Serviço do ponto de vista do serviço: SAE Municípios e Estado;
    - Adesão e Qualidade do Serviço do ponto de vista da Pessoa Vivendo com HIV/AIDS – RNP;
    - Painel das Experiências – com gripo de adesão;

- I Encontro com Povos Indígenas (MA-TO) na Prevenção das DST/AIDS
  - 29/09 a 02/10 de 2007
  - 100 Pessoas
  - Cronograma:
    - Credenciamento dos não-indígenas;
    - Fala de Abertura;
    - Lanche;

113
VISTO
GES-MA
Fls Nº 1122
Proc 13808/
Rubrica

- Apresentação dos participantes; Apresentação dos participantes;
- Discussão sobre DST/AIDS e Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;
- Apresentação: Projeto DST/AIDS Wyty-Caté;

- Seminário Estadual de AIDS e Controle Social no SUS para Elaboração do Plano Mulher
  - 02 a 04 de outubro de 2007
  - 109 pessoas
  - Cronograma:
    - Dinâmica Apresentação;
    - Vulnerabilidade das mulheres;
    - Debate;
    - Ações Intersetoriais voltadas para mulheres;
    - Planos de Ações e Metas e o Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST.

- Comemorações do Dia Mundial da Aids
  - 1º de dezembro de 2007
  - 1500 pessoas
  - Cronograma:
    - Solenidade de Abertura;
    - Apresentação culturais envolvendo escolas, empresas e ONG'S;
    - Mostra Cultural;
    - Distribuição de materiais educativos e alusivo à campanha "Homens pelo fim da violência".

- Capacitação em Saúde Mental
  - 24 a 25 de julho de 2008
  - 100 pessoas
  - Cronograma:
    - Apresentação do Programa Estadual de Saúde Mental;
    - Apresentação do Programa de DST/AIDS;
    - Política de redução de danos;
    - Diretrizes Aborda/Roda Brasil/NE;

GES-MA
Fls Nº 1123
Proc
Rubrica

- Vulnerabilidade no Uso de álcool e Redução de Danos;
- Infecção e co-infecção HIV/HVB/HVC;
- Avanço e desafios na redução de danos no Brasil;
- Redução de danos com políticas de governo na DST/AIDS e Saúde;
- Redução de danos nos CAPS Ad/SAE;
- Política de Redução de Danos Intersetorial seus desafios;
- GT: Grupo de trabalhos: Propostas para plano Estadual de Redução de Danos entre SM/DST/AIDS;
- Apresentação de GTS;
- Sugestões, encaminhadas/avaliação.

- Conferência Estadual de GLBT do Maranhão
  - 08 a 10 de julho de 2008
  - 100 pessoas
  - Cronograma:
    - Credenciamento;
    - Leitura e Aprovação do regime e liderança estaduais;
    - Solenidade de Abertura
    - Conferência;
    - Mesas Redondas;

- Seminário Estadual e Municipal das Profissionais do Sexo
  - 13 e 14 de agosto de 2008
  - 100 pessoas
  - Credenciamento:
    - Abertura;
    - Avaliação do apoio das duas Secretarias com as Profissionais do Sexo;
    - Secretaria Estadual da Mulher expondo onde estão contempladas as profissionais nos planos e nos programas das mesmas;
    - Palestras;
    - Desfile da Grife DASPU.

115

GES-MA
Fls Nº 1124
Proc 143302/2
Rubrica

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Avenida Carlos Cunha, S/N – São Luís/MA – 65.072-820
Fone/Fax (98) 3218.8733

- **Congresso Norte e Nordeste de Sexualidade**
  - **20 a 23 de agosto de 2008**
  - **240 pessoas**
  - **Cronograma;**
    - **Conferencias;**
    - **Palestras;**
    - **Simpósio;**
    - **Mesas Redondas;**
    - **Mini-Cursos;**
    - **Exposição Oral de Trabalhos;**
    - **Pôsteres.**
- **Capacitação no Guia para formação de Profissionais de Saúde da Educação.**
  - **26 de agosto de 2008**
  - **250 participantes**
  - **Cronograma**
    - **Abertura;**
    - **Palestras;**
    - **Oficinas;**
    - **Grupos de Trabalhos**

Atestamos, também, que as atividades foram desenvolvidas a contento, dentro dos padrões técnicos exigidos e que os prazos de execução foram cumpridos de acordo o cronograma de trabalho.

São Luís, 28 de outubro de 2008

Silvia Cristina Viana Silva Lima
Coordenadora do Programa Estadual de DST/AIDS no Maranhão
Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão